

24º

Relatório Gerencial de Resultados

01 de outubro a 31 de dezembro de 2024

Data de entrega à Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão:
09/01/2025



Rua Guajajaras, 1570, 3º Andar, 1570, Terceiro Andar, Barro Preto
Belo Horizonte - MG, 30180-099 | (31) 3348-1500

DIRETOR PRESIDENTE

Gleiber Gomes de Oliveira

DIRETORIA INSTITUCIONAL

Alexandre Compart

DIRETORIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TÉCNICO

Fabiano Neves

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Thiago Morais

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Juliana Mourão Mendes

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE PESSOAS

Rafaela Carvalho Naves Graziotti

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas

ELABORAÇÃO

DEPARTAMENTO DE MONITORAMENTO E GESTÃO DE PROJETOS

Diogo Caminhas

Gerente de Monitoramento e Gestão de Projetos

Robert Tavares

Subgerente de Monitoramento e Gestão de Projetos

Flávia Palma e Camila Matos

Analistas de Monitoramento e Gestão de Projetos

Beatriz Santana, Delor Celestino da Costa Junior e Fabiana Amaral

Supervisão da Gestão

Celso Nunes, Daniele Mesquita, Mariana Viegas e Nathalia Meggiolaro

Supervisão Metodológica do Programa Mediação de Conflitos

Lucas Romano, Márcia Oliveira Silva, Mariana Ruas Rodrigues e Marília Saraiva

Supervisão Metodológica do Programa Fica Vivo!

Joyce Dayanne Silva

Supervisão Metodológica do Programa Se Liga

Alexandre Fonseca, Fernanda Menezes, Jakeline Lara e Maíra Rinco

Supervisão Metodológica do Programa Ceapa

Lidiane de Oliveira, Cássia Pacheco Souto e Arthur Rodrigues da Silva

Supervisão Metodológica do PrEsp

Francisco Uarles Targino da Costa

Supervisão Metodológica do Programa Selo Prevenção Minas

Sumário

INTRODUÇÃO	5
TABELA 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS.....	7
TABELA 2 – PRODUTOS PREVISTOS.....	9
DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS.....	10
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS.....	10
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	16
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos.....	18
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social.....	20
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO!	22
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!.....	24
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!.....	27
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!.....	30
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!.....	36
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SE LIGA	41
Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga.....	43
Indicador nº 3.2. Número acumulado de ações estratégicas junto à rede de proteção social das pessoas acompanhadas pelo Programa Se Liga.....	46
Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas.....	49
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS.....	51
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA.....	53
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial.....	58
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio.....	61
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL.....	65
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP.....	65
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório.....	73
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional.....	80
ÁREA TEMÁTICA: PROJETO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER	89
Indicador nº 6.1. Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados.....	90
Indicador nº 6.2. Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher.....	91

<i>Indicador nº 6.3. Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal.....</i>	93
ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS.....	95
<i>Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas.....</i>	100
<i>Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas.....</i>	104
<i>Indicador nº 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas.....</i>	106
ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE.....	110
<i>Indicador nº 8.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade.....</i>	111
<i>Indicador nº 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade.....</i>	113
<i>Indicador nº 8.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão.....</i>	117
<i>Indicador nº 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto.....</i>	123
ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE.....	128
<i>Indicador nº 9.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial.....</i>	128
<i>Indicador nº 9.2. Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade.....</i>	132
ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DA PARCERIA.....	134
<i>Indicador nº 10.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica.....</i>	134
<i>Indicador nº 10.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão.....</i>	135
ÁREA TEMÁTICA: PRODUTOS.....	136
<i>Produto 1.3. - Implantação de UPC de abrangência Regional (15ª RISP - Teófilo Otoni)....</i>	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA.....	157

INTRODUÇÃO

Este Relatório Gerencial de Resultados tem como objetivo demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão (CG) nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e a Organização Social Instituto Elo, no 24º Período Avaliatório (01 de outubro a 31 de dezembro de 2024). Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/2018 e ao artigo 50 do Decreto Estadual nº 47553/2018, o presente documento apresentará o comparativo entre as metas estabelecidas e resultados alcançados, bem como informações relevantes acerca do contexto da execução das atividades previstas, as justificativas para os resultados não alcançados e as propostas de ação para superação dos problemas enfrentados neste período avaliatório. Ao final, serão disponibilizados os comprovantes atualizados de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da OS.

Em 2024, a quantidade e formato dos indicadores pactuados no Plano de Trabalho do VIII Termo Aditivo ao CG (e, consquentemente, o Relatório Gerencial de Resultados) segue um padrão similar ao ano anterior. Nota-se os mesmos 30 indicadores por trimestre, com destaque apenas para alteração na descrição do indicador 8.3, que contabilizava o número acumulado de participantes em Capacitações, e passa a contabilizar cumulativamente o número das capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da gestão. No que diz respeito aos produtos, o Plano de Trabalho dita 17 entregas ao longo de 2024, 7 a mais que no ano anterior. Esse aumento no quantitativo foi influenciado pelas 4 implantações de Unidades de Prevenção à Criminalidade (UPCs) previstas para o ano vigente – cujas implantações¹ passam a ser pactuadas como responsabilidade da OS, assim como os respectivos diagnósticos de implantação.

O 24º Período Avaliatório, todavia, encerra o ano de 2024 com uma particularidade no que se refere ao instrumento jurídico original. Em dezembro do presente ano foi pactuado o IX Termo Aditivo, o qual contempla 13 meses de vigência. Nesse contexto, apesar desse Termo Aditivo compreender o mês de dezembro de 2024 e de janeiro a dezembro de 2025, os indicadores e metas descritos são contabilizados anualmente, conforme planejamento estratégico estadual estabelecido no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) de 2024 e do ano de 2025. As metas (a exceção do Selo Prevenção) e indicadores para dezembro de 2024 não foram alterados, mantendo os mesmos parâmetros pactuados no VIII Termo Aditivo. Destaca-se que, ao final do 24º Período Avaliatório, os resultados obtidos farão referência à totalidade de 2024, e a partir do 25º Período Avaliatório as metas e resultados terão sua contagem reiniciada, para compreender a totalidade do ano de 2025. Além disso, para 2025, o plano de trabalho traz algumas novidades, como a substituição e inclusão de novos indicadores a serem apresentados em momento oportuno – o 25º PA.

Em termos objetivos, o 24º período avaliatório de 2024 apresenta uma performance positiva, de modo que se observa o cumprimento integral ou parcial de quase todos os indicadores pactuados. No que se refere aos produtos e ações, esse período é marcado por entregas importantes que exigiram um esforço grande de vários atores da parceria IElo e Supec, quais sejam: I) Encontro de Formação e Capacitação de Oficineiros e Oficineiras

¹ Conforme aditivo ao CG02/2019, além do patrimônio, a OS passa a assumir também a responsabilidade pela implantação e gestão da infraestrutura das UPCs da Política de Prevenção à Criminalidade do Estado. A implantação de uma UPC consiste na entrega do equipamento público apto ao início da atuação dos programas de prevenção social à criminalidade em âmbito municipal, territorial ou regional, conforme metodologia adotada. A implantação envolve toda a estruturação do espaço físico, desde a localização/escolha de um imóvel adequado (quando locado pela OS), considerando as diretrizes metodológicas emanadas pela SUPEC, passando pela equipação deste imóvel com mobiliário e equipamentos de informática, instalação de rede lógica, telefonia, reprografia e internet, bem como formatação do ambiente ao pleno funcionamento da política pública. Compreende, ainda, a seleção e contratação da equipe da UPC, gestores, analistas, técnico administrativo, dentre outros profissionais previstos para o funcionamento de cada unidade. A OEP deverá informar à OS dos resultados das articulações junto aos municípios onde as UPCs serão implantadas, formalizando a indicação de imóvel já locado/cedido no município ou a necessidade de locação pela OS para viabilizar a implantação.

dos programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos, ocorrido nos dias 27 e 28 de novembro de 2024, contando com a participação de 410icineiros e analistas sociais da capital, região metropolitana e interior, bem como outros atores responsáveis pela implementação dos programas em todo estado; II) Entrega do Produto 2.2 - Diagnóstico de Implantação do Programa Selo Prevenção, da UPC, de abrangência regional, de Teófilo Otoni (15ª RISP); III) Inauguração do Se Liga Triângulo Mineiro, em outubro de 2024, e início dos atendimentos dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, em novembro; IV) Publicação do Edital para o Desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade; V) Publicação do Edital para realização da Pesquisa de Avaliação de impacto dos programas de abrangência territorial, em parceria com OS, e OEP e a Fundação João Pinheiro. Destacam-se adicionalmente: VI) Início da execução dos Projetos de Prevenção, contemplando todos os Programas e UPCs do estado. Ao todo foram inscritos 88 projetos, sendo 28 já executados em novembro e dezembro de 2024; VII) a significativa quantidade e qualidade das capacitações executadas para as equipes e gestores sociais (extensiva aos supervisores metodológicos e da gestão e demais profissionais da Política de Prevenção), com destaque para a palestra do professor Alberto Kopittke sobre políticas de prevenção a criminalidade baseada em evidências; VIII) expansão do processo de padronização e gestão dos arquivos, com a etapa de conclusão com as equipes do PrEsp e a capacitação junto as equipes técnicas dos Programas Ceapa e Fica Vivo! de todas as UPCs.

A seguir, descrevem-se os resultados e desafios apresentados ao longo do trimestre para cada um dos indicadores.

Tabela 1 – Comparativo entre as metas previstas e realizadas

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados		
			24º Período Avaliatório out/24 a dez/24			
1	 Programa Mediação de Conflitos	1.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 53.712 •	• 65.869 •
		1.2	Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	• 1.980 •	• 2.440 •
		1.3	Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	• 13.680 •	• 14.011 •
2	 Fica Vivo!	2.1	Média mensal de encontros de oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 3.240 •	• 3.420 •
		2.2	Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 9.315 •	• 9019 •
		2.3	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	• 114.564 •	• 123.690 •
		2.4	Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	• 641 •	• 711 •
3	 se Liga	3.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	• 2.940 •	• 3.420 •
		3.2	Número acumulado de ações estratégicas junto à rede de proteção social das pessoas acompanhadas pelo Programa Se Liga	5	• 1.500 •	• 1.740 •
		3.3	Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	• 1.620 •	• 1.270 •
4	 CEAPA Considere a Alternativa	4.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	• 81.144 •	• 87.513 •
		4.2	Percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório, conforme determinação judicial	5	• 74% •	• 73% •
		4.3	Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	• 5.796 •	• 4.938 •

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados		
			24º Período Avaliatório out/24 a dez/24			
5		5.1	Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PrEsp	5	• 24.060 •	• 24.089 •
		5.2	Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PrEsp por período avaliatório	5	• 78% •	• 84% •
		5.3	Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	• 2.088 •	• 2.362 •
6	 Programa Mediação de Conflitos Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	6.1	Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	2	• 67 •	• 163 •
		6.2	Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	3	• 2.595 •	• 4.174 •
		6.3	Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal	3	• 560 •	• 714 •
7		7.1	Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	2	• 1.115 •	• 935 •
		7.2	Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 1.320 •	• 1.397 •
		7.3	Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	2	• 895 •	• 860 •
8	Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	8.1	Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	1	• 364 •	• 400 •
		8.2	Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	1	• 812 •	• 963 •
		8.3	Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão	1	• 180 •	• 182 •
		8.4	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	• 15 •	• 6,2 •

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados		
			24º Período Avaliatório out/24 a dez/24			
9	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	9.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	2	• 32 •	• 31 •
		9.2	Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	1	• 6 •	• 6 •
10	Gestão da Parceria	10.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	• 100% •	• •
		10.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	• 100% •	• •

Tabela 2 – Produtos previstos

Área Temática	Produto	Status		
11	4.1	Encontro de Formação e Capacitação de Oficineiros e Oficineiras	• 100% •	• Aprovado •
	3.1	Desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade (Publicação do Edital)	• 100% •	• Aprovado •
	2.2	Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência regional – 15ª RISP	• 100% •	• Aprovado •
	3.5	Avaliação de impacto dos programas de abrangência territorial* (esse produto teve o prazo foi repactuado, sendo apresentado o apenas o status no presente Período Avaliatório)		

DETALHAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Contextualização geral do Programa e dos indicadores no período avaliatório

Neste 24º Período Avaliatório, o Programa Mediação de Conflitos satisfatoriamente alcançou os três indicadores que mensuram a execução do Programa nos territórios.

No âmbito do Indicador 1.1 - número acumulado de atendimentos, foram realizados ao longo do trimestre um total de 16.407 atendimentos em números absolutos, alcançando a meta pactuada para o trimestre em 129%. Apesar de o indicador ter superado a meta, este número total apresenta uma diferença de 1.160 atendimentos a menos em relação ao período anterior.

Importante ressaltar que, no último trimestre do ano, é comum que os territórios adotem uma dinâmica atípica de organização social, voltada para as atividades comunitárias. Esse período, caracterizado pelas férias e festividades, também é marcado pelo aquecimento nas dinâmicas criminais, com o retorno de algumas lideranças do tráfico aos territórios. Esse cenário impacta diretamente na demanda pelos atendimentos oferecidos pelas equipes do Programa. Como resultado, o número total de atendimentos neste trimestre foi inferior ao do trimestre anterior. No entanto, apesar da redução nos números, a meta foi amplamente superada, evidenciando o esforço das equipes nos territórios.

Contudo, as equipes têm demonstrado um compromisso contínuo e dedicado ao fortalecimento das frentes de atendimentos coletivos, através de orientações estratégicas nas supervisões metodológicas e capacitações. Estas ações têm como objetivo qualificar as leituras realizadas pelos analistas sociais e estagiários, permitindo uma análise mais detalhada e assertiva das dinâmicas sociais e criminais. No entanto, o aumento nos atendimentos coletivos não se deu de maneira igualitária, uma vez que é imprescindível considerar as especificidades de cada território e as diferentes dificuldades enfrentadas pelos moradores na organização e coletivização de suas demandas.

Embora as equipes consigam identificar, através dos atendimentos individuais, as semelhanças nas necessidades dos moradores, e promovam ativamente a escuta ativa e organização dessas demandas, ainda persiste, em sua grande maioria, uma resistência local que dificulta a mobilização coletiva. Essa resistência parece ser estrutural e por isso necessita ser analisada com cuidado, respeitando a particularidade do território, visto que em comunidades mais organizadas como, por exemplo, no Jardim Teresópolis em Betim, têm demonstrado maior eficácia e uma uniformidade em todas as frentes de atendimento do Programa, sobretudo nas coletivas. Entretanto, essa realidade não é compartilhada pela maioria das comunidades atendidas, o que exige das equipes um trabalho ainda mais minucioso para qualificar as leituras territoriais e entender como os atendimentos coletivos podem efetivamente contribuir para a resolução dos conflitos e demandas locais, pois dependendo do tipo da demanda que for apresentada, ela pode ter a resolução dificultada se apresentada no coletivo.

Por este motivo, esse contexto apresentado tem incentivado as equipes a intensificarem sua presença nos territórios, promovendo uma maior circulação nas comunidades e estabelecendo parcerias mais estreitas com os equipamentos públicos locais. Além disso, a adoção de atendimentos itinerantes tem se mostrado uma estratégia eficaz, permitindo uma aproximação direta com os moradores e proporcionando uma leitura mais apurada das dinâmicas sociais e criminais presentes em cada região, como tem acontecido no Jardim Leblon em Belo Horizonte e no Morumbi em Uberlândia.

Dentro dessa perspectiva, destaca-se o aumento da frente de atendimento de organização comunitária, que registrou um crescimento significativo. Esse avanço é resultado da aproximação contínua das equipes com os territórios, das leituras das dinâmicas locais e do desenvolvimento e execução dos projetos de prevenção com recursos. Importante destacar que previamente à abertura das fichas de projeto de prevenção, as equipes devem abrir uma ficha de organização comunitária e descrever todas as leituras que justificam a construção do projeto, informando o passo a passo e lançar todos os envolvidos nessa participação.

Ainda para a construção dos projetos de prevenção com recurso, metodologicamente as equipes devem construir o planejamento através da articulação com a rede local, com referências comunitárias, oficinas e, principalmente, com os

próprios moradores dos territórios. A compreensão dos fenômenos de violência que afetam as comunidades advindas das leituras dessa rede parceira citada é fundamental para que as ações sejam direcionadas de maneira eficaz, levando em consideração as necessidades mais urgentes e construindo, em conjunto com esses atores, as estratégias de execução do projeto de prevenção.

Neste sentido, foi estabelecido um recurso financeiro para cada Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC), com o valor que poderia ser dividido entre os dois programas de base territorial: Mediação de Conflitos e Fica Vivo! (ficando a critério de cada UPC). Essa divisão visa proporcionar a cada equipe a flexibilidade necessária para utilizar os recursos de forma estratégica, considerando os fatores metodológicos, territoriais, sociais e criminais identificados.

As equipes têm demonstrado grande empenho no desenvolvimento dessas iniciativas, dedicando-se à compreensão das realidades locais, a fim de garantir a máxima qualidade na execução das ações. Em relação ao último trimestre, é importante destacar que alguns projetos já foram concluídos, como os das UPC's Ressaca e Rosaneves, o que resultou em um aumento significativo no número de atendimentos absolutos, refletindo os avanços no atendimento e na implementação das ações preventivas. Também destacamos o projeto de prevenção realizado pela equipe da Vila Cemig e pela equipe do Jardim Teresópolis. O objetivo dos projetos contemplava uma sessão de cinema com as mulheres do território, sendo possível trabalhar o acesso ao direito ao lazer, cultura e ocupação de outros espaços da cidade, e a partir do filme assistido, "Ainda estou aqui", foi possível estabelecer discussões acerca da prevenção às violências.



Execução do Projeto de Prevenção - PMC Ressaca em Contagem

Tais projetos têm se mostrado fundamentais, não apenas para o aumento dos indicadores de atendimentos, mas também para a implementação de ações preventivas contra os fenômenos de violências que acometem as comunidades.

Desta forma, evidencia os esforços das equipes para promover a segurança cidadã de maneira integrada e sensível às especificidades de cada comunidade, reconhecendo, ao mesmo tempo, os desafios que ainda precisam ser enfrentados diante das dinâmicas cotidianas dos territórios, estabelecendo meios de prevenção em parceria com os moradores.

Outro fator que merece destaque é a elaboração, pela diretoria, do material sugestivo do "Calendário Temático do PMC" para o ano de 2024, ao qual eram encontradas diversas datas reconhecidas especialmente de forma nacional e internacional, que auxiliaram as equipes na construção de ações para serem realizadas de forma pontual em cada comunidade, de acordo com a avaliação e necessidade de cada território. Com isso, foi possível que as equipes escolhessem temáticas pertinentes para serem discutidas com os moradores, utilizando essas datas comemorativas como oportunidades

estratégicas para a implementação de novas iniciativas. Um exemplo dessa abordagem foi a realização do PMC Bom Jardim/Esperança que realizou o projeto “Vivências da Maturidade” em parceria com o Centro Cultural Usiminas de Ipatinga, com o intuito de comemorar o Dia Internacional da Pessoa Idosa, com o objetivo de trabalhar aspectos como pertencimento e oportunidades de lazer identificadas pelos idosos por meio do diálogo durante a ação comunitária.

Neste ano de 2024, a Comissão Metodológica do Programa concentrou seus esforços em aprofundar as discussões sobre o Guia de Oficinas, com o objetivo de aprimorar o documento para que ele se tornasse uma ferramenta mais elaborada para o ano de 2025. Durante esse processo, os membros da comissão desempenharam um papel fundamental nas discussões, dando mais robustez ao documento. E por este motivo, no último Encontro de Formação do Programa de 2024, a equipe da Comissão Metodológica ficou responsável em apresentar a temática sobre as oficinas do PMC e teve como foco a apresentação das discussões fomentadas durante o ano pela comissão como fruto do resultado final do guia. O encontro representou um momento de integração e troca de experiências entre as equipes de todo o Estado, proporcionando uma ótima oportunidade para o esclarecimento de dúvidas e para o alinhamento de estratégias de atuação. Além disso, foi possível revisar e ajustar práticas relacionadas às oficinas e às oficinas, promovendo uma reflexão conjunta sobre as metodologias adotadas e fortalecendo a coesão nas ações a serem implementadas e acompanhadas no próximo ano. O encontro contribuiu significativamente para um trabalho mais alinhado e eficiente das equipes, reforçando a qualidade e a eficácia das ações a serem desenvolvidas para 2025.

Inclusive, as oficinas seguem neste trimestre como a frente de atendimento que mais cresce, com 53% dos atendimentos. Essa crescente sinaliza cada vez mais a consolidação das oficinas nos territórios, especialmente a partir da implantação das novas oficinas neste ano de 2024. Importante destacar que esse processo se fundamenta através do acompanhamento constante das equipes nos monitoramentos das oficinas, que contribui para as trocas enriquecedoras com as oficinas, a construção conjunta de intervenções e a capacitação contínua das oficinas para abordar temáticas específicas que sejam pertinentes para as mulheres atendidas, sempre com o objetivo de fortalecer a mobilização comunitária e prevenção às violências no território em consonância com a segurança cidadã.

Qualitativamente, as oficinas continuam se destacando como uma ferramenta essencial na elaboração de estratégias comunitárias para a prevenção e o enfrentamento desses fenômenos de violência que são apresentados nos territórios. Esse processo é sustentado por uma abordagem dialógica de resolução de conflitos, que não apenas promove a melhoria das relações sociais, mas também fortalece o capital social das comunidades. Através das oficinas, contribui-se para a criação de redes comunitárias mais robustas, estabelecendo relações de confiança entre os participantes e promovendo o protagonismo das mulheres na participação social e nas tomadas de decisão.

E pensando nessa potência que são as oficinas, no mês de novembro foi realizado o Seminário de Oficinas e Oficinas dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, marcando, pela primeira vez, a participação das equipes do PMC e suas oficinas. Esse seminário se destacou não apenas pela troca de experiências entre as oficinas, mas também pela relevância das temáticas abordadas, que refletiram diretamente o cotidiano dessas mulheres, que, além de oficinas, são protagonistas nas comunidades onde atuam. Foi um momento profundamente reflexivo, no qual as participantes puderam discutir e compreender a importância de seu trabalho no contexto da política pública de prevenção às violências.

A participação ativa das oficinas no seminário foi crucial, pois promoveu uma maior interação entre as equipes e fortaleceu o entendimento sobre a função fundamental que desempenham na prevenção de violências. Ao compartilharem suas experiências e desafios diários, elas puderam perceber o impacto significativo de suas ações na transformação das realidades locais e das mulheres atendidas, além de reforçar a importância da atuação comunitária como forma de rede de proteção. O seminário, portanto, não só ampliou o reconhecimento do papel das oficinas como agentes de mudança e prevenção, mas também criou um espaço para fortalecer as estratégias de intervenção, ampliando as possibilidades de ação das oficinas na construção de uma rede de apoio e na promoção de soluções para o enfrentamento dos fenômenos de violências das comunidades.

Já com relação às demandas mais procuradas nos atendimentos neste último trimestre, observamos um aumento nas demandas relacionadas a casos de violência. Ao comparar as principais demandas atendidas nos anos de 2023 e 2024, fica evidente que as demandas de violências e questões relacionadas à pensão alimentícia ocupam o primeiro lugar com 12%, seguidas pelos conflitos intrafamiliares, que representam 10% das solicitações. Esse dado reforça a crescente percepção de que o Programa Mediação de Conflitos tem se consolidado como uma política pública essencial, capaz de atender a

todos os tipos de violência no território. Cada vez mais, os atendidos reconhecem o programa como uma referência no enfrentamento das violências e na prevenção à criminalidade, atuando de forma abrangente e eficaz. Esse reconhecimento evidencia a importância do PMC na construção de um ambiente mais seguro e na promoção da paz nos territórios, consolidando-se como uma estratégia fundamental na prevenção das diversas formas de violência que afetam as comunidades.

Em relação ao segundo indicador do programa 1.2-Média mensal de pessoas atendidas, assim como nos três últimos trimestres, o resultado alcançado foi bastante positivo. No quarto trimestre, a meta pactuada em média de 1980 pessoas atendidas foi superada em 122%, com uma pequena redução em relação ao período anterior, contudo sendo perceptível uma superação da meta em todos os meses do período.

Quando analisados os números absolutos no decorrer do ano, salientamos o investimento das equipes, do grupo de supervisores metodológicos e da gestão social no fomento ao maior alcance de pessoas nos territórios. Esse alcance é resultado de equipes mais presentes nos territórios das áreas de abrangência, para além do espaço físico da Unidade de Prevenção à Criminalidade, promovendo mais ações de circulação e divulgação. Somente em março, quando a meta é aumentada em função do projeto institucional “É na base! PMC e Escolas de MG na Prevenção e Enfrentamento às violências contra meninas e mulheres”, não foi possível ultrapassar o número estipulado, ainda que tenha existido um expressivo aumento no número de pessoas atendidas. Nos demais meses, o número absoluto de pessoas atendidas foi acima da média pactuada, com oscilações típicas e uma diminuição no mês de dezembro, fato comum acompanhado em anos anteriores. Evidenciamos que as equipes que se mantiveram abaixo da média, como Serra, Vila Pinho, Olavo Costa e Santa Lúcia, sinalizadas no 23º Relatório de Monitoramento, estão sendo atentamente acompanhadas com o esboço e execução de mais estratégias e ações para melhor alcance do programa.

É válido ressaltar, assim como no trimestre anterior, a importância das frentes coletivas de atendimento para um maior alcance de pessoas. Em novembro, foram realizadas mais ações de organização comunitária devido aos preparativos para as execuções dos projetos de prevenção com recurso e por conta do maior investimento da equipe de supervisão metodológica em intensificar com as equipes a importância da mediação comunitária. Em dezembro tivemos um aumento no número de pessoas atendidas na modalidade de projeto, uma vez que os projetos com recurso começaram a ser executados. Entendemos que esse número mais expressivo em projetos permanecerá no primeiro trimestre de 2025, por conta, ainda, da execução desses projetos até fevereiro, prazo máximo estipulado, mas também pelos desdobramentos angariados a partir dessas intervenções. Em muitas unidades, os projetos têm possibilitado a execução de novas ações coletivas, propostas também pelos moradores, bem como maior divulgação do programa, estabilizando o número de pessoas atendidas individualmente.

Na análise no ano de 2024, o maior número de pessoas atendidas foi na modalidade de atendimento de organização comunitária, 29,6%, seguidos das pessoas que procuram atendimentos individuais, 28,5%. Acreditamos que em 2025, com cada vez mais incentivo às oficinas e estratégias de mobilização para essa frente de atendimento, o número de pessoas atendidas será equiparado entre as modalidades. Destacamos, também, que haverá maior investimento na execução de projetos o que poderá aumentar o percentual de pessoas contempladas nessa via de atendimento. Seguiremos com o desafio de ampliar o número de pessoas atendidas em atendimentos coletivos. Entretanto, como explicado no item anterior, esse é um desafio sistêmico para maior coletivização de demandas e atuação comunitária conjunta diante de demandas comuns.

Em resposta à situação específica da UPC PPL sinalizada no 23º Relatório de Monitoramento, foi realizada, pelo setor de Monitoramento e Gestão de Projetos e pela Supervisão Metodológica, uma auditoria teste nas fichas de atendimento encerradas no período de janeiro a julho de 2024. Foram observados os atendimentos realizados no ano de 2024 e suas devidas comprovações, uma vez que foram identificados erros de contabilização de dados no ano anterior. Tais erros foram, à época, sinalizados e trabalhados com a equipe tanto pela Supervisão Metodológica de referência como com a Gestão Social. Na verificação da continuidade dos erros, tanto a auditoria como outras ações foram realizadas como: acompanhamento, em parceria com a Gestão Social, junto a equipe para validação e legitimidade dos dados, supervisão in loco com foco na definição e nos critérios metodológicos para atendimento, capacitações com todas as equipes sobre a importância dos indicadores e do monitoramento para a execução da política pública, fidedignidade e análise e dados de maneira assertiva.

A partir desse incidente, a equipe de Supervisão Metodológica tem acompanhado, de forma aleatória, os instrumentos utilizados por outras equipes, e foi constatado que os erros frequentes nos registros ocorreram de maneira pontual apenas nesta Unidade. Após a auditoria, foram analisadas fichas de várias unidades, como Olavo Costa, Jardim Teresópolis, Jardim das Alterosas, Ressaca, Minas Caixa, Santos Reis, Veneza, Vila Cemig, entre outras. As observações aleatórias continuarão a ser realizadas com o objetivo de avaliar a fidedignidade e a qualidade dos dados. Reafirmamos que as capacitações foram essenciais para a compreensão da metodologia e a relevância dos indicadores para a implementação da política pública. As formações iniciais seguirão sendo realizadas, e a colaboração contínua com a Gestão Social, para monitoramento da equipe no dia a dia, é crucial para aprimorar a execução das atividades das equipes.

De forma a evidenciar a importância dos atendimentos coletivos no alcance da meta de média de pessoas, destacamos a Feira Comunitária Afro-brasileira (3ª edição) realizada pela equipe do Palmital, que manteve amplo diálogo com referências comunitárias e a rede comunitária, visando a construção do projeto de prevenção que teve como objetivo celebrar a cultura afro-brasileira, discutindo o racismo e a necessidade de medidas para combater a desigualdade racial, bem como potencializar, incentivar e valorizar a arte e o empreendedorismo local dentro do escopo da cultura afro-brasileira. Esse projeto teve amplo alcance na comunidade, tendo em vista que aconteceu no espaço aberto da UPC, que fica localizada em um local movimentado, especialmente no sábado, além de ter tido uma duração do dia inteiro, com muitas atrações de dança e exposição de produtos. Nessa conjuntura, observamos que este evento potencializou o acesso de pessoas ao Programa, possibilitando que mais pessoas da comunidade circulassem pela UPC, tendo a oportunidade de conhecer os Programas e suas potencialidades.

No que tange ao indicador 1.3 - Ações junto às redes de proteção social, o PMC superou a meta global estipulada em 102%, de forma que a meta pactuada era de 13680 ações e foram executadas 13991 ações de articulação com a rede.

Destacamos que a meta estipulada para as ações e articulações de rede contabiliza parte do trabalho que vem sendo realizado. Tais resultados, conforme salientado em relatórios anteriores, confirmam a consolidação da atuação nos territórios do Programa junto às redes de proteção social e as redes comunitárias existentes. Embora se trate de uma meta global, os dados se mantêm estáveis ao longo do ano.

Observa-se que as ações com a rede mantêm uma estabilidade com um leve aumento se comparado ao ano de 2023, conforme apresentado no gráfico a seguir, reforçando a consolidação das articulações do Programa nos territórios e sinalizando uma leve expansão na atuação das equipes, uma vez que em 2023 foram realizadas 13469 ações com a rede, já em 2024 foram realizadas 13991 ações, totalizando 522 ações com a rede a mais do que no ano anterior.

Ainda no que diz respeito às articulações de rede, reiteramos que as equipes têm diversificado as ações com a rede, estando presentes em reuniões de rede e construindo fluxos (5949), encaminhando (3378) e discutindo casos (3339) sempre que possível e necessário com a rede de proteção social, de modo que tais ações estão relacionadas, majoritariamente, com a complexidade dos casos atendidos, que requer uma atuação intersetorial qualificada e assertiva. Nessa conjuntura, o destaque das ações anuais se encontra na construção de fluxos e alinhamento institucional correspondendo a 43%, 24% de discussão de casos e 24% de encaminhamentos, esses dados estão em consonância com a essencialidade do trabalho intersetorial, pautado na construção de ações conjuntas, na discussão das dinâmicas dos territórios, nas discussões de casos específicos, no alinhamento com outros atores, possibilitando o fortalecimento do vínculo tanto com a rede socioassistencial, quanto com a rede comunitária. Por fim, a modalidade de participação em comitês e grupos de trabalho, representa 9% das ações realizadas pelas equipes, por não exigir tanto investimento da equipe uma vez que são ações que não compõem o escopo central de atuação do PMC, por se tratar de espaços que abordam temáticas transversais a segurança cidadã e discutidas pela rede.

Além desses pontos, ressaltamos que a construção do projeto de prevenção às violências com recurso contribuiu para o fortalecimento da relação da equipe com a rede comunitária e com as referências comunitárias, uma vez que para a construção do projeto perpassa pelo diálogo aproximado com esses atores. Destarte, observamos que o aumento significativo da modalidade de construção de fluxo também está relacionado com a construção dos projetos de prevenção com recurso. Nesse sentido, os projetos não fomentaram somente as articulações com as redes formais, mas, principalmente, consolidaram construções e efetivas participações da rede informal dos territórios. Um exemplo foi o Projeto de Prevenção Embolada Cultural, realizado pelo PMC Olavo Costa, a ideia do projeto partiu de uma referência comunitária com bastante vínculo com o Programa, a demanda apresentada por ele se baseava na preocupação com a baixa participação social dos

moradores. Essa referência é, também, representante da Associação Cultural LixArte, projeto social executado no território. Outras ações comunitárias já tinham sido feitas em parceria, dessa forma, o projeto de prevenção com recurso foi construído coletivamente entre a equipe, com essa e outras referências comunitárias, ampliando e consolidando as articulações com a rede informal.

Salientamos também a Feira Comunitária Afro-brasileira (3ª edição) do Palmital que foi construída em conjunto com atores da rede comunitária e da rede municipal de Santa Luzia, tal projeto teve o intuito de celebrar a cultura afro-brasileira, discutindo o racismo e a necessidade de medidas para combater a desigualdade racial, assim como fortalecer os vínculos comunitários, assim como incentivar e valorizar os artistas e empreendedores do território.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 53.712 •	• 65.869 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Mediação de Conflitos - PMC tem por objetivo promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos e da realização de oficinas. Tem como público-alvo moradores dos territórios correspondentes às áreas de abrangência das UPCs, que registram elevada incidência de criminalidade violenta. Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas e delituosas entre o seu público atendido.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo PMC, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Programa, tendo em vista a concepção de mediação comunitária.</p> <p>Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam; 5. Oficinas do Programa Mediação de conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 foram realizados cumulativamente • 65.869 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta para o trimestre era de • 53.712 •, atingiu-se 122,6% do objetivo previsto. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade.

Tabela 3 - Distribuição do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos por UPC

UPC	23º PA	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CABANA	1380	167	107	115	1769
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	783	79	50	72	984
JARDIM FELICIDADE	1066	169	167	153	1555
JARDIM LEBLON	1873	259	169	150	2451
MINAS CAIXA	875	181	112	149	1317
MORRO DAS PEDRAS	1387	175	175	129	1866
PEDREIRA PRADO LOPES	867	104	92	54	1117
PRIMEIRO DE MAIO	1035	108	96	75	1314
RIBEIRO DE ABREU	2210	212	202	194	2818

UPC	23º PA	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
SANTA LÚCIA	879	165	76	53	1173
SERRA	1561	236	182	161	2140
TAQUARIL	3720	453	281	340	4794
VILA PINHO	1648	186	139	149	2122
CITROLÂNDIA	1386	254	247	193	2080
JARDIM D AS ALTEROSAS	1673	72	107	97	1949
JARDIM TERESÓPOLIS	2475	241	171	278	3165
PTB	1592	270	234	152	2248
NOVA CONTAGEM	1910	228	199	140	2477
RESSACA	997	107	95	98	1297
CARAPINA	1305	166	127	144	1742
TURMALINA	2748	263	528	289	3828
BOM JARDIM	1279	242	157	136	1814
OLAVO COSTA	1622	203	145	237	2207
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	2486	215	304	251	3256
JUSTINÓPOLIS	610	118	70	67	865
ROSANEVES	1416	152	93	133	1794
VENEZA	1853	196	137	194	2380
PALMITAL	2343	318	421	216	3298
VIA COLÉGIO	1515	157	191	123	1986
JARDIM CANAÃ	909	121	80	78	1188
MORUMBI	1422	222	236	194	2074
MORRO ALTO	584	94	75	48	801
TOTAL	49409	6133	5465	4862	65869

Como afirmado na introdução deste relatório, superamos a meta estipulada para o Indicador 1.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, portanto, assim como no Relatório anterior, iremos destacar somente duas equipes, seja pelo aumento muito superior à meta ou indicador muito abaixo.

A equipe da PPL seguiu, nesse trimestre, abaixo da meta, executando somente 47% do número de atendimentos estipulados. Relembramos as análises descritas anteriormente, sobre o foco do trabalho da Supervisão Metodológica e da Gestão Social na capacitação da equipe para melhor qualificação de leituras de análises sociais, criminais e, principalmente, na qualidade e confiabilidade dos dados e indicadores. Com a troca da equipe e o aprimoramento do entendimento e da confiabilidade dos dados, verificou-se uma redução do indicador em todos os trimestres de 2024. É factível dizer que a meta estipulada para o ano para a equipe estava erradamente calculada, uma vez que se baseou na execução realizada em 2023. Com o aperfeiçoamento do trabalho da temos números mais reais do desempenho da equipe, sendo necessário desenvolver e ampliar ainda mais a capacidade de atuação do Programa no território. Destacamos, também, que neste trimestre, houve a mudança de endereço da UPC, deslocando a Unidade para um local um pouco mais afastado, porém também estratégico. Essa mudança reverbera nos indicadores, uma vez que o local de execução do trabalho é um fator significativo para os resultados. Tanto a equipe como os próprios moradores ainda estão se adaptando a essas mudanças, contudo essa é uma situação com impacto temporário, estratégias estão sendo criadas e realizadas para consolidação do novo local.

A equipe do PMC Bom Jardim/Esperança ultrapassou a meta estabelecida em 295%, realizando um total de 535 atendimentos ao longo do trimestre. A equipe tem investido nas modalidades de atendimentos coletivos, realizando circulações no território, qualificando a leitura sobre estes e fortalecendo o vínculo com a comunidade. Além disso, a oficina tem se apresentado muito potente neste território, tendo em vista a construção de vínculo existente entre as participantes, e que mesmo com a mudança do espaço em dezembro, a oficina apresentou um ótimo desempenho. É importante destacar que a equipe realizou o projeto "Vivências da Maturidade" no Centro Cultural Usiminas, em homenagem ao Dia Internacional da pessoa Idosa, e foi originada de uma ação comunitária no CRAS Bom Jardim, buscou responder à falta de pertencimento e oportunidades de lazer identificadas pelos idosos por meio do diálogo durante a ação comunitária. O projeto ofereceu momentos de convivência, aprendizado e valorização, com oficinas criativas, jogos pedagógicos e troca de histórias e memórias. Destarte, foi possível trabalhar a prevenção às violências contra a pessoa idosa, assim como o acesso e direito ao lazer, cultura e ocupação de outros espaços da cidade.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.980 •	• 2.440 •
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: Para além do quantitativo de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos, é importante verificar o alcance do Programa quanto ao número de pessoas atendidas por ele. Para fins desse indicador, serão consideradas as pessoas atendidas nas seguintes modalidades de atendimento, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, tendo em vista a concepção de mediação comunitária:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. casos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas do indivíduo no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos; 2. casos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, que dizem respeito aos interesses coletivos; 3. projetos: intervenções que visam a trabalhar, a partir da demanda local ou institucional, as causas imediatas e estruturais das formas violentas de administração dos conflitos; 4. ações de organização comunitária: intervenções que visam ao fortalecimento das potencialidades encontradas em cada comunidade, com a premissa de que o trabalho conjunto e a articulação comunitária propiciam transformações que, por vezes, iniciativas isoladas não possibilitam; 5. Oficinas do Programa Mediação de conflitos: intervenções coletivas realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência do Programa, com potencial em mobilização social e manejo para condução de grupos, abordando com as comunidades temáticas sobre as violências, segurança pública, direitos humanos e cidadania, além de potencializar a participação social para o enfrentamento às violências. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 foram atendidas em média • 2.440 • pessoas nas diversas modalidades de atendimentos do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 1.980 •, alcançou-se 123,2% do estabelecido. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de pessoas atendidas em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 4 - Distribuição da média mensal por UPC

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CABANA	76	48	59	61
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	75	38	35	49
JARDIM FELICIDADE	77	83	62	74
JARDIM LEBLON	70	74	39	61
MINAS CAIXA	102	39	47	63
MORRO DAS PEDRAS	63	106	46	72
PEDREIRA PRADO LOPES	59	40	51	50
PRIMEIRO DE MAIO	40	46	28	38
RIBEIRO DE ABREU	114	66	60	80
SANTA LÚCIA	114	26	40	60
SERRA	92	51	50	64
TAQUARIL	82	82	82	82
VILA PINHO	45	45	35	42
CITROLÂNDIA	140	136	106	127
JARDIM DAS ALTEROSAS	53	35	39	42
JARDIM TERESÓPOLIS	101	90	122	104

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PTB	87	61	50	66
NOVA CONTAGEM	61	75	54	63
RESSACA	64	73	52	63
CARAPINA	76	72	65	71
TURMALINA	125	445	150	240
BOM JARDIM	78	44	39	54
OLAVO COSTA	53	72	114	80
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	71	148	110	110
JUSTINÓPOLIS	79	48	45	57
ROSANEVES	61	37	54	51
VENEZA	67	41	65	58
PALMITAL	162	252	90	168
VIA COLÉGIO	73	112	51	79
JARDIM CANAÃ	97	55	58	70
MORUMBI	90	115	64	90
MORRO ALTO	65	64	28	52
TOTAL	2612	2719	1990	2440

Para o Indicador 1.2 - Média mensal de Pessoas Atendidas, também iremos destacar duas equipes, Vila Pinho e Citrolândia.

Durante o ano de 2024 a equipe do PMC Citrolândia tem conseguido superar a meta estipulada para a média mensal de pessoas em todos os meses do ano. Destacamos o envolvimento da equipe com a execução de frentes coletivas de atendimento, como o empenho na realização de ações de organização comunitária, projetos e consolidação das oficinas. É perceptível que com o aumento e uma constância no número de atendimentos dessas ações, a abrangência do Programa é mais facilitada e assertiva, justificando, assim, o aumento expressivo na média mensal de pessoas atendidas. Sinalizamos que nesse trimestre as duas oficinas do território estão em funcionamento e possibilitaram, também, o aumento dessa abrangência. Importa salientar que, também nesse período, apesar de uma dinâmica mais acentuada da criminalidade, com homicídio no local de execução de uma das oficinas, foi possível, estrategicamente, realocar excepcionalmente o local da oficina e debater sobre as questões do território com as participantes. Essa é uma prerrogativa de todas as oficinas do programa, mas ressaltamos a expertise desta oficina e do acompanhamento próximo da equipe para que diante de um fato bastante impactante para o território, intervenções sejam cuidadosamente feitas e o enfrentamento às violências seja continuamente produzido.

Ao longo do ano, a equipe do PMC Vila Pinho teve dificuldades em alcançar o indicador 1.2 que se refere à média de pessoas atendidas. Neste último trimestre a equipe alcançou apenas 49% da meta pactuada. A equipe buscou intensificar as circulações, diálogos com as referências, propuseram a construção de um grupo de mulheres, além disso conseguiram trabalhar aspectos para a consolidação de uma das oficinas que possuía poucas participantes. Embora a equipe tenha se esforçado para alcançar o indicador, ainda é necessário identificar novas referências comunitárias e fortalecer o vínculo com o território, ampliando o alcance da atuação do Programa, de modo que as estratégias de mobilização e intensificação de ações na comunidade estão sendo pensadas e construídas com a equipe.

Área Temática: Programa Mediação de Conflitos	
Indicador nº 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 13.680 •	• 14.011 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Mediação de Conflitos atua na perspectiva da mediação comunitária, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com a rede parceira. Metodologicamente, entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.</p> <p>Este indicador objetiva mensurar as ações construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do PMC, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido pelo PMC.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã e à mediação comunitária; 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social; 3. Discussão de casos com a rede de proteção social; 4. Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Programa; 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 foram realizadas cumulativamente • 14.011 • ações junto às redes de apoio do Programa Mediação de Conflitos. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 13.680 •, foi alcançado 102,4% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 5 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social

UPC	24º PA	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
CABANA	359	70	44	45	518
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	211	12	29	14	266
JARDIM FELICIDADE	255	31	25	11	322
JARDIM LEBLON	375	39	27	21	462
MINAS CAIXA	195	34	17	23	269
MORRO DAS PEDRAS	508	73	69	54	704
PEDREIRA PRADO LOPES	248	32	33	32	345
PRIMEIRO DE MAIO	402	34	31	34	501
RIBEIRO DE ABREU	308	21	33	34	396
SANTA LÚCIA	288	23	20	17	348
SERRA	456	56	48	39	599
TAQUARIL	397	29	46	34	506
VILA PINHO	299	33	26	23	381
CITROLÂNDIA	451	69	54	51	625
JARDIM DAS ALTEROSAS	147	40	25	31	243
JARDIM TERESÓPOLIS	456	55	41	36	588
PTB	224	14	16	15	269

UPC	24º PA	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
NOVA CONTAGEM	322	49	45	40	456
RESSACA	237	20	24	17	298
CARAPINA	409	47	39	37	532
TURMALINA	575	56	54	46	731
BOM JARDIM	171	20	20	20	231
OLAVO COSTA	465	56	52	60	633
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	334	31	41	42	448
JUSTINÓPOLIS	215	33	23	24	295
ROSANEVES	254	26	19	11	310
VENEZA	501	55	26	35	617
PALMITAL	497	68	52	31	648
VIA COLÉGIO	263	22	25	15	325
JARDIM CANAÃ	324	30	36	34	424
MORUMBI	344	36	35	31	446
MORRO ALTO	203	26	23	23	275
TOTAL	10693	1240	1098	980	14011

As equipes de destaque para o Indicador 1.3 - Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social, são PTB e Jardim das Alterosas. Em relação à equipe do PTB, houve uma considerável diminuição de articulação com a rede no último trimestre de 2024. A equipe tem enfrentado dificuldades, pois a própria Rede de Proteção Social do território está bastante fragilizada, seja pela alta demanda de casos ou o próprio impacto das eleições municipais na execução dos serviços. No entanto, tem sido problematizado junto a equipe o nosso papel de ser um ator ativo que fomenta e integra essa rede. Nesse sentido, a equipe tem sido provocada a se reposicionar junto aos outros equipamentos e atuar na consolidação de uma proteção social mais coletiva e eficaz. Em contrapartida, a equipe do Jardim das Alterosas tem firmado uma parceria cada vez maior junto à Rede e fomentado a participação e atuação conjunta com os equipamentos públicos que compõem a proteção social. Dentro das ações que compõem esse indicador, ganha destaque no último trimestre a participação da equipe em grupos de trabalho e demais espaços da rede que estejam discutindo temáticas de segurança cidadã, mediação comunitária e enfrentamento às violências, como também um aumento expressivo no número de discussões de caso.

Nesse sentido, a equipe tem percebido a importância das discussões para uma atuação mais completa nos atendimentos, de forma que a rede não somente auxilie na condução dos casos, mas que seja possível uma atuação integrada. Essa atuação tem reverberado de maneira positiva e eficaz na resolução das demandas atendidas, segundo relatos da própria equipe.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE CONTROLE DE HOMICÍDIOS FICA VIVO!

Contextualização Geral dos Indicadores do Programa:

O terceiro trimestre, correspondente ao 23º período avaliatório, evidencia o alcance das metas estipuladas para os indicadores 2.1 e 2.3. Para esses indicadores, houve desempenho acima das expectativas, em contraposição ao indicador 2.2, que alcançou 95% da meta estipulada.

Segue abaixo o descritivo das metas, e os quantitativos efetivamente alcançados no trimestre:

Indicador	Meta	Alcançado	%
2.1	3240	3325	103%
2.2	8910	8489	95%
2.3	83643	90324	108%

Tabela 1: Indicadores e metas

O quarto trimestre correspondente, ao 24º período avaliatório, evidenciando o alcance das metas estipuladas para os indicadores 2.1 e 2.3. Ainda que os indicadores 2.1 e 2.3 apresentem desempenho acima das expectativas, ressaltamos que 2.2 alcançou 97% da meta estipulada para este período avaliatório, superando o alcance de 94% referente ao 23º período avaliatório.

Segue abaixo o descritivo das metas, e os quantitativos efetivamente

alcançados no trimestre:

Indicador	Meta	Alcançado	%
2.1	3240	3420	106%
2.2	9315	9019	97%
2.3	114564	123690	108%

Tabela 1 – Indicadores e metas.

A partir dos dados apresentados na tabela acima, pode-se identificar o comprometimento e atuação das equipes técnicas e oficinairos frente ao trabalho desenvolvido nas áreas de abrangência. Embora as metas tenham sido alcançadas e apresentem bom desempenho, ressaltamos as especificidades e dificuldades enfrentadas pelos territórios de atuação do Programa Fica Vivo! para efetivação das mesmas.

No quarto trimestre de 2024, acompanhamos e traçamos estratégias significativas de condução às situações tangenciais ao cumprimento das metas estabelecidas para o 24º período avaliatório. Dentre as situações que impactam o alcance, ressaltamos as alterações relacionadas à organização da dinâmica social das violências e criminalidades existentes nos territórios, as reconfigurações dos quadros de oficinas atuantes nas áreas de abrangência, implicando em deslocamentos e implantações de oficinas e oficinairos. Tendo em vista que o indicador 2.2 faz referência ao número mensal de jovens participantes de oficinas, as especificidades apresentadas contribuem para a apresentação de desempenho aquém do esperado.

Considerando a necessidade de respostas e construções de intervenções às especificidades e desafios apresentados pelos territórios, a supervisão metodológica atualmente direciona cada vez mais investimentos nos espaços

de qualificação, instrumentalização e acompanhamento das equipes técnicas. A qualificação e instrumentalização se dão a partir dos espaços de formação, supervisões metodológicas e espaços de alinhamento institucional, visto a necessidade de aprimoramento do trabalho em desenvolvimento, tais como os projetos de oficinas já implantados, implantações e/ou substituições de projetos de oficinas, análise e construção de ações, elaboração e execução dos projetos de prevenção.

Para o alcance das metas estabelecidas no termo de parceria, as modalidades de atendimentos utilizadas pelo Programa Fica Vivo! contribuem significativamente para o êxito, sendo elas: atendimentos em espaços de oficinas, atendimento em espaços de projetos locais e de circulação, projetos de prevenção e atendimentos individuais.

Destaca-se no último trimestre o processo de elaboração dos projetos de prevenção, bem como a execução em alguns territórios. Até o momento, foram executados dez projetos de prevenção entre os territórios de BH, RM e interior.

A elaboração dos projetos de prevenção favorece a qualificação da leitura territorial, promoção de espaço de criação e manutenção de vínculos com as juventudes, visto a necessidade de compreender as demandas apresentadas, as intervenções pertinentes e estratégicas para cada região. Esse processo de qualificação viabiliza a ampliação dos atendimentos, tais como os atendimentos individuais. Ressalta-se o empenho e dedicação dosicineiros e analistas no processo de identificação, acolhimento. A assertividade das equipes técnicas que realizam os atendimentos além dos espaços das oficinas, tal como mencionado, implica no acompanhamento contínuo, concomitantemente ao diálogo constante junto à equipe técnica, gestão social e supervisão metodológica. No decorrer desse relatório buscamos demonstrar de maneira exemplificada as UPC's que passaram por uma série de atravessamentos que levaram ao seu destaque, positivo ou negativo, com relação aos indicadores estipulados.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.1: Média mensal de encontros de Oficinas executados por meio do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 3.240 •	• 3.420 •
Descrição do Indicador	
<p>As oficinas do Programa Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa (adolescentes e jovens de 12 a 24 anos, moradores das áreas de abrangência da Unidade de Prevenção à Criminalidade de Base Territorial) que extrapolam a dimensão do ofício.</p> <p>As oficinas devem ser realizadas, preferencialmente, por moradores das áreas de abrangência das UPCs (chamados de oficinairos), e que possuam experiência de trabalho com adolescentes e jovens anterior à chegada ao Programa. Os oficinairos se vinculam à Política de Prevenção Social à Criminalidade/Programa Fica Vivo! de forma a receber orientações no que tange a ações voltadas para a prevenção e redução de homicídios de adolescentes e jovens.</p> <p>As propostas de oficinas deverão ser selecionadas via edital público permanente e aprovadas pelas equipes técnicas do Programa Fica Vivo!, considerando a demanda local, as especificidades dos territórios atendidos e se as mesmas respondem aos objetivos e diretrizes do Programa.</p> <p>A realização de cada oficina deverá se dar, no mínimo, em 2 (dois) encontros por semana, totalizando 5 (cinco) horas semanais de execução de projeto.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a média mensal de encontros de oficinas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso será contabilizado o somatório do número de encontros de oficinas realizados em cada mês do período, dividido pelo número de meses do período avaliatório.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No que se refere especificamente ao indicador 2.1, nota-se que o Programa realizou, em média, • 3.420 • encontros de oficiais por mês. A meta estabelecida foi de • 3.240 •. Portanto, o programa superou em 106% o estabelecido. Na Tabela abaixo pode-se observar a quantidade de encontros realizados nos territórios em que as oficinas foram retomadas.

Performance do Indicador

Tabela 6 - Média mensal de encontros de oficinas executados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
CABANA	163	165	177	154
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	92	81	72	88
JARDIM FELICIDADE	117	107	114	109
JARDIM LEBLON	109	91	100	95
MINAS CAIXA	85	88	89	78
MORRO DAS PEDRAS	104	115	112	109
PPL	107	101	84	98
PRIMEIRO DE MAIO	104	85	96	81
RIBEIRO DE ABREU	135	115	127	104
SANTA LÚCIA	120	116	116	101
SERRA	130	120	119	128
TAQUARIL	104	97	131	111
VILA PINHO	112	94	84	93
CITROLÂNDIA	90	101	102	96
JARDIM DAS ALTEROSAS	83	73	77	74
JARDIM TERESÓPOLIS	83	67	83	86
PTB	92	85	81	88

UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0
NOVA CONTAGEM	161	147	154	148
RESSACA	102	88	97	89
CARAPINA	90	83	83	84
TURMALINA	73	74	67	72
BOM JARDIM	86	94	93	86
OLAVO COSTA	106	91	74	96
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	132	115	122	108
JUSTINÓPOLIS	114	122	107	104
ROSANEVES	90	89	102	88
VENEZA	156	137	140	144
PALMITAL	150	143	141	137
VIA COLÉGIO	101	93	88	98
JARDIM CANAÃ	112	103	109	100
MORUMBI	123	120	114	110
MORRO ALTO	130	118	130	125
TOTAL	3556	3318	3385	3283

No atual período avaliatório, de um ponto de vista qualitativo importante destacar as seguintes UPCs:

UPC	JUL	AGO	SET	TOTAL	MÉDIA
CABANA	163	165	177	505	165
NOVA CONTAGEM	161	147	154	462	154
VENEZA	150	143	141	434	143

Número de Encontros de Oficinas

Cabana

No que diz respeito ao número de encontros de oficinas realizados, é possível destacar que ao longo do ano de 2024, a equipe do Cabana esteve entre as que teve uma média maior de encontros realizados. Como destacado em relatórios anteriores, há fatores que consideramos relevantes para uma constância nesse número elevado de encontros realizados. O primeiro deles se refere ao quantitativo de projetos de oficinas executados. Atualmente são 19 oficinas no território, o que implica num maior número de encontros ao longo dos meses. Além disso, ocorreu nesse trimestre a implantação de uma oficina de vôlei e outra de futsal masculino, o que contribuiu para um leve aumento do número do indicador quando comparado ao trimestre anterior.

Outro fator a ser considerado é que tanto a equipe técnica, quanto osicineiros têm um trabalho consolidado no território, sendo um grupo de oficineiros mais antigo, bem como a equipe, que já atua há algum tempo na UPC Cabana. Esse ponto colabora para uma comunicação mais fluida entre oficineiros e equipe técnica, facilitando o desenvolvimento de estratégias para momentos em que possa haver alguma intercorrência, garantindo assim a execução das oficinas.

Nova Contagem

A UPC Nova Contagem atualmente possui 17 oficinas ativas e um quadro composto por 16 oficineiros. Embora o quadro de oficinas tenha passado por mudanças no último trimestre, é possível perceber o não impacto da meta estabelecida para o indicador 2.1. Ao longo do ano de 2024, Nova Contagem apresentou destaque nos períodos avaliatórios 22º e 23º, ambos referentes ao alcance das metas estabelecidas para este indicador.

A coesão é uma das características apresentadas por esse grupo de oficineiros, bem como a maneira organizada, cuidadosa e dedicada com qual se apresentam para os espaços de diálogos, construções e alinhamentos junto a equipe técnica. Ressalta-se a qualidade do acompanhamento realizado pela equipe técnica, enquanto atores que visam a orientar, acolher e construir estratégias de qualificação e instrumentalização do trabalho, mas sobretudo de organização para diminuição dos impactos desencadeados pelas especificidades apresentadas no território.

Palmital

A UPC Palmital apresenta alcance satisfatório em relação às metas estabelecidas para o indicador 2.1, referente ao número de encontros de oficinas. Percebe-se que, embora o quadro de oficinas tenha passado por significativas alterações, foi possível reduzir os impactos e construir estratégias de manutenção dos espaços das oficinas, atendimentos das juventudes e, conseqüentemente, alcance das metas. Atualmente, a UPC Palmital conta com um quadro composto por 14 oficinas e 13 oficineiros. O grupo de oficineiros se apresenta de maneira organizada, cuidadosa e aberta às considerações, ponderações e alinhamentos junto à equipe. Ressalta-se que os mesmos são oficineiros que apresentam trajetória junto ao Programa Fica Vivo!, facilidade na construção e manutenção de vínculos com as juventudes e compreensão da dinâmica territorial, o que viabiliza a consistência e efetivação dos encontros.

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0	0
TURMALINA	73	74	67	214	73
JARDIM DAS ALTEROSAS	83	73	77	233	77

Tabela 3 - Número de encontros de oficinas

Estrela D'alva

A UPC Estrela D'alva atualmente está em processo de diagnóstico e implantação. Embora as metas estabelecidas não tenham sido alcançadas, haja vista a não existência de oficinas em desenvolvimento, cabe ressaltar os avanços perceptíveis no acompanhamento da equipe no desenvolvimento do trabalho. Atualmente, a equipe do Programa Fica Vivo! composta por dois analistas, apresenta facilidade no processo de circulação e aplicação do diagnóstico, utilizando esses espaços como estratégias de construção de vínculos, compreensão da dinâmica territorial, identificação de possíveis espaços para implementação de oficinas e identificação de possíveis proponentes residentes no território.

Turmalina

No último trimestre de 2024, a UPC Turmalina apresentou alterações consideráveis na dinâmica social das violências e criminalidades, vivenciando um período complexo, com inúmeros homicídios, conflitos e restrições de circulação, elementos que impactaram diretamente na execução e reposição de oficinas. Cabe ressaltar que, no 23º período avaliatório, Turmalina não alcançou as metas estabelecidas, visto os desafios encontrados no processo de implementações/substituições de oficinas, bem como a ausência de possíveis proponentes interessados em atuar junto ao Programa Fica Vivo! e de espaços que possam receber as oficinas, que apresentem flexibilidade e compreensão dos métodos de atendimento e pactuações relacionadas à oficina como um espaço de portas abertas, cenário que até o momento não se alterou.

Jardim das Alterosas

É possível considerar que o desempenho abaixo do esperado referente ao indicador 2.1 se deve ao fato de que o Jardim das Alterosas atualmente conta com o número de oito oficinas implantadas, o que acaba por conferir uma média mais baixa de encontros realizados.

Cabe destacar que o território do Jardim das Alterosas possui uma dificuldade estrutural em realizar implantações devido ao baixo número de equipamentos públicos disponíveis para a realização de atividades. Outro fator a ser evidenciado é também a dificuldade no recebimento de propostas de projetos de oficina que se adequem aos objetivos do Programa.

No entanto, cabe destacar o empenho da equipe na alteração desse cenário, buscando expandir a busca de candidaturas de projetos pela cidade, além de reforçar o diálogo no território. Tanto supervisão como gestão social têm buscado auxiliar a equipe com o objetivo de pensar em alternativas que possam colaborar para novas implantações de oficinas no ano de 2025.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 9.315 •	• 9019 •
Descrição do Indicador	
<p>As oficinas do Programa Fica Vivo! a partir da realização de atividades esportivas, culturais e artísticas possibilitam: o estabelecimento de vínculo entre os adolescentes e jovens e o Programa; a abertura de espaços para expressão de diferenças e singularidades sem julgamentos morais e preconceituosos; a criação de espaços de reflexão sobre formas de prevenção e redução de conflitos e rivalidades violentas; a promoção da circulação de adolescentes e jovens pela região de moradia; o favorecimento da integração entre os adolescentes e jovens atendidos.</p> <p>Este indicador visa mensurar o número absoluto mensal de jovens que frequentam as oficinas executadas pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Para isso, será contabilizado o somatório do número absoluto de jovens que participaram em alguma oficina no período, dividido pelo número de meses do período avaliatório. Não poderão ser contabilizados em duplicidade os jovens que participam em mais de uma modalidade de projeto de oficina.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fórmula de Cálculo: (somatório do número absoluto de jovens que frequentaram as oficinas do Programa em cada mês do período avaliatório / número de meses do período avaliatório).</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 foram atendidos em média • 9019 • jovens nas oficinas em execução até setembro de 2024, sendo a meta de • 9.315 • alcançando 97% da meta estipulada para o Programa.

Performance Indicador

O não alcance da meta estipulada para o indicador está relacionado ao processo de implantação e encerramento de oficinas. Durante o trimestre, foram implantadas 34 novas oficinas, enquanto 28 encerraram suas atividades. Os contratos encerrados neste período tiveram diversas motivações, como razões profissionais dosicineiros, candidaturas políticas e, principalmente, a necessidade de qualificar os atendimentos oferecidos às juventudes dos territórios atendidos pelo programa.

Apesar dos encerramentos, o saldo positivo na implantação de novas oficinas aponta para um avanço gradual em direção à meta geral. Esse processo envolve a mobilização das juventudes para participarem das atividades, o que, embora tenha sido iniciado, ainda está em fase de consolidação.

Dessa forma, compreendemos que o impacto positivo das novas oficinas implantadas será mais evidente nos próximos trimestres, à medida que as juventudes dos territórios se engajem mais nas ações e encontros propostos pelo programa.

Tabela 7 - Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
CABANA	411	443	427	383
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	236	237	232	227
JARDIM FELICIDADE	334	339	333	314
JARDIM LEBLON	364	358	325	288
MINAS CAIXA	272	288	292	223
MORRO DAS PEDRAS	209	250	244	263
PPL	303	269	276	277
PRIMEIRO DE MAIO	247	248	245	230
RIBEIRO DE ABREU	302	258	231	235
SANTA LÚCIA	261	252	248	226

UPC	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	MÉDIA
SERRA	389	359	343	370
TAQUARIL	205	282	303	243
VILA PINHO	216	227	212	201
CITROLÂNDIA	175	176	177	184
JARDIM DAS ALTEROSAS	104	106	114	112
JARDIM TERESÓPOLIS	229	255	230	240
PTB	235	236	206	240
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0
NOVA CONTAGEM	335	345	348	325
RESSACA	134	157	147	129
CARAPINA	256	240	269	238
TURMALINA	157	153	135	158
BOM JARDIM	184	202	224	203
OLAVO COSTA	289	293	336	284
CRISTO REI	0	0	0	0
SANTOS REIS	308	323	324	259
JUSTINÓPOLIS	372	375	359	311
ROSANEVES	379	351	340	352
VENEZA	414	420	362	405
PALMITAL	331	406	401	360
VIA COLÉGIO	318	332	336	316
JARDIM CANAÃ	306	304	322	280
MORUMBI	308	305	279	293
MORRO ALTO	362	355	349	293
TOTAL	8945	9144	8969	8461

Abaixo, destacamos as equipes com média mensal de atendimentos significativa para o alcance da meta:

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
CABANA	411	443	427	1281	427
VENEZA	414	420	362	1196	414
PALMITAL	331	406	401	1138	401

Tabela 4 - Média mensal de jovens participantes em oficinas.

Cabana

O bom resultado alcançado no indicador 2.2 - Média mensal de jovens participantes em oficinas, se deve, de maneira predominante aos mesmos fatores apontados como relevantes no bom resultado do indicador 2.1. O fato de ser um grupo consolidado de oficineiros, a maioria pertencente e/ou com fortes vínculos com o território, e o trabalho consolidado da equipe, favorecem que o ambiente das oficinas seja visto pelos jovens como espaço de encontro. Além disso, esses pontos também contribuem para a vinculação dos jovens com o Programa no território, favorecendo uma presença maior nas oficinas. Outro ponto a se ressaltar é também o número maior de oficinas implantadas, atualmente sendo 19 oficinas.

Veneza

O Veneza possui semelhanças com a equipe do Cabana no que tange ao alcance de um bom número no que diz respeito ao indicador 2.2. Tanto equipe como oficineiros possuem um trabalho de mais longo prazo no território, o que favorece o vínculo da juventude com as oficinas do Programa. Além disso, o número de oficinas também é relevante para esse cenário. No trimestre desse período avaliatório, são 16 oficinas ativas (ao longo do ano chegou-se a 18 oficinas ativas).

Outro ponto a ser destacado como significativo para a média de jovens apresentada é o vínculo estabelecido pelos jovens com as oficinas, o que contribui para que em boa parte delas a participação seja mais ampla.

Palmital

Bem como apresentado no indicador 2.1, o alcance das metas estabelecidas para o 24º período avaliatório, no indicador 2.2, faz referência a um grupo de oficinairos com trajetória junto ao programa Fica Vivo! que se apresenta de maneira consolidada, organizada e implicada com as demandas e propostas das juventudes. A maneira como os oficinairos se apresentam, considerando os elementos que tangenciam o pertencimento e identidade territorial, favorece a construção e manutenção de vínculos já existentes com os jovens e comunidade. Cabe ressaltar que a expertise apresentada por esses atores favorece as leituras, construções de estratégias de intervenções junto ao território a partir do diálogo e acompanhamento realizado pela equipe técnica.

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0	0
JARDIM DAS ALTEROSAS	104	106	114	324	106
RESSACA	134	157	147	438	147

Tabela 5 - média mensal de jovens participantes em oficinas

Estrela D'alva

A UPC Estrela D'Alva atualmente está em processo de diagnóstico e implantação. Embora as metas estabelecidas não tenham sido alcançadas, haja vista a não existência de oficinas, conseqüentemente não efetivação de atendimentos em espaços de oficinas, ressaltamos a utilização dos espaços de aplicação dos formulários e coletas de dados, como estratégia de construção de vínculos com as juventudes e moradores da comunidade. A equipe do Estrela D'alva apresenta facilidade em estabelecer diálogos com as juventudes e na compreensão dos limites territoriais e limitações de acesso encontradas pelas juventudes e comunidade. O território abrangido pela UPC Estrela D'alva apresenta uma organização territorial marcada por grupos vinculados às criminalidades, bem como restrições territoriais pautadas por lideranças residentes ou não no território. Aparentemente essas lideranças apresentam uma atuação organizada, articulada junto à comunidade, redes informais e formais, fato que tem implicado nas tentativas de acesso à equipe do Programa Fica Vivo!

Jardim das Alterosas

No que diz respeito ao indicador 2.2, é possível considerá-lo alinhado ao indicador de número de encontros de oficina. Uma vez que há menos oficinas ativas, há um quantitativo menor de encontros em comparação a outras unidades, bem como uma média menor de jovens participantes.

A equipe vem se engajando na busca de novas propostas de projetos de oficina, de forma a ampliar os atendimentos de jovens no território. No entanto, como já assinalado, há os desafios referentes ao recebimento de propostas adequadas aos objetivos do Programa, bem como desafios referentes a espaços disponíveis para implantação. Supervisão metodológica e gestão social tem empreendidos esforços junto a equipe na mobilização de estratégias para alteração nesse cenário.

Ressaca

O quantitativo baixo apresentado pela UPC Ressaca se vincula ao início da reconfiguração do quadro de projetos de oficinas em execução, implicando desligamentos e substituições. No 23º período avaliatório, iniciamos a qualificação das demandas apresentadas pelas juventudes, desdobrando-se na readequação e/ou substituições de atividades em desenvolvimento no 24º período avaliatório, que por vezes apresentava espaços esvaziados, pouca vinculação das juventudes aos oficinairos e equipe técnica e ausência de reposicionamento de oficinairos.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 114.564 •	• 123.690 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! desenvolve, a partir do Eixo de Proteção Social, atividades individuais e coletivas realizadas por meio de atendimentos ao público.</p> <p>Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimentos individuais: são realizados pelos Analistas Sociais a adolescentes e jovens de 12 a 24 anos moradores das áreas de abrangências das UPCs. Baseiam-se, desse modo, em uma escuta e intervenção apuradas e na articulação entre os aspectos sociais e subjetivos. 2. Atendimentos Coletivos: <ol style="list-style-type: none"> 1. Projetos de Oficinas: as oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! são estratégias de aproximação e atendimento ao público do Programa e que, por serem implantadas a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, articulada à demanda dos adolescentes e jovens, podem acontecer em diferentes locais das áreas de abrangência da UPC de Base Territorial. 2. Projetos Locais: são conjuntos de ações planejadas, com início e fim determinados, a partir da análise da dinâmica social das violências e da criminalidade, devendo alcançar objetivos estabelecidos previamente e, como perspectiva, a ampliação das possibilidades de aproximação e atendimento aos adolescentes e jovens. 3. Projetos de Circulação: configuram-se como conjunto de ações planejadas a partir das especificidades de cada território e do público, com prazos e objetivos previamente definidos. Diferenciam-se, contudo, dos Projetos Locais por promoverem a circulação do público atendido para além da região de moradia, favorecendo, deste modo, a ampliação das perspectivas de circulação e de acesso à cidade. 4. Projetos (Inter) Institucionais: configuram-se como uma atividade que envolve, em um só projeto, todas as localidades atendidas pelo Programa ou a maior parte delas. São elaborados pela Diretoria do Programa Fica Vivo! e executados conjuntamente com a OS. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi de • 123.690 •, sendo a meta de • 114.564 • superada em 8%.

Esse desempenho acima do esperado é resultado do contínuo investimento na qualificação das equipes técnicas, que têm se empenhado no acompanhamento das oficinas e na execução de projetos de prevenção assertivos, assegurando a eficiência e a qualidade das ações promovidas pelo programa.

Outro fator determinante para o sucesso foi o trabalho consistente de criação e fortalecimento de vínculos com as juventudes nos territórios atendidos. Esse esforço de proximidade e diálogo é fundamental para estabelecer um ambiente de confiança e incentivar a participação ativa dos jovens nas atividades oferecidas.

A combinação desses elementos tem impulsionado o engajamento das juventudes nas iniciativas do Programa Fica Vivo, contribuindo para o cumprimento das metas e para um desempenho superior ao planejado no período.

Performance do Indicador

A tabela abaixo apresenta o número acumulado de atendimentos realizados pelo programa no trimestre, por UPC.

Tabela 8 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!

UPC	23º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
CABANA	4233	426	443	452	463
CONJUNTO ESPERANÇA/VILA CEMIG	2453	310	268	353	282
JARDIM FELICIDADE	3161	358	345	333	350
JARDIM LEBLON	2808	397	390	358	329
MINAS CAIXA	2023	347	312	316	250
MORRO DAS PEDRAS	2732	263	476	294	314
PEDREIRA PRADO LOPES	3038	339	348	370	341
PRIMEIRO DE MAIO	2282	260	261	272	256
RIBEIRO DE ABREU	2505	385	266	319	290
SANTA LÚCIA	2195	273	301	257	252
SERRA	3661	418	382	356	401
TAQUARIL	2646	248	408	430	311
VILA PINHO	2112	316	273	291	249
CITROLÂNDIA	2058	225	268	260	234
JARDIM DAS ALTEROSAS	2253	238	277	267	253
JARDIM TERESÓPOLIS	2520	320	326	310	290
PTB	2535	266	298	286	282
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0	0
NOVA CONTAGEM	3118	379	398	374	357
RESSACA	1985	213	283	252	228
CARAPINA	2765	306	494	425	333
TURMALINA	2289	197	224	183	241
BOM JARDIM	2101	213	247	377	245
OLAVO COSTA	3305	382	418	441	379
CRISTO REI	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	2807	344	407	455	334
JUSTINÓPOLIS	2844	392	465	366	339
ROSANEVES	4089	534	436	536	466
VENEZA	4396	448	456	382	474
PALMITAL	3467	362	436	420	390
VIA COLÉGIO	3144	332	338	347	347
JARDIM CANAÃ	2915	367	339	555	348
MORUMBI	2905	358	346	300	326
MORRO ALTO	2966	417	404	463	354
TOTAL	90311	10633	11333	11400	10308

A seguir, apresentamos as Unidades de Prevenção à Criminalidade que obtiveram desempenho destacado no número total de atendimentos realizados pelo programa:

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
CABANA	534	436	536	1506	534
VENEZA	448	456	382	1286	448
ROSANEVES	426	443	452	1321	443

Tabela 9 - Número Acumulado de Atendimentos Realizados pelo Programa

Rosaneves

O desempenho satisfatório da UPC Rosaneves pode ser creditado a alguns fatores, que ora destacamos. Ainda que o Rosaneves conte com um quantitativo não tão grande de oficinas (atualmente são 11 oficinas ativas), há projetos de oficina com um número muito grande de jovens. Há oficinas de futebol com mais de 50 jovens, e uma que chegou a marca de cem jovens nesse trimestre. Tal ponto evidencia o vínculo dos jovens com essas oficinas, ao mesmo tempo que destaca desafios para a sua execução, visto que o recurso dosicineiros para a execução das oficinas não abarca de forma suficiente os insumos necessários, como materiais da oficina e lanche. Ainda que os oficineiros se utilizem de parcerias para viabilizar a execução, é necessário salientar esse desafio.

Outro ponto a ser considerado para o desempenho favorável dessa equipe é a realização de projetos. Foram quatro projetos executados nesse trimestre, sendo que foram dois projetos locais e dois projetos de circulação, atendendo a um total de 326 jovens. Um exemplo a ser citado dos projetos que foram realizados foi a “Copa Fica Vivo!”, realizada em dezembro. Tal projeto foi executado com o recurso destinado aos projetos de prevenção. A modalidade foi no eixo projeto de circulação, sendo um campeonato de futebol cuja a final foi no Estádio Municipal Ailton de Oliveira, em Ribeirão das Neves. O Estádio passou por reforma recente, e os jovens desde a proposta do projeto estavam empolgados com a ideia de jogar no Estádio de sua cidade. Tal iniciativa, além da promoção do acesso à cidade por parte dos jovens, também proporciona a formação de vínculos positivos com o município onde vivem. Os resultados positivos desse projeto, que atendeu 150 jovens, evidenciam a importância dos projetos executados com um aporte de recurso financeiro ampliado, uma vez que possibilitam proporcionar ao público atendido um atendimento mais qualificado.

Veneza

No que diz respeito ao indicador 2.3, a equipe do Veneza também exibe bom desempenho devido a alguns fatores a serem aqui elencados. O primeiro deles é o quantitativo de oficinas e a boa participação de jovens nessa modalidade de atendimento. Mas, além disso, cabe destacar que é uma equipe que faz frequentemente atendimentos individuais de jovens, bem como desenvolve projetos para o atendimento da juventude do Veneza. Tais frentes de trabalho desenvolvidas pela equipe contribuem para o resultado alcançado.

Cabana

Sobre os resultados alcançados pela UPC Cabana no indicador 2.3, podemos elencar alguns fatores que os fundamentam. O quantitativo de 19 oficinas contribui para um número maior de jovens atendidos em oficinas, uma vez que a participação dos jovens nessa modalidade no território é bem satisfatória. Sobre as outras modalidades de atendimento, também é relevante destacar o engajamento da equipe na execução de projetos, sejam locais, sejam de circulação, bem como o quantitativo de atendimentos individuais realizados. Cabe destacar que é uma equipe que se lança constantemente na vinculação com a juventude do território, o que potencializa o bom desempenho nas variadas formas de atendimento do Programa.

UPC	OUT	NOV	DEZ	TOTAL	MÉDIA
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0	0
TURMALINA	197	224	183	604	197
BOM JARDIM	213	247	377	837	247

Tabela 7 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo programa.

Estrela D'alva

UPC Estrela D'Alva atualmente está em processo de diagnóstico e implantação. Embora as metas estabelecidas não tenham sido alcançadas, haja vista a não existência de oficinas e, conseqüentemente, não efetivação de atendimentos, faz-se relevante apontar que alguns elementos norteadores para o desenvolvimento do trabalho foram apresentados nos indicadores 2.1 e 2.2.

Turmalina

Assim como no Indicador 2.1, a UPC Turmalina encontrou dificuldades em atingir a meta estabelecida para o 24º período avaliatório referente ao indicador 2.3. Como mencionado no indicador 2.1, o último trimestre de 2024 foi marcado por alterações e impactos significativos atrelados à organização da dinâmica social das violências e criminalidades. Compreende-se que o não alcance das metas estabelecidas relaciona-se aos impactos causados pelo aquecimento da dinâmica territorial, ocasionando restrições de circulação desencadeadas por conflitos, homicídios e reconfigurações territoriais.

Bom Jardim/Esperança

Sobre o desempenho aquém do ideal apresentado pela UPC Bom Jardim/Esperança, podemos destacar alguns elementos a serem considerados. Ocorreram desligamentos de duas oficinas nesse trimestre, sendo uma delas de futsal masculino, que atendeu que atendia mais de 30 jovens por mês no último trimestre. No entanto, é importante evidenciar que ocorrem implantações de três novas oficinas: uma de futsal em outubro, outra de futsal em novembro, e uma de vôlei em dezembro. Dessa maneira, espera-se ampliar paulatinamente o número de jovens atendidos.

Outro desafio enfrentado pela equipe refere-se ao baixo número de jovens em algumas oficinas, sendo as oficinas de percussão e de hip hop as que tem tido mais dificuldade de manter a regularidade de um número superior a dez jovens mensalmente nas oficinas. Sob acompanhamento de gestão e supervisão, a equipe vem traçando estratégias variadas a fim de alterar esse cenário. Estão entre elas: maior divulgação dessas oficinas, reuniões individuais com osicineiros para alinhamento, eventuais alterações de horário e local. Houve um resultado satisfatório no mês de dezembro, em que ambas tiveram certo aumento no número de jovens atendidos. No próximo período avaliatório será acompanhado se haverá estabilização do número de jovens num patamar mais alto.

Sobre o trabalho executado pela equipe, além do acompanhamento das oficinas, cabe destacar o desenvolvimento de projetos no atual período avaliatório, bem como a realização de atendimentos individuais.

Destaques 2024

Projetos de prevenção

No atual período avaliatório foram executados 10 projetos de prevenção, abrangendo equipes de UPC's de BH, RMBH e interior. Como descrito anteriormente nesse relatório, os projetos são um importante instrumento de vinculação com o público, possibilidade de ampliação para outras formas de atendimento, além de promover de maneira intensa o Programa no território. Aqui destacaremos algumas iniciativas, a título de ilustração:

Projeto de Prevenção Morro das Pedras/Ventosa

20/11 - Projeto Prevenção: Santa Sofia (130 jovens)

No dia 20, foi realizada a execução do Projeto Prevenção Mostra Santa Sophia. Em uma construção conjunta com osicineiros, gestão social e supervisão metodológica, o evento teve por objetivo fomentar a circulação e aproximação da equipe técnica, oficinas e jovens à região do Santa Sofia, microterritório que compõem a área de abrangência do Morro das Pedras.

Tendo em vista a intensificação da dinâmica criminal apresentada na microrregião, fez-se relevante a construção e execução do projeto de prevenção considerando os desafios encontrados nos atendimentos direcionados às juventudes, pois atualmente possuímos poucas oficinas que viabilizem acesso à juventude local. Haja vista os elementos metodológicos tangenciais ao programa Fica Vivo! e, considerando as diversas possibilidades de atendimentos. O projeto Santa Sophia se constitui enquanto estratégia de acesso, circulação e construção de vínculos, além da visibilidade direcionada ao programa.

Projeto de prevenção Olavo Costa

Em 14/12 foi executado o Projeto de Prevenção "Vem com Fica Vivo!", com o objetivo de ampliar e fortalecer a rede de proteção integral socioassistencial que atende as juventudes. Os jovens, muitas vezes, relatam através de suas experiências que essa Rede, apesar de já constituída e identificada pelo Programa, tem se apresentado distanciada às demandas das juventudes do território, que por sua vez manifestam descontentamento e desconhecimento quanto ao atendimento e funcionamento desses equipamentos e serviços. A partir da percepção dessa questão, cabe a realização de

ações de mobilização social na área de abrangência da UPC que visem a ampliação e fortalecimento da Rede de proteção integral das juventudes, bem como reforçar o lugar do programa enquanto referência no atendimento a esse público. Dessa maneira, para superar esse cenário foi pensada a promoção de eventos que oportunizem o encontro entre as juventudes, o Programa e a Rede, na busca de facilitar o diálogo e construção de soluções entre esses atores. Nessa perspectiva, a proposta desse projeto foi a realização de um Festival comemorativo de encerramento do ano de 2024, onde aconteceram apresentações artísticas e culturais, mostra de oficinas, prestação de serviços públicos e comunitários. O evento foi planejado para oferecer atrações e prestação de serviços que fossem capazes de interessar e mobilizar a participação das juventudes do território.

Projeto de prevenção Rosaneves

No dia 14/12 foi realizada a Copa Fica Vivo!, projeto de prevenção do eixo de circulação. O projeto se desenvolveu nas seguintes etapas: fases eliminatórias das oficinas nos territórios e a realização da final no Estádio Municipal de Ribeirão das Neves. Foram atendidos 150 jovens no total. O projeto possibilitou aos jovens acesso à cidade; o desfrutar do exercício de prática esportiva e competição sadia; a possibilidade de vivenciar a própria cidade para além dos estigmas recorrentes vinculados a ela. Tais fatores contribuem para que a juventude atendida possa ampliar seus olhares com relação ao município onde vivem, além de poder vivenciar a prática esportiva num espaço que era de intenso interesse deles. Cabe destacar o empenho tanto de oficinairos com da equipe no atendimento aos jovens bem como a articulação da gestão social na parceria com o estádio, para que fosse possível a realização da final da Copa Fica Vivo! Rosaneves.



Projeto de prevenção Rosaneves

Capacitações

As capacitações integram o eixo de desenvolvimento metodológico dos profissionais, juntamente com a realização de supervisões metodológicas. Ambos se configuram como instrumentos pedagógicos e qualificadores da execução do trabalho das equipes nos territórios. Destacamos aqui a capacitação de fechamento do ano, realizada em dezembro:

Cartografia Social

Destacamos no último trimestre de 2024 o encontro de formação, realizado no dia 17/12, que contou com a participação de 53 analistas e 3 gestores. Teve por objetivo a apresentação, discussão e aplicação da temática Cartografia Social, visto a possibilidade de utilização do método nos territórios de atuação do Programa Fica Vivo!.

A atividade foi conduzida pelo palestrante Gustavo de Oliveira Campos. Formação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia, mestrando e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial na Instituição PUC Minas. O palestrante tem atuação enquanto educador social e analista multidisciplinar, contribuindo em assessoria política e técnica em desenvolvimento territorial. A sua experiência profissional abrange comunidades periféricas urbanas, trabalhadores rurais, povos e comunidades tradicionais, tais como indígenas, quilombolas e povos de terreiro.

A atividade foi organizada em dois momentos, conceitual e prático, em ambos houve a participação ativa dos analistas. No primeiro momento, os analistas sociais apresentaram dúvidas e compartilharam vivências e especificidades territoriais. Já no segundo momento, foi realizada a produção de mapas dos territórios, a partir das técnicas desenvolvidas pelo palestrante, ressaltando a riqueza de detalhes, a qualificação da leitura territorial apresentada pelas equipes técnicas, a compreensão do funcionamento e fluxo das redes atuantes nas áreas de abrangência.

Ressaltamos que destacamos o encontro de formação descrito acima, visto os impactos positivos e devolutivas das equipes técnicas que participaram do espaço, considerando os efeitos de instrumentação e prática. A técnica trabalhada no espaço de formação viabilizou, após o retorno aos territórios, a construção dos mapas das áreas de abrangência, a identificação dos limites territoriais, e a conexão existente entre microterritórios, elementos fundamentais para a construção de ações e intervenções, bem como para a construção de estratégias de aproximação junto aos oficinairos, a ampliação dos atendimentos direcionados às juventudes, implementações de atividades e oficinas nos territórios e ações que dialoguem junto à prevenção.

Área Temática: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Indicador nº 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção Estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 641 •	• 711 •
Descrição do Indicador	
<p>Em complemento ao Eixo Proteção Social, o Eixo Intervenção Estratégica é resultado da articulação interinstitucional entre a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, as Polícias Militar e Civil, Ministério Público, Poder Judiciário, Órgãos Municipais de Segurança Pública e Gestão Social como representantes da OS.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações de Intervenção Estratégica:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. reuniões dos Grupos Especiais de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais com a Gestão Social de Base Territorial e equipes técnicas, que ocorrem, no mínimo, 1 (uma) vez ao mês em cada território de atuação e que possuem como pauta aquelas definidas na Resolução Conjunta SEDS-PMMG nº 160/2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta entre o GEPAR e as UPCs. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões com o GEPAR, conforme a Resolução Conjunta supra. 2. reuniões preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) ocorridas entre a Gerência de Intervenção Estratégica, da SUPEC, e a Gestão Social, com o objetivo de promover o alinhamento sobre as pautas a serem apresentadas, no âmbito da proteção social, pela gestão social no espaço do GIE, além de favorecer a qualificação tanto da atuação da gestão social neste espaço, quanto o desenvolvimento das ações de proteção social. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, as reuniões preparatórias para o GIE. 3. reuniões ordinárias dos Grupos de Intervenção Estratégica (GIE) com a participação da Gestão Social de Base Territorial, representando a proteção social de cada um dos territórios atendidos. O GIE objetiva a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas por meio da ampliação da assertividade e da tempestividade das ações repressivas realizadas nas áreas de abrangência do Programa. Nesta modalidade, serão contabilizadas, cumulativamente, cada ação de representatividade da proteção social realizada por meio dos gestores sociais no espaço do GIE. Desta forma, nos casos em que o gestor social estiver representando mais de 1 (uma) UPC, serão contabilizadas tantas ações de representatividade da proteção social quantas feitas pelo referido gestor social na mesma reunião do GIE. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPCs à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 foram realizadas cumulativamente • 711 • ações de intervenções estratégicas no Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 641 •, foi realizado além do esperado. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Como de conhecimento, a partir da assinatura do V Aditivo ao Contrato de Gestão, a ação "Reuniões Preparatórias para os Grupos de Intervenção Estratégica" passou a compor o Indicador 2.4 do Programa Fica Vivo! "Número acumulado de ações de intervenção Estratégica realizadas por meio do Programa Fica Vivo!". Essas reuniões se somam às ações "Reunião mensal com GEPAR" e "Participação da Gestão Social representando a proteção social nos GIEs", a partir do mês de agosto de 2021.

Nos documentos elaborados a partir das Reuniões Preparatórias para o Grupo de Intervenção Estratégica, a Gerência de Intervenção Estratégica alinha as pautas que serão apresentadas pela proteção social, avaliando os principais pontos das discussões da dinâmica e as ações desenvolvidas pela Proteção Social por intermédio dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos para responder a cada uma das demandas apresentadas pela dinâmica social das violências e criminalidade de cada território.

Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 9 - Distribuição das ações de intervenção estratégica por tipo e UPC

UPC	23º PA	OUTUBRO			NOVEMBRO			DEZEMBRO			TOTAL
		GEP AR	GIE	RP-GIE	GEP AR	GIE	RP-GIE	GEP AR	GIE	RP-GIE	
CABANA	14	1	0	1	1	1	0	1	0	0	19
CONJUNTO ESPERANÇA/ VILA CEMIG	17	1	0	1	1	0	0	1	0	0	21
JARDIM FELICIDADE	20	1	1	1	1	0	0	1	0	0	25
JARDIM LEBLON	18	1	1	1	1	0	0	1	0	0	23
MINAS CAIXA	18	1	1	1	1	0	0	1	0	0	23
MORRO DAS PEDRAS	37	2	0	2	2	1	0	2	0	0	46
PEDREIRA PRADO LOPES	17	1	1	1	1	0	0	1	0	0	22
PRIMEIRO DE MAIO	20	1	1	1	1	0	0	1	0	0	25
RIBEIRO DE ABREU	28	1	2	2	1	0	0	1	0	0	35
SANTA LÚCIA	17	0	1	1	1	0	0	1	0	0	21
SERRA	14	1	1	1	1	0	0	1	0	0	19
TAQUARIL	18	1	1	1	1	0	0	1	0	0	23
VILA PINHO	16	1	0	1	1	0	0	1	0	0	20
CITROLÂNDIA	15	1	0	1	1	0	0	0	0	0	18
JARDIM DAS ALTEROSAS	17	1	1	1	1	0	0	1	0	0	22
JARDIM TERESÓPOLIS	16	1	0	1	1	0	0	0	0	0	19
PTB	15	1	1	1	1	0	0	1	0	0	20
ESTRELA D'ALVA	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
NOVA CONTAGEM	17	1	0	0	1	1	1	1	0	0	22
RESSACA	17	1	0	0	1	1	1	1	0	0	22
CARAPINA	15	1	1	1	1	0	0	1	0	0	20
TURMALINA	17	1	1	1	1	0	0	1	0	0	22
BOM JARDIM	13	1	1	1	1	0	0	1	0	0	18
OLAVO COSTA	17	1	0	0	1	1	1	1	0	0	22
CRISTO REI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SANTOS REIS	17	1	0	0	1	1	1	1	0	0	22
JUSTINÓPOLIS	17	1	0	0	1	1	1	1	0	0	22
ROSANEVES	16	1	0	0	1	1	1	1	0	0	21
VENEZA	15	1	0	0	1	1	1	1	0	0	20
PALMITAL	12	1	0	0	0	1	1	0	0	0	15
VIA COLÉGIO	19	2	0	0	0	1	1	0	0	0	23
JARDIM CANAÃ	14	1	1	1	1	0	0	1	0	0	19
MORUMBI	16	1	1	1	1	0	0	1	0	0	21
MORRO ALTO	14	1	1	1	1	0	0	1	0	0	19
TOTAL	553	33	18	25	31	12	10	29	0	0	711

A reunião mensal entre a unidade de prevenção e o Gepar é uma diretriz estabelecida na Resolução conjunta no decreto 160 de 2013. Ela tem o objetivo de aprimorar a articulação e atuação conjunta entre a Unidade de Prevenção à Criminalidade (UPC) e o Grupamento de Intervenções Estratégicas em Áreas de Risco (GEPAR).

Conforme metodologia do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! nesses espaços de articulação devem ser abordados assuntos relacionados à dinâmica das violências e da criminalidade, com o propósito de construção, avaliação e monitoramento de ações conjuntas na prevenção da violência e na promoção da segurança.

Como desdobramentos dos encontros, espera-se o aumento da segurança na área de abrangência das unidades de prevenção e a execução de ações assertivas no território, pautadas no conceito de segurança cidadã. Esses encontros devem, também, favorecer a interlocução entre a repressão qualificada e a proteção social.

No 24º período avaliatório do Contrato de Gestão, que compreende os meses de outubro, novembro e dezembro, foram realizadas 93 (noventa e três) reuniões entre a Gestão Social e o GEPAR, em detrimento de 10 (dez) justificativas apresentadas para a não realização do encontro.

Atualmente somam-se um total de 32 unidades de base territorial implantadas e 01 (uma) em processo de diagnóstico de implantação, a saber UPC Estrela D'alva. Destacamos que o número de reuniões entre UPC e GEPAR são maiores que o número de unidades devido alguns territórios serem atendidos por mais de uma CIA da PMMG ou até mais de um BPMMG, por essas singularidades expostas, podemos considerar que este número total pode flutuar entre 32 e 35 encontros mensais realizados.

Temos que considerar, também, os casos de reuniões extraordinárias, para além da estabelecida mensalmente, que podem ocorrer pontualmente, por conta de aquecimento da dinâmica criminal ou alinhamentos necessários para a manutenção desta parceria.

Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atas produzidas a partir das reuniões realizadas pela Gestão Social de cada Unidade de Prevenção de base territorial com o Gepar.

Desta forma, no mês de outubro foram produzidas 33 (trinta e três) atas em detrimento de 2 (duas) justificativas para não realização da reunião. Seguem as justificativas: UPC Santa Lúcia - no mês de outubro a reunião mensal com o Gepar não foi realizada por incompatibilidade de agendas entre a Gestão Social e a Tenente responsável pelo grupamento, que esteve em férias naquele período. UPC Ribeiro de Abreu que responde pela área da CBTU - a reunião com comandante do GEPAR 18ª CIA PMMG responsável pela CBTU foi realizada pela gerência de intervenção estratégica, não sendo contabilizada para este indicador.

Em novembro foram 31 (trinta e uma) atas em detrimento de 3 (três) justificativas para a não realização da reunião. Seguem as justificativas: UPC Palmital - a não realização da reunião com GEPAR 69, devido às recentes alterações do comandante geral da CIA 69, bem como do comandante do grupamento GEPAR. O alinhamento dos horários de reunião tem sido um ponto dificultador, nos meses de outubro e novembro, o comandante só apresentou disponibilidade noturna dificultando a organização dos demais analistas. UPC Via Colégio (são previstas 2 reuniões e foram realizadas 0 - (zero), a gestão social justifica a não realização da reunião com GEPAR 69 e GEPAR 71, ocorreram alterações recentes tanto do comandante geral da CIA 69, como do comandante do grupamento GEPAR. Em relação ao GEPAR 71, o comandante estava afastado devido a um procedimento cirúrgico e o grupamento não tinha nenhum profissional destacado para cumprir a agenda. UPC Ribeiro de Abreu, responsável pela CBTU - a Gestão Social foi informada que a área da CBTU não é mais uma área de abrangência que será acompanhada pela UPC Ribeiro de Abreu.

Já no mês de dezembro foram 29 (vinte e nove) atas em detrimento de 5 (cinco) justificativas para a não realização da reunião. Seguem as justificativas: As UPCs Palmital e Via Colégio do município de Santa Luzia representam um total de 03 atas do GEPAR, a Gestão Social apresenta a mesma justificativa do mês de novembro referente as Companhias da PMMG 69 e 71, sem maiores avanços com os comandantes do GEPAR, o problema já foi apresentado para Gerência de Intervenção Estratégica. CBTU a partir de discussão da OS e Estado ficou referenciado articulação Estadual para decisão da retirada ou não do território de abrangência do ribeiro de Abreu, quanto a UPC Citrolândia não houve a reunião em função das férias do Comandante, ainda que tenha deixado referência à reunião, a Gestão Social em contato foi informada que não haviam elementos para discussão territorial e de dinâmica e problematizado a ausência desse encontro, foi disponibilizado agenda somente em datas as quais eram pontos facultativos/feriados ou horários sem possibilidade de alcance das equipes. Por último, a UPC Jardim Teresópolis não realizou a reunião pois na data agendada a referência do Grupamento não compareceu justificando chamamento à operação policial no território e após atravessamento de gozo de férias do mesmo Comandante.

Quanto às reuniões preparatórias para o encontro do GIE, e que também é uma ação de Intervenção Estratégica e compõe este indicador, consiste na discussão prévia entre a gerência de intervenção estratégica e a gestão social. Neste momento, esses atores realizam o alinhamento das pautas que serão apresentadas no encontro do grupo de intervenção estratégica, identificando quais os principais desafios enfrentados naquele território, bem como as ações desenvolvidas pelos programas da política de prevenção à criminalidade enquanto resposta à dinâmica social das violências e criminalidades. Nesse sentido, as reuniões preparatórias tendem a ocorrer no dia que antecede o encontro do GIE. Importante destacar que os encontros do GIE para discussão dos territórios ocorrem bimestralmente, logo, as reuniões preparatórias ocorrem com a mesma periodicidade antecedendo o encontro do GIE.

No período que compreendeu o 24º PA, ocorreram 35 (trinta e cinco) Reuniões Preparatórias para o GIE (RPGIE), sendo, 25 (vinte e cinco) realizadas no mês de outubro, 10 (dez) no mês de novembro e 0 (zero) reuniões no mês de dezembro. Cabe destacar que no mês de dezembro não ocorrem encontros do GIE com o objetivo de discutir os territórios, apenas uma reunião de fechamento do ano. As pautas do GIE Vida contemplam as discussões sobre os aglomerados de Belo Horizonte,

Região Metropolitana e interior de Minas Gerais onde temos a implantação do programa Fica Vivo! e do grupamento da polícia militar, GEPAR.

A última ação que compõem este indicador é a presença da gestão no grupo de intervenções estratégicas – GIE. Este é um encontro formal conduzido pelo Ministério Público e que conta com a participação de diversos atores envolvidos com a segurança pública, dentre eles: representantes das delegacias de homicídios, comandantes do GEPAR, representantes da prefeitura, gestão social e outros. Localizado no eixo “Intervenção Estratégica” do programa Fica Vivo, o GIE tem como objetivo principal “a prevenção e a redução de conflitos e rivalidades violentas, por meio da ampliação da assertividade e tempestividade das ações realizadas nas áreas de abrangência do Programa”.

Em outubro foram realizados os 07 (sete) encontros previstos a serem realizados em BH, RMBH e Interior, a gestão esteve presente na discussão de 18 (dezoito) territórios, e ausentes na discussão de 03 (três) territórios, sendo esses: Morro das Pedras, Citrolândia e Jardim Teresópolis, os motivos para ausência foram as férias da gestão social de referência. Os territórios com participação da gestão social foram: Morro Alto, Jardim Canaã, Morumbi, Bom Jardim/Esperança, Santa Lúcia, Serra, Pedreira Padre Lopes, Taquaril, Turmalina, Carapina, Jardim Leblon, MinasCaixa, Jardim Felicidade, Primeiro de Maio, Ribeiro de Abreu, CBTU, PTB e Jardim das Alterosas. Totalizando 18 (dezoito) assinaturas.

Em novembro foram realizados os 06 (seis) encontros previstos a serem realizados em BH, RMBH e Interior, a gestão esteve presente na discussão de 12 (doze) territórios, e ausentes na discussão de 02 (dois) territórios, sendo esses: Vila Pinho e Vila Cemig, os motivos para ausência foram as férias da gestão social de referência. Os territórios com participação da gestão social foram: Palmital, Via Colégio, Veneza/Alterosas, Justinópolis, Rosaneves, Santos Reis, Olavo Costa, Nova Contagem, Estrela Dalva e Ressaca, Ventosa e Cabana. Totalizando 12 (doze) assinaturas.

Já em dezembro foi realizado 01 (um) encontro de Reunião de Encerramento Anual GIE Vida - 2024, integrando os territórios de BH, RMBH e Interior. Cabe ressaltar que a reunião de encerramento não é contabilizada para fins do indicador, por não haver discussões e encaminhamentos das dinâmicas sociais e criminais dos territórios.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SE LIGA

Contextualização Geral dos Indicadores

Belo Horizonte e região metropolitana

O último trimestre no Programa Se Liga BH foi marcado pelo fortalecimento do vínculo com o público egresso e da apropriação da Unidade de Prevenção à Criminalidade pelos adolescentes e jovens atendidos. Nos meses de outubro, novembro e dezembro observamos um aumento considerável na frequência desses jovens que, além de buscar atendimento individual, utilizam o espaço como um local de convívio, socialização e apoio. Essa procura indica que a UPC vem preenchendo uma lacuna importante na oferta de serviços para esse público, proporcionando um ambiente acolhedor e seguro que respeita às suas particularidades e vulnerabilidades. Contudo, o processo de aproximação de alguns jovens à unidade de prevenção é um fenômeno que ainda necessita de análise e estudo. No entanto, é possível identificar alguns elementos que podem contribuir para essa análise. O primeiro é a localização central do Programa, que facilita a circulação da juventude no espaço urbano. Outro ponto importante, que complementa o anterior, é a oferta de tarifas sociais, que permite que os jovens transitem pela cidade e atendam às necessidades do dia a dia. A dinâmica estrutural que organiza a participação dos jovens no Programa muitas vezes apresenta fatores que favorecem sua maior presença na unidade de prevenção, como a situação de rua e a falta de uma rede de apoio.

Embora a cidade ofereça outros centros de referência para jovens, os atendidos pelo Se Liga encontram na UPC um espaço mais adequado às suas vulnerabilidades específicas. Cabe ressaltar que as trajetórias de vida do público do Programa Se Liga são marcadas pela criminalização, pelo estigma e pelas consequências de um sistema judicial que os marginaliza, dificultando seu acesso à cidade. Sendo assim, a UPC se evidencia por criar um ambiente de confiança e pertencimento, onde os jovens se sentem à vontade para expressar suas dificuldades e construir vínculos com seus pares e com os profissionais do Programa.

Outro fator que justifica essa maior apropriação dos jovens junto à UPC é a consolidação da política pública representada pelo Se Liga. Considerando que atualmente nos encontramos em um momento de estabilidade na equipe técnica, os processos metodológicos vêm sendo cada vez mais aperfeiçoados e aplicados com maior rigor. Esse fator pode ser representado pelo indicador de número acumulados de atendimento realizados pelo programa Se Liga, que apesar de leve decréscimo no número geral anual, obteve maior expressividade na ação Atendimento Individual, passando de 138 nos meses de julho, agosto e setembro para 189 no trimestre de referência deste relatório, um aumento de 36.96% nessa ação.

Zona da Mata

As fragilidades sociais identificadas no acompanhamento dos adolescentes e jovens do Programa Se Liga são persistentes, ressurgindo com frequência, mesmo em períodos com menor registro. Como fatores, podem-se citar, as condições socioeconômicas, as quais abarcam os adolescentes/jovens e seus familiares e, através da realidade social e da falta financeira. As relações familiares, que de maneira geral são de vínculos fragilizados e/ou rompidos, gerando consequências emocionais e financeiras. A predominância de casos de saúde mental, gerando um descompasso no entendimento sobre as ações e consequências; situações de violações de direito, que, além do infligido, da falta de acompanhamento da rede socioassistencial; da falta de acesso aos espaços da cidade/bairro, através de restrição de circulação imposta por questões de conflito. A evasão escolar no início da adolescência para ocuparem papéis no tráfico, gerando defasagem escolar quando na busca por empregos formais, além de permanecerem na rua por longos períodos ainda muito novos.

Com o período das festas de final de ano é possível observar um movimento dos jovens pela busca de algum tipo de inserção no mercado de trabalho, mesmo que de forma informal em vagas temporárias. Em ênfase, pode-se destacar o fator de vulnerabilidade psíquica, o qual se potencializa a partir do descaso da rede de proteção social em realizar acompanhamento dos casos encaminhados. Em conjunto, estes fatores mencionados acima, contribuem para que o acompanhamento do Programa Se Liga se esbarre em questões elementares da vida destes sujeitos.

O último trimestre o Programa Se Liga regional Zona da Mata foi realizada a tão esperada e necessária mudança da sede do programa do território do bairro Olavo Costa, para o centro da cidade em Juiz de Fora. A sustentação dos indicadores dos trimestres passados se deu a partir de uma organização prévia e estratégias da equipe junto as unidades socioeducativas

na etapa de pré inclusão, assim como, de realizar atendimentos em locais viáveis para os adolescentes/jovens acompanhados pelo Programa, visitas domiciliares, atendimentos virtuais, inúmeras articulações e discussões de casos com a rede e atendimentos virtuais.

Triângulo Mineiro

O Se Liga Triângulo Mineiro foi instalado em outubro de 2024 e no mês de novembro iniciou o atendimento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, neste mês o programa não contou com nenhuma adesão de egresso dessas medidas. Apesar de não contar com nenhuma adesão de egressos em razão do vínculo ainda a ser construído, foi possível formar um quadro da situação dos adolescentes e jovens que é capaz de contribuir em grande medida com a atuação do Programa. Tupaciguara: trata-se de uma cidade muito pequena que recebeu uma Unidade Socioeducativa e de certo modo se tornou referência para outros municípios, pois a maioria dos treze adolescentes internados no CSE Tupaciguara não é da cidade (mas do pontal do Triângulo Mineiro) e não pretende residir em nenhum dos três municípios em que o Se Liga se baseia, atualmente dois dos adolescentes são de Tupaciguara e um de Uberlândia. Esse cenário coloca uma vulnerabilidade que é a da articulação com família, sociedade e rede de proteção que receberão esses sujeitos após o cumprimento da medida. Essa distância afeta negativamente os jovens e adolescentes não apenas do ponto de vista emocional, mas inclusive do ponto de vista dos eixos da medida socioeducativa. Em Uberaba e Uberlândia o cenário é diverso, em grande medida os adolescentes e jovens que cumprem as medidas estão baseados ou em Uberaba ou em Uberlândia e assim o acompanhamento pela rede e inclusive pelo Se Liga é facilitado.

Na questão das vulnerabilidades percebidas no público do Programa durante atendimentos, percebe-se o desamparo ou até mesmo ausência familiar, a pobreza e as perspectivas de trabalho como graves fatores. Há ainda um ponto que é o da sedução da juventude pelo tráfico, o público jovem vulnerabilizado encara o tráfico como uma via única para uma vida bem-sucedida e possui poucas esperanças de futuro em trabalhos considerados pelos próprios jovens como mal remunerados. As vulnerabilidades do público feminino passam por essas questões, mas aparecem especificidades. A CSL Feminina Uberlândia conta com três adolescentes, todas com histórico de saúde mental (uma delas recebeu a medida após "destruir" o CAPS Infantil durante um surto), soma-se a isso históricos de violência sexual, desamparo face à rede de proteção, eventual envolvimento com a criminalidade intermediado por namorados ou ficantes. Uma impressão inicial é a parece ser comum em Uberlândia um adolescente receber a medida de semiliberdade ao ser desligado da medida de internação, isso provoca consternação nos jovens e adolescentes, que, segundo relatos chegam à audiência concentrada já pedindo para não serem enviados à CSL. Essa situação cria problemas para o acompanhamento do adolescente e jovem, pois ele passa a ser acompanhado por uma equipe totalmente nova na CSL, de modo que é como se começasse a cumprir a medida do zero. Do ponto de vista do Se Liga, é como se o adolescente já vinculado ao programa e tratado como pré-egresso voltasse à estaca zero, o que pode quebrar a confiança depositada no programa e na equipe.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.940 •	• 3.420 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Se Liga visa corroborar para a construção de alternativas ao ato infracional a partir do atendimento de adolescentes/jovens que concluíram, ou estão em processo de desligamento, das medidas socioeducativas - MSE de semiliberdade ou internação. Desse modo, para o alcance deste objetivo, o Programa realiza atividades coletivas e/ou individuais por meio de atendimentos nas seguintes modalidades:</p> <p>1. Eixo Pré-egressos e Pré-inclusão:</p> <p>a. Atividade de apresentação individual: atendimento realizado pelo Analista Social de referência, na UPC do Programa, aos adolescentes em processo de desligamento das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação e que são da área de abrangência do Programa. Baseiam-se em uma escuta e intervenção apuradas que visam a vinculação do atendido com o Programa Se Liga.</p> <p>b. Atividade de apresentação coletiva: modalidade de atendimento dinâmica, lúdica e participativa, desenvolvida pela equipe técnica do Programa, promovida dentro das Unidades Socioeducativas, destinadas aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de semiliberdade ou internação, que se encontram em processo de desligamento e que sejam da área de abrangência de atendimento do Se Liga, com o objetivo de despertar o interesse deste público ao apresentar as propostas, possibilidades de intervenção e formas de acesso a esta política pública.</p> <p>c. Atividades Internas: atividades desenvolvidas nas Unidades Socioeducativas cujas temáticas sejam atinentes ao período pós-desligamento e que são destinadas aos adolescentes em processo de desligamento das MSE das áreas de abrangência do Programa, fomentando o vínculo com o/a analista e estagiário/estagiária de referência, aumentando assim a possibilidade de adesão futura ao Programa.de.</p> <p>d. Atividades Externas: atividades ofertadas fora das Unidades Socioeducativas com o objetivo de oportunizar ao público foco, o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos disponíveis na cidade e na rede de proteção, além de estabelecer e/ou fortalecer os vínculos dos adolescentes com o Programa, podendo agregar, quando possível, adolescentes de mais de uma Unidade Socioeducativa.</p> <p>e. Ações com familiares: ações pontuais construídas junto à unidade socioeducativa e que proporcionam espaços de fortalecimento do vínculo entre os adolescentes, as famílias e o Se Liga, desde que contribuam para a adesão futura do egresso ao Programa.</p> <p>f. Acolhimento: momento de escuta, na qual é acolhida e trabalhada a escolha do adolescente/jovem em participar do Programa. Têm-se como objetivo entender os pontos que levaram o adolescente/jovem à conectar-se ao Se Liga.</p> <p>2. Eixo Egressos</p> <p>a. Atendimentos individuais: atendimentos destinados aos egressos em acompanhamento pelo Se Liga orientados pela escuta e intervenção apuradas, sendo estratégia fundamental para a formação e manutenção do vínculo do atendido com o Programa. São acolhidas as suas expectativas com relação ao Programa Se Liga, as questões que emergem no reencontro com a liberdade e os efeitos dos atendimentos e encaminhamentos quanto aos aspectos sociais e subjetivos.</p> <p>b. Oficinas: constituídas por periodicidade definida, podendo haver um ou mais encontros, sendo previamente preparados a fim de alcançar o objetivo da proposta. As oficinas são estratégias pontuais de atividades coletivas que visam desenvolver temáticas do interesse do público que acessa o Programa, tangenciando possibilidades distintas ao envolvimento com a criminalidade, profissionalização, trabalho e renda, por exemplo.</p> <p>c. Acolhimento: momento de escuta, destinado aos egressos já acompanhados pelo Se Liga. Caracteriza-se pela presença do adolescente/jovem na Unidade do Programa, não necessariamente motivada pelo atendimento previamente agendado com o analista social de referência, mas para tratar de alguma demanda pontual. Em sua grande maioria, pauta-se na busca por orientações e serviços, mas também em situações de urgência e emergência.</p> <p>d. Visita domiciliar: instrumento técnico metodológico, de caráter pontual, e que tem por objetivo acessar o egresso após o cumprimento da medida socioeducativa, seja ele acompanhado ou não pelo Se Liga, bem como seus familiares, considerando a impossibilidade do contato telefônico, a fim de convidá-lo a participar do Programa ou para a manutenção e qualificação do próprio acompanhamento.</p> <p>e. Ações com familiares: forma de atendimento na qual o familiar ou a pessoa do convívio do egresso acompanhado pelo Se Liga é incluído no Programa. As ações com a família devem ser estabelecidas de acordo com o direcionamento do caso, objetivando trazer contribuições importantes para seu acompanhamento.</p>	

f. Atividade de circulação: modalidade de atendimento individual e coletiva. Individual: ferramenta que visa promover a autonomia e a reinserção social, elaborada de maneira singular, com ocorrência em diferentes espaços da cidade, a partir das demandas do adolescente/jovem, considerando o seu projeto de vida no reencontro com a liberdade. Coletiva: forma a oportunizar o acesso à cidade como espaço de possibilidades múltiplas, suscitando, assim, o enlaçamento do adolescente aos dispositivos da rede de proteção.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizados cumulativamente 3.420 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Se Liga. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de 2.940, ou seja, atingiu-se 116,3% do estabelecido.

Abaixo segue uma descrição dos atendimentos realizados por modalidade.

3.1 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga			
Atendimentos Acautelados e Pré Inclusão	BH	ZM	TM
Atividade de Apresentação Coletiva	98	1	87
Atividade de Apresentação Individual	65	21	2
Atividades Internas	447	466	67
Atividades Externas	11	16	2
Ações com Familiares	189	16	4
Acolhimento	61	17	0
Total	871	537	162
Atendimentos Egressos Incluídos no Se Liga			
Atendimento Individual	702	692	2
Atendimento em Oficina	23	0	0
Acolhimento	45	1	0
Visita Domiciliar	16	83	2
Atividade de Circulação	52	0	0
Total	838	776	4
Atendimentos a familiares			
Atendimentos individuais	203	29	0
Total Geral	1912	1342	166

Com o intuito de melhor qualificar os resultados, serão abordados os resultados desse indicador discriminando pela Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

Regional BH/Região Metropolitana de BH e Central Mineira

Como mencionado, o atendimento individual por demanda espontânea, especialmente para tratar de questões como trabalho e renda, foi expressivo no mês de outubro. Essa modalidade de atendimento, geralmente solicitada por adolescentes e jovens específicos, demonstra a necessidade de acompanhamento mais frequente durante o processo de resolução de suas demandas. Além disso, o alcance do indicador 3.1 - Número acumulados de atendimento realizados pelo programa Se Liga, foi viabilizado pelas abordagens metodológicas da equipe, especialmente com os jovens/adolescentes egressos, que visam o fortalecimento do vínculo do público junto ao programa.

No eixo pré-egresso, o número de apresentações coletivas nos Centros Socioeducativos (CSE), apesar da leve queda em relação ao mês anterior, em outubro foi significativamente superior à média anual, que pode ser justificado pelo aumento no número de adolescentes em via de desligamento das CSE, o que demanda aumento dessa ação, conforme orientado pelo Guia de orientações para execução do trabalho no item 4.2.1 (Apresentação do Programa).

Embora tenhamos alcançado a meta neste indicador, cabe destacar que o período de férias de uma analista na primeira quinzena do mês e a adaptação da nova analista que ingressou na equipe na segunda quinzena, foram aspectos que impactaram nos números, ainda que com menor expressividade.

O último mês do trimestre foi marcado pelo desenvolvimento e execução da 1ª etapa do Projeto de Prevenção do Programa Se Liga BH/RMBH e Central Mineira, intitulado como "Juventudes em Movimento: Sonhar, Viver e Transformar". Nesta primeira etapa, realizamos uma circulação ao Parque Guanabara, com a participação de oito adolescentes incluídos no Se Liga, o que contribuiu para o alcance da meta do indicador 3.1 - Número acumulados de atendimento realizados pelo programa Se Liga, com a ação Atividade de Circulação. Além disso, contribuindo para o alcance da meta, observamos também destaque na ação Acolhimento, com demandas mais expressivas dos familiares incluídos no programa.

Assim como em novembro, em dezembro tivemos um significativo aumento na ação de Atividades Internas, compondo os números deste indicador. O Centro Socioeducativo Santa Clara apresenta maior expressividade em número de adolescentes acautelados participantes de Atividades Internas, no qual dos 30 adolescentes contabilizados no mês de dezembro, 14 eram somente desta Unidade.

Zona da Mata

Em relação ao indicador de número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa, no trimestre de referência a meta foi alcançada acima do que foi previsto para os meses, o que vem se mantendo nos trimestres anteriores.

Este cenário se deve ao fato do fluxo contínuo mensal, construído pela equipe em relação as atividades internas, ao vínculo estabelecido com os adolescentes e/ou jovens acompanhados pelo Programa, inclusive atendendo de forma contínua aqueles que não residem no município sede do Programa. Realizando tanto atendimentos individuais de forma virtual quanto visitas domiciliares no município onde o público reside, como Ubá, Muriaé e Eugenópolis.

Um ponto crucial para o indicador 3.1 se deu referente aos atendimentos presenciais realizados na nova sede do Programa Se Liga, tanto de pré egressos como dos egressos acompanhados, as Unidades que nunca levaram pré egressos, no mês de outubro, compareceram à UPC para atendimento de apresentação do Programa e os jovens que já são acompanhados, inclusive que residem em outros municípios, também procuraram de forma espontânea a UPC. No mês dezembro ocorreu um aumento significativo no indicador em relação ao mês de novembro de 98 para 129, devido ao fato de um jovem em específico buscar recorrentes atendimentos.

Triângulo Mineiro

Foi executado 57 face à meta de 60. Considera-se um número positivo, tendo em vista ser o primeiro mês de atendimentos do Se Liga Triângulo.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.2. Número acumulado de ações estratégicas junto à rede de proteção social das pessoas acompanhadas pelo Programa Se Liga	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.500 •	• 1.740 •
Descrição do Indicador	
<p>Partindo da concepção de que o trabalho com o/a adolescente/jovem que cometeu ato infracional não é sem relação com o sujeito de direitos, o que convoca o Estado a consolidar práticas que conciliem responsabilização e garantia de direitos, o Programa Se Liga busca, de forma integrada, o desenvolvimento de uma ampla rede de atendimento, promovendo o fomento à atuação de uma rede de proteção social mista, que abarca tanto a rede institucional quanto sociocomunitária, a partir do que cada adolescente/jovem endereça ao Programa. Por meio deste fortalecimento da rede de proteção que o Se Liga considera possível ofertar alternativas outras que visem o rompimento com a trajetória infracional de adolescentes e jovens. Neste íterim, o desenvolvimento de tais estratégias por parte das equipes se apresentam como fundamentais no alcance dos objetivos do Programa.</p> <p>Para fins deste indicador deverão ser contabilizadas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à juventude e socioeducação; 2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violências e criminalidade com a rede de proteção social; 3. Discussão de casos dos egressos acompanhados pelo Programa com a rede de proteção social; 4. Encaminhamentos das demandas dos casos acompanhados pelo Programa à rede parceira, para orientação, acesso a direitos e à cidade; 5. Número de visitas às instituições que visem estabelecer parcerias estratégicas para o Programa Se Liga e para a execução da política pública na área de abrangência da regional, de forma a garantir atuação articulada do Programa e encaminhamento do público atendido, bem como respostas mais eficientes ao fenômeno da criminalidade e violências; 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 o Programa realizou • 1.740 • ações estratégicas com a rede de proteção social. Considerando que a meta para o período foi de • 1.500 • ações acumuladas, o programa executou 16% a mais do que o total pactuado.

<i>3.2 - Número acumulado de ações estratégica junto à rede de proteção social</i>			
<i>Modalidades</i>	BH	ZM	TM
Participação em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede	53	26	0
Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas	837	322	10
Discussão de casos dos egressos	38	60	1
Encaminhamentos das demandas à rede parceira	139	189	0
Número de visitas que visem estabelecer parcerias estratégicas	27	33	5
Total	1094	630	16

Para melhor qualificar os resultados, serão abordados os resultados desse indicador discriminando pela Regional BH/Região Metropolitana/Central Mineira e Regional Zona da Mata.

Regional BH/Região Metropolitana de BH e Central Mineira

Já em relação ao indicador 3.2 - Número acumulado de ações junto a rede de proteção social a estabilidade na construção de fluxos, alinhamentos institucionais e estratégias articuladas viabilizaram o alcance da referida meta. Ainda, destaca-se a continuação nas discussões de casos egressos junto aos equipamentos de referência aos jovens. Conforme apresentado pela equipe técnica, no mês de outubro, observou-se a incidência de acompanhamento de casos com alta complexidade,

com questões como insegurança alimentar, violência de gênero, doméstica e patrimonial e também ameaça territorial. A título de exemplo, em outubro, recebemos diversas vezes na UPC uma jovem transexual em contexto de violência de gênero e em situação de rua. Essa jovem, diante da urgência de suas demandas, exigiu constantes contatos e articulações com o Serviço Especializado em Abordagem Social. Outro exemplo são as articulações entre programas da Política de Prevenção, como no caso de uma adolescente incluída no Se Liga com ameaça territorial, que exigiu da equipe técnica acionamentos ao Programa Fica Vivo!, para qualificação das dinâmicas de risco e criminalidade no território. Ainda, através de nossa rede de parceiros, como o Projeto Obra do Berço, foi possível a doação de um enxoval de maternidade completo para uma mãe adolescente atendida pelo programa. Essa ação demonstra o comprometimento do Programa no atendimento das demandas específicas de cada adolescente/jovem.

Além das articulações supracitadas, no mês de outubro o Programa Se Liga realizou reuniões e articulações com as seguintes redes: Acolhimento Jambreiro; Fica Vivo Ressaca; Instituto Martucheli; Projeto Pé de Moleque SESI MG; CRAS Serra Dourada; Senai Horto; Conselho Tutelar Justinópolis; Sec. de Saúde Manhuaçu; CAPSi Matipó; Cersam Leste; DPJu PBH; CAPSi Manhuaçu; Casa Esperança 1; Centro Pop Leste; CREAS Norte; DRAS Norte; Projeto Obra do Berço; DRAS Barreiro; CRAS Vila Marçola; DRAS Centro Sul; Cras Vila Biquinhas; CEPAL; Sec. de Saúde e Assistência social de Contagem; CRJ e PAIPJ.

Sendo assim, a ação construção de fluxos, alinhamentos Institucionais e estratégias articuladas segue sustentando esse indicador, viabilizando a maior parte dos números para o alcance da meta. A diversidade de vulnerabilidades identificadas exige um maior engajamento da equipe técnica, que precisa realizar múltiplos atendimentos em redes específicas. Essa demanda constante explica o aumento do indicador em questão.

Já em relação mês de novembro, o alcance da meta se mantém similar ao do mês anterior, sendo possível devido a ação construção de fluxos, alinhamentos institucionais e estratégias articuladas. Importante apontar que essa ação tem referência direta ao número de atendimentos individuais do indicador anterior. Ou seja, quanto maior o número de atendimentos individuais, consequentemente maiores os números de construção de fluxo com a rede socioassistencial.

Algumas demandas relativas à saúde surgiram no mês de novembro exigindo ações com as redes e serviços como o Cersam Leste e Hospital João Paulo II. Conforme apontado pela equipe técnica, os relatos de dois jovens que utilizam com mais frequência os serviços de saúde revelam dificuldades no acolhimento, demora no atendimento e obstáculos na realização de exames. Além disso, ambos mencionaram que, durante o período de internação ou semiliberdade, o acesso à saúde era facilitado quando realizado com o acompanhamento dos monitores das casas.

Em relação aos dificultadores, ainda que a meta tenha sido alcançada, observamos um leve decréscimo nas ações discussão de caso e visitas para construção de parcerias, que se justifica pela relação dinâmica entre necessidade e urgência dessas ações, que variam de acordo com as demandas apresentadas pelos egressos acompanhados.

Em novembro podemos também fortalecer as parcerias entre programas da Política de Prevenção Social, na qual recebemos um convite da UPC Presp e Ceapa de Ribeirão das Neves para participação na Capacitação sobre o Sistema Socioeducativo, realizada pelo CREAS do município. Na oportunidade realizamos também uma visita à referida UPC, constituindo-se como um momento importante para alinhamentos relativos à Política de Prevenção Social.

Em relação ao mês de dezembro, No indicador 3.2 - Número acumulado de ações junto a rede de proteção social, também obtivemos alcance da meta, com foco nas articulações necessárias para viabilizar a execução do projeto de Prevenção, como alinhamentos com os espaços propostos para realização do Projeto, sendo eles o Parque Guanabara e a empresa Bolixe.

Outro elemento determinante para alcance deste indicador foram as articulações com a rede de proteção com serviços importantes para a população transexual, resultado da maior interação deste público com o Programa Se Liga. Sendo assim, realizamos articulações de redes com serviços como Cersam Leste, BenVinda, TRANSPASSE UFMG, Consultório de Rua Centro Sul, DRAS Norte e Hospital João Paulo II.

O eixo educação apareceu com maior evidência no mês de dezembro, sobretudo quando comparados aos dois meses anteriores. As demandas relativas à escolarização foram pontuais, como para solicitação de histórico escolar e matrícula de jovens egressos. Para isso, houve alinhamentos com os seguintes espaços: Escola Municipal Três Poderes, Escola Municipal Maria Luiza, Escola Instituto Itapoã e Escola Jovem Protagonista.

Os dados do último trimestre indicam que a rede de serviços educacionais foi a menos acessada pela equipe técnica do Se Liga. Considerando que o trabalho da equipe técnica se relaciona com as demandas apresentadas pelos egressos, podemos concluir que a inserção educacional não vem sendo alvo de interesse dos jovens atendidos pelo Se Liga.

Qualificamos nos últimos três meses, uma percepção observada ao longo de todo o ano: de que a educação formal não perpassa na construção dos projetos de vida de sujeitos egressos do sistema educativo, sendo classificado como algo sem grande importância, e, paralelamente, um luxo para a população pobre. Em diversos momentos foi verbalizado pelos adolescentes e jovens que não consideram a educação importante, ou que em seus núcleos familiares não foi um direito

consolidado. Para os jovens com trajetória no sistema socioeducativo, a escolarização como uma necessidade social surge como possibilidade de integrar programas sociais, como o Bolsa Família e a inserção no mercado de trabalho. Ainda, os que estiveram ou estão inseridos no âmbito escolar, relatam que as atividades ofertadas não são interessantes e/ou motivadoras e que o ambiente cobra posturas rígidas dos adolescentes, o que os afasta deste lugar que não os afirma enquanto sujeito. Um ponto interessante é que o discurso da importância do acesso a escolarização é melhor recebido pelos jovens que possuem maior acesso à cultura, esporte e lazer. Em atendimentos vinculados a utilização de ferramentas artísticas, o entendimento da união da arte com a educação se torna claro e, sendo um ponto motivador para aquela inserção ou continuidade no âmbito escolar. Ainda, visualizamos ao longo dos atendimentos que a temática sobre educação formal precisa ser construída de forma processual com os adolescentes e jovens que acessam o programa, uma vez que necessidade primária é a da subsistência e, portanto, a do acesso ao trabalho.

Outra articulação de rede importante no mês de dezembro ocorreu no eixo profissionalização e renda, sendo possível a realização de uma parceria com os Supermercados BH e o SENAI, a fim de encaminhar adolescentes e jovens para acesso às vagas de emprego. A necessidade de articulações como essas demonstra que existe por parte dos jovens egressos do sistema socioeducativo o interesse para acesso ao mercado de trabalho. Muitos dos atendidos pelo Programa Se Liga apresentam a perspectiva de que o trabalho pode vir a ser forma de acessar renda e emancipação financeira.

Ao que se refere aos aspectos dificultadores, destacamos alguns desafios que atravessam os indicadores 3.1 e 3.2. Conforme reiteradamente apontado pela equipe técnica, a rede de proteção representada pelos acolhimentos institucionais demonstra falhas em promover a autonomia e o desenvolvimento integral dos adolescentes. A desconsideração das individualidades, desejos e habilidades desses jovens gera sentimento de frustração e resistência, manifestando-se em comportamentos desafiadores e na dificuldade de adesão às atividades propostas. Observa-se, ainda, uma resistência por parte dos serviços de acolhimento em facilitar a participação dos jovens em atividades externas, o que impacta negativamente na frequência em atividades de circulação, como por exemplo as propostas pelo projeto de Prevenção.

Zona da Mata

No que diz respeito ao indicador de número acumulado de ações junto à rede de proteção social realizadas pelo Programa, a meta foi alcançada dentro do previsto para o período de referência. Com a mudança da sede do Programa em outubro foram realizadas várias articulações com a rede de proteção, como por exemplo articulação com o Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública, para reforçar o trabalho feito pelo programa e adequação da localização da sede. Assim como, representantes da rede realizaram visita ao local, o que contribuiu para manutenção do indicador.

Além disso, a equipe realizou construção de fluxos, alinhamentos institucionais e estratégias articuladas com a rede a partir da demanda trazida pelos jovens acompanhados, como um grande número de discussão de casos, devidos a complexidade das questões apresentadas com a rede de proteção, tanto do município de Juiz de Fora, como com outros municípios: Patrocínio de Muriaé, Ubá e Eugénópolis.

No entanto, no mês de dezembro o indicador em questão ocorreu um declínio de 53 ações em novembro para 34 em dezembro, mesmo com o certo aumento no nº de atendimentos em dezembro, estes não necessariamente refletiram em caminhamentos para rede, uma vez que, um mesmo jovem buscou o programa para atendimento recorrentemente, com várias demandas, e pelo fato da inserção dos jovens no mercado de trabalho, o que acarretou menos demandas.

Triângulo Mineiro

Ponto de atenção para o programa em razão do grande investimento feito no vínculo com as unidades e público pré-egresso, além de questões como baixo número de analistas em relação a toda a demanda de trabalho e também a divisão da Gestão com outros programas, o número atingido foi o possível diante dos desafios. Espera-se que uma vez já delineado um fluxo com as Unidades, outras frentes de trabalho possam ser exploradas.

Área Temática: Programa Se Liga	
Indicador nº 3.3. Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.620 •	• 1.270 •
Descrição do Indicador	
<p>As articulações do Se Liga junto às Unidades Socioeducativas é o primeiro e fundamental passo para que sejam possíveis e efetivas as intervenções a serem realizadas junto ao público. Deste modo, parte considerável dos esforços das equipes técnicas deverá ser destinada a estas ações estratégicas para a articulação dos trabalhos a serem desenvolvidos.</p> <p>O alinhamento prévio entre o Programa e a Unidade antes da realização das atividades e as discussões conjuntas de estudo de caso são importantes para que não haja sobreposição de atividades, bem como direcionar todos os esforços para o alcance de melhores resultados.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas articulações para as ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Estudos de casos realizados em parceria com as Unidades Socioeducativas antes do desligamento dos adolescentes a fim de garantir a sustentação e efetivação das construções realizadas com os mesmos durante a MSE, bem como para que o/a analista social do Se Liga tenha conhecimento apropriado do caso. 2. Atividades de Apresentação do Programa nas modalidades coletivas e individuais; 3. Atividades Externas às Unidades Socioeducativas; 4. Atividades Internas às Unidades Socioeducativas; 5. Participação em estudos de casos ampliados dos pré-egressos, a convite das unidades socioeducativas, com a rede de proteção social; 6. Reuniões de alinhamento e repactuação de fluxos desta parceria. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pela equipe técnica da sede do Se Liga à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 foram realizadas cumulativamente • 1.270 • ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 1.620 •, o Programa alcançou 78,3% da meta.

Abaixo segue uma descrição das ações realizadas por modalidade.

<i>3.3 - Número acumulado de ações estratégica junto às Unidades Socioeducativas</i>			
<i>Tipos de ações</i>	BH	ZM	TM
Estudo de caso com a Unidade	108	33	3
Atividades de apresentação individual	64	22	0
Atividade de apresentação coletiva	12	1	14
Atividades internas e externas	64	44	8
Estudos de caso ampliados	10	1	0
Reuniões de alinhamento	605	266	15
Total	863	367	40

Assim como nos indicadores anteriores, a qualificação dos resultados será feita considerando as duas regionais.

Regional BH/Região Metropolitana de BH e Central Mineira

Ainda em outubro, no que se refere ao alcance do indicador, destacam-se a ação de reuniões de alinhamento, bem como as demandas de algumas unidades socioeducativas específicas. As unidades CSE Santa Clara, CSE Letícia e CSL Venda Nova demandaram encontros constantes para organizar a agenda das atividades coletivas e apresentações individuais. Houve também acionamentos da Casa de Semiliberdade de Governador Valadares, que apesar de não fazer parte do escopo de trabalho do programa Se Liga BH/RMBH e Central Mineira, contribuiu para o aumento dos números do indicador em

questão, com os acionamentos da equipe técnica para tratar do encaminhamento de um adolescente em vias de desligamento que seria transferido para Belo Horizonte. Apesar do alcance da meta, cabe justificar o leve decréscimo deste indicador em comparação com o mês anterior, que ocorreu em função da diminuição da ação Estudos de Caso com as Unidades. Contudo, cabe evidenciar que o número se mantém na média anual.

Em novembro não alcançamos a meta do indicador. O decréscimo nesse indicador justifica-se principalmente pela fragilização do vínculo com as Unidades Socioeducativas, intensificado pelo contexto de mudança de pasta do Programa Se Liga. Conforme apontado pela equipe técnica do Programa, alguns atravessamentos e impasses vem inviabilizando a mobilização neste indicador. Dentre eles podemos citar a dificuldade de comunicação com as CSE e CSL, que impacta na troca de informações e a organização de atividades conjuntas, constante rotatividade das equipes técnicas e gestão das CSE, que rompe com vínculos já estabelecidos e, por fim, a presença em excesso de agentes de segurança durante algumas atividades com os acautelados, dificultando as dinâmicas em grupo. De um outro lado, identificamos também que o foco no eixo egresso direciona energia da equipe técnica para os outros indicadores, possivelmente impactando negativamente nos resultados do indicador 3.3, ainda que de forma menos expressivas.

Zona da Mata

O indicador de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas, assim como nos trimestres anteriores, teve a meta alcançada dentro do esperado para o período em questão, o programa estabeleceu um fluxo contínuo com as Unidades de atividade interna mensal com data fixa e alinhamentos institucionais recorrentes.

Cabe destacar que no mês de outubro (50) o número de articulações foi muito alto em relação aos meses de novembro (30) e dezembro (21). Este contexto se justifica pelo fato de que em outubro, com as audiências concentradas em novembro, várias atividades na etapa de pré inclusão foram executadas, como discussão de caso e atendimento individual, uma vez que as unidades sinalizaram pedido de extinção de medida, para assim dar continuidade na inclusão de adolescentes e jovens no Programa.

Triângulo Mineiro

Ponto de destaque do programa, uma vez que foi atingida a meta da UPC, sendo realizadas 26 ações junto às Unidades.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA CENTRAL DE ACOMPANHAMENTO DE ALTERNATIVAS PENAIS

Contextualização Geral dos Indicadores:

Inicialmente, sublinha-se que as metas do município de Pouso Alegre passaram a compor os indicadores da CEAPA desde outubro, contudo ainda não houve a migração da atuação deste município para o escopo do Programa, isto é, Pouso Alegre permaneceu fazendo parte dos resultados do FUNEMP até o final de 2024 e a previsão para que o município passe a desempenhar todas as frentes de trabalho da CEAPA é abril de 2025.

Há que se destacar, também, elementos fundamentais sobre a composição das equipes do Programa e seu impacto no desempenho do trabalho neste período. Nesse sentido, é importante mencionar o aumento do corpo técnico nas equipes de Belo Horizonte e Varginha, além da contratação de estagiários em Uberlândia. Tal acréscimo visa otimizar os atendimentos e proporcionar maior suporte nas demais frentes de trabalho nos municípios mencionados, através da ampliação da capacidade técnica e operacional.

É fundamental ainda destacar o desenvolvimento de capacitações periódicas realizadas pelo Programa, em agenda mensal. Dito isto, foram realizadas capacitações com foco na qualificação dos atendimentos, com destaque para a capacitação sobre Escuta e Manejo nos Atendimentos Individuais – Parte II, reforçando a importância do vínculo, escuta, referência técnica, acompanhamento e manejo diante dos atendimentos. Ainda no contexto das capacitações, destaca-se espaços específicos voltados para a discussão de execução de grupos, de articulações de Rede, planilha de ofícios, capacitação para as equipes APEC voltada ao atendimento pós-audiência de custódia, supervisões conjuntas, além das capacitações introdutórias da Ceapa com a inclusão de analistas com maior tempo de atuação no programa com o intuito de reforço das orientações e diretrizes metodológicas básicas do Programa.

Somado a isso, enfatiza-se o resultado do fomento da porta de entrada referente às medidas cautelares nos municípios de Varginha, Uberlândia e Uberaba que, nesse período, alcançaram quantitativos relevantes de casos encaminhados às Centrais e, por isso, contribuíram para o avanço e execução dessa alternativa penal nos municípios citados. É importante frisar que a atuação nesses casos está em linha com o objetivo desencarcerador do Programa e da política nacional de alternativas penais.

Ressalta-se ainda a execução dos Projetos de Prevenção executados no mês de dezembro nas unidades de Uberlândia e Ipatinga. Em Uberlândia, foi realizado espaço junto ao Poder Judiciário local e a Rede de Proteção Social, com o foco no acolhimento do público em cumprimento de determinações judiciais. E em Ipatinga o foco do evento foi o aprimoramento do acompanhamento do público da PSC nas instituições, com destaque para a exposição sobre Comunicação Não Violenta como ferramenta para enriquecer o repertório de intervenções da rede.

Destaca-se a participação da Supervisão Metodológica em dois eventos da Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN), a saber: o lançamento da Revista Brasileira de Execução Penal (RBEP) e a Conferência Nacional de Atenção Psicossocial, ambos com discussão voltada às alternativas penais e às práticas envolvidas em sua execução.

Noutro giro, em relação à auditoria realizada no referido período no Programa, destacamos os resultados apontados pela CGE (Controladoria Geral do Estado) com a consequente construção de um plano de ação baseado nos tópicos identificados pela SUPEC, com o objetivo de aperfeiçoar as práticas, execuções e os processos mencionados.

Já no contexto do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC) destaca-se a menção honrosa recebida, em evento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por sua prática no atendimento à população em situação de rua, destacando a importância da instituição com o atendimento a este público.

Ainda nesse contexto, a visita guiada de uma comitiva do Amapá à Ceapa e à APEC BH, com o suporte de atores da SUPEC e da supervisão metodológica, se destacou como uma oportunidade de troca de experiências, estreitando laços entre as Unidades e promovendo a disseminação das boas práticas adotadas. Por fim, no município de Uberlândia, insta salientar o surto de tuberculose no sistema prisional e o impacto para os atendimentos presenciais do serviço APEC. Com ações focadas na prevenção e no cuidado com a saúde dos custodiados e equipes, os atendimentos passaram a ser realizados, em caráter excepcional, de forma virtual, ofertando ainda desta maneira o caráter de acompanhamento social do público atendido.

Esses eventos e iniciativas demonstram o constante esforço da instituição para promover avanço na execução das alternativas penais no Estado.

Em resposta ao 23º RM, a UPC Ceapa BH Centro realizou a divisão por regionalização a partir da composição de novos profissionais ao quadro da equipe. É esperado que após a conclusão dos espaços de capacitação a equipe possa dar seguimento aos orientadores do monitoramento, bem como dar sequência aos orientadores e diretrizes do Programa. A Gestão Social tem debruçado investimentos nesse acompanhamento e nas articulações com os juízos prioritários diminuindo impactos e alavancando a pauta e o fazer da unidade. A Supervisão da Gestão buscará alinhar o plano de trabalho às diretrizes e expectativas do Estado para que apresentemos mudanças do cenário ou mesmo leitura ainda mais qualificada para proposição de ações conclusivas.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 81.144 •	• 87.513 •
Descrição do Indicador	
<p>Além de materializar as alternativas penais e garantir suporte ao Sistema de Justiça Criminal no monitoramento/fiscalização do cumprimento dessas medidas, a CEAPA também visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pela CEAPA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas com alternativas penais; 2. Atendimentos individuais de acompanhamento das pessoas com alternativas penais; 3. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro do (a) Grupo de Inicialização, (b) Grupo de Acompanhamento, (c) Grupo Introdutório e (d) Grupo de Finalização ao longo do cumprimento da determinação judicial que assinaram lista de presença; 4. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Projetos de Execução de Alternativas Penais que assinaram lista de presença; 5. Participação das pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização para homens autores de violência contra a mulher que assinaram a lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 foram realizados cumulativamente • 87.513 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 81.144 •, o programa atingiu 107,8% da meta. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 10 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA

UPC	23º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	1524	187	136	123	1970
BARBACENA	1960	307	297	309	2873
BELO HORIZONTE	11398	1741	1629	1471	16239
BETIM	6262	674	533	528	7997
CONTAGEM	6132	759	748	856	8495
CURVELO	1249	232	193	213	1887
DIVINOPOLIS	1051	168	136	129	1484
GOVERNADOR VALADARES	3666	366	303	268	4603
IBIRITE	3189	317	359	282	4147
IPATINGA	3473	391	391	370	4625
JUIZ DE FORA	4549	464	470	401	5884
MONTES CLAROS	3106	278	311	252	3947
POUSO ALEGRE	0	0	0	0	0
R. DAS NEVES	2754	546	483	326	4109
SANTA LUZIA	2605	255	189	182	3231
SETE LAGOAS	2714	286	232	197	3429
UBERABA	3143	315	319	282	4059

UPC	23º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
UBERLÂNDIA	2908	548	500	425	4381
VARGINHA	1146	210	288	417	2061
VESPASIANO	1538	200	190	164	2092
TOTAL	64367	8244	7707	7195	87513

No 24º período avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 foram realizados 23.146 atendimentos em suas diversas modalidades no Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais. Para o atual período, a meta prevista era de 21.168 atendimentos, o que torna factível a superação da meta no trimestre em estudo. Somado a isso, e baseado no acumulado do ano, também é observável a superação dos valores esperados pois, dos 81.144 atendimentos pactuados no contrato, a execução superou em 7,8% esse montante ao serem efetivados 87.513 em 2024. Com número tão expressivo, é cogente destacar, novamente neste relatório, que três espaços de capacitação específicos voltados para esse eixo do programa foram efetuados pela supervisão metodológica esse ano. O intuito desse investimento foi de beneficiar o desenvolvimento das equipes para repertórios qualificados na construção de intervenções que visem a responsabilização, o cumprimento e a prevenção de novos crimes pelo público acompanhado.

Para fins de maior entendimento, obtemperar que, este indicador se refere ao número acumulado de atendimentos do programa, o que consiste na soma dos atendimentos de inscrição, atendimentos de acompanhamento, atendimentos grupais de PSC, atendimentos grupais de PEAP e atendimentos no âmbito das Ações de responsabilização com homens autores de violência contra às mulheres.

Com a devida citação das modalidades do indicador 4.1, em ato contínuo, incumbe distinguir o desempenho em cada um deles dentro do trimestre e as possíveis oscilações observadas dentro do ano. Para começo, é importante avultar que aproximadamente 49,7% dos atendimentos estão associados à modalidade que sustenta maior robustez ao longo dos meses/anos: os atendimentos individuais de acompanhamento, ocasião que dos 23.146 atendimentos totais feitos neste período, 11.522 foram nessa modalidade. Primeiro se pode afirmar que esse tipo de atendimento reflete a qualificação técnica da equipe no acompanhamento que extrapola o monitoramento da alternativa penal. Assim, a ampliação da leitura dos casos a partir das vulnerabilidades e riscos e outras demandas da pessoa em alternativa penal faz com que as equipes invistam cada vez mais nessa frente de trabalho. Contudo, esse dado também revela um cenário de desafios para a organização, otimização e entrega de todas as demais frentes previstas para as Centrais. Aos termos equipes massivamente voltados para atuação nos casos por meio de estratégias individuais, em detrimento das práticas coletivas, cada vez mais se observa impactos nas ações de rede, comunicação com o Poder Judiciário e outras frentes técnicas operacionais. Justamente por esse cenário, a supervisão metodológica tem investido nos espaços com as equipes sobre a pauta dos grupos de PSC e coletivização das demandas e intervenções junto ao público.

Oportunamente, ao falar da importância em direcionar o fazer das equipes para as ações previstas no caráter coletivo, é imperioso dispor que, durante o ano de 2024, as modalidades grupais de PSC apresentaram crescente e tiveram no 24º PA seu maior valor. Esse tipo de atendimento apresentou o total de 1.323 no trimestre, contudo, mesmo com o aumento dessa modalidade, ela ainda se manifesta tímida perante a demanda posta e a também escalada dos atendimentos individuais, conforme visto acima. A título de cuidar dessa questão, a supervisão metodológica, ao que cabe a esse ator, tem conduzido essa pauta em seus espaços para desenvolvimento de repertório grupal e acompanhamento das alternativas penais com esse aporte. Como boa prática, fruto desse processo, podemos citar a realização de Grupos de Acompanhamento nos territórios de Varginha, Montes Claros e Ribeirão das Neves que, comandados por essas equipes, são embriões para o movimento de aplicação desses preceitos metodológicos de modo orgânico ao trabalho.

Ao mesmo tempo, sob a ótica dos grupos de acompanhamento, devemos ponderar que apesar dos dados superiores nesse trimestre, os grupos destinados às medidas cautelares ainda apresentam fragilidade de maior investimento, dado o comparativo entre o número de entrada desse instituto jurídico e o total de atendimentos grupais desse recorte. Não é possível se furtar de inferir que parte dessa problemática se deve a aplicação de cautelares de comparecimento mensal na comarca de Belo Horizonte e a incompatibilidade dessa discricionariedade para a composição metodológica vigente no Programa. Todavia, conforme sinalizado no relatório de monitoramento referente ao 23º PA, no qual é posto posicionamento do estado favorável a repensar o desenho metodológico dos grupos com possibilidade de encontros mensais, a supervisão metodológica colocará isso em pauta nas reuniões com a Diretoria do Programa para recebimento das diretrizes e orientações pertinentes a esse processo.

Outra modalidade importante são os atendimentos individuais de inscrição, que nesse trimestre correspondem a 11,7% do total de atendimentos realizados. Essa se refere aos atendimentos de novas alternativas penais encaminhadas à CEAPA pelo Poder Judiciário, que se distribuem em sua maioria entre: Medidas Cautelares diversas à prisão, Medidas Protetivas de Urgência, Pena Restritivas de Direito, ANPP e Transações penais. Apesar do expressivo número de Medidas Protetivas (3.028,

que correspondem a 28% do total de alternativas penais inscritas em 2024) e Medidas cautelares (2.678, que correspondem a 25% do total) no Programa, ainda se deve lançar luz sobre a forte presença de transações penais nas unidades (com 1.677 inscrições no ano, que correspondem a 16% do total) e a força de trabalho direcionada a essa modalidade que, diferente dos demais institutos jurídicos, em prática tem representação ínfima nos processos de atuação nos riscos e envolvimento criminal e na proposta de enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucionais, conforme versa a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347.

Há também os atendimentos grupais de PEAP's, que representam 7% do total desse indicador, mediante os 1.627 atendimentos realizados e, em relação ao período avaliatório anterior, percebe-se uma pequena queda nesta modalidade, o que não impediu o alcance dos dados.

Ainda sobre as modalidades grupais de atendimento, temos as Ações de responsabilização com homens autores de violência contra às mulheres figurando como a segunda modalidade de maior desempenho neste indicador ao atingir o total de 5.972 atendimentos que representam 25,8% do total, o maior no ano de análise. O número de grupos executados nesse recorte está relacionado à porta de entrada, que como já mostrado aqui, tem valores significativos na maioria dos municípios. Sobre as práticas grupais voltadas para as medidas protetivas e as medidas cautelares no âmbito da Lei Maria da Penha, apresentamos como prática promissora a execução de grupos no território dos atendidos. Essa proposta está em desenvolvimento na unidade de Ribeirão das Neves e, em análises preliminares, já mostra potencialidade para adesão ao cumprimento, vez que é um modo de responder às vulnerabilidades de renda e locomoção que o público apresenta diversas vezes.

Em síntese, tanto no trimestre quanto no ano de 2024, a meta estipulada no contrato de gestão foi superada de modo significativo no âmbito global. Noutra giro, os dados convocam a refletir sobre a distribuição da força de trabalho dentre as diferentes frentes necessárias para o eficiente funcionamento de uma Central de Alternativas Penais. Se por um lado é indiscutível a centralidade dos atendimentos na lógica da intervenção responsabilizadora, preventiva e voltada para o cumprimento, por outro o aumento exponencial dos atendimentos em suas variáveis, seja de modo coletivo ou de modo individual, deve ser alvo de todos os atores envolvidos na política de alternativa penal em Minas Gerais para controle desse processo e sistematização que conduza a garantia de todas as demais entregas.

Em face disso, identificamos que alguns municípios contribuíram de maneira significativa para a ampliação do número de atendimentos:

- **BETIM:** tanto no atual período avaliatório quanto nos demais períodos deste ano, o desempenho desta Central se manteve além da meta estabelecida, sendo executado neste último período 72% além do pactuado, ainda que a execução do PEAP - Drogas seja executado por uma rede parceira no município. Tal alcance ainda é percebido em consequência da organização mantida pela equipe, com a execução de diversos grupos de Ações de Responsabilização no Âmbito da Lei Maria da Penha, diante da permanência do significativo quantitativo de casos encaminhados pelo Poder Judiciário. Por fim, vale ressaltar que o aumento da equipe técnica, aponta para uma organização de novos grupos a serem executados pela equipe deste município.
- **CONTAGEM:** no referido trimestre, o município desempenhou resultado 56% acima de sua meta, demonstrando crescimento exponencial durante todo o ano neste indicador. Há que se levar em conta, principalmente, o volume de casos encaminhados ao programa, com destaque para os meses de outubro e novembro em que foram realizadas mais de 110 inscrições por mês. Ao analisar esses dados, revela-se o alto investimento da Vara de Violência contra a mulher nas intervenções de responsabilização feitas pelo Programa, especialmente neste trimestre, mas é essencial sublinhar que esse valor deve ser analisado constantemente em relação à capacidade técnica de absorção dos casos e execução de grupos. Também nesse sentido, destaca-se o alto quantitativo de casos encaminhados pelo Juizado Especial Criminal em 2024, figurando como principal juízo encaminhador, responsável por 29% das inscrições no ano, o que deve ser reconsiderado considerando a necessária priorização das alternativas à prisão. Isto posto, como consequência das inscrições, também se verifica impacto nas demais modalidades de atendimento, justificando o desempenho além da meta esperada.
- **UBERLÂNDIA:** com um desempenho superior à meta estabelecida neste indicador, o município em questão no último trimestre apresentou uma execução de 95% a mais que o pactuado. Além disso, diante de aproximação e articulações com o Poder Judiciário houve aumento de casos encaminhados pela Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, que tem representado um quantitativo expressivo de encaminhamento para acompanhamento em grupo na Unidade. Também cabe destacar, assim como observado no período anterior, que o encaminhamento de ANPP permanece contribuindo na porta de entrada do Programa no município. Além disso, ressalta-se que desde a implementação do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC) em Uberlândia, foram realizadas 59 inscrições de Medidas Cautelares diversas à Prisão pela equipe da Ceapa, sendo 37 casos apenas no atual período avaliatório. Já para o cenário de execução dos Projetos de Execução de Alternativas Penais,

a gestão social, através de orientações realizadas pela Diretoria do Programa, iniciou tratativas com a Rede de Proteção local (CAPS) e com a Universidade Federal de Uberlândia, porém sem a efetivação da contribuição desses equipamentos na realização dos grupos. Nova possibilidades continuam sendo discutidas e propostas nesse sentido.

- VARGINHA:** Este município vinha de histórico no qual o alcance dessa meta não ocorria muito em função da frágil porta de entrada. Contudo, neste período, a meta não somente foi alcançada como apresentou expressivos 82% a mais do pactuado. Esse aumento é observado em quase todas as modalidades de atendimento, mas duas merecem maior atenção: Atendimento individual de inscrição e atendimentos de PEAP. Na primeira modalidade o aumento vertiginoso ocorreu em especial no mês de novembro, período em que 101 entradas foram registradas. Esse cenário foi fruto de mutirão do poder judiciário, que despachou número considerável de casos em curto prazo de tempo e os direcionou para o Programa. Aqui, vale fazer críticas a esse modo de atuação do parceiro, pois pressiona e infla a chegada de casos, sobrecarrega a equipe, que até então tinha duas analistas somente, e impede a qualidade das ações com o público. A segunda modalidade a ser citada é a de atendimento de PEAP, que durante o ano ficou inerte, mas que teve desempenho elevado no mês de dezembro com 167 atendimentos, contribuindo com isso com o excedente dentro do indicador. Por fim, cabe agora acompanhar a porta de entrada nos demais meses e avaliar o impacto desse modo de funcionamento do judiciário no encaminhamento dos casos. Todavia, isso já é pauta entre DAL e gestão social.
- BELO HORIZONTE:** Essa unidade não desenvolveu número elevado da meta no indicador 4.1 para ser listada em campo destinado à reflexão justamente sobre esse fenômeno. Contudo, a decisão por incluir a análise sobre essa unidade se deve ao fato de que no 24º PA foi celebrado o primeiro trimestre de 2024 em que o executado alcançou o esperado. Este município realizou, de outubro a dezembro de 2024, 4.841 atendimentos, mediante o montante pactuado de 4.788. Apesar dessa performance não melhorar o quadro geral da meta dentro do ano, é ponto de atenção por indicar caminhos para a continuidade do trabalho. Inicialmente se destaca os atendimentos individuais de inscrição, que mostraram leve aumento no trimestre e ainda reforçam a soberania das Medidas Cautelares nessa unidade, não somente no trimestre, mas no ano, ao representar 76% do público inscrito. Nessa toada, o aumento expressivo de atendimentos grupais no escopo das Ações de Responsabilização com homens autores de violência contra às mulheres também foi ponto ativo no sucesso do indicador. A unidade saltou de 462 atendimentos nessa modalidade no trimestre anterior, para 932 no período em tela. Em relação aos grupos de PSC, se observou nos últimos meses de 2024 processos rudimentar de retomada dessas ações e, em contraponto aos períodos avaliatórios anteriores que esse dado esteve em zero, no trimestre final ocorreram execuções, mesmo que tímidas. Cabe agora isso ganhar contorno sistematizado no cotidiano da equipe. Por fim, é indissociável falar de modalidades de atendimento e não lançar luz sobre os atendimentos individuais de acompanhamento. Esse, por sua vez, permanece como a frente de maior desenvolvimento dessa equipe no indicador 4.1. Em sentido contrário às orientações e capacitações da supervisão metodológica para maior fomento das práticas coletivas previstas, essa modalidade apresentou crescente durante todo ao ano, tendo seu maior volume no período aqui em discussão. Todavia, conforme supra sinalizado neste relatório, as medidas cautelares são a maioria das alternativas nessa unidade, e parte significativa dessas carregam consigo encaminhamentos, determinados pelo Poder Judiciário, de comparecimento mensal. Isso cria desafios para a unidade, pois assim não permite que esse público seja incluído nas práticas grupais já estabelecidas no Programa e leve a intensificação dos atendimentos individuais. Essa é uma questão amplamente discutida com a Diretoria do estado que desenhou orientações para atuação da gestão social. Contudo, até o momento, isso não reverberou em mudanças reais nessa articulação com o Poder Judiciário. Ainda sob essa ótica, reiteramos que, conforme recomendado no relatório de monitoramento do período avaliatório anterior, a Diretoria do Programa aponta para a construção de práticas grupais diversas das previstas atualmente no método, a fim de contemplar esse recorte específico de Belo Horizonte. Desse modo, isso será pauta que a supervisão levará para reuniões com a diretoria.

Por outro lado, há municípios que não alcançaram a sua própria meta e carecem de análise pormenorizada.

- ARAGUARI:** neste período a equipe realizou 88% da meta pactuada, ficando aquém do esperado. Nota-se ligeira redução no número de atendimentos de inscrição no município nos meses de novembro e dezembro, quando comparados aos demais meses do ano de 2024. É sabido ainda a necessidade de manutenção no fomento a abertura de portas de entrada junto ao poder judiciário local, ações que permanecem em discussão com a diretoria de alternativas penais e gestão social.
- DIVINÓPOLIS:** no referido período, o município atingiu 57% de sua meta, e ainda que o resultado tenha permanecido aquém do esperado é importante frisar que este foi o melhor desempenho do ano. Como já relatado em relatórios anteriores, a insuficiência dos resultados está diretamente atrelada à porta de entrada do Programa

e mesmo com o recente aumento no número de novas entradas, ainda está abaixo do esperado para impactar expressivamente no indicador de atendimento.

- **CURVELO:** o município realizou 84% dos atendimentos esperados para o trimestre e figura novamente entre as unidades com atuação insatisfatória nesse eixo. Assim como publicizado nos relatórios anteriores, a análise indica que para sucesso nessa meta, é indispensável a ampliação de sua porta de entrada. De tal modo, o resultado do movimento iniciado esse ano de expansão para outras alternativas penais, como a PSC, ainda não é observado de maneira robusta e conduziu à ignóbil projeção desse indicador. Sob esse viés de cenário de repetição frequente de desempenho insuficiente, a supervisão metodológica se obriga a destacar que os processos de monitoramento e atuação junto aos casos ausentes é acompanhado tempestivamente nesta unidade, bem como é seguro afirmar que todas as diretrizes processuais para esse tipo de situação são aplicadas, não tornando o conjunto dos casos irregulares e ausentes da UPC o responsável pelos dados desse indicador. Inclusive essa afirmação se sustenta no percentual de cumprimento da unidade que constantemente é apresentado acima do esperado.
- **JUIZ DE FORA:** o município realizou 88% dos atendimentos esperados para o atual período avaliatório. É visível, a redução dos números de atendimentos de inscrição quando comparados à períodos avaliatórios anteriores o que, conseqüentemente, reduz demais modalidades de atendimento já citadas anteriormente. A exemplo disso, pode-se se citar a redução de casos inscritos voltados para o atendimento em grupo nas Ações de Responsabilização no Âmbito da Lei Maria da Penha, que foi alvo de articulação com o poder judiciário local e que aponta para a regularização desse fluxo nos próximos períodos avaliatórios.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.2. Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 74% •	• 73% •
Descrição do Indicador	
Este indicador objetiva mensurar o cumprimento das alternativas penais acompanhadas pela CEAPA. Entendem-se como alternativas penais cumpridas aquelas que tenham se concluído conforme determinação judicial, baixadas pelo cumprimento integral ou pela ocorrência de indulto concedido pelo Poder Judiciário. Não serão consideradas para fins de cálculo desse indicador as ocorrências de fatores externos ao Programa CEAPA, tais como: baixa processual devido a conversão por outra pena/medida não acompanhada pela CEAPA; baixa por conversão da pena/medida alternativa em prisão por motivo diverso do descumprimento; baixa por transferência de comarca; baixa por falecimento; baixa por prescrição; baixa realizada pelo Poder Judiciário por motivos diversos.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 o percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial foi de • 73% •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 74% •, o Programa alcançou 4,1% da meta estabelecida para o indicador. Abaixo seguem informações relativas ao percentual de cumprimento por município.

Tabela 11 - Percentual de Alternativas Penais cumpridas no período avaliatório conforme determinação judicial

	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS POR CUMPRIMENTO INTEGRAL	Nº TOTAL DE PENAS BAIXADAS	% DE CUMPRIMENTO	METAS
ARAGUARI	46	75	61%	74%
BARBACENA	40	65	62%	74%
BELO HORIZONTE	458	657	70%	74%
BETIM	168	252	67%	74%
CONTAGEM	143	191	75%	74%
CURVELO	46	63	73%	74%
DIVINOPOLIS	24	30	80%	74%
GOVERNADOR VALADARES	107	126	85%	74%
IBIRITE	78	112	70%	74%
IPATINGA	65	90	72%	74%
JUIZ DE FORA	76	104	73%	74%
MONTES CLAROS	62	91	68%	74%
POUSO ALEGRE	0	0	0%	74%
R. DAS NEVES	91	112	81%	74%
SANTA LUZIA	48	69	70%	74%
SETE LAGOAS	67	78	86%	74%
UBERABA	50	65	77%	74%
UBERLÂNDIA	91	98	93%	74%
VARGINHA	49	61	80%	74%
VESPASIANO	37	48	77%	74%
TOTAL	1746	2387	73%	74%

O Programa Ceapa, no que toca ao desempenho do Indicador 4.2, apresentou 73% de baixas efetivadas por meio do cumprimento integral da alternativa penal, não alcançando a meta no trimestre em questão, ao contrário do que fora observado nos dois últimos períodos avaliatórios, nos quais os percentuais registrados foram de, respectivamente, 74% e 77%.

Para analisar esse desempenho é necessário enfatizar a importância da organização interna dos processos de trabalho que garantirão a manutenção do monitoramento mensal e sequencial de todas as alternativas penais. Assim, para que a meta de 74% seja plenamente atingida ou superada, para além das orientações metodológicas é fundamental que os fluxos internos de monitoramento, protocolo de ofícios físicos e digitais e arquivamento dos instrumentais sejam acompanhados cotidianamente.

Ainda nesse sentido, cabe salientar, conforme vem sendo mencionado nos relatórios dos períodos anteriores, que as temáticas que tratam do monitoramento, das metas e indicadores permanecem sendo abordadas de modo coletivo nos espaços de capacitação mensal, bem como nos espaços de supervisão individual com as equipes, pela supervisão metodológica. Ademais, a supervisão continua se dedicando a análise mensal da planilha de monitoramento de cada uma das unidades, bem como a devolução dos pontos de atenção para o cuidado e a tratativa junto aos casos.

Um dos fatores que também contribuíram para o não alcance do resultado nesse período diz respeito ao monitoramento de fechamento do ano, realizado por todas as equipes no mês de dezembro de 2024. É importante esclarecer que o monitoramento em si não provoca o descumprimento das alternativas penais, mas, quando as equipes se debruçam sobre a fiscalização dos casos que não estavam tendo a devida atenção nos meses anteriores, há impacto no indicador.

Ao analisar as alternativas penais, importa tecer comentários sobre aquela que obteve o menor desempenho no trimestre, com o percentual de 67%, e ao longo do ano de 2024, que é a Prestação de Serviços à Comunidade. Para este contexto, a supervisão metodológica continuará fomentando e desenvolvendo, junto às equipes, ações de intervenção com esse público, no intuito de reforçar as estratégias voltadas para a vinculação e a superação dos elementos que favorecem a irregularidade. Além disso, salienta-se que a alternativa penal em questão demanda articulações externas contínuas e assertivas com a rede parceira, o que reflete diretamente no alcance do indicador 4.3.

Por outro lado, é fundamental analisar o desempenho das demais alternativas penais que compõem esse indicador e que obtiveram resultados positivos no trimestre. A alternativa penal que apresentou o melhor desempenho ao longo deste período e do ano de 2024, foram as Penas Pecuniárias, cuja média do percentual de cumprimento corresponde a 90%. Ainda em relação a esta modalidade, salienta-se que o cumprimento da alternativa penal está diretamente relacionado à priorização do monitoramento desses casos, considerando, também, que as equipes precisam dar suporte à rede parceira para construção de projetos para recebimento desses valores.

No que toca à execução dos grupos, registra-se o resultado do cumprimento dos Projetos de Execução de Alternativas Penais, cuja média do percentual de alternativas penais cumpridas no período avaliatório corresponde a 78%. Também se apresentam positivamente as baixas por cumprimento da determinação judicial referentes às Medidas Protetivas de Urgência, a partir da realização de grupos e/ou atendimentos individuais das Ações de Responsabilização com Homens Autores de Violência Contra às Mulheres, que, na média trimestral, atingiram 75% de cumprimento. Reitera-se o processo que leva a índices satisfatórios dentro do indicador 4.2, apontando dois pontos principais: a condução de grupos e os atendimentos individuais com curto espaçamento temporal entre a inscrição e o início da intervenção, bem como o investimento da supervisão no desenvolvimento do repertório da equipe para o acompanhamento desses grupos/casos e construção de intervenções pertinentes.

Por fim, no que diz respeito às Medidas Cautelares, o resultado apresentado na média entre os meses de outubro a dezembro corresponde à meta estabelecida, qual seja, 74%. Destaca-se que houve estabilização nos meses de agosto a novembro, apesar do não alcance do resultado, e avanços no mês de dezembro, com a visível superação da meta. É necessário ressaltar que a supervisão metodológica continua investindo, junto às equipes, na metodologia de acompanhamento grupal das medidas cautelares, para além dos atendimentos individuais, bem como na prática do monitoramento tempestivo.

Isto posto, visando apresentar elementos que justificam o resultado insatisfatório alcançado neste período, destaca-se alguns municípios:

- **ARAGUARI:** A unidade de Araguari não atingiu a meta estipulada, realizando apenas 61% do pactuado para este indicador. Ainda que o desempenho em dezembro tenha ficado acima da média, o desempenho nos meses de novembro e outubro impactaram negativamente o cumprimento desta meta na Unidade. Simultâneo a isso, nota-se que o mês que melhor desempenho apresentado pela Unidade está associado à finalização das intervenções de grupo das Ações de Responsabilização, o que têm sido fonte de intervenção e qualificação metodológica com foco nas demais alternativas penais e em sua qualificação interventiva junto ao público.

- **BARBACENA:** A unidade de Barbacena não alcançou a meta estipulada, na perspectiva trimestral, visto que o resultado apresentado, na média entre os meses de outubro a dezembro, correspondeu a 61%. Sobre este resultado, é importante dizer que apenas nos meses de novembro e dezembro o percentual não foi atingido e que, em especial, os casos que deveriam ter cumprido a alternativa penal de prestação de serviços à comunidade e foram descumpridos, três em cada mês, pouco se vincularam ao programa ou se desresponsabilizaram com o seu cumprimento. Nesse contexto, a supervisão metodológica permanece envidando esforços, junto à equipe, para que haja profundidade técnica no acompanhamento dos casos, em especial da modalidade acima citada, que começou a ser inscrita no programa a partir do mês de maio de 2024, e para que os fatores que levam à irregularidade do público sejam objeto de intervenção constante e qualificada.
- **BETIM:** No atual período avaliatório, a unidade realizou 67% do percentual de cumprimento integral pactuado, ficando aquém da meta estipulada pelo programa. Nota-se que tal resultado foi impactado pelo executado no último mês do trimestre, já que nos demais meses a Unidade apresentava desempenho dentro do pactuado. A alternativa penal que apresentou o menor índice de cumprimento refere-se à medida protetiva, que como mencionada anteriormente refere-se à principal frente de trabalho executada pela equipe. Por ser fonte de intervenção, discussão e supervisão de modo recorrente, é esperado que fatores que levam à irregularidade surta efeitos ao longo do acompanhamento, contudo situações observadas e monitoradas possam ter impactado o mês de dezembro.
- **MONTES CLAROS:** no trimestre em questão houve uma média de 68% do percentual de cumprimento, correspondendo a um desempenho insuficiente para a meta estipulada pelo Programa. Observa-se que, apesar da equipe ter como prática consolidada o monitoramento das alternativas penais, no mínimo mensalmente, os casos descumpridos de outubro a dezembro, especialmente aqueles que deveriam cumprir prestação de serviços à comunidade, demonstraram pouca vinculação com a Central e com o cumprimento, não aderindo às intervenções realizadas pela equipe. Diante disso, a supervisão metodológica permanece envidando esforços para que haja profundidade técnica no acompanhamento das pessoas com alternativa penal para que os fatores que levam à irregularidade do público sejam objeto de intervenção constante e qualificada.

Somado a isso, se faz necessário tecer leituras dos cenários contrários, nos quais as equipes conseguiram alcançar sua própria meta:

- **UBERLÂNDIA:** no atual período avaliatório, a média do desempenho da Central atingiu os 93% de cumprimento de alternativas penais. Cabe destacar o alto índice de cumprimento integral nas modalidades de execução grupal, PEAP e Ações de Responsabilização no Âmbito da Lei Maria da Penha, tendo essa última um total de 100% de cumprimento integral nos últimos dois meses do trimestre. Ainda neste contexto positivo, cabe ressaltar o bom desempenho apresentado por esta Unidade no que se refere ao acompanhamento das medidas cautelares que, ainda em menor número, tem apresentado resultados satisfatórios aliado ao cumprimento integral.
- **SETE LAGOAS:** Neste trimestre, a unidade de Sete Lagoas novamente alcançou um percentual superior à meta estabelecida, qual seja, 86%. Sobre o alcance deste resultado, é possível dizer que as intervenções tempestivas realizadas pela equipe, somadas ao acompanhamento qualificado do público, seja nos grupos de ações de responsabilização para os homens autores de violência contra a mulher, em atendimentos grupais e/ou individuais; em cumprimento da prestação de serviços à comunidade, ou no projeto de execução de alternativa penal, na modalidade de trânsito, têm culminado na integralidade do cumprimento de grande parte dos casos. Além disso, a supervisão metodológica permanece orientando e realizando discussões junto à equipe técnica.
- **GOVERNADOR VALADARES:** no referido trimestre, a média do desempenho da Central atingiu os 85% de cumprimento de alternativas penais. Tal quantitativo resultou da finalização de grupos - Trânsito e Ações de Responsabilização para homens autores de violências, especialmente em outubro e novembro. Além disso, cabe destacar a relevância do percentual de cumprimento das prestações de serviço à comunidade no período, considerando a superação da meta nos três meses.

Área Temática: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	
Indicador nº 4.3. Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 5.796 •	• 4.938 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa CEAPA desenvolve as alternativas penais com o suporte de equipamentos públicos e entidades do terceiro setor em cada município, numa perspectiva horizontal, e propõe um acompanhamento integrado das pessoas em alternativas penais.</p> <p>Este indicador objetiva mensurar as ações da CEAPA de orientação e acompanhamento dos profissionais que compõem essa rede. Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de apoio:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Visitas de monitoramento às instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais; 2. Reuniões de articulação com instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais para discussão sobre fluxos de encaminhamento, fluxo de comunicação e acompanhamento do público; 3. Reuniões de articulação com instituições da Rede de Proteção Social para discussão sobre o acompanhamento do público, fluxos de encaminhamento e fluxo de comunicação; 4. Reuniões de articulação com os órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, para discussão sobre fluxos de encaminhamento de alternativas penais; fluxo de comunicação e acompanhamento do público; 5. Participações em comitês, grupos de trabalho ou outros espaços de rede existentes nos municípios que discutam temas relacionados às alternativas penais ou transversais; 6. Visitas para captação de novas parcerias; 7. Número de articulações realizadas nos encontros de rede desenvolvidos pelo Programa. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que foi de 01/10/2024 a 31/12/2024 foram realizadas cumulativamente • 4.938 • ações do programa CEAPA junto às redes de apoio. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 5.796 •, o objetivo não foi alcançado plenamente, com 85,1%. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de ações em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 12 - Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio

UPC	23º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
ARAGUARI	115	21	9	15	160
BARBACENA	102	23	20	7	152
BELO HORIZONTE	223	73	41	72	409
BETIM	258	19	32	22	331
CONTAGEM	340	36	38	36	450
CURVELO	148	19	18	18	203
DIVINOPOLIS	188	18	18	18	242
GOVAL	220	23	24	24	291
IBIRITE	164	18	20	18	220
IPATINGA	230	32	31	5	298
JUIZ DE FORA	299	29	30	40	398
MONTES CLAROS	172	15	19	5	211
POUSO ALEGRE	0	0	0	0	0
RIBEIRÃO DAS NEVES	222	45	18	5	290
SANTA LUZIA	182	29	21	5	237

UPC	23º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
SETE LAGOAS	148	18	19	19	204
UBERABA	153	29	26	19	227
UBERLÂNDIA	194	25	41	19	279
VARGINHA	121	13	8	15	157
VESPASIANO	129	16	22	12	179
TOTAL	3608	501	455	374	4938

No período correspondente ao 24º período avaliatório, o Programa CEAPA desenvolveu 1330 ações junto às redes de apoio. Tal execução demonstra o alcance de 87,9% da meta pretendida e revela o desempenho insatisfatório neste indicador, já que eram esperadas 1512 articulações.

Ainda assim, é importante frisar que o número de articulações de rede permaneceu aumentando gradativamente durante o trimestre, a partir do contínuo fomento da Supervisão Metodológica em ampliar e qualificar as ações realizadas diante da necessidade de cada município e/ou regional. Além disso, é essencial destacar que o quantitativo de ações de Pouso Alegre já figurava como parte da meta do Programa CEAPA neste trimestre, mas, como já informado, o município permanece compondo os indicadores do FUNEMP e tem previsão de migrar para o escopo do Programa CEAPA em abril de 2025.

De outubro a dezembro, nota-se que a ênfase da atuação técnica ocorreu nas visitas de monitoramento e reuniões de articulação junto às instituições da rede parceira para recebimento de Prestação de Serviços à Comunidade ou Projetos de Execução de Alternativas Penais, que apontam, especialmente, para o acompanhamento próximo da rede que recebe o público para cumprimento, visando o alinhamento necessário para a corresponsabilidade no acompanhamento do público dessa alternativa penal – pela CEAPA e pela entidade. Ainda que se verifique predominância nas visitas é necessário pontuar que tanto no trimestre em tela quanto no ano as equipes lançaram mão de todas as modalidades de articulação de rede, isto é, estiveram presentes em espaços instituídos, executaram Encontros de Rede, dialogaram com os órgãos que compõem o Sistema de Justiça Criminal, discutiram casos com a rede de proteção social e visitaram locais em busca de novas parcerias. Ressalta-se que as captações de parcerias são respostas estratégicas fundamentais para atingir o público que tem determinação judicial para cumprimento de prestação de serviços à comunidade, mas tem sua disponibilidade restrita por motivos de trabalho ou organização pessoal, que se desdobra na demanda de cumprimento à noite ou aos finais de semana. Se torna um desafio, pois a maior parte dos parceiros funciona em horário comercial, fazendo com que essas pessoas aguardem mais tempo para serem encaminhadas e reforçando a necessidade das captações citadas.

No que toca aos Encontros de Rede, é importante mencionar as boas práticas que se destacaram e que ilustram o salto qualitativo na execução deste indicador entre outubro e dezembro. No município de Ribeirão das Neves, a equipe da CEAPA realizou encontro que contou com grande participação da rede, e o sucesso da mobilização para o espaço angariou 21 instituições presentes que dialogam sobre o acompanhamento público. Em Belo Horizonte, foi construído um encontro de rede sobre as penas pecuniárias destinadas às instituições parceiras, momento fundamental para elucidação sobre os processos de trabalho na equipe no que toca, principalmente, a avaliação do edital dos projetos. E em Governador Valadares, a equipe realizou encontro de rede com as instituições parceiras de distritos e municípios componentes da comarca, que passarão a monitorar as prestações de serviços à comunidade daquelas pessoas que ali residem, inclusive no que tange à comunicação com o Poder Judiciário local. Ainda nesse sentido, destaca-se a evolução desta modalidade, já que no referido trimestre foram executados 140 encontros, o maior quantitativo do ano e, comparado ao mesmo período do ano anterior, houve aumento de 90 encontros, pois entre outubro e dezembro de 2023, foram realizados 50 encontros de rede.

Por fim, destaca-se a capacitação realizada pela Supervisão Metodológica no dia 11 de dezembro, cujo tema foi “O Papel da CEAPA junto à Rede”, espaço em que as modalidades de articulação que compõem o referido indicador foram trabalhadas de maneira teórica e prática. Nessa agenda, além da explanação metodológica sobre cada ação, foram formados grupos de trabalho compostos por analistas sociais e estagiários de diversos municípios, a fim de que houvesse troca de experiências e boas práticas de execução deste indicador. O espaço revelou que, de maneira geral, há grande conhecimento do método do Programa em sua porção teórico-metodológica por parte das equipes técnicas, e apontou para qual direção se deve envidar esforços que visem o alcance deste indicador, qual seja, a organização de agendas prioritárias dessa frente de trabalho; a construção interna e individual para maior circulação fora das UPCs, e a permanência do investimento nos encontros de rede como espaços de qualificação do cumprimento da PSC. Além disso, o momento foi extremamente oportuno para reorientar sobre os instrumentais padrão do Programa, especialmente os que comprovam a atuação neste indicador, e seu devido registro qualificado.

Isto posto, faz-se necessário aprofundar a análise dos municípios que não contribuíram a contento para o desempenho no referido período.

- **BELO HORIZONTE:** Este município finalizou o ano de 2024 com melhora no desempenho neste indicador, mas ainda muito aquém do esperado para uma unidade desse porte. Com 54% de sua meta cumprida, novamente se sobressai o principal elemento que justifica tal execução: a despriorização dessa frente de trabalho, especialmente das visitas de monitoramento e encontros de rede. Essa justificativa ganha força quando se observa que os melhores números na meta, atingidos nessa reta final do ano, ocorreram justamente pela execução dessas duas modalidades com a rede parceria, especialmente nos encontros de rede com o recorte de tema de penas pecuniárias e visitas/reuniões as entidades em que pessoas cumprem. Contudo, há de se considerar que a atuação junto a rede deste município deverá passar por mudanças de direcionamento de modo profundo, vez que a principal rede hoje não é mais para atuação com o público da PSC, mas sim com os atendidos oriundos das audiências de custódia e com demandas ligadas à proteção social. Diante do exposto, se registra, para fins de aprimoramento no desempenho desse indicador, a necessidade de organizar o trabalho de modo a fortalecer a execução dessas ações de forma contínua e, para tanto, partir também para articulações, a nível macro, com as políticas públicas de proteção presente na capital.
- **MONTES CLAROS:** No trimestre tela, a meta registrada pela Unidade de Montes Claros não foi alcançada, sendo executado apenas 72% do indicador. Cabe mencionar que os meses de outubro e dezembro, nos quais os resultados não foram alcançados dentro do trimestre, coincidiram com os períodos em que houve um número menor de analistas na equipe, o que impactou diretamente na execução da frente de trabalho relacionada às articulações de rede. Foram priorizados e mantidos os atendimentos individuais e grupais na unidade. Cabe salientar que, diante de tal cenário, a supervisão metodológica tem trabalhado junto à equipe técnica a importância da organização do trabalho, em especial das agendas internas e externas para a realização de todas as frentes de trabalho do programa.
- **IPATINGA:** no referido período, o município de Ipatinga atingiu suas metas mensais em outubro e novembro, ou seja, o desempenho insatisfatório diz respeito às ações de rede do mês de dezembro. Em dezembro a equipe executou apenas 17% de sua própria meta, reduzindo sua atuação, principalmente, nas visitas de monitoramento. Como saída, aponta-se a necessidade de priorização dessa frente e planejamento estratégico nos momentos atípicos, como é o caso de dezembro, em que diversas instituições parceiras estão de recesso. Também observa-se a necessidade de consolidar o investimento nos encontros de rede, já que neste trimestre foi realizado apenas um espaço, para que tanto a alternativa penal quanto o acompanhamento do público sejam efetivados de forma qualificada e alinhada à metodologia do programa. Assim, neste primeiro trimestre, a equipe desenvolveu 68 das 90 ações esperadas para o período, o que representa cerca de 75,5% da meta.

Noutro giro, também importa salientar aqueles que desenvolveram as ações de rede de acordo com as metas pactuadas para cada município, gerando impacto positivo no número global alcançado.

- **UBERLÂNDIA:** Destaca-se que no referido período avaliatório, esta Unidade realizou 57% de ações de rede para além do pactuado. Uma execução determinante para esse bom desempenho, refere-se aos 4 Encontros de Rede realizados neste período contribuindo de maneira expressiva para o alcance e superação deste indicador, além de demonstrar o empenho da equipe no que se refere à qualificação da intervenção de forma coletiva junto à rede de proteção social e de alternativas penais no município.
- **VESPASIANO:** no referido período, o município de Vespasiano atingiu sua meta no trimestre, tendo o desempenho satisfatório 39% para além da meta pactuada das ações de rede. O Encontro de Rede realizado no mês de novembro, com 16 articulações, e as visitas de monitoramento às instituições parceiras para recebimento da prestação de serviços à comunidade ao longo de todo o trimestre, configuram-se como as principais modalidades de rede que impactaram positivamente a execução desta frente no município.
- **UBERABA:** Assim como no trimestre anterior, a unidade de Uberaba alcançou a meta, realizando um percentual de 37% acima do dado de referência. Ainda se mantém como elemento principal para o alcance deste indicador o aumento no quadro da equipe, e que impactou positivamente a reorganização e a execução das frentes de trabalho, em especial nas ações do Programa junto às redes de apoio. O outro ponto importante foi a reorganização da

distribuição dessas articulações entre os profissionais da equipe técnica, a partir da regionalização municipal, que se mantém e segue avançando e qualificando a leitura da equipe sobre o trabalho. Por fim, a conclusão do “diagnóstico” da rede parceira, com a consequente atualização do catálogo de rede, é outro fator que tem contribuído positivamente para a superação da meta neste município

Somado ao estudo sobre o último trimestre, é indispensável apresentar análises sobre o desempenho do Programa neste indicador durante todo o ano de 2024. Para este ano eram aguardadas 5796 ações junto à rede de apoio, e o Programa executou 4938, demonstrando o não atingimento da meta pactuada - foi conquistado 85,1% da meta.

Como já mencionado neste relatório, ainda que a meta não tenha sido atingida a contento, tal resultado é considerado positivo, pois o gráfico de crescimento das ações durante o ano é exponencial, demonstrando que, paulatinamente, a execução dessas ações foi incorporada às demais frentes de trabalho das equipes sem que houvesse recuo desse desempenho. Contudo, salienta-se que, para o próximo ano, a permanência desse progresso deve perpassar pela atuação dos diversos atores que orientam as equipes, visando resultados mais robustos e condizentes com as metas pactuadas.

Ao comparar com o resultado obtido no mesmo período em 2023, verifica-se a execução de 792 ações a mais em 2024 - em 2023, foram realizadas 4146 - o que corrobora com a leitura supracitada.

Por fim, importa ressaltar que para além do viés quantitativo, o desenvolvimento das ações de 2024 amadureceu do ponto de vista qualitativo, já que as equipes desenvolveram maior aproximação com os parceiros e arriscaram novos modelos de atuação, o que contribuiu para identificação de irregularidades no cumprimento, aprimoramento do acompanhamento das PAPs, construção de intervenções tempestivas, e discussões mais profundas sobre os fenômenos de violência e criminalidade locais.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA DE INCLUSÃO SOCIAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.1. Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 24.060 •	• 24.089 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa PrEsp busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do sistema prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos seus familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.</p> <p>Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.</p> <p>Para fins deste indicador, são considerados atendimentos realizados pelo Programa:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novas pessoas egressas; 2. Atendimentos individuais de pessoas egressas para fins de acompanhamento; 3. Atendimentos individuais de familiares de pessoas egressas; 4. Atendimentos individuais de pessoas pré-egressas e/ou familiares de pessoas pré-egressas; 5. Participação de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença; 6. Participação de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas nas unidades prisionais que assinaram a lista de presença; 7. Participação de familiares de pessoas egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença; 8. Participação de familiares de pessoas pré-egressas em ações grupais realizadas pelo PrEsp que assinaram a lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 foram realizados cumulativamente • 24.089 • atendimentos em suas diversas modalidades no Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 24.060 •, alcançou-se 100,1% do objetivo. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 13 - Número acumulado de atendimentos realizados pelo PRESP

UPC	23º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE	2714	345	388	225	3.672
BETIM	1211	121	150	77	1.559
CONTAGEM	1301	171	135	145	1.752
DIVINÓPOLIS	711	96	98	92	997
GOVERNADOR VALADARES	803	70	45	102	1.020
IBIRITÉ	815	99	91	68	1.073
IPATINGA	1000	122	145	41	1.308
JUIZ DE FORA	1849	194	218	163	2.424
MONTES CLAROS	1488	135	189	124	1.936
RIBEIRÃO DAS NEVES	1553	180	155	157	2.045

UPC	23º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
SANTA LUZIA	726	116	118	107	1.067
SETE LAGOAS	1390	162	162	149	1.871
UBERABA	844	111	99	98	1.152
UBERLÂNDIA	1051	126	159	89	1.425
VESPASIANO	584	66	75	63	788
TOTAL	18040	2.114	2.227	1.700	24.089

O Programa PrEsp busca garantir o atendimento qualificado às pessoas egressas do Sistema Prisional, enquanto direito assegurado na Lei de Execução Penal e disposto em legislações específicas, tornando extensivo o atendimento aos familiares a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos de apoio e suporte social.

Os atendimentos são realizados pela equipe técnica do Programa e visam: intervir em fatores de vulnerabilidades pessoais e sociais que possam favorecer o comportamento de risco e a vitimização; contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares e de apoio comunitário; possibilitar e fomentar encaminhamentos para efetivação de direitos e garantias sociais bem como acesso às oportunidades existentes na rede de cada município; promover ações de enfrentamento à estigmatização que recaem sobre pessoas egressas do sistema prisional.

Para fins deste indicador serão contabilizados:

1. Atendimentos individuais realizados no momento da inscrição de novos egressos;
2. Atendimentos individuais de egressos em acompanhamento;
3. Atendimentos individuais com familiares de egressos;
4. Atendimento individual de pré-egresso e/ou familiar;
5. Participação de Egressos de cada atendimento grupal realizado pelo PrEsp e assinaram a lista de presença;
6. Participação de pré-egressos em atendimentos grupais nas unidades prisionais e assinaram a lista de presença.

Referente ao Indicador 5.1 - Número Acumulado de atendimentos, no 4º período avaliado o PrEsp alcançou a meta global pactuada.

Os municípios de Divinópolis, Juiz de fora, Ribeirão das Neves, Santa Luzia, Sete Lagoas e Uberaba, alcançaram as metas em todo o período avaliado, com resultados entre 106% e 176% do esperado, já município de Vespasiano alcançou o menor resultado do trimestre (76%).

As equipes têm avançado de forma gradativa no fortalecimento das portas de entrada, o que tem fortalecido o número de atendimento de inscrição, ampliando a forma de chegada do público para além da assinatura. A realização de atividades coletivas com o público egresso e pré-egresso também impulsionou o número geral de atendimentos.

Vale mencionar que, neste trimestre a temática de "Atividades coletivas para o público pré-egresso e egresso II – estratégia, mobilização, desafios e metodologia" foi trabalhada em dois momentos de capacitação geral com as equipes, com a expectativa de retorno positivo a curto, médio a longo prazo.

As equipes apresentaram alguns desafios relacionados ao indicador 5.1, como o cancelamento de agendas, por parte das Unidades Prisionais, para realização de grupos com o público pré-egresso e a não efetivação dos atendimentos de retorno agendados. Nas duas situações as equipes são orientadas quanto às possíveis estratégias, e nos casos mais sensíveis, referente à tratativa com os parceiros do prisional, é avaliado junto à Gestão Social as tratativas mais assertivas.

Abaixo aborda-se mais detidamente as análises para elucidar os pontos de destaque em cada município.

Belo Horizonte, embora mais uma vez não tenha logrado êxito em alcançar a meta estabelecida para o indicador 5.1 - Número acumulado de atendimentos do programa, atingiu 85% da meta pactuada, tendo um crescimento de dois pontos percentuais se comparado ao desempenho do município no trimestre anterior.

Ressalta-se que é o terceiro período avaliatório consecutivo em que Belo Horizonte apresenta uma pequena crescente com relação aos resultados anteriores, tendo ainda no mês de novembro ultrapassado a meta estabelecida para este indicador, pela primeira vez no ano, com a realização de 388 atendimentos.

Destaca-se que o município tem avançado com relação ao número de pessoas inscritas, percentual que vem se avolumando desde o último período avaliatório, tendo sido realizadas no presente período avaliatório 110 inscrições de novos egressos para o acompanhamento. Tal fenômeno só tem sido possível por conta do desenvolvimento de ações massivas em conjunto com as instituições parceiras no território, a fim de ampliar o conhecimento dos potenciais usuários acerca da existência e serviços proporcionados pelo PrEsp.

O cenário se torna ainda mais consolidado com o planejamento e execução das atividades coletivas, onde têm sido trabalhadas as demandas apresentadas pelo público, com destaque para a execução de grupos reflexivos de empregabilidade. O município executou 29 ações coletivas, atingindo 361 usuários, dos quais 136 foram mulheres, entre egressas e familiares de pessoas egressas.

O município de Montes Claros, assim como o de Belo Horizonte, não alcançou a meta esperada para o trimestre. Porém, apresentou resultados positivos considerando o cenário que exigiu um acompanhamento mais próximo, uma vez que a recomposição da equipe no início do mês de outubro, devido ao pedido de desligamento de duas analistas no final do mês de setembro.

É notório o investimento da equipe na realização de atividades coletivas para apresentação do programa junto aos serviços de proteção do município nos meses de novembro e dezembro, alcançando o público egresso, familiares de egressos e familiares de pré-egressos, totalizando 132 participações.

Como atividade coletiva de destaque, a equipe realizou em novembro mais uma edição do “Arara Solidária” com reflexões pontuais acerca do tema Consciência Negra, com considerável participação dos egressos acompanhados. Foi um momento proveitoso de diálogo, reflexão e aproximação entre analistas e egressos, que demandaram por atendimentos ou agendamento de retorno. Para além das reflexões propostas, os participantes tiveram a oportunidade de receber doação de roupas.

O número de novos inscritos se manteve satisfatório, mesmo considerando os meses sem assinatura. A chegada espontânea do público é resultado das ações realizadas em meses anteriores com pré-egressos e das ações coletivas de apresentação do programa em redes estratégicas. No trimestre houve 62 novas inscrições, sendo 44 oriundas de chegada espontânea, 14 por assinatura e 4 encaminhadas pela rede.

Em relação ao indicador de número acumulados de atendimentos, Contagem se destaca ao longo de 2024 por ter ultrapassado a meta prevista de 1672 atendimento e ter chegado a 1750 atendimentos acumulados ao longo do ano. Porém permanece a necessidade de estabilização do indicador uma vez que este passou por variações significativas durante todo ano e em praticamente todos os períodos avaliatórios.

No terceiro trimestre não foi diferente, sendo a meta alcançada nos meses de outubro e dezembro e ficando abaixo do previsto no mês de novembro. Apesar disso é inquestionável o bom desempenho do indicador que demandará apenas pequenos ajustes a partir de uma leitura mais criteriosa das variáveis que impactam nos números para além do mês no qual incidem as assinaturas.

Neste trimestre contribuíram para o aumento do número acumulado de atendimentos nos meses de outubro e dezembro as estratégias para mobilização de atendimento de retorno empreendidas pela equipe; a oferta de atendimento para todos os egressos que se apresentaram para assinar em outubro; as ações de apresentação realizadas na própria unidade e em espaços da rede e as demais atividades coletivas realizadas no período.

Já em novembro foi observada uma redução nos atendimentos de retorno agendados e espontâneos, assim como um número menor de encaminhamentos feitos pela rede, além do cancelamento de uma atividade coletiva que seria feita numa instituição parceira.

A principal estratégia da equipe está no fortalecimento das ações de apresentação do Programa e fluxos de encaminhamentos pela rede; sensibilização e mobilização de atendimentos de retorno com base na necessidade e na demanda de cada caso e indivíduo acompanhado.

Outra estratégia importante adotada pela equipe, é o fortalecimento dos espaços de ações coletivas dentro da UPC como o Café com o Presp e os grupos reflexivos outros que são realizados de acordo com a avaliação da equipe acerca do momento e da pertinência temática.

Nesse período foram realizados grupos sobre a Segurança/Insegurança Alimentar voltada para o público que demanda cesta básica de forma recorrente e que está em situação de risco ou vulnerabilidade alimentar, e o grupo voltado para sensibilização e orientação sobre o câncer de próstata realizado em parceria com o Cerest Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Contagem. Importante destacar que em ambas as atividades foi construído com os parceiros o encaminhamento do público e de suas demandas.

O município de Divinópolis também tem conseguido manter o desempenho no tocante ao alcance do indicador de atendimentos, desde o último período avaliatório. Embora neste último trimestre tenha havido uma pequena queda quantitativa, Divinópolis ainda assim cumpriu com 106% da meta estabelecida, tendo desenvolvido um acompanhamento sistemático do público que se soma a importantes construções de capilarização do conhecimento do programa pela rede do município.

O equilíbrio e a não mais tão recente estabilização do indicador se devem principalmente a um exercício constante da equipe técnica e gestão social do Elo em, estrategicamente, se aproximar de redes cujos fluxos de encaminhamento ainda estão por alguma razão fragilizados, construindo uma identificação entre os serviços a partir da discussão de casos comuns. No último trimestre foram realizadas 4 discussões de caso com outros equipamentos do território, de modo que as instituições entendam na concretude dos casos e o trabalho executado pelo PrEsp, proporcionando, por conseguinte o direcionamento de outros usuários com experiência prisional para serem acompanhados pelo programa.

Além disso, a equipe técnica tem feito uma análise a fim de identificar as vulnerabilidades mais recorrentes nos atendimentos para que seja possível construir, assim, articulações favoráveis e propícias a suprirem as demandas mais latentes do público acompanhado, como a demanda por empregabilidade. Nesse sentido, a equipe e Gestão Social estão em processo de consolidação de parcerias importantes para o público com organizações privadas, sensibilizando este setor sobre os desafios do público e construindo oportunidades de um novo começo, tendo realizado 20 encaminhamentos para a empregabilidade do público assistido no último trimestre.

Sem olvidar ainda do potencial das atividades coletivas, o município executou 15 atividades coletivas com o público egresso e pré-egresso, alcançando 125 pessoas. Embora o número seja expressivo, apenas 3 participantes foram mulheres, o que tem sido objeto de reflexão e de proposta de trabalho entre Supervisão Metodológica, Gestão Social e equipe técnica.

Em Governador Valadares a redução, que vem sendo observada desde julho, após devolução das assinaturas para a VEP, e que persistiu nos meses seguintes, acabou se intensificando em outubro e novembro. Porém já no mês de dezembro o indicador apresentou boa recuperação o que se deve aos inúmeros esforços empreendidos pela equipe tanto no sentido de se criar novas formas de chegada do público ao Programa, como de aumentar a circulação destes em atendimentos de retorno.

Essa não é apenas uma estratégia para recuperação do indicador de atendimento, mas também a premissa do acompanhamento no Programa, que passa ser mais possível e qualificada na medida em que as demandas por atendimentos centrados nas assinaturas e nas suas intercorrências deixam de chegar com frequência que chegavam, sendo possível redirecionar o foco para a vivência dos egressos.

Apesar dos desafios enfrentado pelo Programa em Governador Valadares em 2024, e foram muitos e muito complexos, a meta anual do indicador 5.1-Número Acumulado de Atendimentos, não foi alcançada por apenas 8(oito) atendimentos, sendo que dos 1028 (mil e vinte oito) atendimentos previsto, 1020(mil e vinte foram realizados).

Para o ano que se inicia permanece a necessidade de se recuperar os indicadores do Programa, sobretudo o número acumulado de atendimentos, portanto permanece o alinhamento construído entre gestão e supervisão metodológica para que planejamento de 2025 considere a realidade do Programa no Município, o perfil do público atendido e acompanhado, as demandas recorrentes, os desafios enfrentados e oportunidades de parceria e articulação criadas junto à rede.

Importante destacar que para além da devolução das assinaturas, impactaram também para a redução do número acumulado de atendimentos neste trimestre os esvaziamentos dos grupos realizados com pré-egressos tanto na APAC

quanto na Penitenciária, onde ocorreram esvaziamento massivo desses grupos em razão da liberação de pessoas do semi aberto em aplicação da súmula vinculante nº 56, do quanto calendário de saídas temporárias.

A recuperação observada em dezembro é um prelúdio da capacidade técnica da equipe de conseguir sustentar o trabalho a partir daquilo que o Programa preconiza que é a chegada do público sem qualquer imposição ou restrição penal/judicial. Portanto, é importante destacar que hoje 40% (quarenta por cento) do público que chega ao Programa, chega por demanda espontânea, apenas pelo incentivo ou divulgação do Programa feito por outros egressos ou em ações de apresentação realizadas pela equipe, algo impensável há alguns anos.

Essa recuperação diz também do investimento feito nas articulações com a rede para construção de fluxos e construção de casos, do acompanhamento qualificado que tem feito com que o maior divulgador do Presp seja o próprio egresso em acompanhamento e a rede, cujos encaminhamentos hoje alcançam 20% (vinte por cento) dos egressos que chegam ao Programa.

Se por um lado tem-se o desafio de recuperar o indicador e alcançar as metas propostas, do outro tem-se a recomposição da equipe com a chegada de um terceiro analista, o que trará fôlego para equipe, e ampliará a capacidade de abertura de novas frentes ou sustentação mais articulada das frentes de trabalho já existentes.

Os números apurados em Juiz de Fora para indicador de atendimento neste período avaliatório não causaram surpresa considerando o ótimo desempenho durante todo o ano. Juiz de Fora se destacou por apresentar números superiores às metas propostas para todos os indicadores, chamando muito a atenção para o número de atendimentos acumulados ao longo dos meses e pelo volume observado muito acima da meta pactuada.

Esse dado inicialmente pode sugerir que a meta foi subestimada, porém, é preciso ter cuidado nessa avaliação, pois o volume de atendimentos pode estar muito mais relacionado ao perfil, compromisso, investimento e alinhamento técnico e maturidade profissional e metodológica da equipe do que necessariamente às metas propostas, estando elas superestimadas, subestimadas ou não.

O excelente desempenho do Programa em Juiz de Fora deve-se à consistência e regularidade das ações realizadas, que não sofrem tanto com descontinuidade provocada por constantes mudanças nas equipes ou em serviços e equipamentos parceiros da rede.

Porém é importante ressaltar que no último mês do trimestre foi percebida uma redução do número de atendimentos que pode estar relacionada com a atipicidade do mês que é marcado pelas festividades de fim de ano, mas também podem ser resultados da redução dos encaminhamentos feitos pela CAJAR, situação já identificada e devidamente acompanhada pela equipe e gestão.

Por fim, é importante ressaltar que as discussões dos casos com a rede e a regularidade dos atendimentos e das ações de apresentação tem viabilizado a chegada e permanência do público em acompanhamento, o que impacta não só o indicador de atendimento, mas em todas as metas e frentes propostas pelo Programa.

Para 2025 fica o desafio de se manter os resultados obtidos com a qualidade implementadas nas ações em todas as frentes de trabalho. Acredita-se que com a ampliação da equipe, que receberá mais um analista, a equipe ganhará robustez, porém é essencial a inclusão coordenada de quem chega nos processos já em curso, situação esta que vem sendo acompanhada e discutida de forma contínua pela gestão e supervisão metodológica.



Grupo PEJEC Dezembro de 2024

Ribeirão das Neves mais uma vez se apresenta enquanto destaque positivo para o indicador de atendimento, tendo atingido aproximadamente 116% do pactuado, com 492 atendimentos executados neste trimestre, apenas 23 a menos do que no último período avaliatório. A constância e a estabilização do indicador têm sido alcançadas por um trabalho sistemático e qualificado de atendimento e construção de ações para o público de modo assertivo.

Destaca-se que o município realizou 16 inscrições no último período avaliatório, o que chama a atenção dos atores estratégicos para um cuidado maior com a porta de entrada do programa no município. Nesse sentido também, a Supervisão Metodológica, a Gestão Social e a equipe estão monitorando e qualificando os dados, a partir de um diagnóstico, a fim de compreender o fenômeno da porta de entrada no referido município, o qual, apesar de possuir o maior número de unidades prisionais num único território, é atravessado por outras circunstâncias que precisam ser consideradas na análise.

No último semestre de 2024 Santa Luzia se consolidou como uma grata surpresa, não só pela considerável melhora em todos os indicadores, mas sobretudo pela qualidade técnica e alinhamento da equipe.

O bom desempenho do indicador 5.1 - Número Acumulado de Atendimentos é resultado direto da renovação, reconfiguração e recomposição desta equipe, que passou por inúmeros processos de aprimoramento metodológicos realizados durante as supervisões metodológicas e capacitações do Programa e de reorganização e redistribuição das frentes de trabalho pela gestão. É inegável também o ganho qualitativo e quantitativo possibilitado pela recomposição da equipe com a chegada de um terceiro analista, ampliando a força de trabalho e capacidade de resposta da equipe.

Outro fator importante para a recuperação do indicador já no terceiro período avaliatório, foi a retomada do acompanhamento com o público nos termos propostos pelo Programa, com a compreensão e apreensão metodológica do acompanhamento enquanto processo e não meramente como resposta imediatista e pouco reflexiva a partir de demandas emergentes e tensionamentos feitos pelos usuários.

Com isto, é importante destacar as discussões de caso e as ações de apresentação com a rede, o trabalho com pré egressos na Penitenciária gerida pela Parceria Público Privada III de Ribeirão das Neves, e principalmente a promoção de atendimentos de retorno a partir do gerenciamento estratégico das demandas apresentadas pelos egressos.

Também merece destaque o esforço da equipe para direcionar e conduzir em atendimento às demandas apresentadas pelos egressos, por vezes de forma superficial e imediatista durante o período de assinaturas.

Tem sido necessário cada vez mais apresentar e traduzir o Programa para o público egresso que não está imune à lógica digital de um mundo no qual são oferecidas soluções quase automáticas para problemas e situações extremamente complexas e vulnerabilidades e situações de risco com incidência interseccional na trajetória e na vida dos sujeitos. O desafio é escalonar as demandas numa ordem de possibilidades e prioridades, ante as capacidades e limitações de cada egresso.

Assim como Juiz de Fora, Sete Lagoas se destacou pelo ótimo desempenho do PrEsp em todos os indicadores, sobretudo o indicador 5.1 - Número Acumulado de Atendimentos. A meta proposta não só foi alcançada em todos os meses como foi ultrapassada, e a meta geral no ano também foi alcançada com êxito.

O bom desempenho está relacionado à qualidade do trabalho desenvolvido pela equipe na abertura e manutenção de portas de entrada no Programa, articulações estratégicas para construção de fluxos com a rede e acompanhamento sistemático dos casos.

Outro fator importante a ser considerado é o perfil do público atendido e acompanhado no Município, e as características geográficas e socioeconômicas da própria cidade que também favorecem a adesão ao Programa. Sete Lagoas é ao mesmo tempo uma cidade que ainda guarda características e dinâmicas de uma vida rural com ofertas e acessos próprios e muito próxima a uma grande metrópole.

Embora não tenha havido surpresa em relação ao indicador neste trimestre uma vez que a meta já vem sendo alcançada com regularidade há mais de um ano, vale destacar a importância do aprimoramento metodológico da equipe, e escolha adequada das estratégias de mobilização do público, que vão desde retorno e acompanhamento sistemático dos encaminhamentos realizados com o público até as ações permanentes de apresentação do Programa em serviços outros que concentram atendimentos a pessoas egressas.

O ano de 2025 começa desafiador para Sete Lagoas com alteração massiva na equipe provocada pela saída de uma analista com muita propriedade sobre o trabalho e a chegada de novos profissionais, além da mudança também na gestão. Importante marcar esse quadro, pois dificilmente o Programa não será impactado com estas alterações. Apesar da agilidade na reposição das vagas por parte da O.S, não é possível a transmissão do saber e do acúmulo técnico, teórico e prático de forma tão célere e isso certamente irá se refletir no próximo trimestre.

Em Uberaba o Programa apresentou importante recuperação do indicador de atendimentos neste período, sendo a meta pactuada alcançada dentro do esperado. Importante destacar que apesar das oscilações observadas ao longo do ano, no acumulado geral a meta foi alcançada com sucesso. O desafio colocado para 2025 é a manutenção dos resultados obtidos no quarto trimestre e a estabilização do indicador.

É importante destacar a complexidade dos casos em acompanhamento pelo PrEsp em Uberaba e o investimento técnico que tem sido necessário para que a equipe consiga efetivamente atuar de forma a reduzir situações de risco e intervir em vulnerabilidades e ciclos de violência que se interseccionam aprofundando o risco de morte e ou de reentrada prisional para vários egressos.

Para além disso é importante entender que Uberaba é historicamente um município com dinâmicas sociais e criminais marcadas de forma objetiva e ou subjetiva pela suposta atuação do PCC - Primeiro Comando da Capital, e o público egresso não está imune a isso, pelo contrário é bastante atravessado por isso.

Essa realidade sempre aparece nos atendimentos, seja a partir de relatos de egressos que alegam ser faccionados, mas cujo modo de vida em nada se coaduna com as exigências de uma vinculação dessa ordem; seja por situações de ameaça vindas da facção pelo descumprimento de alguma regra ou em razão de uma desfiliação não autorizada.

Para além disso, alguns fenômenos e circunstâncias têm sido recorrentes e prevalentes no público egresso, como sofrimento mental, drogadição, situação de vida nas ruas, vínculos familiares rompidos e violências de gênero em âmbito doméstico.

Tudo isso exige que a equipe repense e planeje o trabalho cotidianamente para viabilizar a chegada e a permanência do público. Nesse sentido, durante todo o ano de 2024 foram realizadas ações de apresentação de forma estratégica nos serviços e com os usuários dos serviços de saúde, assistência, acolhimento institucional, qualificação profissional, saúde mental, dentre vários outros.

Neste trimestre foram intensificadas as buscas ativas de casos que abandonaram o acompanhamento a mais tempo ou que não compareceram aos atendimentos de retornos mais recentes, bem como as discussões de caso com as Casas de Acolhimento onde o público acompanhado se encontra acolhido, com intuito de realizar aproximação da rede parceira e construção para a retomada do acompanhado do egresso na Unidade.

O município de Uberlândia permanece sem alcançar o indicador de atendimento, realizando 374 atendimentos no trimestre, com o crescimento percentual de 3% de um período avaliatório para outro. Embora tenha tido esse crescimento mínimo, o município ficou em 88% da meta global estabelecida. A Supervisão Metodológica e Gestão Social do Instituto Elo construíram, junto da equipe técnica, um plano de ação, que fora executado neste trimestre, cujos objetivos principais foram direcionados à organização e estruturação de ações direcionadas à potencialização do alcance do público, bem como de qualificação das ações coletivas no espaço da Unidade de Prevenção à Criminalidade voltadas à empregabilidade.

Apesar do não alcance da meta estabelecida no trimestre, no mês de novembro foi possível lograr êxito no atingimento do referido indicador, com a realização de 159 atendimentos. Destaca-se ainda a conclusão do projeto “Construindo a liberdade”, executado com os pré-egressos de uma das unidades prisionais do município, cujas atividades se desenvolveram desde o mês de maio de 2024, inicialmente com 15 pré-egressos, a partir da metodologia de execução de atendimentos individuais intercalados com ações coletivas.

Tal ação teve uma positiva repercussão no município, com a chegada de mais de 03 participantes na UPC, posteriormente à saída, para a realização de inscrição no programa, o que aponta para um grande potencial da metodologia adotada neste projeto específico.

Ipatinga obteve o menor número de atendimentos de egressos em relação aos períodos anteriores (185), e em dezembro com uma redução mais expressiva (41 atendimentos). Importante ressaltar que a equipe técnica trabalhou de forma reduzida durante todo o trimestre e somente com uma analista em quase todo o mês de dezembro.

Isso em razão do período de férias da analista que retornaria de licença maternidade, o afastamento médico da outra analista e a compensação de horas e posterior encerramento de contrato da analista que estava cobrindo o período de licença maternidade, além das faltas e posterior desligamento da estagiária.

Este cenário impactou em todas as frentes de trabalho, e no que tange ao indicador 5.1 tivemos impacto nas atividades coletivas de apresentação do programa em unidades prisionais e outras instituições parceiras. A possibilidade de executar os grupos no período matutino foi levantada, entretanto não houve alinhamento com a disponibilidade das unidades prisionais.

Em Vespasiano, não obtivemos alcance do indicador 5.1 durante os quatro períodos avaliados. É perceptível o progresso no número de inscrições realizadas, em sua maioria como forma de chegada os encaminhamentos realizados pela rede.

Em outubro, a equipe encontrou alguns impasses em efetivar os grupos com pré-egressos em unidades prisionais, em virtude de cancelamentos por parte deste parceiro. Nas unidades de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo o número de pré-egressos para atividade foi reduzido, influenciando também na redução dos números.

Em dezembro, devido à redução de funcionamento em alguns equipamentos da rede, o quantitativo de atendimentos itinerantes foi impactado. Com isso, tivemos no referido mês o menor número de atendimentos do semestre (63).

Foram realizadas 13 atividades coletivas no último trimestre, em Unidades prisionais, comunidades terapêuticas e casa de apoio à população em situação de rua, com o total de 89 participantes entre egressos, familiar de egresso e pré-egressos.

Na busca por elementos que qualificam a leitura do município, uma vez que mesmo com todo o investimento da equipe o alcance da meta permaneça um impasse, a supervisão metodológica e gestão social tem fomentado o diagnóstico aprofundado deste fenômeno.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional	
Indicador nº 5.2. Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 78% •	• 84% •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, minimizando vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento.</p> <p>Para o alcance desse objetivo torna-se necessário a construção de um vínculo do Programa com as pessoas egressas atendidas, já que as intervenções realizadas dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar o percentual de retorno do público atendido ao PrEsp.</p> <p>Para fins desse indicador, considera-se o número de retorno para atendimento no PrEsp das pessoas egressas após a realização da sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos feitos a familiares de pessoas egressas ou de pessoas pré-egressas.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 o percentual de adesão dos egressos atendidos pelo PRESP foi • 84% •. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 78% •, a meta foi alcançada integralmente. Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atendimentos em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC.

Tabela 14 - Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório

UPC	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE RETORNO	Nº TOTAL DE ATENDIMENTOS DE EGRESSOS	% DE VINCULAÇÃO
BELO HORIZONTE	475	585	81%
BETIM	199	232	86%
CONTAGEM	289	337	86%
DIVINOPOLIS	120	158	76%
GOVAL	121	134	90%
IBIRITE	196	212	92%
IPATINGA	141	185	76%
JUIZ DE FORA	341	397	86%
MONTES CLAROS	214	276	78%
RIBEIRÃO DAS NEVES	301	317	95%
SANTA LUZIA	214	274	78%
SETE LAGOAS	244	270	90%
UBERABA	153	177	86%
UBERLÂNDIA	178	223	80%
VESPASIANO	109	135	81%
TOTAL	3295	3912	84%

O Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – PrEsp – tem por objetivo favorecer o acesso a direitos e promover condições para inclusão social de egressos do Sistema Prisional, minimizando as vulnerabilidades relacionadas a processos de criminalização e agravadas pelo aprisionamento.

Para tanto, os analistas responsáveis precisam construir uma vinculação do egresso do Sistema Prisional ao PrEsp, justamente porque as intervenções do referido Programa dependem de um conjunto de atendimentos continuados. Dessa forma, este indicador visa avaliar a vinculação do público ao PrEsp.

Para fins deste indicador, considera-se vinculado o egresso que retorna ao PrEsp após a sua inscrição. Para cálculo desse indicador não serão considerados os atendimentos de familiares ou de pré-egressos.

Confirmando a expectativa de manutenção do desempenho no que diz respeito ao alcance do indicador de adesão, no referido período avaliatório se observa mais uma vez o alcance deste indicador, que é a chave para o desenvolvimento e qualidade do processo de acompanhamento sistemático dos egressos do programa.

Neste período o indicador de adesão alcançou a média trimestral de 108% da meta percentual pactuada, totalizando 3295 atendimentos de retorno de egressos que estão em acompanhamento. No referido trimestre, embora tenha tido uma pequena queda com relação ao percentual alcançado no último período avaliatório, observou-se a construção de importantes ações direcionadas ao incremento da vinculação do público ao programa.

Destacaram-se o planejamento e a execução de ações através de parcerias com a rede para a empregabilidade/qualificação profissional e disponibilização de benefícios ao público, além de projetos de circulação que têm sido desenvolvidos e planejados com os usuários. No que concerne à qualidade das ações coletivas, a Supervisão Metodológica do Elo tem investido esforços no treinamento com as equipes, tendo executado 2 (duas) capacitações metodológicas sobre a temática no último período avaliatório, nos meses de outubro e novembro. Com tais espaços, foi possível desconstruir percepções equivocadas sobre o propósito das atividades coletivas, destacar a centralidade do pensamento estratégico focado no planejamento, mobilização, execução e avaliação das ações, bem como reforçar a importância da sedimentação delas em preceitos da prevenção social à criminalidade.

Como desafio comum das equipes, tem se observado uma cada vez maior circulação do público nas UPC's de modo que tem sido desafiador controlar todos os agendamentos de retorno, às necessidades de novo contato, assim como o monitoramento dos encaminhamentos propostos em cada caso. Portanto, a Supervisão Metodológica e as Gestões Sociais do Elo têm buscado auxiliar as equipes na organização e sistematização desses processos para que os mesmos não se percam no dia a dia de trabalho. Além disso, têm sido pensadas pela Supervisão Metodológica do Elo e Diretoria do programa formas complementares de se estabelecer um controle mais fácil de tal processo, a partir da própria planilha de acompanhamento dos egressos.

Partindo para uma análise contextual, identifica-se que apenas Ipatinga (76%), e Divinópolis (76%) não alcançaram a meta quando analisada a média global estipulada, e mesmo assim estiveram muito próximas do percentual estabelecido para este indicador. Tal cenário evidencia e reforça o fenômeno observado durante todo o ano de estabilização do alcance da meta estabelecida para este indicador. O que tem sido resultado de um comprometimento das equipes na condução de um acompanhamento sistemático e multidimensional que faz sentido para o egresso que tem acessado o programa em busca de suporte.

O avanço das articulações com as redes parceiras dos territórios, tocadas pela Gestão Social e equipes do Elo, tem proporcionado cada vez mais a construção de ações diversas direcionadas às maiores dores do público, o que repercute diretamente numa maior vinculação deste com o programa, gerando, assim, um número maior de retornos no acompanhamento. Conforme enunciado, passa-se a uma análise mais detida dos resultados e desafios porventura enfrentados pelos municípios que se destacaram.

Ribeirão das Neves e Sete Lagoas foram os municípios que mais se destacaram neste indicador. Ribeirão das Neves, seguindo o desempenho de todo o ano, finalizou o último trimestre com resultado mais que satisfatório para este indicador, tendo alcançado a média global de aproximadamente 95% da adesão com o público acompanhado. O referido município executou 122% da meta estabelecida, o que aponta para uma estabilização no alcance deste indicador. A equipe tem investido em boas ações coletivas a fim de aproximar o público de um acompanhamento qualificado e atrativo, de modo que tem sido possível trabalhar temáticas reflexivas e relevantes na vivência do público acompanhado.

Destaca-se neste último período avaliatório, uma ação reflexiva coletiva executada com a finalidade de se trabalhar os vínculos e relações familiares, rompimentos, desejo de retomadas, desafios sociais, bem como a vulnerabilidade alimentar, muitas vezes associada causalmente com o contexto social-familiar dos usuários acompanhados. A ação, que contou com uma parceria local a qual disponibilizou kits de cestas verdes a serem concedidas aos usuários, foi executada no mês de dezembro, tendo a participação de 13 usuários, os quais avaliaram positivamente o espaço.

Do mesmo modo, o indicador de adesão apresentou resultados excelentes durante todo o ano em Sete Lagoas, permanecendo acima da meta pactuada durante todo o ano, e alcançado resultado importante na meta geral do ano. Embora o resultado deste trimestre não seja nenhuma surpresa, já que o bom desempenho já vinha sendo observado ao longo do tempo, é

importante destacar que estes resultados dizem do reconhecimento e consolidação do Programa como serviço essencial para o atendimento de pessoas egressas.

Merece destaque também o esforço e compromisso da equipe na implementação de ações que favoreçam a construção do vínculo a partir do acompanhamento sistemático do público. Acompanhamento pautado em intervenções e encaminhamentos construídos de forma transparente e dialogada com o público, considerando as limitações, desejos e reais capacidades dos sujeitos.

A realização de buscas ativas de forma rotineira, a organização da agenda de retornos, os contatos frequentes com usuários mobilizando para atendimentos, o acompanhamento dos encaminhamentos realizados até seu desfecho final e atenção para movimentação dos casos, são circunstâncias que sem dúvida levaram a um desempenho favorável e estável desse indicador.

Importante destacar que apesar dos resultados obtidos em 2024, em 2025 poderá haver oscilações decorrentes do impacto esperado nas mudanças havidas na equipe e na gestão neste terceiro trimestre.

Em Juiz de Fora não foi diferente, o indicador de adesão também apresentou excelente desempenho durante todo o ano no município, e apesar da redução ocorrida em dezembro, na meta geral o indicador chegou a 89% (oitenta e nove pontos percentuais). O indicador de adesão é uma ferramenta importante para mitigação de resultados no que tange ao acompanhamento do público, e em Juiz de Fora isso se apresenta de forma bastante evidente.

O Programa tem atuado com o público egresso num contexto de aquecimento da dinâmica criminal decorrente da suposta atuação do Comando Vermelho dentro e fora das unidades prisionais, aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais com aumento exponencial da população egressa em situação de rua.

Também é notável o aumento de casos de sofrimento mental, drogadição, e violência doméstica, e apesar disso tem sido possível construir junto a rede e partir de processo reflexivos e participativos dos sujeitos acompanhados o acesso a direitos e ofertas a oportunidades de geração de trabalho e renda, qualificação profissional, atendimentos em serviços de saúde e assistência social, previdência e do próprio sistema de justiça.

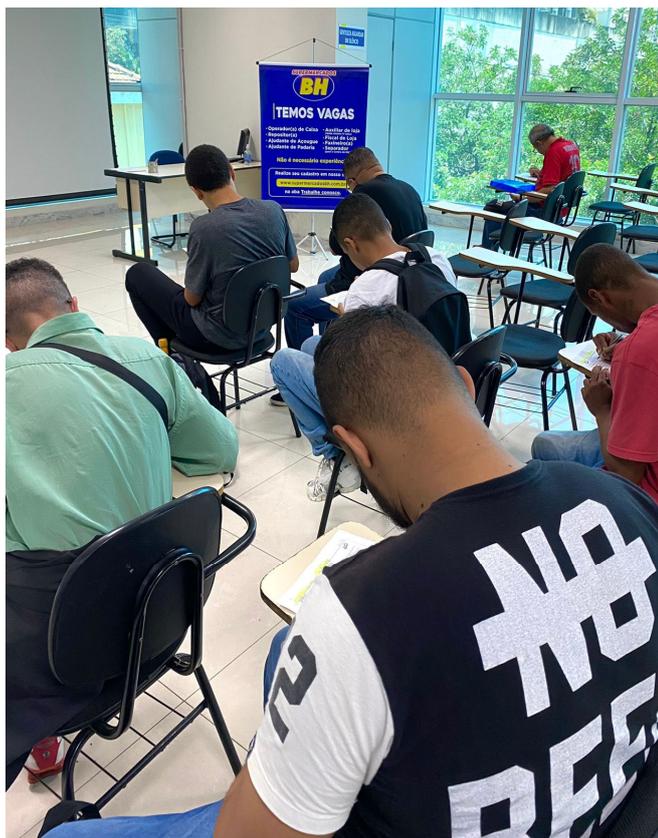
Além destes, os processos de reflexão, elaboração e responsabilização pelas próprias escolhas sem dúvida, têm feito com que o PrEsp em Juiz de Fora tenha resultados tão importantes em relação à adesão. São as ofertas e intervenções realizadas que tem feito com que os egressos percebam o Programa como dispositivo essencial na manutenção e organização da vida em liberdade.

Belo Horizonte foi um dos municípios que também se destacou na superação do indicador de adesão neste período avaliatório, alcançando aproximadamente 104% na média global do estipulado. Vale destacar que se observa uma estabilidade nesse indicador durante todo o ano, de modo que se evidencia o cuidado no desenvolvimento de uma estratégia assertiva para o acompanhamento dos usuários. A equipe tem se dedicado em direcionar esforços para a manutenção do acompanhamento dos casos ativos da planilha de acompanhamento, de modo a revisitar casos que estão represados, sem movimentação há muito tempo.

Tal fenômeno tem contribuído para a implementação de um processo de revisão sistemática dos casos e reflexão por parte da equipe técnica acerca do histórico de intervenção, dos direcionamentos possíveis, das construções realizadas, da importância de limitações simbólicas e do esgotamento das possibilidades de trabalho, em algumas situações contextuais.

No último trimestre, destacou-se ainda um importante trabalho no acompanhamento de alguns usuários voltados à empregabilidade. Trata-se da parceria estabelecida entre o programa e o curso do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) na disponibilização de vagas de qualificação profissional para o curso de informática, o qual contou com a participação de 4 egressos acompanhados pelo programa.

Embora a mobilização tenha se dado num grupo de usuários bem maior, nem todos apresentaram disponibilidade de tempo e interesse na temática objeto da qualificação. A equipe sob o monitoramento da Supervisão Metodológica do Elo tem buscado identificar os usuários que apresentam perfil de demanda de qualificação profissional e empregabilidade e qualificado o encaminhamento às oportunidades que surgem no município.



Ação de empregabilidade em parceria com os Supermercados BH - novembro de 2024

Uberaba e Governador Valadares se aproximaram no tocante ao desempenho para este indicador no referido período avaliatório. Uberaba apresentou bons resultados neste trimestre para o indicador de adesão, ficando acima da meta pactuada em todos os meses. Apesar das pequenas oscilações ocorridas ao longo do ano, a meta geral para o ano foi alcançada com êxito.

Todavia é sabido quão desafiador é construir e manter vínculo e favorecer a adesão de públicos vulneráveis de forma espontânea, o que exige da equipe organização, planejamento, rotinas e intervenções claras e objetivas com o público, com ampliação das entregas materiais e simbólicas.

Para tanto o PAE tem sido utilizado de forma rigorosa na construção do acompanhamento de novos casos e atualizado nos casos antigos, sempre precedido quais casos é pertinente manter o acompanhamento e em quais casos houve o alcance dos objetivos propostos pelo acompanhamento.

Intervir de forma ágil nos casos de usuários que abandonam o acompanhamento é essencial para fortalecimento do vínculo, assim como acompanhar os resultados das intervenções e encaminhamentos realizados.

Escalonar as demandas de acordo com a prioridade e possibilidade, considerando as forças e fraquezas do público contribui para a organização pessoal e comunitária destes, além de favorecer o cumprimento de rotinas simples que podem ser bastante desafiadoras para egressos que experimentam inúmeras vulnerabilidades de forma interseccional.

São estas ações e estratégias que têm favorecido o fortalecimento do vínculo entre egressos e Programa em Uberaba, possibilitando a responsabilização dos sujeitos e a qualificação do acompanhamento e de leituras mais assertivas sobre o público e a rede de serviços por onde circulam e são atendidos.

Em Governador Valadares, de forma geral, o Programa apresentou bom desempenho no indicador 5.2 - Adesão, ficando abaixo da meta prevista apenas nos meses de janeiro no primeiro trimestre, e em outubro, já no período avaliatório em análise. Apesar disto a meta geral anual foi alcançada com sucesso, chegando a 84,86% (oitenta e quatro, oitenta e seis por cento) de adesão.

O bom desempenho observado se deve ao investimento feito pela equipe para aumentar a circulação do público nos espaços de atendimento individuais e coletivos, dentro e fora da unidade, com a implementação de ações direcionadas às demandas mais prementes e recorrentes do público.

A discussão de casos com a rede e a construção de encaminhamentos coletivos e articulados, têm contribuído para o aumento da confiabilidade do público no Programa e na rede e por conseguinte sua aposta no acompanhamento como espaço de organização e elaboração das próprias demandas também.

Durante todo ano foram empreendidos esforços para fazer retornar os casos de afastamento do usuário de seu acompanhamento com buscas ativas, manter e organizar atendimentos de retorno dentro das rotinas e organização possível de cada usuário, bem como estratégia de atendimentos de egressos institucionalizados ou com limitações de circulação na cidade.

Nesse sentido foram realizados vários grupos de apresentação e reflexivos com egressos institucionalizados em Casas de Acolhimento, Comunidades Terapêuticas e Centro Pop, que possibilitaram a retomada e o fortalecimento do acompanhamento, além de novas inscrições.

Para além disso foram realizadas também atividades coletivas e atendimentos individuais para trabalhar a autonomia econômica dos egressos e de seus familiares, como atividades voltadas para o desenvolvimento de competências básicas para o mercado de trabalho e apresentação de ofertas construídas com a rede parceira.

É importante ressaltar que dos 134 (cento e trinta e quatro) arquivamentos realizados ao longo de 2024, 59% (cinquenta e nove por cento) dos casos vinham sendo acompanhados ao longo dos últimos 3 anos e foram arquivados porque alcançaram os objetivos do PAE. Outros 31% (trinta e um por cento) por afastamento do Programa por período superior a um ano. Importante ainda dizer que dos 271 casos ativos na planilha de egressos, 202 passaram pelo programa em 2024, numa equipe que até então contava apenas com dois analistas e uma estagiária.

Por fim, mas extremamente importante, merece destaque o Projeto de Prevenção realizado pela equipe na modalidade de circulação no dia 06 de dezembro do corrente ano. O projeto atendeu 20 pessoas no total entre egressos e familiares e teve como objetivo proporcionar momentos de lazer, interação e apropriação de espaços públicos de cultura e lazer da cidade.

Para tanto os egressos e seus familiares foram convidados para uma tarde de cinema com apresentação de um filme de censura livre, qual seja, Moama, e no final foi feita uma roda de conversa sobre a importância da cultura e do lazer na convivência social, familiar e comunitária e como ferramenta de pacificação de conflitos.

O sucesso do projeto nos chama a atenção para a importância da promoção do bem viver de populações e públicos vulneráveis. É essencial para uma política de prevenção à criminalidade e para um programa de atendimento a egressos do sistema prisional, desenvolver ações de enfrentamento a violência e de responsabilização subjetiva e objetiva do seu público, assim como a garantia de direitos básicos, mas sobretudo é preciso apresentar horizontes para uma vida vivível.

Os municípios de Betim, Ibirité e Vespasiano alcançaram no trimestre percentuais de adesão entre 81% a 92%. Betim, alcançou o indicador nos três meses do período avaliatório, com destaque no mês de outubro (96%), com o total de 88 atendimentos de retorno. A equipe de Betim vem passando por mudanças ao longo do ano, e neste trimestre tivemos a recomposição de duas analistas. Isso demandou da supervisão metodológica o acompanhamento sistemático da equipe, para manter os resultados positivos e avançar nos pontos passíveis de desenvolvimento.

No mesmo sentido, a equipe de Ibirité realizou um quantitativo substancial de atendimentos de retorno, somando cento e noventa e seis atendimentos dessa modalidade, só no mês de novembro foram setenta e sete atendimentos. Estes retornos correspondem tanto a egressos inscritos anteriormente quanto dos novos inscritos.

O percentual de adesão do município se manteve acima dos 86% no decorrer do ano. A leitura realizada referente ao acompanhamento, pelo viés da progressão, é notória, considerando o retorno do público para o acompanhamento, compreendendo também a vinculação dos egressos e familiares. Cada vez mais a equipe tem buscado instrumentos como atividades lúdicas utilizando de textos, poemas, parte de livros, filmes, fragmentos de séries, jogos, dentre outras, tornando as intervenções mais leves sem perder o viés técnico. Utilizando desses recursos e pautando a metodologia do programa, torna-se mais possível alcançar o fortalecimento, manutenção e consolidação de vínculos entre o público e o programa.

Vespasiano, que não ficou para trás, apresentou uma importante recuperação (81%), comparado ao trimestre anterior (70%), do indicador 5.2. A equipe realiza atendimentos itinerantes no intuito de se aproximarem da realidade de cada território, construir parcerias sólidas com a rede, ampliar portas de entrada e fomentar a circulação posterior do público na UPC. Este movimento tem gerado um retorno muito positivo, tanto através dos agendamentos para atendimentos de retorno quanto para a chegada do público de forma espontânea. Com isso, os inscritos têm retornado para o atendimento em um curto espaço de tempo para a construção contínua do plano de acompanhamento do egresso.

Outro destaque foi Contagem que, durante todo o ano, apresentou bom desempenho em relação ao indicador de Adesão, assim como os demais indicadores. Apesar das variações observadas ao longo do ano, a meta foi alcançada na maior parte dos meses ou ficou bem próximo do esperado. Para além disso a meta geral do ano foi alcançada com sucesso chegando aos 84,17% (oitenta e quatro, dezessete pontos percentuais). Importante destacar que no último trimestre o indicador apresentou importante estabilização, ficando sempre acima dos 84% (oitenta e quatro por cento) previsto.

Os números apurados ao longo do ano, e especialmente neste trimestre, são resultados imediatos das estratégias e ações desenvolvidas pela equipe a partir das orientações e diretrizes propostas pela supervisão metodológica e gestão. Foram intensificadas as estratégias de mobilização do público para atendimentos de retorno, discussão de casos com a rede, acompanhamento sistemático dos encaminhamentos e das resoluções ou do não atendimento às demandas.

Outra estratégia importante para fortalecer a vinculação do público com o Programa, tem sido a disponibilidade da equipe para a realização de grupos fora da UPC com egressos acompanhados que estão institucionalizados em abrigos, centro pop e comunidades terapêuticas.

A realização dos grupos na Penitenciária Nelson Hungria também é uma importante estratégia de vinculação e tem contribuído para melhor compreensão acerca do Programa e melhor adesão do público que participou dos grupos na condição de pré egressos.

Por fim, se destacam também grupos reflexivos realizados de forma frequente na UPC com egressos já inscritos e acompanhados e voltados para as demandas mais comuns e recorrentes, também têm contribuído de forma bastante importante para a estabilização deste indicador.

É esse conjunto articulado e integrado de ações que tem permitido não somente o alcance das metas, mas principalmente a oferta de um acompanhamento de qualidade, a altura da complexidade das demandas apresentadas.

Santa Luzia e Montes Claros também alcançaram o indicador no período em voga. Santa Luzia se destacou positivamente também em relação ao indicador de adesão, que durante todo ano apresentou bom desempenho, e apesar da redução observada nos meses de outubro e novembro, dezembro apresentou boa recuperação. Além disso, a meta geral prevista para o ano foi alcançada com sucesso.

A redução observada nos meses de outubro e novembro podem ser justificadas pelo redirecionamento dos esforços da equipe para ampliação e recuperação do indicador 5.1 - Número Acumulado de Atendimentos. Apesar disso, a estabilização do indicador em 2024, demonstra ganho qualitativo no acompanhamento do público, na leitura dos casos, na construção de encaminhamentos e intervenções junto com a rede, e principalmente na construção de vínculo e processos de responsabilização com os egressos.

Estratégias de mobilização do público para atendimentos como buscas ativas de casos que abandonaram o acompanhamento e de casos que faltaram a atendimentos de retorno também foram adotadas ao longo do ano e contribuíram para o alcance das metas propostas para o indicador de adesão.

Por fim, o acompanhamento sistemático, a construção, utilização e atualização do PAE, tem feito com que o público compreenda melhor o Programa, as possibilidades de intervenção e a importância do acompanhamento, o que vem impactando diretamente na vinculação do público.

Enquanto que, Montes Claros, apesar de também ter alcançado a meta esperada para o trimestre (78%), obteve um desempenho inferior ao dos períodos anteriores. O mês de dezembro obteve o menor número de atendimentos de retorno do ano (35).

Embora a equipe, após recomposição desta, tenha retomado a mobilização para agendamento dos atendimentos de retorno do público que estava a mais de um ano sem demandar do programa, através de: contato telefônico, busca no sistema

eletrônico SEEU, acionamento da rede e envio de correspondência, o investimento não surtiu o efeito esperado no mês de dezembro. Porém, foi possível afinar a leitura do público ativo e em acompanhamento, justificando o arquivamento de 87 casos no último trimestre.

Por fim, os municípios de Divinópolis e Ipatinga não lograram êxito no alcance da meta estipulada para este indicador. Divinópolis, apesar de não ter alcançado a meta percentual de adesão na média global do trimestre, ficou a três pontos percentuais do alcance, diferença ínfima que frente ao cenário de evolução no acompanhamento desenvolvido pela equipe não sinaliza para um ponto de maior preocupação. A equipe tem conseguido coordenar os atendimentos de inscrição, para a ampliação das portas de entrada, com o estímulo e controle dos atendimentos de retorno, sendo o único ponto de desequilíbrio observado no mês de dezembro, onde a equipe realizou 14 novas inscrições frente a 31 atendimentos de retorno.

Vale destacar que desde o mês de agosto de 2024, Divinópolis tem conseguido manter um quantitativo substancial de atendimentos de retorno por mês, alcançando uma média aproximada de 46 atendimentos de retorno por mês, sendo notável que a queda no mês de dezembro se deu em virtude da própria dinâmica de organização de vida dos usuários no mês de dezembro.

Ipatinga, que também obteve a menor quantitativo de atendimentos de retorno dos últimos trimestres (141), alcançou 76% de adesão e, do mesmo modo, manteve-se próximo do percentual pactuado.

Mesmo que numericamente o município não apresente um destaque positivo, é válido considerar a disponibilidade da equipe para o todo do trabalho, mesmo diante dos atravessamentos, sobretudo no que toca a qualidade dos acompanhamentos, leitura de vulnerabilidades sociais e criminais, referenciamento e contrarreferenciamento dos casos junto à rede, e responsabilidade com os registros e dados do programa.

Área Temática: Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional
Indicador nº 5.3. Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.088 •	• 2.362 •

Descrição do Indicador

O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de pessoas egressas do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de pessoas egressas nos diversos serviços e projetos sociais existentes.

Para fins desse indicador, são consideradas atividades de mobilização:

1. Reuniões realizadas para construção de fluxos de encaminhamento do público atendido;
2. Reuniões realizadas com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;
3. Número de participação em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede parceira em cada município;
4. Reuniões realizadas para o fomento de ações de profissionalização e empregabilidade de pessoas egressas do sistema prisional e/ou seus familiares;
5. Reuniões realizadas em unidades prisionais para fomentar a realização de ações conjuntas e/ou o encaminhamento do público quando este adquire o direito à liberdade;
6. Articulações realizadas em encontros de rede promovidos pelo Programa.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 foram realizadas cumulativamente • 2.362 • atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do sistema prisional. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 2.088 •, o objetivo foi alcançado integralmente (13,12% acima do estabelecido). Abaixo seguem informações relativas à quantidade de atividades em cada Unidade de Prevenção à Criminalidade – UPC.

Tabela 15 - Número acumulado de atividades de mobilização de rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional

UPC	23º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
BELO HORIZONTE	192	26	15	7	240
BETIM	96	10	12	10	128
CONTAGEM	108	14	11	9	142
DIVINOPOLIS	120	14	12	12	158
GOVAL	86	11	10	3	110
IBIRITE	149	18	22	20	209
IPATINGA	88	12	10	3	113
JUIZ DE FORA	123	14	14	12	163
MONTES CLAROS	137	17	11	10	175
RIBEIRÃO DAS NEVES	139	11	14	14	178
SANTA LUZIA	95	17	17	9	138
SETE LAGOAS	108	13	13	12	146
UBERABA	115	12	12	12	151
UBERLÂNDIA	127	16	14	13	170
VESPASIANO	109	12	12	8	141

UPC	23º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
TOTAL	1792	217	199	154	2362

O PrEsp desenvolve diversas atividades de mobilização da rede de apoio em cada município e entidades privadas com ou sem fins lucrativos, no sentido de sensibilizar sobre a pauta da inclusão social de egressos do sistema prisional, assim como para criar fluxos de encaminhamentos para o atendimento de egressos nos diversos serviços e projetos sociais existentes.

Para fins deste indicador, deverão ser contabilizados:

- 1) Encontros com entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos para construção de fluxos de encaminhamento de egressos;
- 2) Reuniões com entidades da rede de proteção social para discussão de casos;
- 3) Número de participação das equipes do PrEsp em conselhos, encontros ou outras atividades já desenvolvidas pela rede em cada município;
- 4) Número de entidades que participaram dos encontros de rede desenvolvidos pela equipe do Programa;
- 5) Encontros com entidades públicas e privadas para fomentar ações de profissionalização e empregabilidade de egressos.
- 6) Visitas em unidades prisionais.

A análise do presente indicador se dará inicialmente pela avaliação geral dos resultados obtidos pelo Programa no trimestre, seguida de uma breve análise em retrospecto do desempenho do indicador durante o ano, e por fim como o indicador se comportou em relação a meta em cada município neste período avaliatório.

Conforme podemos observar nas tabelas abaixo, neste trimestre houve uma pequena redução quando comparado ao período avaliatório anterior, apesar disso o indicador 5.3 - Mobilização / Articulação de Rede, apresentou excelente evolução, sendo realizadas no trimestre 570 (quinhentas e setenta) ações de articulações e ou mobilizações de rede, com a meta ultrapassada em 9% (nove pontos percentuais).

NÚMERO ACUMULADO DE AÇÕES DE REDE NO TRIMESTRE					
MUNICÍPIO	1º TRI	2º TRI	3º TRI	4º TRI	TOTAL NO ANO
Belo Horizonte	54	66	72	48	240
Betim	32	34	30	32	128
Contagem	38	36	34	34	142
Divinópolis	33	45	42	38	158
Governador Valadares	32	28	26	24	110
Ibirité	39	54	50	60	209
Ipatinga	14	32	42	25	113
Juiz de Fora	35	41	47	40	163
Montes Claros	62	35	40	38	175
Ribeirão das Neves	33	49	57	39	178

Santa Luzia	27	37	31	43	138
Sete Lagoas	33	37	38	38	146
Uberaba	35	43	37	36	151
Uberlândia	44	40	43	43	170
Vespasiano	42	36	31	32	141
Total período	533	613	626	570	2.362

Análise Geral do Indicador				
Municípios	Percentual alcançado por período avaliatório			
	1º	2º	3º	4º
Belo Horizonte	90%	110%	120%	80%
Betim	107%	113%	100%	107%
Contagem	127%	120%	113%	113%
Divinópolis	92%	125%	117%	106%
Governador Valadares	107%	93%	87%	80%
Ibirité	108%	150%	156%	167%
Ipatinga	47%	107%	140%	83%
Juiz de Fora	97%	114%	131%	111%
Montes Claros	207%	117%	133%	127%
Ribeirão das Neves	110%	163%	190%	130%
Santa Luzia	90%	123%	103%	143%
Sete Lagoas	92%	103%	106%	106%
Uberaba	97%	119%	103%	100%
Uberlândia	122%	111%	119%	119%
Vespasiano	117%	100%	86%	89%
Percentual Total	106%	117%	120%	109%

Conforme tabela acima o trimestre está sendo encerrado com apenas quatro municípios, (Belo Horizonte, Governador Valadares, Ipatinga e Vespasiano), ficando abaixo da meta e destes apenas dois não alcançaram por dois períodos consecutivos (Governador Valadares). Importante destacar que na análise detalhada de cada município, todas as questões específicas em relação ao indicador já estão com tratativas para reversão e ou estabilização do quadro.

Para além disso o cenário anual também foi muito favorável para o Programa diante do resultado expressivo do indicador, não apenas quantitativamente com a realização de 2.362 (duas mil, trezentas e sessenta duas) ações de articulação e ou mobilização de rede, 274 (duzentas e setenta e quatro) a mais que o esperado, como também qualitativamente a partir dos ajustes técnicos, metodológicos e estratégicos construídos ao longo do ano a partir das leituras de cenário e da realidade vivenciada pelo público em cada município.

Foram realizadas ações de divulgação do Programa, para discussões sobre segurança pública com cidadania, inúmeros encontros e diálogos com a rede para discutir a proteção social e o acesso a direitos como estratégia de redução das violências; ações culturais, articulação para qualificação profissional e geração de renda para o público; grupos reflexivos com temas afetos a direitos humanos e cidadania; discussões de caso, encaminhamentos para rede, articulações com o sistema de justiça, saúde, educação, assistência, previdência, segurança alimentar; e inúmeras pautas essenciais para a manutenção da vida e da liberdade de pessoas egressas.

Não há dúvida que apesar dos desafios enfrentados cotidianamente e já mencionados em relatórios anteriores; as equipes, gestores, supervisores e todos os atores envolvidos direta ou indiretamente na execução do PrEsp, realizaram um trabalho de muita qualidade e com resultados inquestionáveis. Os desafios permanecem e estão sendo objeto de atenção de todos, com avaliação e planejamento de ações corretivas e o monitoramento contínuo dos resultados.

Dito isso, seguiremos para a análise do indicador de forma mais detida por município, sinalizando inclusive as ações que mereceram destaque nesse trimestre, seja pela relevância temática, seja pelo impacto produzido no acompanhamento do público ou visibilidade do Programa.

Em Montes Claros e Ibirité, a meta do indicador 5.3 foi alcançada durante trimestre, chamando atenção no mês de outubro no qual foram realizadas 17 ações de mobilização de rede, impulsionado pelo número expressivo de reuniões com a rede de proteção para discussão de casos e qualificação do acompanhamento.

Importante destacar a constância da equipe em reuniões para construção de fluxo para encaminhamento do público e reuniões para fomento de ações de profissionalização.

Ibirité, por sua vez, manteve a crescente deste indicador durante o ano, e no período atual totalizou 60 ações com a rede parceira. Este quantitativo corresponde a maior porcentagem do trimestre, em todos os municípios.

Estas ações, em sua maioria, foram de reuniões realizadas para construção de fluxos de encaminhamentos, seguido por reuniões com a rede de proteção social para discussão de casos e visitas para mobilização para o encontro de rede que foi realizado no mês de dezembro.

O encontro intitulado "Café com o PrEsp" realizado em dezembro, foi planejado para fomentar a troca de experiências na promoção e defesa dos direitos humanos no município, em alusão ao dia 10 de dezembro, data em que se comemora o Dia Internacional dos Direitos Humanos.

A equipe abordou temáticas sobre direitos humanos com foco no "mês da consciência negra" e nos "21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher". Foi uma manhã produtiva, com a participação de representantes das seguintes instituições: CRAS, CREAS, Consultório na Rua, Alta Complexidade, ONG Elos de Amor e Sistema Divina Providência. O retorno posterior ao encontro foi muito positivo, e como encaminhamento foi tirado a construção de uma agenda fixa para realização de encontros periódicos destas e demais redes.

Importante pontuar que a equipe permanece sem realizar ações com o público pré-egresso, devido ao fechamento do presídio de Ibirité. Fortalecer a parceria com a rede é de fundamental importância para ampliarmos as portas de entrada.

A pauta da retomada das ações com o público pré-egresso, está latente entre supervisão metodológica, gestão social e equipe técnica, tanto do município quanto dos mais próximos e/ou que é possível acessar os pré-egressos com construção de retorno para Ibirité.

Assim, para o próximo trimestre, a construção é de avançarmos no diagnóstico das ações realizadas por outras UPCs nas unidades prisionais, para que seja avaliado e construído o investimento da equipe de Ibirité nesta frente de trabalho.

O município de Belo Horizonte não alcançou a meta estabelecida para este indicador, tendo cumprido com 80% do esperado. Os principais desafios se concentraram nos meses de novembro e dezembro, onde a média mensal das atividades de mobilização de rede ficou em torno de 55% do esperado.

Os referidos meses coincidem com os períodos em que a equipe sofreu alterações significativas no quadro de colaboradores, em virtude de saídas voluntárias de analistas, o que acabou impactando de modo relevante a organização para a execução de todas as frentes de trabalho.

A Supervisão Metodológica e Gestão Social do Instituto Elo têm trabalhado com a equipe a necessidade de antecipação de contextos previsíveis, como saídas programadas, entre outros fenômenos, a fim de que o desempenho das atividades não fique prejudicado.

Enquanto estratégia, também se tem apostado na organização das atividades e do cronograma das atividades de rede a partir da definição de referências, com prazos estabelecidos para o planejamento e execução das ações.

Não obstante o baixo desempenho, quando avaliado o contexto global do trimestre, há de se ressaltar que a equipe tem construído boas articulações de rede, sobretudo fortalecendo as parcerias com as instituições dos territórios onde há uma maior concentração da taxa de criminalidade, sendo possível aprofundar as discussões sobre o público egresso nesses espaços e potencializar a relação com as instituições locais.



Encontro de rede no Centro Cultural Marçola - Outubro de 2024.

Em 2024 o Presp em Contagem apresentou importante e significativa estabilização do indicador 5.3 - Articulação/Mobilização de rede, sendo a meta alcançada durante todo o ano com importantes articulações de forma perene e mais direcionadas e específicas aos casos, como as discussões e participações em espaços estratégicos para a construção e encaminhamento dos casos mais complexos.

Nesse sentido, o Projeto de Prevenção vem sendo construído de forma articulada com a CEAPA e tem por objetivo pautar com a rede uma discussão sobre segurança pública com cidadania e com isto sensibilizar os serviços da rede de proteção social sobre a importante contribuição de cada instituição na redução da violência e criminalidade no Município.

Pretende-se ainda a partir de uma discussão franca sobre o perfil do público atendido pelos Programas CEAPA e Presp no Município, contribuir para redução dos estigmas e preconceitos enfrentados por estes nos mais variados serviços.

Embora o Projeto ainda não tenha sido executado, seu processo de elaboração e planejamento por si só tem feito com que a equipe acesse a rede de forma estratégica para a abordagem temática proposta no momento oportuno, e a discussão dos casos tem sido a ferramenta mais eficaz de apresentação do público e tradução da realidade vivenciada por pessoas egressas.

Importante destacar as articulações feitas neste último trimestre que permitiram a construção de encaminhamentos e intervenções eficazes em casos de violência de gênero em âmbito doméstico e atendimento e estabilização de quadro grave de sofrimento mental acompanhado pelo Presp.

Na primeira situação, foi necessária uma ampla articulação com a rede de proteção à mulher em situação de violência em Contagem para atendimento de uma egressa que vinha relatando situação de violência moral e psicológica.

Dessa articulação com o serviço especializado Bem Me Quero e com a PVD - Serviço de Prevenção à Violência doméstica da PM/MG, foram estabelecidas ações de apresentação e sensibilização dos serviços para outras mulheres egressas também em situação de violência e que apresentam muita resistência em denunciar seus agressores ou de procurar qualquer serviço especializado.

Desse modo é importante marcar que o sucesso obtido pelo Programa em Contagem no que tange às articulações de rede não dizem somente dos números, mas antes de tudo sobre os sujeitos atendidos e dos direitos viabilizados.

Em Governador Valadares o indicador 5.3 - Articulação/Mobilização de Rede enfrentou alguns desafios ao longo do ano, experimentando seu momento mais crítico nos meses de julho, nos quais a meta ficou abaixo do esperado. Neste trimestre ocorreu importante recuperação do indicador nos meses outubro e novembro, que não se mantém em dezembro, mês com apuração mais crítica no período.

Todavia cabe destacar a atipicidade do mês de dezembro no qual a equipe lidou com período de férias de um de seus analistas, a saída da estagiária em razão de finalização de contrato, a presença da supervisão metodológica por quase uma semana para realização de supervisão in locu e por último priorização das atividades voltadas para o planejamento, mobilização do público e execução do Projeto de Prevenção que aconteceu no dia 06/12/2024.

Por mais que exista planejamento e previsibilidade sobre determinadas situações, não é possível com apenas dois analistas na equipe contornar todas as circunstâncias incidentais que podem impactar a força de trabalho e capacidade de resposta da equipe. Por isso a notícia de reposição da equipe, e da contratação de um terceiro analista está sendo recebida com alegria.

Apesar disso, o desempenho ao longo do ano foi bastante favorável e exitoso, quando analisado em perspectiva, e considerada a qualidade, complexidade e o impacto das articulações realizadas, sobretudo para o público.

Durante todo ano foram realizadas discussões de caso, reuniões para fomentos de ações de qualificação profissional, empregabilidade e autonomia econômica e financeira de egressos e de seus familiares, fluxo de encaminhamento dos casos, reuniões em unidades prisionais e reuniões desenvolvidas pelos parceiros da rede.

Porém merecem destaque as articulações realizadas neste trimestre com a Construtora Santana e a PRP Comunicação Visual, com as quais foram acordadas a reforma da área externa da UPC, com a instalação de uma cobertura em policarbonato para reduzir a incidência da luz solar durante as atividades coletivas.

Essa articulação também possibilitou parceria para doação de R\$1.500,00 (um mil e quinhentos reais) em recurso durante um ano para o custeio de lanches nas atividades coletivas realizadas pela equipe na UPC e a possibilidade de encaminhamento do público para vagas futuras de emprego na referida Construtora.

Além destas, merecem destaque também as articulações realizadas com a Defensoria Pública, com o Sistema Prisional e com os serviços de saúde neste período. Com a Defensoria foi feita articulação voltada para realização de grupos de apresentação para os servidores da instituição e para o público em geral que lá é atendido, bem como para fortalecer o encaminhamento de egressos para o Presp por aquela instituição.

Com o sistema prisional as articulações se deram como estratégia permanente do trabalho com pré egressos, mas também para sensibilização dos profissionais, principalmente da equipe de segurança, para que estes possam entregar o material de divulgação do Programa no momento da liberação dos presos e sensibilizar para que estes já na condição de pré egressos, presos em saída temporária ou egressos procurem o Presp para orientação e atendimento.

E com os serviços de saúde foram feitas articulações para as campanhas do Outubro Rosa e Novembro Azul para prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama e de próstata que contou a participação dos profissionais de saúde nas atividades coletivas propostas pelo Programa e encaminhamentos para consultas e exames de rastreamento e de rotina.

Portanto, apesar do Programa não ter alcançado em Governador Valadares, a meta proposta de 120 (cento e vinte articulações de rede) no ano, é indiscutível a importância e o impacto que as 110 (cento e dez) articulações realizadas tiveram para o PrEsp e para o público.

Assim como nos demais indicadores, em Juiz de Fora, o indicador 5.3 - Articulação / Mobilização de rede apresentou excelente evolução ao longo de todo ano. Apesar de no mês de janeiro o indicador ter ficado abaixo da meta por uma articulação de rede, a meta geral do ano para o indicador foi ultrapassada em 19 (dezenove) articulações e ou mobilizações de rede.

As articulações priorizadas durante o ano, foram aquelas voltadas para construção e discussão de casos, encaminhamentos das demandas do público, qualificação profissional, aumento de escolaridade e acesso à educação formal, saúde, sobretudo serviços de saúde mental, serviços da assistência e previdência social, acesso à justiça e sistema prisional.

Merecem destaque neste trimestre as articulações feitas para o atendimento da população em situação de rua, casos de sofrimento mental e drogadição, e com isto o Programa, passou a participar do Comitê de Pop Rua de Juiz de Fora e compor Grupo Técnico voltado para atenção à saúde mental da população de rua, condição interseccional hoje bastante prevalente no público egresso.

Merece destaque também a articulação realizada com a Penitenciária Professor Ariosvaldo Campos Pires, unidade prisional que atende presos do regime fechado e semiaberto do município. A articulação teve como objetivo fortalecer e rerepresentar o programa para a direção da unidade e equipe pedagógica.

A partir dessa articulação foi possível realizar ação de apresentação e sensibilização sobre o Programa com os professores da unidade a fim de estes possam contribuir com a divulgação do Programa para os presos e pré-egressos que frequentam a escola da unidade. Essa articulação possibilitou também o alinhamento para continuidade do trabalho com pré-egressos, com possibilidade de realização de novos grupos na unidade em 2025, bem como a realização de grupos de apresentação.

Por fim, é importante informar que foi lançado em Juiz de Fora o Observatório da Cidadania, em evento marcado pela presença da prefeita e de todas as secretarias do município, vereadores, representante da ONU Habitat, judiciário entre outros. Durante o lançamento deste observatório foram apresentadas pelas equipes de campo que integram esse dispositivo, pesquisas e levantamentos de experiências inovadoras envolvendo várias instituições do Município.

Apesar da proximidade com a rede, em especial dos serviços, programas e equipamentos municipais, nem o PrEsp e nem a Política de Prevenção de forma geral, foram procurados na fase de pesquisa ou levantamento de dados, nem tão pouco receberam convite formal para o evento de lançamento do Observatório.

Nesse sentido fica sinalizado para 2025 a importância de uma reaproximação dos dispositivos e representantes governamentais do Município, especialmente considerando as trocas e a alternância nos cargos de chefia e gestão das pastas decorrentes do processo eleitoral ocorrido em 2024.

Em Santa Luzia o indicador de rede também apresentou boa evolução ao longo do ano, e apesar da meta não ter sido alcançada nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro, a meta geral do ano foi superada com tranquilidade, chegando a 138 articulações / mobilizações de rede, contra as 120 (cento e vinte) previstas.

Neste trimestre se destacaram as articulações e mobilizações realizadas para discussão e construção de casos, com o objetivo de compreender os usuários e suas trajetórias, locais de circulação, como se apresentam e o que demandam em outros serviços, fatores de risco, redes formais e informais de apoio etc.

As articulações com as comunidades terapêuticas e com a Rafesp (Ressignificar Rede de Apoio às Famílias e Egressos do Sistema Prisional) também merecem destaque neste período avaliatório, uma vez que permitem acessar e acompanhar de forma mais sistêmica egressos já inscritos no Programa.

Outra ação importante que precisa ser lembrada é o processo de mobilização e sensibilização para o Projeto de Prevenção que será realizado na modalidade de seminário em parceria com a CEAPA e tem por objetivo pautar o impacto da exclusão e da estigmatização do público egresso e em cumprimento de alternativas penais nos processos de repetição criminal e de reprodução de violências interpessoais, comunitárias e institucionais.

Outra estratégia importante para articulações futuras é o mapeamento regionalizado das instituições públicas, privadas e do terceiro setor que executam atividades de interesse ou importantes para o público egresso no Município, que poderão contribuir com a ampliação das ofertas feitas pelo Programa e no atendimento das demandas apresentadas pelos usuários.

Por fim, merece registro também a participação da equipe em espaços de articulação permanente da rede e as ações de apresentação que tiveram como objetivo a ampliação das portas de entrada e retomada do acompanhamento de egressos no Programa.

O indicador de rede em Sete Lagoas apresentou desempenho dentro do esperado neste trimestre, assim como nos dois últimos períodos avaliatórios. A meta proposta vem sendo alcançada desde o segundo período avaliatório deste ano, e no apanhado geral do ano o indicador ficou 6% (seis por cento) acima da meta.

Mais importante que a consistência quantitativa é o impacto dessas articulações na vida dos egressos acompanhados e na consolidação do Presp enquanto um Programa especializado no atendimento de pessoas egressas que é conhecido e referenciado pela rede do Município de Sete Lagoas.

Durante todo ano foram realizadas articulações para discussão e encaminhamentos de casos, com o objetivo de favorecer o acesso do público a serviços essenciais, porém alguns desafios prevalecem, em especial no que tange aos serviços de saúde mental e atendimento à população em situação de rua. Em razão do crescimento exponencial desse público a equipe tem fortalecido as relações e construindo parcerias com instituições como a Toca de Assis, instituição religiosa que oferta acolhimento institucional para população em situação de rua.

Neste trimestre também foi feita importante articulação com o SENAC, que possibilitou a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos ao público atendido, ampliando as oportunidades de capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Por fim foram feitas articulações para alinhamento de fluxo com a UAI - Unidade de Atendimento Integrado de Sete Lagoas, devidos às demandas de regularização de documentação e cadastros no NAF.

Em relação ao indicador 5.3 - articulação / mobilização de rede, Uberaba também apresentou bom desempenho neste trimestre e ao longo de todo ano de forma geral. As variações e quedas apuradas durante os períodos avaliatórios anteriores estão relacionados com impossibilidades de parceiros, afastamentos médicos e período de férias das analistas.

Numa equipe com apenas duas analistas é incontestável que o afastamento de uma delas por qualquer que seja o motivo, reduz consideravelmente a capacidade de resposta do Programa. Dito isso, a recomposição da equipe que está prevista para 2025 trará fôlego para a equipe e ampliará a capacidade de resposta nas diversas frentes de trabalho.

Ao longo do ano foram priorizadas as articulações de rede pautadas pelos casos, e pela necessidade de se melhorar a compreensão acerca do Programa pela rede e pelos próprios usuários. Para tanto foram realizadas ações de apresentação em serviços estratégicos como Unidades Básicas de Saúde, CRAS, Centro Pop, Casas de Acolhimento etc.

Neste trimestre foi necessário em razão dos casos, articulações para discussão e alinhamento de fluxo com serviços especializados no acompanhamento de pessoas com sofrimento mental e em uso abusivo e prejudicial de álcool e outras drogas, como o Caps, Caps-Ad, Comunidades Terapêuticas e UPA.

Além destas, foi necessário discussões de casos com a CEMES, que é a estrutura do Judiciário responsável pelo acompanhamento das pessoas em cumprimento de medidas de segurança em meio aberto. Essa articulação teve como objetivo compreender melhor o serviço e o acompanhamento ofertado para o público das medidas de segurança, que também tem chegado cada vez mais ao Presp e com inúmeros atravessamentos relacionados à saúde mental.

Também foram priorizadas as ações de apresentação realizadas na Vep com os egressos que passaram por audiências admonitórias e de justificativa, e as discussões e reflexões sobre o Projeto Humanar (aplicação da súmula vinculante nº 56) com a Juíza Titular da Vara.

Já em Ipatinga, é observada uma brusca queda no indicador 5.3 no mês de dezembro, onde foram realizadas três ações presenciais de mobilização de rede. Ainda assim foi possível realizar no início do mês uma reunião de apresentação do programa e alinhamento de fluxos de encaminhamentos junto a equipe técnica do Cras Veneza.

Como já mencionado, o cenário da equipe no mês de dezembro inviabilizou a realização de ações externas por estarmos apenas com uma analista na UPC durante quase todo o mês. Neste sentido, foram necessárias reorganizações constantes em

relação ao trabalho, com prioridade no acolhimento/atendimento e acompanhamento do público, bem como a atenção devida aos registros nos devidos instrumentais e alimentação de planilhas.

Nos demais meses do trimestre o número de ações com a rede se manteve estável em 12 e 10, respectivamente.

Uberlândia por sua vez, se destacou positivamente no alcance do indicador de rede neste último período avaliatório, tendo executado 43 ações de mobilizações de rede no último trimestre, totalizando 119% da meta pactuada. Tal movimento se justifica em razão da necessidade de estreitamento constante da relação com os equipamentos da rede municipal, a fim de que seja possível ampliar a porta de entrada do programa no município, assim como proporcionar uma melhor assertividade nos encaminhamentos propostos pela equipe técnica.

Ressalta-se que no referido período a equipe técnica, sob orientação da Supervisão Metodológica e Gestão Social do Instituto Elo, planejou e executou um projeto, cuja finalidade estratégica era a de sensibilização dos atores da rede para a pauta da pessoa egressa no município.

A ação foi pensada enquanto uma excelente oportunidade para a reunião das principais instituições do município, no intuito de dar destaque ao programa e ao egresso do território. O evento contou com a participação de 13 instituições da rede municipal.



Projeto de prevenção executado através de um encontro ampliado com a rede do município - dezembro de 2024.

Objetiva-se com tais ações fortalecer e dar visibilidade ao programa no município, de modo que seja possível trabalhar de forma mais próxima, assertiva e coordenada junto a rede local, o que se espera ocorrer nos próximos períodos de atuação do programa.

ÁREA TEMÁTICA: PROJETO DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER

Contextualização Geral dos Indicadores:

No período avaliatório anterior era previsto o encerramento deste Projeto e a entrada de Pouso Alegre no conjunto de unidades que respondem aos indicadores e metas do Programa Ceapa. Todavia, o Projeto sofreu dilação e, conforme anunciamos anteriormente neste relatório, tem previsão de seguir até abril de 2025. Por isso, abaixo, ainda cabem análises dos dados produzidos neste município pela perspectiva dos indicadores feitos exclusivamente para o Projeto.

Área Temática: Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.1. Número acumulado de Encontros de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 67 •	• 163 •
Descrição do Indicador	
<p>O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem como estratégia de ação a realização de Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher, no formato presencial (preferencialmente) e/ou virtual, a partir do requerimento do Ministério Público e encaminhamento do Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal. Este indicador visa a mensurar a quantidade de encontros dos Grupos de Responsabilização para Homens Autores de Violência Contra a Mulher executados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhados à metodologia de acompanhamento de alternativas penais.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizadas cumulativamente • 163 • Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 67 •, o objetivo foi alcançado integralmente (243,2% acima do estabelecido). Abaixo segue um panorama sobre o funcionamento do Projetos nas três comarcas em relação aos programas Ceapa e PMC.

Indicador 6.1: Número acumulado de Grupos de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher													
	21º PA			22º PA			23º PA			24º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7
CEAPA (Barbacena)	13	11	11	17	-	-	-	-	-	-	-	-	52
CEAPA (Pouso Alegre)	8	5	8	10	8	8	10	8	9	9	10	11	104
TOTAL	28	16	19	27	8	8	10	8	9	9	10	11	163

Ceapa

A unidade de Pouso Alegre apresentou dados satisfatórios dentro desse indicador no trimestre ao atingir o total de 30 encontros grupais. Permanecendo com o desenvolvimento, desde sua implantação, dessa frente por meio da metodologia de grupo aberto, essa equipe consegue organizar os casos dentro dessa modalidade, serem efetivos no manejo de vagas e também gerar consistência na execução de encontros de modo permanente para o indicador.

Área Temática: Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	
Indicador nº 6.2. Número acumulado de atendimentos de prevenção e enfrentamento a violências e violações contra a mulher e responsabilização de homens autores de violência contra a mulher	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 2.595 •	• 4.174 •
Descrição do Indicador	
<p>O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência tem por objetivo prevenir e enfrentar a violência a partir da estruturação de serviços de acompanhamento e atendimento a mulheres e homens em situação de violência (sofrida ou praticada), especialmente nos casos amparados pela Lei Maria da Penha, e serviços de responsabilização e atendimento a homens autores de violência contra a mulher, encaminhados pelo Poder Judiciário para cumprimento de medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal.</p> <p>Seu foco é prevenir fatores de risco, agregar valores ao capital social preexistente e possibilitar a administração de conflitos potenciais e/ou concretos, evitando que esses sejam propulsores de situações violentas. Tem como objetivo atuar nas diversas violências vivenciadas pelas mulheres, para além da violência doméstica, compreendendo-se que a interseccionalidade potencializa os fatores de vulnerabilidade do público alvo. Tem seu caráter voluntário, dialógico e participativo. Atuando em conjunto com a rede de proteção social e a sociedade civil, tendo como basilares a Segurança Pública Cidadã, a Mediação Comunitária e o Enfrentamento às Violências Contra as Mulheres. Ainda, quaisquer homens podem ser atendidos pelo Projeto voluntariamente, quando apresentarem demandas afetas à temática.</p> <p>Também, a partir da intervenção com homens autores de violências contra a mulher nos Grupos de Responsabilização, o Projeto visa proporcionar ações de caráter educativo e reflexivo, bem como desenvolver ações específicas para a responsabilização, orientação e encaminhamentos para rede de proteção social, ações que são realizadas por meio de atendimentos individuais ou grupais. Nos Grupos de Responsabilização a participação dos homens é obrigatória em razão do encaminhamento pelo Poder Judiciário.</p> <p>Para isso, o Projeto tem como público-alvo mulheres e homens moradores dos municípios correspondentes às áreas de abrangência das Unidades de Prevenção à Criminalidade – UPC Regionais.</p> <p>Este indicador visa a mensurar a quantidade de atendimentos realizados pelo Projeto, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia estabelecida. Para fins deste indicador, são considerados atendimentos cada intervenção realizada nas seguintes modalidades:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. atendimentos individuais: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas das mulheres e homens no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou praticada e ao baixo acesso a direitos (pessoas que chegam ao Projeto voluntariamente) e também dos homens que se apresentam para o cumprimento da medida protetiva de urgência imposta ou alternativa penal (e que chegam ao Projeto de forma obrigatória); 2. atendimentos coletivos: intervenções que visam a atender as mais diversas demandas voluntárias de grupos ou conjunto de pessoas, no tocante aos conflitos vivenciados, à violência sofrida ou ao baixo acesso a direitos, além do fomento da criação de redes de proteção, a partir de interesses coletivos; 3. projetos de prevenção: São intervenções planejadas e sistematizadas, com período estabelecido de duração, realizadas em uma determinada região identificada com alto índice de violência contra a mulher. Nestes projetos, a comunidade é parceira na construção e execução, pautando as intervenções na análise dos fatores de risco e/ou proteção, objetivando gerar resultados na prevenção e no enfrentamento do fenômeno citado; 4. atendimentos grupais - execução das ações de responsabilização para homens autores de violências contra a mulher: participação de pessoas com alternativas penais em cada encontro dos Grupos de Responsabilização e com assinatura da lista de presença. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

No 23º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizados cumulativamente • 4.174 • atendimentos a mulheres em situação de violência e a homens autores de violências contra a mulher. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 2.595 •, o objetivo foi alcançado integralmente (77% acima do estabelecido).

Indicador 6.2: Número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica													
	21º PA			22º PA			23º PA			24º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	90
PMC (Curvelo)	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
CEAPA (Barbacena)	344	279	276	441	-	-	-	-	-	-	-	-	1340
PMC (Barbacena)	63	52	293	5	-	-	-	-	-	-	-	-	413
CEAPA (Pouso Alegre)	95	108	107	139	119	129	110	114	130	129	131	125	1436
PMC (Pouso Alegre)	81	67	326	16	25	86	26	89	46	35	51	38	886
TOTAL	682	506	1002	601	144	215	136	203	176	164	182	163	4174

Ceapa

A unidade de Pouso Alegre promoveu 385 atendimentos no trimestre, apresentando leve aumento em relação ao período anterior. A unidade novamente não apresentou oscilações significativas em nenhuma de suas modalidades de atendimento e por isso segue com o desempenho esperado. Em comento ao relatório anterior, vale destacar que ocorreu leve aumento nos atendimentos de inscrição, mas ainda é algo incipiente e merece atenção de todos os atores envolvidos para assegurar volume de entrada de casos esperados para uma unidade desse porte.

PMC

Neste trimestre, a supervisão deu continuidade ao acompanhamento ao trabalho desenvolvido pelo Programa de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, gerido pelo recurso FUNEMP no município de Pouso Alegre, sendo um programa que continua com as atividades de forma consolidada.

Em relação ao indicador 6.2 (número acumulado de atendimentos a mulheres vítimas de violência doméstica e homens autores de violência doméstica) a equipe realizou 124 atendimentos.

Área Temática: Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher

Indicador nº 6.3. Número acumulado de ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 560 •	• 714 •

Descrição do Indicador

O Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência atua na perspectiva da incompletude institucional, concebendo como essencial a interlocução com a rede de proteção social mista para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos níveis pessoais e comunitários. Nesse sentido, as intervenções do Projeto são construídas em diálogo, numa perspectiva horizontal de mobilização e cooperação com a rede parceira. Entende-se por rede parceira as referências comunitárias e instituições territoriais, municipais e regionais atuantes na garantia e defesa dos direitos do público atendido.

Este indicador objetiva mensurar as ações e estratégias construídas em rede, presenciais ou virtuais, alinhadas à metodologia do Projeto, que favoreçam o acesso a direitos do público atendido e a criação/fortalecimento das redes de enfrentamento à violência nas comarcas/regiões contempladas pela atuação do Projeto.

Para fins deste indicador, são consideradas ações junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal:

1. Participação em comitês, grupos de trabalho, reuniões de rede social mista ou outros espaços de rede existentes que discutam temas transversais à segurança cidadã, à mediação comunitária e à execução e acompanhamento de alternativas penais;
2. Construção de fluxos, alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno de violência e criminalidade com a rede de proteção social;
3. Discussão de casos com a rede de proteção social;
4. Encaminhamentos para a rede parceira nos casos individuais e coletivos de orientação para acesso a direitos realizados pelo Projeto;
5. Visitas para articulação e construção de fluxo com os órgãos do Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias Municipais e outras entidades correlatas para discussão afetas às alternativas penais.

Fonte de comprovação do indicador

Fonte de Comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente pelas equipes técnicas das UPC à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/07/2024 a 30/09/2024 foram realizadas cumulativamente • 714 • ações do Projeto de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres e responsabilização de homens autores de violência junto às redes de proteção social e ao Sistema de Justiça Criminal. Considerando que a meta prevista para o período avaliatório era de • 560 •, o objetivo foi alcançado integralmente (27,5% acima do estabelecido).

Indicador 6.3: Número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social													
	21º PA			22º PA			23º PA			24º PA			Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CEAPA (Curvelo)	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20
PMC (Curvelo)	34	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34
CEAPA (Barbacena)	19	36	54	31	-	-	-	-	-	-	-	-	140
PMC (Barbacena)	57	31	53	1	-	-	-	-	-	-	-	-	142
CEAPA (Pouso Alegre)	16	20	19	18	15	20	21	15	17	21	21	24	227
PMC (Pouso Alegre)	11	17	13	7	6	10	11	19	6	14	24	13	151
TOTAL	157	104	139	57	21	30	32	34	23	35	45	37	714

Ceapa

Pouso Alegre apresentou, no trimestre em análise, desempenho esperado no pactuado, se recuperando de desempenho satisfatório no trimestre anterior. Ao realizar um total de 66 ações, ultrapassou as 60 esperadas no indicador. Esses valores estão atrelados a realização das reuniões de discussões de caso e encaminhamentos para a rede de proteção. Nesse sentido, a supervisão metodológica, conforme anunciado no relatório anterior, fez uso da supervisão in loco do último trimestre para compreender melhor o cenário e auxiliar na construção de respostas para o alcance da meta, o que culminou na melhora do dado no período avaliatório em tela.

PMC

O indicador 6.3 (número acumulado de ações do Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar junto às redes de proteção social) a equipe realizou 51 ações de rede.

Enfatizamos que a equipe de Pouso Alegre tem realizado muitas intervenções, cada vez mais qualificadas e consolidadas no bairro São Geraldo, de modo que a equipe tem identificado novas referências comunitárias com quem tem construído intervenções de prevenção às violências no território, solidificando o vínculo que tem sido desenvolvido ao longo do ano. Destacamos que esses dados refletem ações coletivas que a equipe tem desenvolvido em conjunto com a rede comunitária e com a rede de proteção social do território. Nessa conjuntura podemos observar que ao longo do ano a equipe potencializou os atendimentos nas modalidades coletivas, tais como organização comunitária e projetos, de modo que foram realizados 130 atendimentos individuais, 291 atendimentos em organização comunitária e 465 atendimentos em projetos de prevenção.

É importante destacar que a equipe realizou várias articulações com as referências e as redes comunitárias visando construir as intervenções do projeto de prevenção às violências com recurso que será executado em janeiro de 2025. Além disso, a equipe realizou três ações referentes aos 21 dias de ativismo, sendo uma delas tendo sido desenvolvida com a rede de proteção social; uma ação foi realizada em frente à UBS do bairro São Geraldo chamada "Manhã com as Referências" marcando o Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra a Mulher e dando continuidade aos 21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher, ressaltando a relação entre racismo, violência e desigualdade social, especialmente para as mulheres negras, durante a ação foram realizadas panfletagens, exposição de cartazes informativos e de uma faixa alusiva à campanha; por fim, a terceira ação que foi realizada um cinema na "Praça do Camilo" no bairro São Geraldo em parceria com o coletivo "Cine Rua" e com a comunidade, com o objetivo de proporcionar acesso à cultura, lazer e espaço de convivência, e trazer a discussão sobre racismo, violência contra as mulheres e desigualdade social.

ÁREA TEMÁTICA: PROGRAMA SELO PREVENÇÃO MINAS

Contextualização Geral dos Indicadores:

Trata-se do quarto período avaliatório de 2024, e o Programa Selo Prevenção Minas, assim como no período avaliatório anterior, alcança as metas pactuadas para os indicadores 7.1 (articulação de rede) e 7.2 (em curso) do programa. Com relação ao indicador 7.3 (participação social), a meta não foi alcançada. Para o trimestre, eram esperadas o alcance de 180 articulações com a rede, 190 participantes nas atividades de formação ministradas pelo programa e 155 pessoas participantes das ações de participação social, plenárias da comissão municipal de prevenção à criminalidade e nas reuniões de rede promovidas pelo programa.

Neste período avaliatório, o Programa Selo Prevenção Minas alcançou 336 articulações de rede, o que corresponde a um “superávit” de 86%, 314 pessoas participantes nas atividades formativas, o que corresponde à superação da meta em 65% do indicador e 126 pessoas participantes nas ações de participação social, plenárias da comissão municipal de prevenção à criminalidade e nas reuniões de rede promovidas pelo programa, o que corresponde à 81% do indicador.

No tocante ao indicador 7.1, comparado ao seu comportamento no trimestre anterior, onde a meta pactuada também foi alcançada, nota-se uma melhora significativa no desempenho, uma vez que no 23º período avaliatório, o programa havia alcançado 54% do pactuado e neste trimestre, conforme dito alhures, houve a superação do indicador em 86%.

Há de se levar em consideração que no 23º período avaliatório, a meta para o período era de 395 articulações ao passo que, para o 24º período avaliatório, após a repactuação das metas em razão da adequação dos números à força de trabalho das equipes, bem como a não implantação do Programa Selo na 9ª RISP, passaram a ser exigidas neste trimestre um total de 180 articulações, o que corresponde a uma diminuição na meta. No entanto, se compararmos os dois períodos, é possível verificar uma evolução de 54% no número de articulações, uma vez que houve um aumento de 119 articulações realizadas ao compararmos ambos os trimestres, o que demonstra assim uma evolução significativa do comportamento do indicador 7.1 e o consequente alcance, de forma qualificada da meta repactuada.

Na RISP 15, dos 60 municípios que compõem a Região Integrada de Segurança Pública, 54 foram alcançados com as articulações de rede. Na RISP 10 que é composta por 23 municípios, 22 foram contemplados com alguma ação de articulação de rede, o que demonstra o empenho das equipes em trabalhar a capilaridade do programa, de modo a atuar para além dos municípios sede, ou seja, para além de Teófilo Otoni e Patos de Minas, respectivamente.

Nota-se que as equipes que compõem o Programa Selo Prevenção Minas, têm demonstrado cotidianamente alto grau de apropriação metodológica e como consequência, os resultados vêm sendo alcançados, além de apresentar um bom desenvolvimento estatístico e principalmente qualificado. As metas para 2025 foram repactuadas não somente para o indicador 7.1, mas também para os demais e, as expectativas para o próximo ano é justamente o alcance das metas de forma plena e dentro do esperado.

No tocante às articulações de rede e a integração das instituições, podemos destacar a realização da reunião do IGESP, que contou com representantes das forças de segurança pública de Minas Gerais que se reuniram em Patos de Minas no dia 31/10/2024 para pactuar com atores locais ações e intervenções integradas no âmbito da 10ª Região Integrada de Segurança Pública, com o objetivo de reduzir os números de criminalidade na região. O encontro agregou a metodologia Igesp, a Integração da Gestão em Segurança Pública, e o programa Selo Prevenção Minas:

▶ NOTÍCIAS - PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE — 2024

Programa Selo Prevenção participa de encontro do Igesp em Patos de Minas

A equipe do programa Selo Prevenção Minas marcou presença nesta quinta-feira (31/10), juntamente com a subsecretária de Prevenção Social à Criminalidade, Christiana Dornas, na reunião do Igesp realizada em Patos de Minas. O Selo Prevenção trabalha a criação e o fortalecimento de políticas públicas direcionadas à prevenção das violências locais e contribuiu com as discussões realizadas no encontro para reduzir a criminalidade e ampliar a sensação de segurança dos moradores.

Encontro IGESP - Patos de Minas - 31/10/2024

Neste trimestre, foram alcançados 76 municípios com articulações de rede (RISP 10 e 15), 5 municípios participaram das atividades de formação, integrando 22 instituições e 314 pessoas participantes. Trata-se de um número relevante e que contribui ativamente para a expansão da política de prevenção social à criminalidade na 10ª e 15ª Região Integrada de Segurança Pública.

As metas repactuadas para o 4º período avaliatório de 2024 referente ao indicador 7.2 foram alcançadas de forma satisfatória, uma vez que superamos as expectativas em 65%, conforme já relatado. No entanto, se faz necessária a atenção a alguns fatores para a qualificação dos trabalhos nesta frente específica. Ao compararmos com períodos avaliatórios

anteriores, nota-se uma queda no número de municípios contemplados, o que incide diretamente na capilaridade do programa Selo Prevenção Minas, além da redução no número de pessoas contempladas e instituições integradas. Tais diminuições podem ser justificadas, ainda pelo período eleitoral vivenciado no ano de 2024, uma vez que as equipes que articulavam com os municípios, em especial nos que houveram mudanças no poder executivo municipal, por vezes as ações eram adiadas para o ano de 2025. Isso se dá considerando as várias mudanças de pessoal, começando pelos prefeitos e perpassando para os demais órgãos das administrações públicas, como as secretarias municipais, por exemplo.

Outro ponto a ser levado em consideração, são os meses de novembro e dezembro, onde tradicionalmente é conhecido por recessos, férias e afins, o que pode contribuir para a não abertura das administrações públicas para as ações preventivas.

Apesar da redução no número de atividades formativas realizadas neste trimestre, a meta foi alcançada e com isso, podemos destacar algumas capacitações, como por exemplo, a realizada em 29/10/2024 no município de Serra do Salitre, cuja temática abordada foi a prevenção e o combate à violência contra a pessoa idosa, que contou com a presença de 23 pessoas participantes:

Em Patos de Minas, como parte de uma das entregas do Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade que está vigente no município, a equipe segue capacitando os servidores das Unidades Básicas de Saúde do município, com vistas a qualificar e humanizar o atendimento ofertado à comunidade LGBTQIAPN+, tratando de seus direitos, bem como os riscos criminais em que estão mais propensos a vivenciar. A capacitação foi realizada em 09/12/2024 e contou com a presença de 32 pessoas participantes:

Na RISP 15, foi realizada em 26/11/2024 a primeira atividade formativa fora de Teófilo Otoni, tratando-se de um marco para a execução do programa naquela região. Os municípios contemplados foram Jequitinhonha e Joáima que pela proximidade geográfica e através da estratégia de agrupamento de municípios, pôde proporcionar aos servidores de ambos os municípios a obtenção de aprendizados acerca da Articulação de Rede na Prevenção à violência doméstica, contando com a presença de 30 pessoas:

No que diz respeito ao indicador 7.3 neste trimestre foram realizadas 3 reuniões da Comissão Municipal, sendo duas em São Gotardo e uma em Patos de Minas, totalizando 24 pessoas presentes. Foram realizadas 5 rodas de conversa ao todo, abrangendo, majoritariamente, as temáticas de Proteção e Direitos da Mulher no Brasil, abordando junto ao público os tipos de violência, a identificação e o rompimento do ciclo de violência e as possibilidades de acionamento da rede.

Assim como no período avaliatório anterior, este indicador não foi batido, tendo alcançado 81% do desejado. Este indicador apresentou ao longo de 2024 oscilações em seu comportamento por diversas razões. Em alguns momentos foram adotadas como estratégia a não realização de ações de participação social para que as equipes pudessem amadurecer metodologicamente as formas de execução. Em outros momentos as instituições não demonstraram abertura para a realização das ações. Outro fator preocupante que foi possível observar, é o baixo engajamento dos membros das comissões municipais de Patos de Minas e São Gotardo que, apesar dos esforços dos profissionais do Selo no sentido de articular com os membros a maior participação nesses espaços tão importantes, fatores externos, como por exemplo o próprio período eleitoral, impactaram nessa queda da participação dos membros, de modo a contribuir para a baixa na média de membros participantes por reunião. Mudanças no poder executivo municipal trazem muitos elementos que influenciam em diversas frentes de trabalho do programa Selo Prevenção Minas e os reflexos dessas mudanças foram percebidos no comportamento deste indicador, contribuindo para o não alcance de forma plena.

Apesar das dificuldades vivenciadas, as equipes se propuseram a realizar ações de participação social bem relevantes para além das sedes das regiões integradas de segurança pública. Podemos destacar a roda de conversa realizada no município de Rio Paranaíba em 05/12/2024 que contou com a presença de 21 pessoas, onde foi possível conversar com o público atendido pelo CRAS sobre pautas voltadas à prevenção à violência doméstica:

Na RISP 15, a equipe do programa executou no município de Jequitinhonha três ações de participação social com os públicos atendidos pelo CRAS, tratando também da temática de prevenção à violência doméstica, como por exemplo, uma das ações realizadas em Jequitinhonha no dia 25/11/2024:

No quarto e último período avaliatório de 2024, o programa Selo Prevenção Minas alcança uma importante marca para a sua trajetória enquanto política pública de prevenção à criminalidade, uma vez que confere ao município de São Gotardo a certificação após a conclusão dos ciclos previstos em sua metodologia do eixo certifica, perpassando pela nomeação de membros para a comissão municipal, elaboração do diagnóstico de segurança cidadã e do plano municipal de prevenção à criminalidade e na execução das ações estratégicas.

O evento de certificação do município ocorreu no dia 21/11/2024 marcando a conclusão de todas as etapas do programa em pouco mais de um ano, após atravessar dificuldades como o período eleitoral e a descontinuidade da atual gestão municipal. A profissional conduziu com maestria os trabalhos em São Gotardo e a perspectiva é o acompanhamento

distanciado do município na execução de algumas ações estratégicas, capacitações e ações transversais, além do apoio técnico e metodológico que é uma marca do programa Selo Prevenção Minas:



Evento de certificação do município - São Gotardo - 21/11/2024

As ações realizadas têm sido executadas de forma muito qualificada e potente e com isso, a política de prevenção social à criminalidade tem se consolidado cada vez mais nos municípios de abrangência da 10ª e 15ª Regiões Integradas de Segurança Pública. A supervisão metodológica e a coordenação do Programa Selo Prevenção Minas, haviam demonstrado preocupações quanto ao desempenho do indicador 7.1 (articulação de rede), que no trimestre anterior não havia sido alcançado, contudo, se faz necessário considerar o desempenho das equipes de ambas as RISPS que conseguiram superar as metas, sob uma perspectiva global e também a partir de uma análise individual de execução.

Para a RISP 10, eram esperadas a execução de 100 articulações com a rede e para a RISP 15 um total de 80 articulações, tendo as equipes alcançado 206 e 130 articulações, respectivamente, o que demonstra em números a eficiência de toda a equipe através dos analistas sociais, estagiários, técnicos, motoristas, gestores, supervisões metodológica e da gestão e da coordenação do programa Selo Prevenção Minas.

Para este trimestre, as atenções se voltam para a execução dos indicadores 7.2 e 7.3 que apresentaram bons desempenhos. No entanto, especialmente o indicador 7.2 carece de atenção da supervisão metodológica no intuito de atuar de forma aproximada junto às equipes com estratégias para capilarizar a atuação do programa Selo Prevenção Minas nas duas

Regiões Integradas de Segurança Pública, de modo a atuarmos nas cidades com pautas intrínsecas a Política de Prevenção Social à Criminalidade, contribuindo para a expansão dos conhecimentos acerca destas correlatas.

Várias entregas foram realizadas de forma muito qualificada e as expectativas para 2025 são as melhores possíveis, considerando o cenário político a ser vivenciado, como o primeiro ano dos mandatos do executivo municipal e as possibilidades de maior abertura dos municípios para as ações.

Feitas tais considerações iniciais, partiremos agora para a análise de cada indicador do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.1. Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.115 •	• 935 •
Descrição do Indicador	
<p>Descrição: O Programa Selo Prevenção Minas, a partir da perspectiva da Segurança Cidadã, concebe como essencial a interlocução com a rede parceira para a construção de fatores de proteção e enfrentamento às violências e criminalidades nos municípios. Conforme metodologia do Programa, a rede parceira é composta por organizações, de caráter formal ou informal, que atuam nas áreas de segurança pública, justiça, proteção social e garantia de direitos humanos. Nesse sentido, as intervenções do Programa são construídas em diálogo, mobilização e cooperação com essa rede.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas ações de articulação com a rede alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de ações de articulações de rede, com caráter técnico, sobre como atuar em prevenção social à criminalidade; 2. Número de ações de articulações de rede para construção de diagnósticos e planos municipais; 3. Número de ações de articulação de rede para criação ou fortalecimento de fluxos ou protocolos de atendimento e encaminhamento de casos de violências e criminalidade; 4. Número de ações de articulação de rede para fomento da temática de prevenção social à criminalidade. 	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/10/2024 a 31/12/2024 obteve-se um total acumulado de • 935 • ações de articulação de rede pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 1.115 • ações, o Programa atingiu 83,85% do objetivo estabelecido.

7.1 - Número acumulado de ações de articulação com a rede parceira do Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	23º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Total
RISP 10	390	61	60	25	536
São Gotardo	163	27	17	16	223
RISP 15	46	111	11	8	176
Total	599	199	88	49	935

A atuação do Programa Selo Prevenção Minas, como sabemos, é regional. Neste sentido, as Unidades de Prevenção à Criminalidade são instaladas nas sedes das Regiões Integradas de Segurança Pública em que irão atuar. No cenário atual, estamos na RISP 10, cuja sede é Patos de Minas, em São Gotardo, município que também integra a RISP 10 e que obteve a certificação através da execução das ações constantes no plano municipal e em Teófilo Otoni, município sede da RISP 15.

A RISP 10 conta com 23 municípios e a RISP 15, por sua vez, com 60 municípios. Neste sentido, fazendo uma análise global, o programa Selo Prevenção Minas, possui sua abrangência estendida para 83 municípios e para analisarmos o indicador 7.1 de forma generalizada, precisamos nos ater a esse fato e também ao período de execução/implantação da política pública.

Outro ponto a ser levado em consideração, é que para o ano de 2024, estava prevista a implantação do programa em outra região integrada, no entanto, isso não ocorreu. Inicialmente, foram pensadas metas para essa nova implantação e que para este período avaliatório, elas passaram a não mais serem exigidas, ocasionando na diminuição das metas para o 4º trimestre de 2024, conforme podemos verificar ao fazermos a leitura do item 2.1 Quadro de indicadores 2024, do Anexo nº II - Programa de Trabalho IX, publicado em dezembro de 2024.

Feitas as devidas considerações, passaremos para análise do que foi alcançado pelas equipes no presente período avaliatório.

Neste período avaliatório, realizamos ações de articulação com a rede em 22 municípios da RISP 10, ou seja, foram realizadas articulações de rede com quase todos os municípios da RISP 10. Assim como no P.A anterior, a equipe RISP 10 consegue mais uma vez esse excelente resultado, o que tem demonstrado a preocupação dos profissionais em realizar ações qualificadas para além de Patos de Minas e como consequência, apresenta-se o alcance da meta acima do esperado.

Como fruto das articulações realizadas com os demais municípios da RISP 10, podemos destacar a conclusão e a entrega do Diagnóstico Municipal de Violências do município de Rio Paranaíba, tratando-se de um produto do Eixo Consultoria e que foi possível graças ao empenho da equipe em retomar as articulações e da vontade política da administração pública deste município em qualificar a sua atuação no âmbito da prevenção à criminalidade:



Publicação SEJUSP acerca da entrega do Diagnóstico de Violências de Rio Paranaíba - novembro de 2024

Na RISP 15, foram realizadas articulações de rede em 54 municípios, o que corresponde a 90% do total de municípios da Região Integrada de Segurança Pública. Ao compararmos com o 23º P.A, notamos que houve um aumento significativo no número de municípios alcançados com as articulações de rede, onde naquele período foram registradas um alcance de 15 municípios.

No trimestre anterior, a equipe se debruçou na construção do diagnóstico de implantação em conjunto com setor de monitoramento da O.S e o Observatório de Segurança Pública, com vistas a traçar as melhores estratégias de atuação. Neste trimestre, a equipe deu continuidade nas articulações necessárias para a conclusão do referido documento e com isso, alcançou esse excelente resultado:

Neste trimestre, foram realizadas um total de 336 articulações de rede, sendo 206 ações na RISP 10 (considerando São Gotardo) e 130 em Teófilo Otoni. Para o período, eram exigidas, conforme já explicitado, 180 ações de articulação de rede.

Ao destrincharmos essa meta, podemos observar que ambas as equipes bateram as metas pactuadas a partir de uma análise individual de execução, uma vez que para a RISP 10 eram exigidas um total de 100 articulações, tendo a equipe superado em 106% a partir da realização de 206 articulações com a rede.

Já para a RISP 15, eram esperadas a realização de 80 articulações com a rede, tendo a equipe superado em 62,5% o pactuado a partir da realização de 130 articulações com a rede.

Com as metas alcançadas acima do esperado em cada uma das RISPs, a meta global demonstrou um comportamento positivo, tendo sido superada conforme já relatado em 86% acima do esperado.

Conforme abordado no trimestre passado, é notório que ao longo dos períodos avaliatórios anteriores, estes números têm aumentado de forma gradual e como consequência temos o alcance dos resultados de forma satisfatória. A supervisão metodológica e a coordenação do programa têm se atentado ao alcance desses resultados. As intervenções realizadas junto às equipes da ponta têm surtido efeitos positivos e isso pode ser demonstrado pelos resultados alcançados, sob a perspectiva de uma análise global dos indicadores e também a partir de uma análise individual de atuação.

Das 206 articulações de rede realizadas na RISP 10, 104 foram em Patos de Minas, o que corresponde a 50% do total de ações. Este alto número de articulações realizadas no município sede da RISP se mostra bastante positivo, uma vez que é necessário manter os vínculos fortalecidos junto à administração pública patense e para que seja possível a realização das entregas previstas no plano municipal de Patos de Minas. As articulações na RISP 10, tiveram como objetivo na maioria dos casos a mobilização da rede ou público para reuniões/ações e isso se reflete nas entregas realizadas nos outros indicadores do programa, como por exemplo as ações transversais de participação social e as atividades formativas.

Essa divisão “igualitária” entre Patos de Minas e os demais municípios da RISP 10 é estratégica, uma vez que se direciona a atenção para Patos de Minas e para os demais municípios, prezando pela capilaridade do Selo, no entanto, um ponto específico das articulações de rede na RISP 10 merecem atenção.

Do total das 206 articulações de rede realizadas, 156 se deram por meio de aplicativos de mensagens e e-mail, o que corresponde a 75% das ações. Necessário reconhecer a potencialidade dos contatos virtuais no que tange às possibilidades de otimização do tempo, porém, utilizar desses recursos em detrimento dos contatos presenciais, telefônicos e até mesmo as reuniões virtuais, podem ensejar no enfraquecimento de vínculos e consequentemente reduzir o número de pessoas participantes nas capacitações e nas ações de participação social, por exemplo.

Considerando este fator, a supervisão metodológica adotará para o próximo período avaliatório, estratégias junto às equipes com o intuito de realizar o máximo de articulações por meios diferentes dos contatos realizados por meio de aplicativos de mensagens e e-mail, devido à sua fragilidade no sentido da criação e manutenção de vínculo e nas possibilidades de se comprovar a execução do indicador.

Ao fazermos uma análise quanto aos objetivos das articulações de rede realizadas, notamos que a grande maioria se deu para a mobilização da rede ou do público para a participação em reuniões e ações e isso se justifica pelo esvaziamento que vem ocorrendo nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade.

Assim como no trimestre anterior, a supervisão metodológica tem adotado várias estratégias junto às referências do eixo certifica de modo a engajar os membros da Comissão no sentido de se fazerem presentes nas plenárias realizadas. Este acompanhamento tem se dado por meio de reuniões periódicas de supervisão metodológica, elaboração de cronogramas e a participação em capacitações com estratégias de articulação de rede. Tais intervenções têm se mostrado eficientes, uma vez que foi possível observar um aumento no quórum nas comissões de Patos de Minas e São Gotardo.

Convém mencionar que a reunião da Comissão Municipal de Patos de Minas que seria realizada no mês de outubro, foi substituída pela reunião do IGESP, desta forma, não foi contabilizada no indicador.

Foram realizadas três reuniões das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade nesse período avaliatório, sendo uma em Patos de Minas e duas em São Gotardo:

A equipe RISP 15 no decorrer do 24ª P.A, direcionou os esforços para a realização de articulações junto aos demais municípios da RISP com o intuito de colher informações para compor o diagnóstico de implantação, além da continuidade das articulações para nomeação dos membros da Comissão Municipal.

O 4º e último período avaliatório pode ser marcado como um mês de superação de obstáculos, qualificação do trabalho e preocupação com os resultados. As equipes têm se desenvolvido cada vez mais e sob as orientações da supervisão metodológica e da coordenação do programa, tem executado ações potentes nos municípios de atuação do Selo Prevenção Minas.

Foi possível observar um aumento significativo dos resultados obtidos quanto ao indicador 7.1 em comparação com o trimestre anterior e como consequência alcançamos a meta repactuada acima do esperado, individualmente as equipes alcançaram as metas, o que demonstra o comprometimento e empenho dos profissionais nesta frente de trabalho.

Finalizamos o ano de 2024 com boas expectativas para o ano de 2025 e certos de que a execução dos trabalhos durante este ano, apesar de várias dificuldades enfrentadas, foi eficiente e qualificada.

Desafios e obstáculos são inerentes à atuação em políticas públicas e esperamos e temos nos planejado para os próximos meses. A expectativa se alia ao árduo trabalho para mantermos a qualidade da atuação regionalizada do Programa Selo Prevenção Minas.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.2. Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 1.320 •	• 1.397 •
Descrição do Indicador	
<p>O Programa Selo Prevenção Minas, dentre outros objetivos, visa disseminar conhecimentos adquiridos e técnicas utilizadas pela Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, através da realização de atividades de formação e produção de conteúdo, para as instituições públicas e demais públicos interessados em qualificar sua atuação em prevenção ao crime e às violências. Assim, as atividades são passíveis de formatação personalizada ao contexto local, estruturadas em conjunto com o parceiro, visando atuar de maneira assertiva através da proposição de temas que contribuam para o enfrentamento dos desafios que tocam a segurança pública local.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas atividades de formação, alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas, os espaços de formação sobre temáticas de prevenção social à criminalidade realizadas nos municípios.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/10/2024 a 31/12/2024 obteve-se um total acumulado de • 1.397 • pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 1.320 • pessoas, o Programa atingiu 105,8% da meta.

7.2- Número acumulado de pessoas participantes nas atividades de formação promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	23º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Total
RISP 10	574	73	93	87	827
São Gotardo	20	0	31	0	51
RISP 15	489	0	30	0	519
Total	1083	73	154	87	1397

Neste trimestre foram realizadas 16 atividades de formação em 4 municípios da RISP 10 e RISP 15, que contemplaram 314 pessoas de 19 instituições municipais.

Para este P.A, após a repactuação das metas, eram esperadas o alcance de 190 pessoas, no entanto, alcançamos 314 pessoas, o que corresponde a um “superávit” de 65% acima do esperado. Ao destrincharmos essa meta, podemos observar que para a 10ª RISP eram esperadas 130 pessoas, tendo sido alcançadas um total de 284, o que corresponde a um resultado acima do esperado de 118%.

Para a 15ª RISP esperava-se o alcance de 60 pessoas, no entanto, foram alcançadas 30, o que corresponde a 50% do esperado para a RISP 15.

Nota-se que temos cenários diferentes na distribuição e no alcance das metas pactuadas para cada execução, onde temos um “superávit” e um alcance de ½ da meta.

A RISP 10 alcançou as metas para este período avaliatório de forma satisfatória, conforme relatado, houve a superação das expectativas, no entanto, alguns fatores devem ser levados em consideração e serão trabalhados pela supervisão metodológica junto às referências do eixo em curso para que, em 2025, consigamos qualificar os trabalhos a serem realizados.

Do total das 15 capacitações realizadas na RISP 10, 13 foram realizadas em Patos de Minas com a temática Os Direitos e a Qualificação do Atendimento à Comunidade LGBTQIAPN+, uma em São Gotardo com a mesma temática e uma no município de Serra do Salitre, cuja temática abordada foi a prevenção e combate à violência contra a pessoa idosa.

As capacitações ministradas no município de Patos de Minas e São Gotardo, são desdobramentos de ações dos planos municipais vigentes em ambos os municípios e no caso específico de Patos de Minas, trata-se de um cronograma de capacitações iniciado em 2024 com previsão de término para o início do ano de 2025.

Essa pauta é um importante tema a ser tratado junto às administrações públicas municipais, uma vez que este fenômeno tem crescido não só em Minas Gerais, mas também em todo o território brasileiro.

O Selo Prevenção Minas é um programa de abrangência regional e o eixo em curso é fundamental para essa atuação descentralizada e, portanto, se faz necessário traçar estratégias para alcançar os demais municípios da RISP 10, prezando pela capilaridade do Selo.

Com relação à RISP 15, se observarmos a meta destrinchada, notamos que não houve o alcance esperado, tendo sido realizada uma capacitação com a temática de articulação de rede e prevenção à violência doméstica que contou com a presença de 30 pessoas do município de Jequitinhonha e Joáima. Numericamente falando, trata-se de um resultado razoável e que requer atenção da supervisão metodológica e da equipe de ponta para que sejamos orientados por resultados qualificados.

Em comum à execução de ambas as RISPs, temos os desdobramentos que reverberaram no decorrer de 2024 relacionados ao período eleitoral. Conforme já explicitado neste relatório e nos anteriores, muitas ações do Selo, sejam elas capacitações, ações transversais e até mesmo as reuniões da comissão, foram diretamente afetadas pelas mudanças iminentes, tendo prejudicado os profissionais no agendamento de novas atividades formativas e até mesmo no contato direto com pessoas anteriormente vinculadas ao Programa Selo Prevenção Minas. Outro ponto que merece atenção, é o direcionamento e a qualificação empregada nas articulações com a rede, em especial, dos demais municípios que abrangem a RISP 10.

No decorrer do ano de 2024, várias atividades formativas foram realizadas com variados temas. Neste último período avaliatório não foi diferente e tivemos capacitações temáticas realizadas e que merecem destaque, justamente pela apropriação metodológica identificada nos profissionais na apresentação dos conteúdos:

Neste 4º trimestre e último período avaliatório de 2024, alcançamos as metas pactuadas para o eixo em curso. Ao longo do ano, esse indicador oscilou bastante por diversas razões já explicitadas em relatórios anteriores. Apesar dessa oscilação, conseguimos neste último P.A o alcance de forma satisfatória do indicador a partir da superação das expectativas em 65%. As equipes se propuseram a executar atividades formativas de forma qualificada e com isso, pôde proporcionar às instituições municipais aprendizados importantíssimos para atuação focada na segurança cidadã e na construção de políticas municipais voltadas à prevenção ao crime e às violências.

A supervisão metodológica irá atuar de forma aproximada junto das equipes para que possamos alcançar os resultados dentro do esperado para os próximos períodos avaliatórios de 2025, além de nos organizar com antecedência de modo a possibilitar a realização de diversas atividades de formação, prezando sempre pela qualidade, capilaridade e pelos resultados numéricos.

A supervisão metodológica continuará acompanhando a execução dos trabalhos e a expectativa para o próximo trimestre, é o alcance da meta dentro do esperado, considerando o início do mandato do executivo municipal e provável abertura das administrações públicas municipais para as ações do Selo.

O Eixo em curso merece nossa atenção e esforços, pois por meio dele conseguimos diversificar nossa atuação na 10ª e 15ª RISP de maneira qualificada, integrada e continuada.

Área Temática: Programa Selo Prevenção Minas	
Indicador nº 7.3. Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 895 •	• 860 •
Descrição do Indicador	
<p>Para a efetividade das ações e projetos em prevenção à criminalidade nos municípios em que o Programa Selo Prevenção Minas atua, é importante o alinhamento e engajamento de atores estratégicos, com atuação em rede, bem como da própria população a ser beneficiada.</p> <p>Nesse sentido, o Programa visa criar e/ou fomentar outros espaços formais de participação comunitária na temática da prevenção à criminalidade, promovendo o encontro entre poder público e sociedade civil, de modo a fortalecer a responsabilidade e o compromisso coletivo com a temática no município. Entende-se por espaço formal de participação a organização de momentos em que o poder público se reúne com a sociedade civil com o objetivo de traçar estratégias, construir ações coletivamente e/ou conscientizar acerca de temáticas específicas.</p> <p>Além disso, o Programa também tem por objetivo criar e/ou fomentar espaços de rede nas temáticas inerentes à prevenção à criminalidade, tendo em vista que a articulação entre os atores da rede é fundamental em se tratando do enfrentamento às violências e à criminalidade. Portanto, entende-se por espaço de rede uma forma de organização de um grupo de atores estratégicos, intersetoriais e interinstitucionais, que se reúnem com uma frequência pré estabelecida, possuindo um objetivo comum.</p> <p>Por fim, a Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade é um espaço de rede formal e permanente nos municípios que aderem ao Selo Certifica, e tem por objetivos promover discussões sobre a pauta de prevenção à criminalidade e promover a interlocução sistemática entre as diferentes políticas municipais, de modo a fomentar uma atuação em rede para o enfrentamento à criminalidade e às violências. A equipe de Gestores, analistas e estagiários deverão, com apoio dos/as atores municipais e coordenação estadual, planejar e coordenar as reuniões, de modo a cooperar para o fortalecimento da pauta de prevenção à criminalidade e para a construção coletiva do trabalho.</p> <p>Para fins deste indicador, são consideradas participações alinhadas à metodologia do Programa Selo Prevenção Minas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de pessoas participantes nos espaços formais de participação com o viés de segurança pública promovidos pelo programa. 2. Número de pessoas participantes nos espaços de rede nas temáticas de prevenção social à criminalidade promovidos pelo programa. 3. Número de pessoas participantes nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade. 	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação: modelo fornecido pela SEJUSP/SUPEC, encaminhado mensalmente à sede administrativa da entidade parceira e à SEJUSP/SUPEC.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 que compreende o período 01/10/2024 a 31/12/2024 obteve-se um total acumulado de • 860 • pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas. Considerando que a meta acumulada para o trimestre era de • 895 • pessoas, o Programa atingiu 96,08% do objetivo estabelecido.

7.3- Número acumulado de pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas					
Municípios	24º PA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	Total
RISP 10	513	6	0	69	588
São Gotardo	179	8	0	8	195
RISP 15	42	0	35	0	77

Total	734	14	35	77	860
-------	-----	----	----	----	-----

Para o quarto período avaliatório de 2024, tínhamos como meta alcançar nos 3 meses de referência um total de 155 pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da comissão promovidas pelo Programa, sendo 115 para a RISP 10 e 40 para a RISP 15.

Foram alcançadas 126 pessoas participantes nos espaços de participação social, nas reuniões de rede e nas plenárias da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade promovidos pelo Programa Selo Prevenção Minas, o que corresponde a 81% do resultado esperado.

O indicador 7.3 contabiliza três modalidades, sendo o número de pessoas participantes nos espaços de participação social (que podem ser ações nas escolas, rodas de conversa e etc.), nas reuniões de rede promovidas pelo programa e nas reuniões da comissão municipal. Para melhor compreendermos o desempenho das equipes no que tange a este indicador, é necessário analisá-lo separadamente.

Neste período avaliatório foram realizadas 3 reuniões da comissão municipal, sendo duas em São Gotardo e uma em Patos de Minas. Todas as reuniões contaram com a presença de 8 pessoas cada uma, totalizando 24 pessoas presentes. Foi realizada uma reunião de rede temática que contou com a presença de 6 pessoas. Com relação às ações de participação social, tivemos um total de 6 rodas de conversa que contabilizaram um total de 96 pessoas participantes.

Assim como o eixo em curso, as ações transversais vêm sofrendo os efeitos do período eleitoral que inevitavelmente contribuíram para o afastamento das administrações públicas nesse período de transição do poder executivo. Para além disso, se faz necessária maior investimento por parte de toda a equipe em articulação com a rede no intuito de executarmos mais ações de participação social, imprescindíveis para a atuação do programa Selo Prevenção Minas. Para além disso, os últimos meses do ano são marcados tradicionalmente pelas festividades e com isso, tem-se férias coletivas, recessos e compensações que colaboram negativamente para a realização das ações de participação social nos municípios.

Apesar dessas dificuldades vivenciadas, as equipes ainda sim conseguiram realizar ações transversais e que serão destacadas abaixo.

A equipe RISP 10, por meio de articulações bem sucedidas com a rede de Rio Paranaíba e também pela entrega realizada do eixo consultoria (diagnóstico de violências), estabelece um vínculo muito estratégico com a antiga e atual gestão municipal, com isso foi possível a realização de duas rodas de conversa junto ao CRAS, tendo sido tratadas em ambas a temática da violência contra a mulher:

Na RISP 15 foram realizadas 4 rodas de conversa em parceria com o CRAS, cujo público alvo são as mulheres atendidas por este equipamento. Trata-se de uma ação realizada após articulações realizadas junto à secretaria municipal de desenvolvimento social que, interessada em qualificar sua atuação em prevenção à criminalidade, em especial sobre a violência contra a mulher, propôs e a equipe executou além da atividade formativa nesta temática, as rodas de conversa com esse tema, visando proporcionar às mulheres a conscientização e reflexão acerca do ciclo de violência e o fenômeno em si:

A participação social é essencial para a execução de políticas públicas de prevenção à criminalidade e o Programa Selo Prevenção Minas prioriza esta frente em todos os eixos de atuação e esta é a razão de existir deste indicador. Considerando que neste trimestre não alcançamos este indicador, a supervisão metodológica irá reforçar as orientações junto a equipe, no tocante a criação de um planejamento prévio para a execução de ações transversais nas RISP 10 e 15, considerando o início dos mandatos do poder executivo municipal.

Com relação as plenárias das Comissões Municipais de Patos de Minas e São Gotardo, foram realizadas 3 reuniões no trimestre, contando com a presença de 24 pessoas no total.

As reuniões ocorreram no mês de outubro e dezembro, em São Gotardo, estiveram presentes 16 pessoas, ao passo que em Patos de Minas, estiveram 8 pessoas presentes.

Em São Gotardo, as reuniões foram realizadas nos dias 11/10/2024 e 13/12/2024. A primeira reunião teve como objetivo dar andamento na execução de ações específicas do plano municipal, como por exemplo a criação de propagandas sobre golpes virtuais nas rádios, informativos sobre prevenção a golpes financeiros (estelionatos direcionados às pessoas idosas) além da criação e divulgação de materiais. A última reunião da comissão realizada em São Gotardo, teve como objetivo a apresentação de um “balanço” das ações executadas durante 2024, além da continuidade da comissão de forma independente do Selo em São Gotardo.

No município de Patos de Minas, a Comissão se reuniu no dia 18/12/2024 e contou com a presença de 8 pessoas. A reunião teve como objetivo colher o feedback dos membros sobre a condução do espaço ao longo de 2024 além do alinhamento das expectativas para 2025.

Vale ressaltar que a reunião que deveria ocorrer no mês de outubro não aconteceu, tendo sido “substituída” pela reunião do IGESP, desta feita, não foi contabilizada no indicador.

Ao longo dos meses, tem sido percebido um esvaziamento no quórum das plenárias das comissões municipais e isso é um fator de atenção para as equipes e para a supervisão metodológica, considerando a etapa crucial em que o programa se encontra.

Medidas continuam sendo tomadas no que diz respeito à mobilização dos membros na participação nas reuniões da Comissão, eventuais substituições de membros e no convite de novas instituições para se integrarem à Comissão, além da utilização de estratégias de articulação de rede mais efetivas, como reuniões presenciais e possíveis realizações de estudos de caso nas plenárias, dando um teor mais objetivo às reuniões. Tais medidas estão sendo trabalhadas com a equipe por meio das reuniões com a supervisão metodológica e todo apoio técnico e metodológico fornecido pela coordenação do Programa Selo Prevenção Minas.

Encerramos o 4º trimestre do ano e diferente do trimestre anterior, não alcançamos as metas pactuadas para o indicador 7.3. Apesar do não alcance, é notável a qualidade empregada nas ações de participação social que as equipes se propuseram a executar neste trimestre e no decorrer de 2024. A expectativa para o próximo período avaliatório é de retomar o alcance da meta dentro do esperado e para isso, a supervisão metodológica irá trabalhar de forma aproximada das equipes, por meio de orientações, capacitações e reuniões para discussão de pautas diversas.

Considerações finais

Encerramos o 4º período avaliatório alcançando as metas pactuadas para os indicadores 7.1 e 7.2. Esses indicadores no decorrer do ano sofreram muitas oscilações, no entanto, com as intervenções estratégicas feitas pela supervisão metodológica e da coordenação do programa aliadas à execução de excelência por parte das equipes de ponta, foi possível retomar o alcance dos indicadores de forma satisfatória e qualificada.

Com relação às articulações de rede, as equipes se empenharam na construção do diagnóstico de implantação da RISP 15 por meio de contatos realizados com as administrações públicas municipais, além das tentativas de marcação de capacitações, ações transversais e participação em reuniões e espaços de rede promovidas pelo Programa Selo Prevenção Minas, com o intuito de retomar o quórum das Comissões Municipais dos municípios de Patos de Minas e São Gotardo.

As atividades de formação realizadas neste período foram, majoritariamente, voltadas ao tema dos direitos e da qualificação do atendimento à comunidade LGBTQIAPN+, ocorrendo em sua grande maioria na RISP 10, especificamente nos municípios de Patos de Minas e São Gotardo. Essas atividades formativas são desdobramentos de ações estratégicas que constam nos Planos Municipais vigentes em ambos os municípios, o que demonstra o trabalho integrado dos profissionais que compõem o Programa Selo Prevenção Minas.

Considerando a complexidade do fenômeno da violência direcionada ao público LGBTQIAPN+ e suas particularidades, levar tais temáticas para as administrações públicas municipais é primordial para a prevenção e enfrentamento das violências direcionadas a este público, além de qualificar o atendimento e o acolhimento institucional.

Com relação ao indicador 7.3, este não foi alcançado e isso pode ser justificado por alguns fatores, como por exemplo o período eleitoral que ainda produz efeitos que trazem dificuldades para as equipes em executar essas ações, tendo em vista que em alguns momentos, as administrações públicas onde houveram mudanças no governo municipal, adiam as ações considerando as demais mudanças de pessoal que venham a ocorrer.

Outro ponto de atenção a ser observado na marcação e execução das ações transversais, é a diversificação das modalidades de articulações de rede de modo a direcionar tais ações, com vistas a propor às secretarias municipais a execução de rodas de conversa, ações nas escolas e afins.

No que diz respeito a Teófilo Otoni, a equipe conseguiu contatar a maioria dos municípios que compõem a região integrada de segurança pública de modo a colher as percepções das administrações públicas acerca dos cenários de violência e criminalidade e com isso, será possível traçar estratégias de atuação assertivas aos fenômenos identificados.

A supervisão metodológica tem atuado de forma aproximada e tem auxiliado as equipes a planejarem com antecedência

cada ação, e isso tem tornado possível a execução de bons trabalhos. Para o próximo período avaliatório, as expectativas são boas e esperamos alcançar, em sua plenitude, os três indicadores do programa Selo Prevenção Minas, considerando o primeiro ano de mandato do poder executivo municipal e as possibilidades de apresentação e atuação em parceria com esses municípios, desta forma, toda a equipe Selo se mantém empenhada em proporcionar a todos os municípios atendidos nas áreas de abrangência da RISP 10 e 15 um serviço público eficiente e qualificado.

ÁREA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO DE CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO SOCIAL À CRIMINALIDADE

Os indicadores 8.1, 8.2 e 8.3 contabilizam, respectivamente, o número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade, o número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipe dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade e o número acumulado de participantes em Capacitações.

Tais atividades assumem como objetivo aprimorar os profissionais que atuam na Política. Dessa forma, os indicadores sumarizam o desenvolvimento em capacitação e supervisão destes profissionais.

Pontua-se que no trimestre de referência, não foram contabilizadas supervisões e capacitações do Programa Se Liga, uma vez que estas não foram feitas no formato tradicional pela figura da supervisão metodológica que está de licença maternidade e sim pela coordenadora do Programa.

A seguir, são descritas algumas das supervisões e capacitações de destaque ocorridas no trimestre referente.

Programas/Gestão	24º PA			
	Supervisões		Capacitações	
	Nº de encontros	Nº de participantes	Nº de encontros	Nº de participantes
Ceapa	47	303	10	426
FV!	58	176	4	122
PMC	85	267	4	263
PrEsp	35	123	5	141
Selo Prevenção	20	63	6	42
Se Liga	0	0	0	0
Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	3	11	0	0
Total	248	943	29	994
Supervisão da Gestão	101	103	9	141
Total geral	349	1.046	38	1.135

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 8.1. Número acumulado de supervisões da gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 364 •	• 400 •

Descrição do Indicador

Uma das principais atividades do supervisor da gestão diz respeito a realização de supervisões junto aos gestores sociais. Tal trabalho consiste no desenvolvimento de um espaço de acompanhamento mensal ou por demanda que visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho da Gestão Social, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem este grupo. Por meio de ações de intervenção estratégica, a supervisão busca formar os(as) novos(as) Gestores(as) Sociais e acompanhar para que se tornem capazes de atuar na Promoção da Política de Prevenção, na Coordenação das Unidades de Prevenção e na Gestão de Pessoas. Em termos objetivos, o trabalho de supervisão perpassa por: (i) orientar para que o trabalho da Gestão Social seja baseado nos princípios que orientam a segurança pública cidadã e na identificação dos fatores de riscos e de proteção social presentes nos territórios e municípios de atuação; (ii) construir um plano de trabalho que vise mapear, identificar e fortalecer os vínculos com a rede de proteção social, com o sistema judiciário, com as instituições de organização social e as principais referências dos territórios e municípios de atuação e (iii) identificar e analisar dificuldades no desenvolvimento do trabalho, no desenvolvimento metodológico ou no perfil da Gestão Social. Essa análise criteriosa e técnica por parte da Supervisão da Gestão vai direcionar e promover a melhor formação e desenvolvimento desses profissionais. Para fins deste indicador serão contabilizados: Supervisões mensais ou a partir de demanda, nos formatos presencial e/ou de videochamada.

Fonte de comprovação do indicador

Fotografia (ou *print* da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da supervisão.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019, que corresponde a 01/10/2024 a 31/12/2024, o número de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade foi de • 400 •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 364 •, foi atingido 109,8% da meta.

8.1 - Número acumulado de supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais da Política de Prevenção Social à Criminalidade					
Atividade	23º PA	OUT	NOV	DEZ	Total
Supervisões da Gestão realizadas junto aos Gestores Sociais	299	38	26	37	400

Durante o período avaliativo, a manutenção do investimento da Supervisão da Gestão em espaços de supervisão individuais ou em pequenos grupos teve como objetivo promover leituras e diálogos mais aprofundados sobre as pautas afetas a Política de Prevenção e a gestão de uma forma mais ampla. A intenção é alcançar melhores resultados no desenvolvimento de habilidades de negociação e no fortalecimento do entendimento sobre os conceitos estabelecidos nas pautas nacionais, que, juntamente com os aplicados, exigem maior atenção dos gestores em discussão que vão além dos fluxos de trabalho.

Nesse contexto, a análise de dados, a organização e o gerenciamento de entregas e fontes de comprovação foram estimulados em pequenos grupos de gestores. Esse trabalho foi articulado com as ações do Departamento de Monitoramento, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades gerenciais desse público.

Com o intuito de qualificar ainda mais as práticas relacionadas a essa Política Pública, a Supervisão da Gestão promoveu uma formação com o Professor Alberto Kopittke. Essa iniciativa proporcionou um espaço enriquecedor para estudo, trocas de experiências e aprofundamento em conceitos sobre como implementação de políticas públicas baseadas em evidências. Esse primeiro passo na qualificação do tema trouxe inovações para algumas práticas e gerou reflexões desafiadoras, que servirão como diretrizes para o plano de trabalho do próximo ano.

Ao encerrar os espaços de formação, realizou-se uma avaliação do ano, incentivando reflexões sobre a política, perfil, engajamento, propósito, compromisso dos gestores. Essas reflexões visam preparar o grupo para os desdobramentos técnicos futuros, com formações ainda mais aprofundadas para os gestores sociais.

A estratégia para o próximo ano é iniciar com formações direcionadas à prática de gerenciamento de equipes, abrangendo aspectos como gestão de entregas, fontes de comprovação, execução metodológica, organização de dados, gerenciamento de tempo e crises, cumprimento de prazos e integração com a rede de proteção e o sistema de justiça. O objetivo é alinhar, ao máximo, conceitos e práticas comuns no âmbito estadual.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	
Indicador nº 8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes Técnicas dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 812 •	• 963 •
Descrição do Indicador	
<p>Uma das principais atividades do(a) supervisor(a) metodológico(a) diz respeito a realização de supervisões junto às equipes do seu respectivo Programa. Tal trabalho consiste no desenvolvimento de um espaço de acompanhamento regular e por demanda que visa garantir o suporte e promover o desenvolvimento e aprimoramento do trabalho das equipes dos Programas, capacitando e acompanhando individual e coletivamente os profissionais que compõem os grupos. Em outras palavras, a supervisão metodológica é responsável por promover espaços de reflexão das equipes técnicas sobre seu próprio trabalho, a fim de oportunizar o aprimoramento das estratégias e intervenções das equipes com o público atendido no território. O espaço da supervisão é um lugar de formação continuada, onde as equipes podem trazer pautas concretas do trabalho para serem discutidas. Nessa formação continuada, a supervisão tem como uma de suas funções pensar a partir dessas pautas concretas, possíveis saídas metodológicas, construindo com as equipes processos de trabalho mais alinhados à metodologia do Programa de referência.</p> <p>Para fins deste indicador serão contabilizados: supervisões mensais ou a partir de demanda, nos formatos presencial e/ou de videochamada.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Fotografia (ou <i>print</i> da tela) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da supervisão.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024 o número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade foi de • 963 •. Considerando que a meta estabelecida foi de • 812 •, a meta foi superada em 118,5%.

A seguir, apresenta-se a tabela com a síntese de algumas das supervisões metodológicas realizadas junto às Equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade:

8.2. Número acumulado de supervisões metodológicas realizadas junto às Equipe dos Programas da Prevenção Social à Criminalidade					
Programas	23º PA	OUT	NOV	DEZ	Total
Ceapa	150	22	16	9	197
FV!	175	17	17	24	233
PMC	213	31	24	30	298
PrEsp	112	10	13	12	147
Selo Prevenção	31	11	5	4	51
Se Liga	21	0	0	0	21
Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	13	2	1	0	16
Total	715	93	76	79	963

Neste tópico, serão descritas algumas das supervisões de destaque ocorridas no trimestre referente.

- Supervisão de destaque no Período Avaliatório

Programa da Política de Prevenção: PMC

Data: 14/11/2024

Nº de participantes: 15

No dia 14 de novembro, foi realizado um espaço de supervisão conjunta que envolveu as equipes dos territórios Serra, Santa Lúcia, Taquaril, PPL e Cabana. O espaço foi construído a partir das leituras dos supervisores de que há equipes em diversos níveis de vinculação territorial, o que impacta diretamente nas ações do Programa. Este, que é um elemento central do

trabalho no e com os territórios, o vínculo é essencial para atuar na mobilização comunitária, na resolução de conflitos e fortalecimento das lideranças locais.

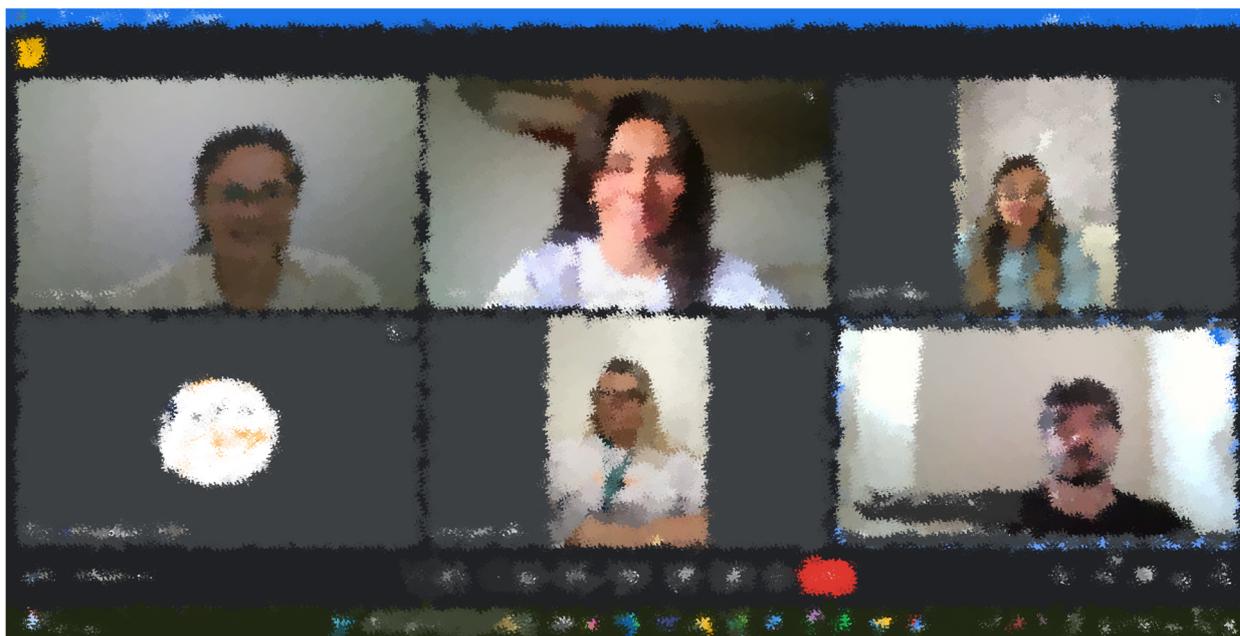
Durante a supervisão cada equipe pode trazer um pouco sobre os desafios e como tem experimentado a relação com os territórios. Destaca-se a construção de estratégias para ampliação do vínculo e ela pode ser uma estratégia de intervenção de cenários de violências, sendo capaz de prevenir, inclusive, a violência letal, quais são as estratégias adotadas em detrimento das realidades de cada território, o que já foi tentando, o que não e de que forma potencializar, podendo cada equipe presente se apoiar nas práticas de outro, conduzidos pela supervisão.

- Supervisão de destaque no Período Avaliatório

Programa da Política de Prevenção: Selo Prevenção Minas

Data: 04/11/2024

Nº de participantes: 5



O Programa Selo Prevenção Minas requer dos profissionais que atuam na ponta um constante planejamento de ações a serem desenvolvidas no decorrer dos meses, haja vista que tais ações carecem de articulações antecipadas junto às instituições da administração pública municipal. Neste sentido, a supervisão metodológica realizada em 04/11/2024 merece destaque no presente período avaliatório, uma vez que, através da leitura de dados estatísticos produzidos pela equipe da RISP 10 entre janeiro e setembro de 2024, foi possível rever algumas formas de execução e principalmente, planejar com antecedência as ações a serem desenvolvidas para o 24º período avaliatório, que consistem em atividades formativas, articulações de rede e ações de participação social. As profissionais são provocadas a sempre fazerem uma leitura crítica e analítica dos dados produzidos na execução do programa na RISP 10 e assim, são orientadas para a obtenção de resultados qualificados.

- Supervisão de destaque no Período Avaliatório

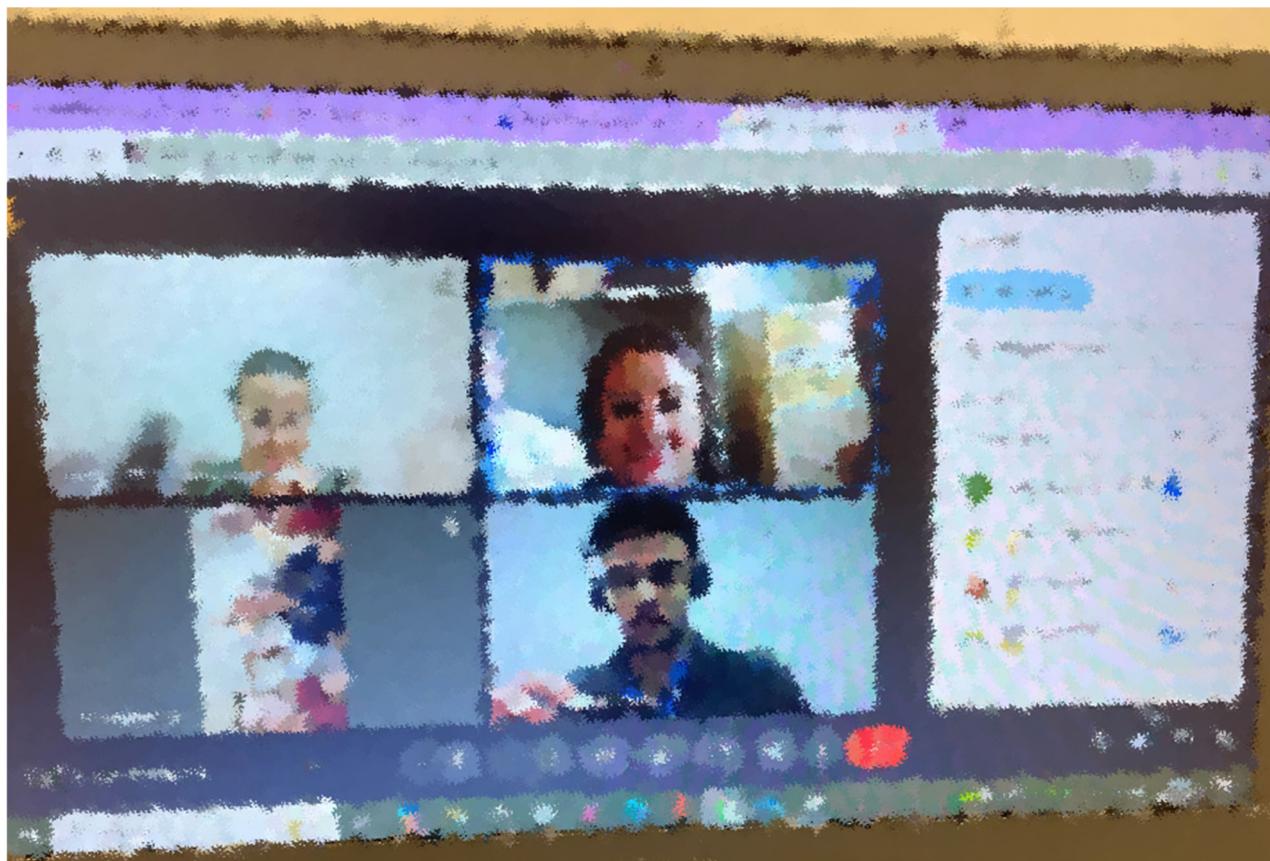
Programa da Política de Prevenção: PrEsp

Data: 20/12/2024

Nº de participantes: 5

A Supervisão de destaque foi a executada com a equipe de Uberlândia sobre manejo de casos psiquiátricos graves e de usuários com uso abusivo de álcool e outras drogas. No espaço, foi possível escutar a equipe sobre o que tem sido desafiador na rotina e na lida com esses usuários e, a partir deste ponto, promover reflexões sobre o histórico de acompanhamento

desses usuários, destacando pontos em que precisamos avançar na leitura e nas intervenções assertivas, dentro de uma temporalidade correta. Ainda, foi possível elucidar quais são as estratégias e manejos possíveis de serem utilizados a depender do contexto.➔



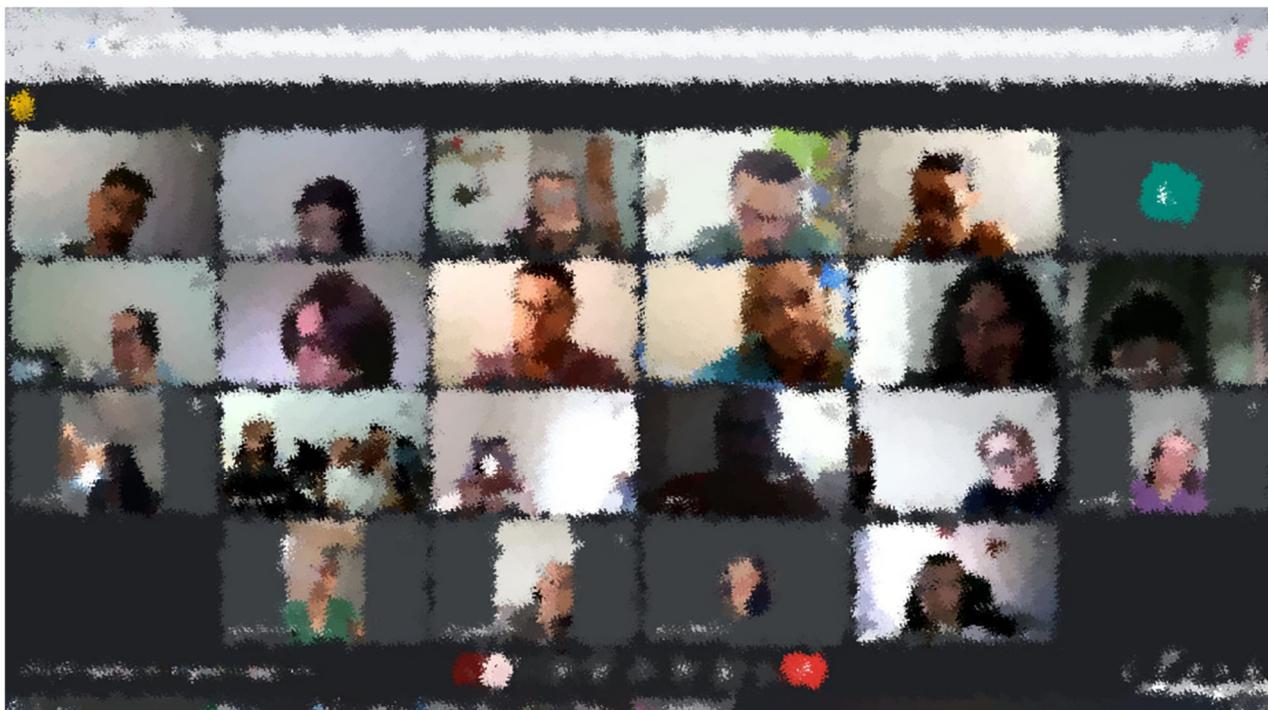
- Supervisão de destaque no Período Avaliatório

Programa da Política de Prevenção: CEAPA

Data: 18/12/2024

Nº de participantes: 33

No mês de dezembro foram realizadas 4 supervisões conjuntas, formato inovador que oportunizou a troca entre a execução do trabalho por diversos municípios. Cada supervisor reuniu as equipes de sua referência e cada Central apresentou uma frente de trabalho de destaque no ano de 2024. Dentre os relatos, foram apresentados casos, articulações de rede e metodologias de execução de grupos que alcançaram os objetivos do Programa de fortalecimento das alternativas penais como resposta efetiva e suficiente, bem como contribuíram no sentido do cumprimento para as pessoas e sua responsabilização. O saldo desses espaços foi extremamente positivo e o feedback dos profissionais, que demandaram espaços semelhantes em 2025, também demonstrou a importância desse formato. Por fim, ressalta-se que espaço semelhante foi construído para o Serviço APEC, no dia 16/12, no qual a interlocução entre os três municípios (Belo Horizonte, Contagem e Uberlândia) também foi fundamental para o nivelamento e qualificação da atuação técnica.



- Supervisão de destaque no Período Avaliatório
Programa da Política de Prevenção: Programa Fica Vivo!

Data: 24/10/2024

Nº de participantes: 5

A referida supervisão teve como um dos pontos principais de trabalho a organização do processo de acompanhamento da execução das oficinas do Programa Fica Vivo!. Nesse período houve renovação da equipe, o que demandou da supervisão metodológica auxiliar o pensar o trabalho, sua organização e procedimentos assertivos no acompanhamento e relacionamento com osicineiros do Programa na Serra. Foi solicitado à equipe um diagnóstico da situação de cada oficina, para que fosse possível pensar conjuntamente em propostas de intervenção para cada cenário. A equipe trouxe esse diagnóstico de maneira bastante qualificada, e a supervisão metodológica provocou a equipe no processo de reflexão sobre os seguintes pontos: a necessidade de conter a ansiedade na execução do trabalho, visto que o diagnóstico revelou muitos desafios a serem enfrentados pela equipe; a proposição de estratégias individuais, contemplando cada oficina eicineiro; a proposição de estratégias coletivas, visando qualificar o trabalho do grupo deicineiros como um todo, bem como seu vínculo com a equipe. Por fim, ficou como encaminhamento a equipe conduzir o trabalho como definido em supervisão, e no próximo encontro transmitir sobre os possíveis avanços e eventuais desafios que ainda permanecem.

Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 8.3. Número acumulado de capacitações realizadas pela supervisão metodológica e da supervisão da gestão

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 180 •	• 182 •

Descrição do Indicador

Outra atividade fundamental da supervisão metodológica e da supervisão da gestão diz respeito à promoção de espaços coletivos e periódicos (presenciais e/ou remotos) para o desenvolvimento e qualificação contínua das equipes técnicas que atuam diretamente nos Programas e nas Unidades de Prevenção à Criminalidade.

Este indicador visa aferir número total de capacitações realizadas pelos supervisores metodológicos e da gestão junto aos profissionais contratados pela entidade parceira no período avaliatório. Tais capacitações objetivam:

- 1) Contribuir para o aprimoramento das competências das equipes e gestores sociais;
- 2) Garantir maior envolvimento e responsabilidade com relação aos objetivos dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade;
- 3) Promover a integração e o nivelamento das equipes e gestores visando o aprimoramento contínuo da Política de Prevenção Social à Criminalidade.

Serão consideradas capacitações organizadas pelo Instituto Elo, a partir de provocação da Supervisão da Gestão e da Supervisão Metodológica, direcionadas aos técnicos administrativos, analistas sociais, gestores sociais e os próprios supervisores.

A OS será responsável por viabilizar a realização das capacitações e a participação das equipes, providenciando, quando necessário, locação de espaço físico que comporte os profissionais durante todo o evento; honorários e custos com palestrantes, se houver; hospedagem, transporte e diárias para os profissionais que não residem na região onde ocorrerão as capacitações. As capacitações também poderão ser realizadas no formato híbrido e/ou de videoconferência.

Para fins de cálculo e apuração desse indicador, serão contabilizadas, cumulativamente, as capacitações que ocorrerem nos períodos avaliatórios. De forma complementar, a título de qualificar a leitura do indicador, a OS deverá apresentar o número de profissionais participantes em cada capacitação realizada no período avaliatório em questão.

Fonte de comprovação do indicador

Fotografia (ou print da tela, quando híbrido ou virtual) e/ou lista de presença assinadas dos participantes da capacitação/evento.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório do Contrato de Gestão 002/2019 01/10/2024 a 31/12/2024, conta-se, cumulativamente • 182 • capacitações e presenças, respectivamente. Portanto, a meta foi atingida em sua integridade.

Posto isso, esse trimestre foi um pouco atípico com a priorização do desenvolvimento dos planejamentos com os analistas sociais e gestores. De todo modo, acredita-se que no próximo semestre será possível implantar algumas estratégias para aproximar os resultados do objetivo pactuado, sem prejudicar a qualidade e operacionalidade das capacitações.

O quadro abaixo apresenta a distribuição das capacitações realizadas por mês e Programa/Gestão no 24º PA.

Programas	Nº de capacitações												Total
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
Ceapa	2	1	3	3	3	6	2	6	4	4	3	3	40
FV!	1	0	2	2	2	1	1	0	2	1	1	2	15
PMC	2	3	0	2	5	1	2	3	3	1	3	0	25
PrEsp	1	2	2	1	3	1	3	0	2	1	2	2	20
Selo Prevenção	2	1	1	2	2	3	3	2	2	2	0	4	24
Se Liga	3	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	7
Projeto de Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra Mulher	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Supervisão da Gestão	1	2	2	3	11	6	9	4	2	4	2	3	49
Total	14	10	10	14	26	20	20	15	15	13	11	14	182

Total por trimestre	34	60	50	38	182
---------------------	----	----	----	----	-----

Além dos aspectos quantitativos, importante ressaltar a qualidade e importância das capacitações ocorridas no presente PA. A seguir, descreve-se algumas das capacitações de maior destaque:

- Capacitação de destaque no Período Avaliatório

Programa da Política de Prevenção: PMC

Data: 21/11/2024

Nº de participantes: 118

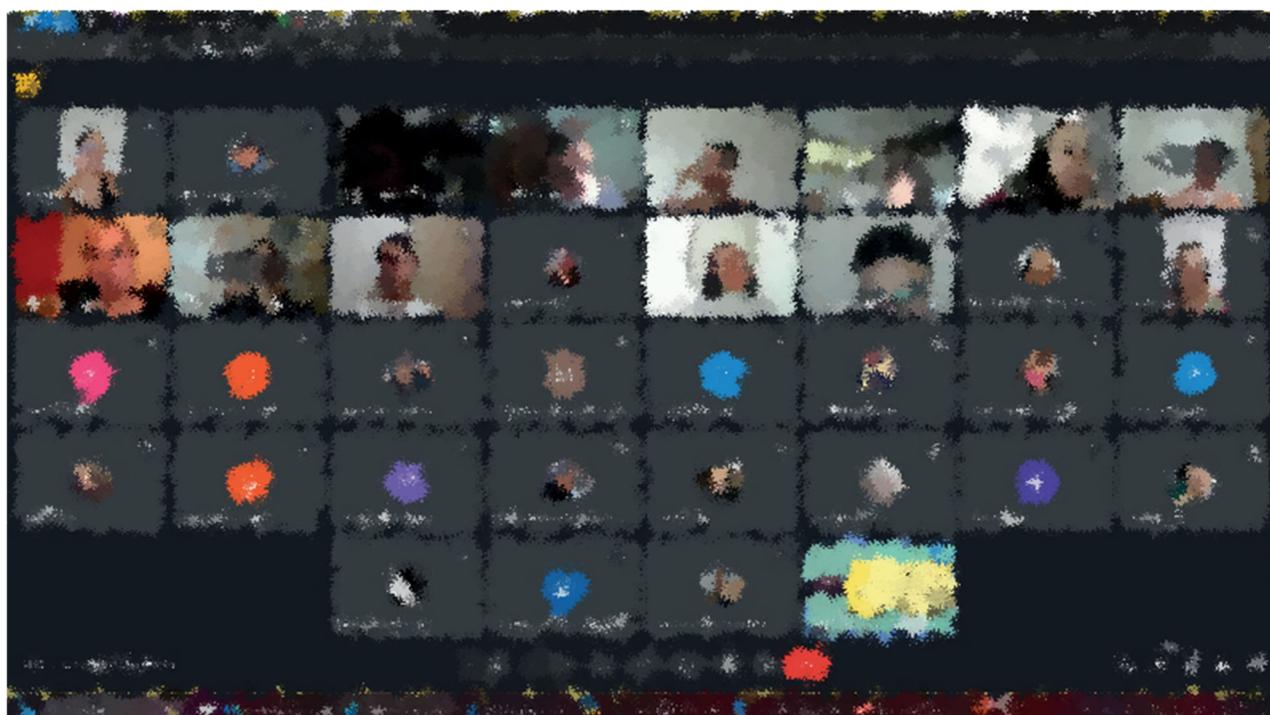
Conforme cronograma de encontros de formação construído pela supervisão metodológica do Programa Mediação de Conflitos, no dia 21 de novembro realizamos o encontro: "Intervenções em oficinas pelo PMC – aspectos qualitativos do acompanhamento", voltada aos Analistas, Estagiários e Gestores Sociais. O encontro ocorreu em formato híbrido (presencial e remoto), de modo a contemplar a participação das equipes de Belo Horizonte, região metropolitana e interior.

Ao longo de 2024 a comissão metodológica do PMC, composta por representantes das equipes (analistas, estagiários e gestores de BH, RM e interior), representante do Departamento de Monitoramento e Gestão de Projetos do IELO, Supervisão Metodológica e Diretoria, discutiu a identidade e os objetivos das oficinas no âmbito do Programa Mediação de Conflitos, tendo sido responsável por repensar essa prática de atendimento, seus objetivos, o perfil do público, das oficinas, bem como os desafios de sua execução, culminando na construção e atualização do Guia Metodológico de Oficinas do PMC que nortearão o trabalho das equipes em 2025.

Essa mesma comissão foi quem conduziu a discussão do supracitado encontro de formação, que fez um resgate histórico de como e por que as oficinas chegaram ao Programa, seus aspectos metodológicos e administrativos, do

perfil e escolha do público e das oficinas, das atribuições de cada ator no tocante ao acompanhamento da execução dos projetos de oficinas, bem como sobre os desafios práticos e diários nos territórios visando a qualificação desses espaços.

A condução desse espaço pela comissão propiciou o esclarecimento de dúvidas diversas e fomentou espaços de trocas entre as equipes para pensar a superação dos desafios, assim como estratégias criativas para atuarem na mobilização dos territórios. Destacou-se ainda, como essa prática de atendimento tem auxiliado as equipes na qualificação e intervenção nos cenários de violências e leituras das dinâmicas sociais e criminais.

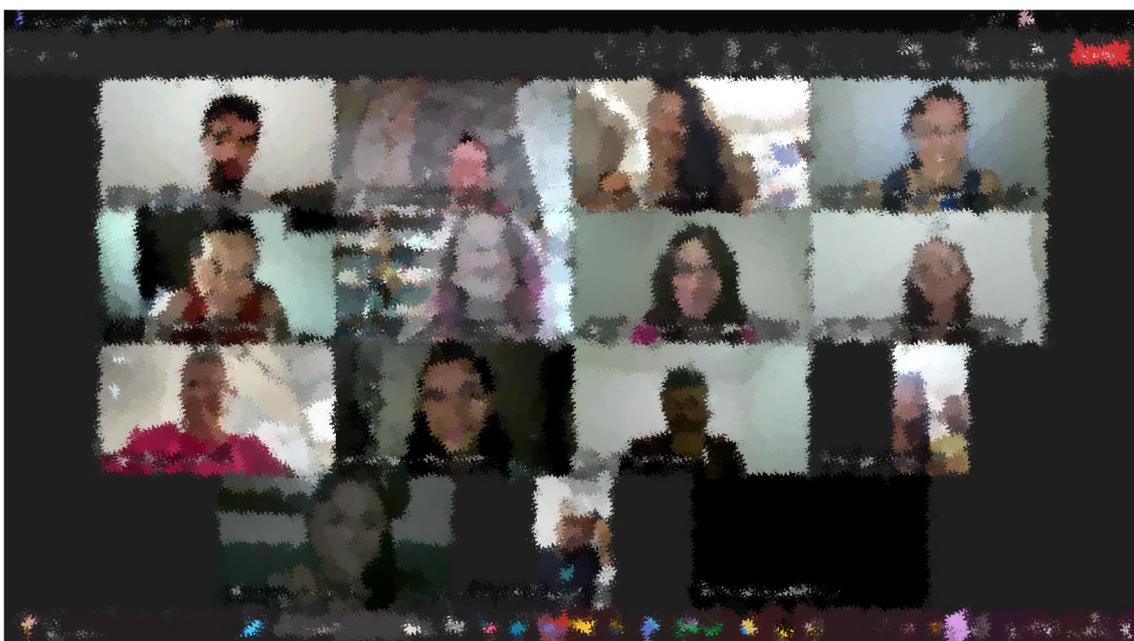


- Capacitação de destaque no Período Avaliatório
Programa da Política de Prevenção: Selo Prevenção Minas:

Data: 09/10/2024

Nº de participantes: 16

A atuação em políticas públicas, em especial, as de prevenção ao crime, requer de todos os atores envolvidos, sejam eles da ponta ou dos órgãos estratégicos, grande apropriação do método bem como a compreensão acerca dos objetivos da política pública em questão. No 24º período avaliatório podemos destacar a capacitação ministrada em 09/10/2024 para toda a equipe, onde foi possível aprofundar-se sobre a metodologia do Programa Selo Prevenção Minas a partir da compreensão do marco lógico e de sua árvore de problemas e soluções. Compreender o marco lógico do Programa Selo Prevenção Minas e a sua árvore de problemas e soluções, proporciona aos profissionais uma atuação pautada na técnica, além de promover análises profundas no fazer profissional.



- Capacitação de destaque no Período Avaliatório
Programa da Política de Prevenção: PrEsp

Data: 27/11/2024

Nº de participantes: 55

Tema: Atividades coletivas para o público pré-egresso e egresso II – estratégia, mobilização, desafios e metodologia.

Após perceber que as equipes estavam com demandas de melhor compreensão sobre as atividades coletivas, a Supervisão criou esse espaço de capacitação, onde foi possível trabalhar os principais desafios, cuidados e perspectivas que devem ser levadas em consideração no momento de elaborar uma proposta, mobilizar e executar grupos com os públicos. O espaço foi rico e esclarecedor, jogando luz a questões práticas que atravessam o cotidiano de todas as equipes.



- Capacitação de destaque no Período Avaliatório

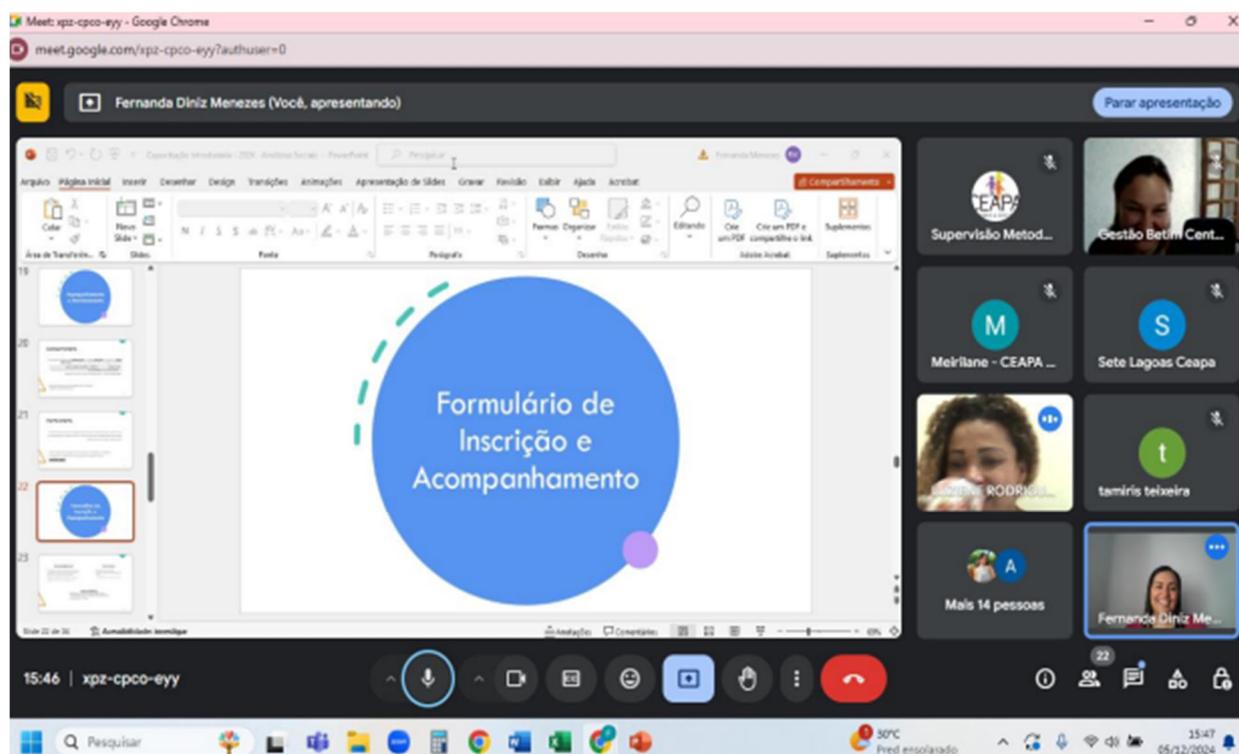
Programa da Política de Prevenção: CEAPA

Data: 05, 12, 17/12/2024

Nº de participantes: 20, 22 e 25, respectivamente

Tema: Capacitação Introdutória

No mês de dezembro o Programa CEAPA promoveu três capacitações introdutórias para orientar os elementos básicos para atuação metodológica no Programa. Contudo, o diferencial desta capacitação foi também incluir, por representatividade, analistas sociais com trajetória no Programa. Ao mesclar analistas com tempos distintos de atuação, obtivemos uma experiência muito rica de nivelamento técnico e correção de procedimentos inadequados. Esse formato seguirá sendo aplicado em 2025 até que todos os profissionais tenham participado do alinhamento.



- Supervisão da Gestão

Data: 15/10/2024

Nº de participantes: 65

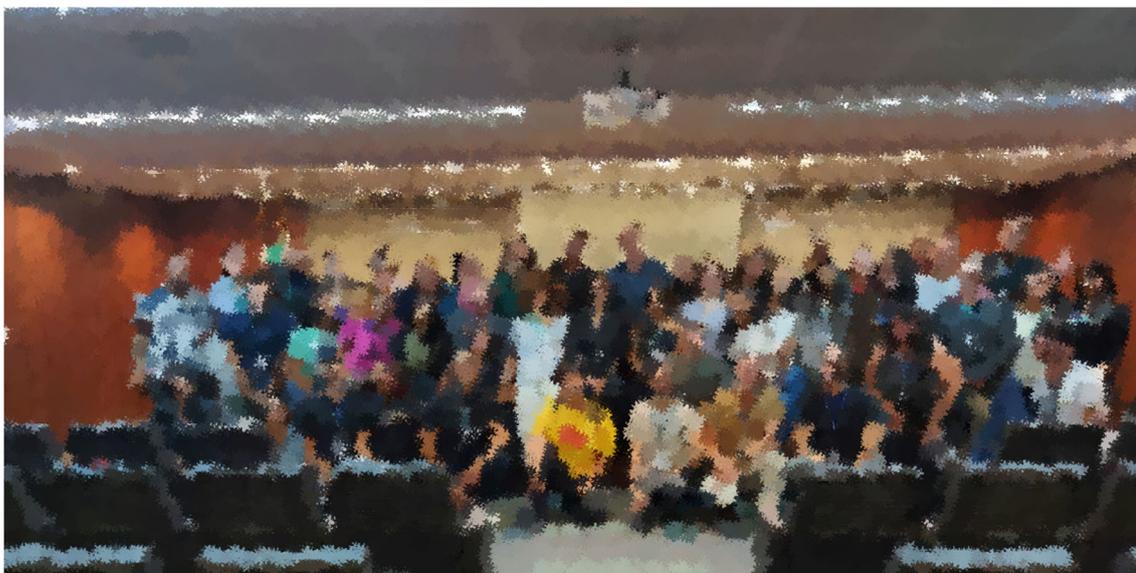
Tema: Capacitação Introdutória

Tema: Segurança Pública Baseada em Evidências - Considerações sobre a Prevenção à Criminalidade no Brasil

Dando continuidade à oferta de espaços de formação continuada ao grupo de gestores sociais da Política de Prevenção, neste trimestre foi ofertada a capacitação “Segurança Pública Baseada em Evidências - Considerações sobre a Prevenção à Criminalidade no Brasil” com o doutor e estudioso Alberto Kopittke.

ALBERTO KOPITKE, é advogado, doutor em Políticas Públicas pela UFRGS, mestre em Ciências Criminais pela PUC/RS, estando atualmente como Diretor Executivo do Instituto Cidade Segura.

A capacitação ocorreu de modo híbrido, contou com a participação de todo o grupo de gestores sociais, BH, RMBH e Interior, sendo de modo virtual para os gestores do Interior e modo presencial para gestores BH e RMBH. O grupo participou ativamente buscando apresentar correlações com a prática do trabalho desenvolvido na Política de Prevenção. A formação, que foi gravada após autorização do palestrante, está disponibilizada aos gestores e diversos atores da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, tendo como objetivo fundamentar espaços de formação e discussão com as equipes técnicas sobre a temática.



- Capacitação de destaque no Período Avaliatório

Programa da Política de Prevenção: Programa Fica Vivo!:

Data: 17/12/24

Nº de participantes: 58

Tema: Cartografia Social

Breve relato (1 parágrafo):

Destaca-se no último trimestre de 2024 o encontro de formação, realizado no dia 17/12, que contou com a participação de 53 analistas e 3 gestores. Teve por objetivo a apresentação, discussão e aplicação da temática Cartografia Social, visto a possibilidade de utilização do método nos territórios de atuação do Programa Fica Fivo!. A atividade foi conduzida pelo palestrante Gustavo de Oliveira Campos. Formação em Licenciatura e Bacharelado em Geografia, mestrando e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial na Instituição PUC Minas. Apresenta atuação enquanto educador social e analista multidisciplinar, contribuindo em assessoria política e técnica em desenvolvimento territorial. Experiência profissional abrange comunidades periféricas urbanas, trabalhadores rurais, povos e comunidades tradicionais, tais como indígenas, quilombolas e povos de terreiro.

A atividade foi organizada em dois momentos, conceitual e prático, em ambos houve a participação ativa dos analistas. No primeiro momento, os analistas sociais apresentaram dúvidas e compartilharam vivências e especificidades territoriais. Já no segundo momento, foi realizada a produção de mapas dos territórios, a partir das técnicas desenvolvidas pelo palestrante, ressaltando a riqueza de detalhes, a qualificação da leitura territorial apresentada pelas equipes técnicas, a compreensão do funcionamento e fluxo das redes atuantes nas áreas de abrangência. O encontro de formação descrito acima, visto os impactos positivos e devolutivos das equipes técnicas que participaram do espaço, considerando os efeitos de instrumentação e prática. A técnica trabalhada no espaço de formação viabilizou, após o retorno aos territórios, a construção dos mapas das áreas de abrangência, a identificação dos limites territoriais, e a conexão existente entre microterritórios, elementos fundamentais para a construção de ações e intervenções, bem como para a construção de estratégias de aproximação junto aos oficinairos, a ampliação dos atendimentos direcionados às juventudes, implementações de atividades e oficinas nos territórios e ações que dialoguem junto à prevenção.



Área Temática: Desenvolvimento de Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador nº 8.4. Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto

Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 15 •	• 6,2 •

Descrição do Indicador

Este indicador objetiva garantir a reposição das equipes dos Programas de Prevenção Social à Criminalidade sejam realizadas em tempo hábil pela OS parceira a fim de garantir o quadro de trabalhadores planejado nas memórias de cálculo.

Nos casos de reposição, o processo tem início com o encaminhamento de solicitação da chefia imediata para reposição de vaga e o fim com a assinatura do contrato de trabalho do substituto.

Para esse indicador serão considerados tanto os profissionais atuantes nas Unidades de Prevenção à Criminalidade quanto os profissionais da sede da OS para execução do Contrato de Gestão.

Para efeito do cálculo do indicador, cada desistência de candidatos convocados incidirá em uma subtração de 03 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação, visto que cada desistência no comum das vezes gera uma nova convocação e um novo prazo de resposta. Não havendo candidatos excedentes incidirá em uma subtração de 30 dias corridos no total de dias utilizados até a contratação para fins de realização de novo processo seletivo.

Para fins deste indicador, os prazos deverão ser computados excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento, sendo considerados os dias corridos e não somente os dias úteis. Da mesma forma, em caso de realização de processo seletivo e da ausência de candidatos aptos a assumirem a vaga, deverão ser subtraídos 30 dias do total de dias gastos para a reposição já que nesta circunstância deverá ser realizado novo processo de seleção, com todas as etapas previstas.

A OS deverá promover processos seletivos para constituição de cadastro reserva para contratação e/ou reposição de profissionais dos cargos em vacância que surgirem. Os processos seletivos deverão ser regidos por edital público, com ampla divulgação, e observarão as normas do Regulamento de Compras e Contratação e legislação pertinente. A vacância se dará por motivo de:

1. Demissão;
2. Desligamento a pedido do funcionário;
3. Licenças/afastamentos superiores a 20 dias corridos;

Fonte de comprovação do indicador

Solicitação da reposição de vaga, contrato assinado e comprovante que ateste o início de licenças.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Neste período avaliatório foi necessário a realização de um conjunto de processos seletivos para substituição de pessoal tanto em termos de licenças médicas quanto por saídas de profissionais. Ao todo foram **realizadas 54 substituições que levaram em média • 6,2 • dias para serem realizadas.**

QUANT.	DATA RP	UPC DESTINO	SAINDO: FUNCIONÁRIO DESLIGADO/ REMANEJADO	ENTRANDO: FUNCIONÁRIO CONTRATADO	Data Início	Dias para reposição
1	23/09/2024	BH/Centro	Thaís dos Santos Oliveira - desligamento	Luana Cristina Leopoldino - recusou Cristiana Maria Antunes e Pereira - recusou Luciene Aparecida da Silva - recusou Rosinele Costa do Nascimento	01/10/2024	8
2	26/09/2024	BH/Vila Cemig	Ricardo Romualdo da Silva - desligamento	Igor da Silva Nunes - remanejamento	01/10/2024	5
3	26/09/2024	BH/Taquaril	Igor da Silva Nunes - remanejamento	Aline Mendes Pereira	01/10/2024	5
4	26/09/2024	Montes Claros/Centro	Amanda Freitas Souza - desligamento	Verônica Caetano De Santana	01/10/2024	5
5	26/09/2024	Montes Claros/Centro	Larissa Noronha Chaves - desligamento	Maria Victoria Veloso e Oliveira	01/10/2024	

						5
6	20/09/2024	Sede Administrativa	Fabiane Ferreira Barbosa - desligamento	Lidiane de Oliveira - remanejamento	01/10/2024	11
7	20/09/2024	BH/Se Liga	Lidiane de Oliveira - remanejamento	Isabella dos Santos Paranhos - alteração de cargo	01/10/2024	11
8	24/09/2024	BH/Se Liga	Bárbara Roberta da Silva - licença maternidade	Giselle Isabella da Costa Oliveira - recusou	01/10/2024	7
9	23/09/2024	BH/Centro	Talita Paulina de Souza Silva - desligamento	Mariana Ferreira Lopes - alteração de cargo	01/10/2024	8
10	23/09/2024	Contagem/ Estrela Dalva	Abertura de vaga	Guilherme Amormino Gomes - remanejamento	01/10/2024	8
11	23/09/2024	Vespasiano/Morro Alto	Guilherme Amormino Gomes - remanejamento	Gabriela Cristina Correa da Silva	01/10/2024	8
12	23/09/2024	Contagem/ Estrela Dalva	Abertura de vaga	Gabriela Maria Grossi Campos	01/10/2024	8
13	23/09/2024	Contagem/ Estrela Dalva	Abertura de vaga	Tatiane Bortolini Sguizzato - remanejamento	01/10/2024	8
14	23/09/2024	Contagem/ Ressaca	Tatiane Bortolini Sguizzato - remanejamento	Thays Gonçalves de Matos - remanejamento	01/10/2024	8
15	23/09/2024	Contagem/ Estrela Dalva	Abertura de vaga	Lucas Germano Silva Rodrigues	01/10/2024	8
16	26/09/2024	Teófilo Otoni/Centro	Abertura de vaga	Adriano Paulo Fonseca	02/10/2024	6
17	30/09/2024	Curvelo/Centro	Mariana Ferreira Lopes - alteração de cargo	Ana Carolina Vieira Brandão	03/10/2024	3
18	02/10/2024	Uberlândia/Se Liga	Abertura de vaga	Mônica Cordeiro Almeida	08/10/2024	6
19	02/10/2024	Uberlândia/Se Liga	Abertura de vaga	Diego Gomes Pires	08/10/2024	6
20	02/10/2024	Barbacena/Centro	Abertura de vaga	Daiana Bruna De Souza Santos	08/10/2024	6
21	07/10/2024	BH/Centro	Vanessa Ribeiro do Prado - desligamento	Yasmin Fernandes Benini	10/10/2024	3
22	08/10/2024	Ibirité/Centro	Abertura de vaga	Vanessa Eveline Ferreira	14/10/2024	6
23	09/10/2024	BH/Se Liga	Isabella dos Santos Paranhos - alteração de cargo	Emily Elisa Condé da Silva	14/10/2024	5
24	08/10/2024	BH/Jardim Felicidade	Thays Gonçalves de Matos - remanejamento	Alice Ferreira Reis - recusou André Duarte Massahud - recusou Vera Guimarães Campos	14/10/2024	6
25	09/10/2024	BH/Centro	Abertura de vaga	Jhonatan Ramos Moreira	14/10/2024	5
26	09/10/2024	BH/Centro	Abertura de vaga	Mariana Alves Ribeiro	14/10/2024	5
27	09/10/2024	BH/Centro	Abertura de vaga	Magno Hermelindo Silva Guimarães	14/10/2024	5
28	09/10/2024	BH/Centro	Abertura de vaga	Viviane Dias dos Santos Ribeiro	17/10/2024	8
29	11/10/2024	Betim/Centro	Valéria Aparecida de Oliveira - desligamento	Raissa de Jesus Vieira - recusou Thamiris Vilaça de Lima e Melo	17/10/2024	6

30	15/10/2024	BH/PPL	Abertura de vaga	Marina Morena Santos Cruz	21/10/2024	6
31	15/10/2024	BH/Jardim Felicidade	Vera Guimarães Campos - desligamento	Adriana da Guia de Oliveira	21/10/2024	6
32	15/10/2024	BH/Santa Lucia	Abertura de vaga	Fernanda Regina Figueiredo - recusou	21/10/2024	6
33	14/10/2024	Patos De Minas/Centro	Gabriel Machado Caixeta - desligamento	Adelcio Pereira Da Silva	21/10/2024	7
34	17/10/2024	Sede Administrativa	Morôni Leí Oliveira Fagundes - desligamento	Taina Maria Borges dos Reis	21/10/2024	4
35	25/10/2024	Curvelo/Centro	Alexandre Rodrigues de Morais - desligamento	Flavia Yasmin Palma Nunes - alteração de cargo	01/11/2024	7
36	25/10/2024	BH/Centro	Ana Claudia Saraiva Martins Ferreira - desligamento	Priscila Kele Rodrigues de Almeida - recusou	04/11/2024	10
37	28/10/2024	BH/Se Liga	Gênesis Manoela de Souza Silva - desligamento	Maria Clara Vianini Cunha - recusou Laysa Kevillyn Rodrigues Lopes - recusou	04/11/2024	7
38	29/10/2024	BH/Taquaril	Abertura de vaga	Letícia Gonçalves Marques da Silva	04/11/2024	6
39	29/10/2024	Vespasiano/Morro Alto	Liviane Chaves de Souza Vieira - desligamento	Webert Luiz de Oliveira - remanejamento	04/11/2024	6
40	29/10/2024	Ribeirão das Neves/ Veneza	Webert Luiz de Oliveira - remanejamento	Sabrina de Bessa Rodrigues - remanejamento	04/11/2024	6
41	01/11/2024	BH/Centro	Camilly Vitoria Nascimento Araujo Teixeira Almeida - desligamento	Raissa de Abreu Tomé Fernandes - recusou	05/11/2024	4
42	30/10/2024	Betim/Centro	Gabriela de Oliveira Valetim Sousa - desligamento	Vivian Lucas Nascimento - recusou Carlos Roberto Figueiredo Tamm - recusou	06/11/2024	7
43	04/11/2024	Ribeirão das Neves/ Centro	Sabrina de Bessa Rodrigues - remanejamento	Roberto Rosa da Silva Júnior	11/11/2024	7
44	05/11/2024	Varginha/Centro	Abertura de vaga	Rafaela Iara Soares da Silva	11/11/2024	6
45	05/11/2024	Sete Lagoas/Centro	Abertura de vaga	Sophia de Souza Cardoso Luiz	11/11/2024	6
46	06/11/2024	Governador Valadares/Centro	Maria Luisa Silva Pauli - desligamento	Bruna Luíza Maia Riodouro	11/11/2024	5
47	04/11/2024	BH/Centro	Abertura de vaga	Maressa Mesquita Macedo	13/11/2024	9
48	08/11/2024	Ibirité/Centro	Vanessa Eveline Ferreira - desligamento	Ronnie Aloisio Oliveira de Maio Santos	13/11/2024	5
49	07/11/2024	BH/Se Liga	Luciana do Prado - desligamento	Mercedes Santiago Silva	13/11/2024	6
50	25/11/2024	BH/Centro	Núbia Cibelle Rocha Vicente - desligamento	Daniela Pereira Flausino	02/12/2024	7
51	26/11/2024	Santa Luíza/Centro	Nadja de Paula dos Santos - desligamento	Ariana Barbosa da Silva	02/12/2024	6
				Camila Maria Ventura	02/12/2024	6

52	29/11/2024	Teófilo Otoni/Centro	Diego Soares Ferraz - desligamento	Tania Batista Miranda - recusou Ana Flavia Lopes Dos Santos	04/12/2024	5
53	02/12/2024	Sede Administrativa	Abertura de vaga	Luziene Rodrigues Santana	05/12/2024	3
54	06/12/2024	BH/Jardim Felicidade	Bruna Borges Rodrigues - desligamento	Alexia Fernanda de Araujo Contratação referente a reposição, foi antecipada, realizada em 05/12, diante de contexto atípico (afastamentos INSS outra Analista) e zelando pelo bom desenvolvimento da Unidade de Prevenção Social à Criminalidade.	05/12/2024	-1

Foram 24 desligamentos referentes aos meses de outubro e dezembro:

Analista: 15 desligamentos
 Gestor: 03 desligamentos
 Supervisor: 01 desligamento
 Técnico Administrativo: 03 desligamentos
 Faxineiro: Não houve desligamentos
 Assistente Administrativo: 01 desligamento
 Motorista: 01 desligamento

- Programas:

CEAPA: 05 funcionários desligados
 FICA VIVO!: 02 funcionários desligados
 PMC: 02 funcionários desligados
 PRESP: 06 funcionários desligados
 SELO PREVENÇÃO: Não houve desligamentos
 SE LIGA: Não houve desligamentos

- Local

Sede Administrativa: 2 desligamentos
 Ponta: 22 desligamentos

Foram realizados ao longo do período **30 processos** seletivos para ajustes e reposição de equipe. Sendo eles:

4º TRIMESTRE 2024	QUANT.	DATA	PROCESSO SELETIVO
	1	out-24	665- 2024 Analista Social CEAPA Varginha
	2	out-24	666 - 2024 Analista Social PRESP Sete Lagoas
	3	out-24	673 - 2024 ANALISTA Social PRESP Betim
	4	out-24	686-2024 Vigia - BH Centro
	5	out-24	696-2024 Técnico Administrativo BH E RMBH Licença Maternidade
	6	out-24	708-2024 Analista Social PMC Governador Valadares Turmalina
	7	out-24	721-2024 Técnico Administrativo BH - PCD ou Reab. INSS
	8	out-24	725 - 2024 Analista Social CEAPA Ibirité
	9	out-24	730-2024 Analista Social CEAPA BH
	10	nov-24	745-2024 Analista Social FICA VIVO! BH
	11	nov-24	751-2024 Analista Administrativo - Sede Administrativa Monitoramento
	12	nov-24	758 - 2024 Analista Social CEAPA Santa Luzia
13	nov-24	760 - 2024 Analista Social CEAPA Betim Licença Maternidade - Vaga Temporária	

14	nov-24	768 - Gestor Social Programa de Prevenção à violência contra a mulher
15	nov-24	769 - 2024 Supervisor Metodológico Programa de Prevenção à violência contra a mulher
16	dez-24	793 - 2024 Faxineiro(a) - BETIM 40 horas
17	dez-24	795 - 2024 Analista Social PRESP Ribeirão das Neves
18	dez-24	801 -2024 Técnico Administrativo - Sede Administrativa
19	dez-24	808 -2024 Técnico Administrativo - Vaga temporária Ipatinga
20	dez-24	828 - 2024 Analista Social PMC BH
21	dez-24	829 - 2024 Analista Social PRESP BH
22	dez-24	833 - 2024 Gestor Social Sete Lagoas
23	dez-24	839 - 2024 Analista Socia PRESP Uberlândia
24	dez-24	846 - 2024 Analista Social PRESP Ibirité
25	dez-24	847 - 2024 Analista Social PRESP Divinópolis
26	dez-24	848 - 2024 Analista Socia PRESP Uberaba
27	dez-24	849 - 2024 Analista Social CEAPA Montes Claros
28	dez-24	850 - 2024 Analista Social CEAPA Governador Valadares
29	dez-24	851 - 2024 Analista Social CEAPA Barbacena
30	dez-24	852 - 2024 Analista Social PRESP Juiz De Fora

Importante informar que todos os editais estão disponíveis no site do Instituto Elo.

ÁREA TEMÁTICA: RELATÓRIOS DAS AÇÕES DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 9.1. Número de Relatórios Analíticos das UPCs de base territorial	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 32 •	• 31
Descrição do Indicador	
<p>O Relatório Analítico das Unidades de Prevenção à Criminalidade - UPC de Base Territorial consiste em um documento de registro e análise da dinâmica social das violências e da criminalidade referente às áreas de abrangência dos UPC. O relatório contém os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos e os encaminhamentos definidos pela Gestão Social. Seu intuito final é sistematizar um conjunto de informações e ações referentes à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade que permitam acompanhar, avaliar e intervir de forma mais efetiva nos cenários de atuação das UPC.</p> <p>Os Relatórios Analíticos serão bimestrais, um para cada UPC, e deverão ser elaborados pelos Gestores Sociais, conforme modelo disponibilizado pela SEJUSP/SUPEC, e entregues em formato PDF à OS, por e-mail, até o décimo dia útil do mês subsequente ao fim do período de referência do Relatório. A OS deverá encaminhar os arquivos dos Relatórios para a SEJUSP/SUPEC.</p> <p>Para fins de aferição do cumprimento da meta, não serão considerados os relatórios entregues pela Gestão Social após o mês de referência de entrega do mesmo.</p> <p>A OS deverá manter em sua sede as fontes de comprovação, contendo os arquivos dos Relatórios Analíticos em formato PDF, os e-mails dos Gestores Sociais encaminhando os Relatórios à OS, bem como o e-mail de encaminhamento à SEJUSP/SUPEC, gravados em unidade de disco removível (CD/DVD). Os Relatórios entregues após o mês de referência também deverão ser juntados às fontes de comprovação do indicador.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios Analíticos em formato PDF gravados em unidade de disco removível (CD/DVD).	

Para a análise do 24º PA considerou-se as entregas de um relatório analítico em novembro, referentes aos meses de setembro e outubro de 2024. Desta forma, neste período foram entregues pelos gestores sociais 31 relatórios, sendo um de cada Unidade de Prevenção de Base Territorial, exceto Veneza.

Já no período avaliatório anterior, o 23º PA, foi considerada a entrega de um relatório em julho, referentes aos meses de maio/24 e junho/24, e em setembro, referentes aos meses de julho/24 e agosto/24, totalizando 64 relatórios. Para este período avaliatório, os dados analisados dos relatórios, evidenciaram os seguintes fenômenos:

No que tange ao indicador 9.1 Números de Relatórios Analíticos das UPC's de Base Territorial, no 24º PA foram entregues 30 (trinta) relatórios com a análise da dinâmica social e criminal dos meses Setembro e Outubro de 2024, 02 (dois) relatórios a menos que o esperado, haja vista os atravessamentos de afastamento médico continuado em gozo de férias, bem como a mudança de referenciamento em UPC a partir da saída da referência da Gestão Social, impactando na entrega desses relatórios no período pactuado no Contrato de Gestão.

No que tange a análise traduzida pelas equipes, de uma forma geral, percebemos uma estabilização da dinâmica criminal de alguns territórios que temos as atuações dos programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos quando também analisando o gráfico traduzido pelo ranking de homicídios.

Nesse contexto, destacamos algumas análises e territórios:

A respeito dos territórios com homicídios consumados é importante destacar o território da UPC Cabana, que até o momento da confecção desse relatório no 24º PA foi registrado 4 homicídios em 2024, com uma diminuição de 42,9%, com uma estabilidade de 7 meses sem homicídios em sua área de abrangência. Ainda sobre o Cabana dos 04 (quatro) homicídios consumados em 2024, 03 (três) foram na faixa etária do FV, com um aumento na faixa etária do programa de 50% em

relação ao ano de 2023. Porém, o aglomerado da Cabana tem sido evidenciado durante todo o ano devido às investigações que apontam a atuação de uma facção criminosa o Terceiro Comando Puro (TCP) que tem sua origem na cidade do Rio de Janeiro e começa se ramificar pelo Brasil. A gestão social analisa que a diminuição de homicídios não é idêntica a pacificação do território, o controle exercido pela facção se dá também pela imposição de códigos de conduta, gestados também com violências. Nesse contexto é preciso uma avaliação rigorosa com métodos inerentes à ciência criminológica, que nos permita avaliar o território para além da queda dos números de homicídios, mas que nos diga por intermédio de dados quais os processos sociais e políticos têm viabilizado tais resultados.

Na área de abrangência da UPC Via Colégio durante todo o ano de 2023 não foi registrado a ocorrência de homicídios dentro da faixa etária do FV, de igual modo fora da faixa, porém em 2024 ocorreu uma mudança no cenário fora da faixa etária do FV, o número saiu de zero (2023) para 04 (quatro) no ano corrente.

Já na UPC Turmalina também destaca o número maior de homicídios fora da faixa etária do FV, e no número geral um percentual de 125% a mais que em 2023.

Em relação a UPC Jardim Felicidade, mesmo sem homicídio no bimestre referente ao 24ª PA, este quando comparado ao de 2023 sofreu um aumento de 250% no número de homicídios sendo em sua maioria fora da faixa etária do FV. Os números de homicídios consumados fora da faixa etária do FV, ou seja, aqueles que não são contemplados dentro da metodologia do programa desafiam a Política de Prevenção a pensar na complexidade desse fenômeno. O PMC se torna indispensável para, por intermédio de sua metodologia com faixa etária abrangente, incorporar as ações e intervenções no território novas estratégias e com inovação por meio da prevenção comunitária.

A UPC Morro Alto, que se destaca com 10 homicídios consumados dentro de sua área de abrangência em 2024, sendo cinco na faixa etária do FV e cinco fora, é um território que está muito aquecido, e por estar em uma área limítrofe com Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Venda Nova, a leitura das dinâmicas sociais e criminais de forma mais analítica também contabiliza aqueles que ocorrem fora do território acompanhado pelo GEPAR de referência. Ainda segundo a área da UPC Morro Alto houve um aumento no número geral dos homicídios consumados de 42,09% em relação ao ano de 2023, porém na faixa etária do FV o aumento foi maior com um percentual de 150%, saindo de 2 homicídios em 2023, para 05 em 2024.

No que tange às tentativas de homicídios, em todos os territórios por intermédio dos relatórios analíticos é possível ler diversas tentativas, seja por arma de fogo, facadas e espancamentos, os territórios citados neste relatório são apenas para ilustrar um panorama geral, e em todos eles são identificadas outras violências, o que mantém nossas equipes atentas e desafiadas a implementação das metodologias de atendimentos e projetos de prevenção que possam intervir no difícil fenômeno das violências. Também percebemos como é complexo dizer de uma tendência por intermédio dos relatórios analíticos das UPCs, temos locais com diminuição no número de homicídios dentro da faixa etária do FV, outros com aumento, alguns territórios com maior aumento fora da faixa etária assim como alguns com diminuição. Nesse contexto, reforça-se que as leituras e intervenções precisam ser pensadas de forma muito específica, compreendendo como o fenômeno ocorre em cada comunidade/ território. Não menos importante se faz necessário acompanhar o fenômeno das facções criminosas e como estas impactam no aumento ou diminuição dos homicídios em cada território, para que a Política de Prevenção Social à Criminalidade possa estar interpretando tais fenômenos e implementando tecnologias sociais que instrumentalizam metodologias relacionadas a segurança cidadã, cultura de paz e de mediações de conflitos.

Em relação aos demais fenômenos de violência, em alguns territórios foi possível perceber uma estabilização e até mesmo uma queda no número de ocorrências e relatos de casos. Porém, para que essa leitura seja de fato sustentada é necessário um investimento por parte da gestão social e equipes na leitura qualificada desses territórios já que por vezes essa queda está relacionada a uma regulação mais ostensiva do tráfico.

Na área de abrangência da UPC Olavo Costa, em Juiz de Fora, como já citado em relatórios anteriores, o fenômeno do "desenrolô" é um mecanismo de controle utilizado pelo tráfico que tem provocado uma subnotificação em casos de violência. Em 2022, no município, foi criado o Observatório Municipal de Violência e Criminalidade, tendo como objetivo principal a produção e o compartilhamento de informações, dados e indicadores relacionados à violência em Juiz de Fora, a fim de colaborar com o debate público acerca da promoção da segurança cidadã. Segundo o último relatório, ao comparar o ano de 2023 com 2024 no período de janeiro a agosto, houve uma queda significativa em diversos tipos de violência, como: menos 44,15% de registros nos crimes violentos; menos 55,81% de registros de alvos de roubos; menos 40,43% de registros de homicídios consumados; menos 24,81% de registros de alvos de furtos; menos 60% de registros de veículos

furtados e roubados; menos 20,20% de registros de crimes de outras naturezas (conforme a fonte, "outras naturezas" abrange os crimes/infrações: furto consumado e lesão corporal consumada).

Apesar dos números de 2024 serem positivos, o ano de 2023 foi marcado por conflitos entre as facções Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), o que resultou em uma alta nas taxas de homicídios e outras violências, já 2024 foi marcado pela saída do PCC do município e a reorganização do tráfico pelo Comando Vermelho, iniciando assim um contexto de unificação de diversos bairros que antes possuíam conflitos históricos, dando início a um controle excessivo a partir da instauração do desenrolo. Com essas mudanças, diversos crimes passaram a ser proibidos nos territórios a fim de impedir que a polícia fosse acionada, havendo uma ordem explícita de que apenas o desenrolo deveria ser acionado para resolver os conflitos e infrações/crimes, o que poderia justificar em partes essa queda significativa. Esse controle excessivo impacta também em um outro fenômeno, "Violência Contra a Mulher", as mulheres possuem ainda mais dificuldade para acessar os serviços que garantam a sua segurança. Em diálogo com a PVD que atende o território da área de abrangência da UPC Olavo Costa, foi relatado que o território não registrou ao longo do ano acionamentos da Lei Maria da Penha, porém as equipes na Unidade de Prevenção atendem e recebem inúmeros relatos de violência doméstica.

Outros delitos, atos violentos e conflituosos são costumeiramente analisados pelas equipes a partir das vivências nos territórios e das práticas de trabalho com a comunidade que nos possibilita aprofundar discussão e ação à impactar também no diálogo e na tentativa de redução de algumas práticas. Analisando os recortes de conflitos conhecidos como "pau no gato", espécie de justiça que norteia alguns territórios, destacamos o Ressaca, território de Contagem na análise dessa dinâmica: na dinâmica da resolução violenta de conflitos, sejam eles de quaisquer naturezas, especialmente quando a dinâmica do tráfico está envolvida é comum a procura de referências de serviços públicos e referências comunitárias procurarem os programas para compartilhar sobre o cenário de desconforto social provocado pelos jovens em disposição no território, que até então respeitavam acordos de organização territorial, com o descarte razoável de lixo; a noção de respeito às moradias e moradores, com o não consumo de drogas na porta de diversas casas, além de não provocarem barulhos/estruídos diversos, como foguetes dentro da comunidade - acordos estes que não foram seguidos amplamente no período, acendendo o desejo de construção em mediações comunitárias, ainda que de forma cuidadosa, temendo respostas violentas como o "Pau no gato". A partir de diálogos chamados pelas equipes, foi possível construir alinhados às diversas perspectivas constantes do território, reuniões com a participação massiva de moradores, referências comunitárias, oficinas do Fica Vivo! e também abriu-se espaço para que os envolvidos na dinâmica participassem, ainda que majoritariamente em um espaço de escuta, para que pudessem compreender a extensão dos desconfortos que suas ações têm provocado na região e assumirem a responsabilidade de dialogar internamente sobre a manutenção dos acordos vigentes anteriormente. O debate que vigora, agora, perpassa por construirmos coletivamente, nessa dimensão da Mediação Comunitária, ferramentas para que esse monitoramento do que foge à norma não seja repreendido com a prática do Pau no gato. Seguindo a temática, cabe mencionar que este fenômeno tem servido de catalisador para o direcionamento das ações dos programas, especialmente ao tomarmos os projetos de prevenção como uma possibilidade de construir com protagonismo entre território e metodologia dos programas, ações capazes de produzir sentidos para eventos que nos chamam atenção. Dessa forma, destacamos o mesmo território do Ressaca que tem sido discutido por ambos os programas como o projeto de prevenção poderá auxiliar na discussão territorial. A intenção deste momento consiste numa apresentação teatral com cena conflituosa que possibilite reflexão. A intervenção do PMC passará por estar neste espaço oportunizando ferramentas para uma resolução pacífica de conflitos, tendo a CNV como um exemplo palpável. Já o programa Fica Vivo! tem lançado mão dos mesmos espaços de escuta para construir suas práticas e direcionar suas ações no território, tendo o projeto abarcar duas principais vias de acesso no território e, aqui, a demanda passa pela construção de significações outrora muito marcado pela manifestação de violências e letalidades (algo ainda vivo no imaginário local), hoje o espaço é lar de diversos jovens que participam de oficinas no FV!, e tem na arte uma forma de expressar outra potência do território, não só marcada por luto e dor. Assim, o desejo da equipe perpassa por trabalhar a construção de novas memórias na região com os próprios moradores, tendo no Graffiti uma resposta eficiente para visibilizar, em arte, os desejos do território, de ser enxergado também a partir das suas potencialidades. Vale ressaltar que nesse cenário, tem sido importante os alinhamentos entre gestão social e supervisão metodológica para que qualifiquem cada vez mais o olhar das equipes sobre formas pacíficas de resolução de conflitos debruçando na leitura da dinâmica como resposta interligada à realidade e também contribuindo para que esses conflitos não escalem para desdobramentos mais graves, como homicídios.

Quanto aos crimes noticiados de violência de gênero, destacamos alguns acompanhamentos feitos pela equipe de Uberlândia, nos territórios do Morumbi, que após alguns registros veiculados pela população e Gepar de abusos às meninas e mulheres, exploração sexual e afins. Nesse contexto desafiador, as equipes debruçam em acompanhamento às vítimas ou mesmo familiares e a rede de proteção numa perspectiva de fomentar o encaminhamento qualificado e também na

propositura de ações que viabilizem a discussão dos casos e conscientização no território. Nesse período a equipe do PMC tem realizado, em conjunto com a UBS Joana d'Arc, importantes rodas de conversa com o objetivo de tratar da questão das violências com o público que frequenta a unidade. Pode-se dizer que é o público mais vulnerável de todas as unidades de saúde do território, por ser ela a UBS de referência das ocupações de terras. Esse movimento representa um grande passo na qualificação do trabalho do PMC desde o ano passado, a coletivização dos atendimentos, exploração das rodas de conversas, organização comunitária etc. era uma questão ainda a se avançar no trabalho e neste bimestre foi possível perceber os frutos do amadurecimento do trabalho no último ano. Esse projeto junto à UBS possibilitou a apresentação do Programa para dezenas de novas pessoas e refletiu positivamente inclusive em atendimentos individuais e atendimentos em oficinas.

Dado os principais registros de fatos e fenômenos sociais percebidos nesse período avaliatório como capazes de agenciar situações de violência e criminalidade nos territórios atendidos, as análises preliminares destes fatos encaminhados pela Gestão Social foi sistematizada e intervida e, permanece em acompanhamento de suas leituras, qualificações e desdobramentos à leitura local da dinâmica social da violência e da criminalidade.

Destaque também, nas ações integradas pelo Estado e OS, conquanto a participação dos Gestores Sociais nos espaços de debates para de discussão e qualificação das áreas de abrangência: Movimento realizado entre Gestão Social e Estado que estão em discussão e análise de territórios que provocaram à reflexão de uma nova leitura dessa abrangência, recuo ou expansão, a exemplo Justinópolis, Rosaneves, Veneza, Carapina, Jardim Canaã, Ribeiro de Abreu (CBTU), Santos Reis, Morumbi, Ressaca, Vila Pinho, Vila Cemig e Morro Alto.

Área Temática: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Indicador nº 9.2. Número de relatórios de gestão dos Programas de Prevenção à Criminalidade	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 6 •	• 6 •
Descrição do Indicador	
<p>A sistematização de informações é uma importante ferramenta para o adequado acompanhamento e avaliação das ações e projetos em desenvolvimento, de modo a ser possível fazer uma análise crítica acerca dos avanços e, principalmente, dos desafios. Este indicador visa mensurar a quantidade de relatórios mensais a serem entregues pela OS, de acordo com cada instrumento definido abaixo.</p> <p>Relatórios de Gestão das Oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!</p> <p>Este Relatório constitui na sistematização das informações dos relatórios das equipes técnicas, de modo a retratar a dimensão e a complexidade da execução das oficinas, que deverá conter, no mínimo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. número de oficinas (por UPC, município e geral); 2. percentual de oficinas de acordo com o período do dia (manhã, tarde, tarde/noite e noite); 3. percentual de oficinas de acordo com modalidade (esporte, cultura, arte, educação profissional), bem como o detalhamento de cada modalidade; 4. percentual de oficinas por local de realização (escola; creches; centros e associações comunitárias; igrejas; quadras públicas, campos de futebol e complexos esportivos; espaços alugados; praças e parques públicos; ruas e becos; Unidade de Prevenção; Centros de Referência da Assistência Social; outros); 5. número de oficinas implantadas, suspensas e encerradas (por UPC, município e geral); 6. número e percentual de oficinas (por UPC, município e geral); 7. percentual de oficinas por sexo e faixa etária (por UPC, município e geral); 8. número absoluto de jovens em oficinas (por UPC, município e geral); 9. média de jovens por oficina (por UPC e geral); 10. perfil dos jovens que frequentam as oficinas (por sexo e idade); 11. frequência média dos jovens às oficinas (por modalidade e geral); 12. frequência de encontros realizados em oficinas. <p>Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução dos projetos de oficinas no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão de Oficinas do Programa Fica Vivo a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.</p> <p>Relatórios de Gestão do Programa Se Liga</p> <p>Este Relatório apresenta análises qualitativas e quantitativas das ações realizadas pelas equipes técnicas do Programa Se Liga, que deverá conter, no mínimo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Número de atendimentos individuais realizados nas Unidades Socioeducativas com pré-egressos do Sistema Socioeducativo; 2. Número de Oficinas Introdutórias realizadas e de participantes; 3. Número de Oficinas Temáticas Internas realizadas e de participantes; 4. Número de Oficinas Temáticas Externas realizadas e de participantes; 5. Número de atividades culturais realizadas e de participantes; 6. Número de ações com familiares e de participantes; 7. Número de atendimentos individuais à egressos do Sistema Socioeducativo; 8. Número de oficinas realizadas com egresso do Sistema Socioeducativo e de participantes; 9. Número de discussão de estudo de casos junto às Unidades Socioeducativas; 10. Número de encaminhamentos à rede de proteção dos adolescentes atendidos; 11. Número de jovens que estão realizando algum curso, considerando a modalidade (aprendiz, qualificação básica para o trabalho, profissionalizante), bem como a situação do curso (andamento, concluído, não concluído, reprovado). 	

Estes relatórios deverão, ainda, sinalizar os principais dificultadores e facilitadores na execução e gestão do Programa no período de análise. A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório de Gestão do Programa Se Liga a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o vigésimo dia do mês subsequente ao mês de referência.

Relatórios Gerais do Programa Selo Prevenção Minas

Este Relatório é elaborado a partir dos relatórios de acompanhamento mensais elaborados pelos Analistas Sociais e Gestores do Programa Selo Prevenção Minas, que deverá conter, no mínimo:

1. Compilação e análise geral dos números e indicadores apontados nos Relatórios Mensais de Acompanhamento de cada RISP, bem como uma qualificação descritiva das principais ações realizadas, quando for o caso;
2. Análise das principais discussões e encaminhamentos das plenárias das Comissões Municipais de Prevenção à Criminalidade quando couber e/ou dos demais espaços de rede instituídos pelo Programa na RISP;
3. Análise das ações de participação social realizadas na RISP;
4. Análise do desenvolvimento dos eixos do Programa nas RISPs, por município;
5. Descrição dos principais dificultadores e facilitadores da execução do Programa na RISP, tendo em vista os recortes de cada município.

A OS deverá elaborar, mensalmente, 1 (um) Relatório Geral do Programa Selo Prevenção Minas, conforme diretrizes específicas emanadas pelo OEP, a ser encaminhado à SEJUSP/SUPEC, por e-mail, até o décimo dia útil subsequente ao mês de referência.

Fonte de comprovação do indicador

E-mail de encaminhamento dos relatórios para a SEJUSP/SUPEC.

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

No 24º Período Avaliatório foram entregues • 6 • relatórios de gestão dos Programas, sendo 3 da Gestão do Programa Selo Prevenção e 3 da Gestão do Programa Se Liga, cumprindo integralmente a meta estabelecida.

ÁREA TEMÁTICA: GESTÃO DA PARCERIA

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.1. Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 100% •	• •
Descrição do Indicador	
<p>Uma das atribuições do OEP no acompanhamento e fiscalização do contrato de gestão é a realização das checagens amostrais periódicas sobre o período avaliatório, conforme metodologia pré-estabelecida pela Seplag, gerando-se relatório conclusivo, que deve ser levado ao conhecimento dos membros da Comissão de Avaliação, quando da reunião desta. A metodologia estruturada pela Seplag, que norteia a realização deste procedimento, estabelece que o OEP deve verificar uma amostra de processos de compras, de contratação de serviços, contratação de pessoal, concessão de diárias e de reembolso de despesas. Deve-se observar se os processos executados estão em conformidade com os regulamentos próprios que disciplinem os procedimentos que deverão ser adotados para a contratação de obras, serviços, pessoal, compras, alienações e de concessão de diárias e procedimentos de reembolso de despesas, e se coadunam com o objeto do contrato de gestão.</p> <p>Os Regulamentos próprios devem ser construídos de acordo com o manual disponibilizado no sítio eletrônico da Seplag, e aprovados tanto pelo Órgão Estatal Parceiro – OEP quanto pela Seplag.</p> <p>Para avaliar o percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, a Seplag estruturou um modelo de relatório, que deve ser utilizado pelo OEP para demonstrar os processos analisados. Um dos itens desse relatório é a apuração do percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral, que será utilizado para cálculo deste indicador. Importa salientar que, caso exista a necessidade de realização de checagem de efetividade (que verifica a conformidade dos processos considerados inconformes pela equipe de checagem amostral quando da realização deste procedimento), o resultado a ser considerado será o apurado após a finalização do respectivo relatório.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Relatórios de Checagem Amostral (e Relatórios de Checagem de Efetividade, quando for o caso) elaborados pela Comissão Supervisora do Contrato de Gestão em conjunto com os seus assessores, conforme modelo da SEPLAG.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca do desempenho da OS nesse indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação já que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

Área Temática: Gestão da Parceria	
Indicador nº 10.2. Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	
Meta do período avaliatório	Resultado do período avaliatório
• 100% •	• •
Descrição do Indicador	
O objetivo deste indicador é verificar o cumprimento de atribuições de representantes do Órgão Estatal Parceiro e da OS na condução das atividades de monitoramento do Contrato de Gestão durante a execução deste instrumento jurídico. As atribuições inseridas neste documento emanam da Lei Estadual nº 23.081, de 2018, que dispõe sobre a qualificação de pessoa jurídica de direito privado como OS e sobre a celebração de Contrato de Gestão entre a entidade qualificada e o Poder Público Estadual, Decreto Estadual nº 45.969/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, e de boas práticas observadas na gestão de Contrato de Gestão.	
Fonte de comprovação do indicador	
Fonte de comprovação prevista para a cada ação e documento consolidado pela SCP/SEPLAG demonstrando o resultado alcançado pelo OEP.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

As informações acerca deste indicador serão apresentadas na Comissão de Avaliação, visto que os processos de avaliação ocorrem após a elaboração deste relatório.

ÁREA TEMÁTICA: PRODUTOS

Área Temática: Produtos	
Produto 4.1. - Encontro de Formação e Capacitação de Oficineiros e Oficineiras	
• 100% •	• Aprovado •
Descrição do Indicador	
<p>Este encontro de formação e capacitação se destina aos oficineiros (as) dos Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos, integrantes da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, responsáveis pela execução de ações de prevenção à criminalidade junto às equipes técnicas dos respectivos Programas. Tem como objetivo o aperfeiçoamento da atuação destes profissionais para ampliação do alcance do público atendido e qualificação do atendimento prestado a moradores das localidades onde estão inseridas às Unidades de Prevenção à Criminalidade e da leitura e análise da dinâmica social das violências e criminalidade.</p> <p>O evento consistirá na formação em temas relacionados à segurança cidadã, prevenção e enfrentamento às violências e criminalidade, contando com todos os oficineiros (as) contratados pela OS à época do evento, que terá a duração de até 2 dias, na cidade de Belo Horizonte.</p> <p>Deverá ser ofertado hospedagem, transporte e alimentação para os participantes oriundos das cidades do interior do estado de Minas Gerais.</p> <p>Para a realização do evento necessitará de locação ou cessão de local que comporte todos os participantes, contratação de palestrantes, bem como a prestação de serviço de organização do evento, conforme edição realizada no ano de 2022.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Critério de Aceitação: Evento realizado</p> <p>Fonte de Comprovação: Relatório de Execução do Encontro de Formação e Capacitação de Oficineiros e Oficineiras e lista de presença dos participantes.</p> <p>Prazo: junho a dezembro de 2024.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Produto 4.1 - Encontro de Formação e Capacitação de Oficineiros e Oficineiras, foi realizado nos dias nos dias 27 e 28 de novembro de 2024 e o Relatório de Execução do Encontro de Formação e Capacitação de Oficineiros e Oficineiras e lista de presença dos participantes entregue pela OS no dia 17/12/ 2024 para apreciação da OEP e validado por esse Órgão no dia 27/12/24, conforme previsto no Programa de Trabalho do VIII Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 02/2019.

Consta-se a seguir o conteúdo do Produto entregue:

I.INTRODUÇÃO

Esse documento apresenta o “Relatório de Execução do Encontro de Formação e Capacitação de Oficineiros e Oficineiras do Fica Vivo e Mediação de Conflitos”, conforme previsto no 8º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 002/2019. O produto teve como critério de aceitação o evento realizado e como prazo o período de junho a dezembro de 2024.

O Seminário de oficinas dos Programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos, ocorrido nos dias 27 e 28 de novembro de 2024, consistiu em um momento de encontro entre os atores responsáveis pela implementação dos programas em todo estado. Seu objetivo central foi promover um espaço para formações e aprimoramento dos entes da política de prevenção à criminalidade.

O evento promoveu a formação em temas relacionados à segurança cidadã, prevenção e enfrentamento às violências e criminalidade, contando com parte significativa dos oficineiros dos Programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo! contratados pela OS à época do evento.

A programação, elaborada e validada em conjunto pela SUPEC e o Instituto Elo, contou com momentos de reunião geral de todos os participantes e também com agendas específicas de cada Programa.

A OS foi responsável por organizar a inscrição e credenciamento dos participantes no evento; garantir a contratação de serviços que contemplem a locação de espaços e estrutura física em hotéis, ornamentação para palco/mesa, contratação

de prestadores de serviço (palestrantes, entre outros), equipamentos para a realização das palestras e apresentação cultural, material de expediente e gráfico, alimentos e bebidas, transporte e hospedagem para participantes dos municípios atendidos pelos programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos.

Dessa forma, o presente Relatório de Execução contém a síntese e o contexto geral do seminário, programação do evento, resumo das temáticas e principais questões levantadas após as apresentações, gastos realizados, avaliação do evento, registros fotográficos, quantitativo de participantes e, por fim, anexos, a lista de presença e certificado como fontes comprobatórias.

II. REALIZAÇÃO DO EVENTO

No presente tópico, discorre-se acerca da execução dos 2 dias de Seminário das oficinas dos programas Fica Vivo! e Mediação de Conflitos da Política de Prevenção Social à Criminalidade. O evento ocorreu nos dias 27 e 28 de novembro no Dayrell Hotel e Centro de Convenções, na parte da manhã e parte da tarde e pode ter sua programação detalhada conferida na Imagem 1 e Imagem 2.

O Seminário contou com palestras de tópicos muito relevantes à temática de segurança pública, que foram diluídos ao longo dos dois dias de encontro. Além disso, tiveram intervenções artísticas como apresentações de atividades trabalhadas em oficinas do programa Fica Vivo! e do programa Mediação de Conflitos.

27/11	PROGRAMAÇÃO	28/11	PROGRAMAÇÃO
8h	Credenciamento	8h	Credenciamento
9h	Mesa Institucional Hino Nacional - Interpretado por Patricia Rodrigues, oficineira PMC Oficina Expressão Mulher da UPC Vila Pinho	9h	Saúde mental, juventude e vulnerabilidades Momento exclusivo FV! Palestrante: Natana Coelho
9h20	Video institucional das Oficinas do PMC e do FV!		
9h30	Apresentação conjunta oficinas FV! e PMC - UPC Serra PMC Empoderando Mulheres através das Danças Urbanas Oficineira: Dayane dos Anjos FV! Vogue Femme Oficineiro: João Victor Dias	9h	Comunicação comunitária e dinâmicas grupais como estratégia de prevenção e enfrentamento às violências Momento exclusivo PMC Palestrante: Scheylla Bacellar
9h40	Mesa momento integrado FV! e PMC Tema: Conflitos comunitários e segurança cidadã: estratégias de prevenção e enfrentamento às violências Palestrante: Marina Colares	12h	Encerramento
12h às 14h	Exposição das Oficinas/ Oficineiras(os) FV! e PMC		
14h	Culturas periféricas - Momento exclusivo FV! Palestrante: Rikelle Aparecida Ribeiro Neves		
14h	Mobilização social: Mulheres protagonistas na segurança cidadã - Momento exclusivo PMC Palestrante: Simone Oliveira		
16h	Coffee Break e encerramento		

O total global de custos foi de R\$ 158.521,53, conforme conta em planilha de custos no documento completo do Relatório.

III. RELATÓRIOS

No presente tópico, são apresentados relatórios dos dias de realização do Seminário a partir da perspectiva do setor de Departamento de Monitoramento e Gestão de Projetos e respectivas supervisões metodológicas. Tentou-se incluir a percepção dos oficinairos sobre o evento, contudo, a reunião realizada no dia 16/12/24, não teve quórum suficiente e essa pauta ficou reagendada para o início de 2025 com participação do nível estratégico da SUPEC, Instituto Elo e oficinairos. Portanto, não foi possível incluir essas informações a tempo de fechar o presente documento.

Relatório Geral

O Seminário de Oficinas dos Programas da Política De Prevenção à Criminalidade teve início com o credenciamento dos participantes e um coffee break, proporcionando momentos de interação entre os mais diversos entes da política de prevenção. Adentrando a sala de apresentação foi composta a mesa por autoridades representantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Subsecretaria de Prevenção a Criminalidade e do Instituto Elo, cada um exercendo uma fala de sua perspectiva acerca do trabalho desenvolvido por ambos os programas em seus territórios. Para contextualizar esse início, foi apresentado dois vídeos de oficinas dos programas Fica Vivo e PMC, exemplificando o trabalho executado nos 33 territórios que atualmente são abrangidos pelas bases territoriais. Logo em seguida, Patrícia Rodrigues, oficinaira do PMC na Oficina Expressão Mulher da UPC Vila Pinho interpretou o Hino Nacional. Após este momento, houve uma apresentação com a participação de adolescentes e jovens atendidos pelo Programa Fica Vivo na oficina de Vogue Femme pelo oficinairo João Victor do aglomerado da Serra, com a oficinaira de dança do PMC, Dayane, e suas atendidas, também da UPC Serra. Esse foi um momento de grande impacto aos presentes, sinalizando possibilidades de diálogo entre ambos os programas.



A primeira palestrante a realizar uma intervenção com os presentes foi a psicóloga Marina Colares, que em sua fala versou sobre os conflitos comunitários e o papel da segurança pública cidadã em mitigar esses conflitos. A palestrante tem uma trajetória extensa dentro da política de prevenção à criminalidade, se iniciando como estagiária do programa Fica Vivo!, se torna analista e, por fim, gestora social, cargo qual finalizou a sua trajetória na política de prevenção no ano de 2016. Sempre se pautando pelo vínculo, especialmente dos oficinairos, mas também dos gestores e analistas, como um delineador do trabalho a ser desenvolvido na ponta, com os respectivos públicos a serem atendidos. Outro ponto muito explorado em sua fala é como a potencialidade de ação dos dois programas está vinculada a essa capacidade de conseguir estabelecer vínculos entre os atores da política de prevenção. Após essa fala, houve o momento de abertura para diálogo com o público que estava presente, os oficinairos que se manifestaram aproveitaram o momento de reunião coletiva para questionar sobre outras questões envolvendo o trabalho do oficinairo, como o valor de bolsa e as possibilidades de reajuste, uma crítica recorrente ao programa a qual houve o acolhimento por parte dos representantes do Instituto Elo e da Sejusp em conseguir pensar nessas demandas, sendo reforçado o convite para participação de todos os oficinairos em outros espaços para a discussão dessa demanda.

Relatório Fica Vivo!

27/11/2024 – Tarde

Culturas periféricas

A formação ministrada por Rikelle Aparecida teve como principal objetivo ofertar aosicineiros eicineiras - em especial os que ministram oficinas de cultura - um espaço de discussão sobre a cultura produzida nas periferias.

Além disso, a palestrante discutiu sobre os desafios cotidianos no manejo com o público atendido, sobre a necessidade de escuta e abertura às demandas do público, bem como os desafios do exercício da arte nas periferias.

Oficineiros e icineiras puderam ainda fazer perguntas a palestrante e trazer os vários desafios em relação ao trabalho executado nos territórios. Puderam ainda compartilhar suas experiências e anseios, enfrentados sobretudo pelos icineiros que trabalham com artes.

28/11 (Manhã):

Saúde mental, juventude e vulnerabilidades

A palestrante Natana Coelho é psicóloga e tem uma extensa carreira na política de prevenção à criminalidade, tendo sido estagiária, icineira e analista do programa Fica Vivo!, atualmente segue atuando junto às juventudes em outros espaços. Em sua fala discorreu sobre o tema da saúde mental e o trabalho envolvendo os icineiros do programa FV, tema delicado, considerando uma série de situações e adoecimentos que vem sendo acompanhados pelo programa ao longo dos últimos anos, e que se intensificaram no contexto pós-pandemia. A sua apresentação se iniciou por demonstrar os contextos que incidem a possibilidade de adoecimento mental das pessoas de maneira geral, ilustrando com situações e exemplos do cotidiano do programa Fica Vivo, seja de casos envolvendo os icineiros ou os jovens atendidos. Considerando a sua experiência, a palestrante sempre vinha pontuando situações vividas com possibilidades de alternativas a sanar esses desafios junto aos jovens e os contextos de adoecimento mental dos próprios icineiros. Após a sua fala foi feito um momento de abertura para questionamentos e diálogos com os icineiros presentes, encerrando assim a mesa.

Relatório Programa Mediação de Conflitos

27/11

Mobilização social: Mulheres protagonistas na segurança cidadã

A mesa do PMC sobre o papel das mulheres na mobilização social e a segurança pública cidadã contou com a palestrante Simone Oliveira, moradora da Vila Cemig, referência comunitária e ativista pelo direito das mulheres. Simone fez uma fala muito emocionante sobre o papel que o programa Mediação de Conflitos teve em sua vida, de conseguir mudar a sua trajetória enquanto mulher que vivia em um contexto violento no ambiente doméstico sofrendo agressões do seu companheiro de maneira recorrente e que consegue, aos poucos, ir se desvencilhando dessa realidade. A mesma também situa que a partir dessa mudança subjetiva é iniciado um movimento de entender que a comunidade começa a demandar mudanças coletivas na realidade de outras mulheres, não só com relação a violências sofridas, mas pela busca de direitos. Nesse ponto ela dialoga muito com o espaço que as oficinas tem tomado dentro da organização comunitária, de ser um espaço de escuta das mulheres atendidas e o quanto esse espaço tem a potencialidade de dar acolhimento a demandas individuais e coletivas. Após a sua fala, houve o momento de abertura para ponderações e muitas icineiras, especialmente do interior, trouxeram questionamentos que perpassavam o espaço de suas oficinas, compartilhando experiências vividas também.

28/11

Comunicação comunitária e dinâmicas grupais como estratégia de prevenção e enfrentamento às violências

Nesse encontro contamos com a presença das palestrantes Scheylla Bacellar e Simone Mendes para facilitar o diálogo com as icineiras do PMC sob a temática: "Comunicação comunitária e dinâmicas grupais como estratégia de prevenção e enfrentamento às violências". A ideia principal era que as facilitadoras pudessem acrescentar novas propostas de trabalhar temáticas de violências a partir das dinâmicas de grupos, trazendo as suas experiências da ponta a frente da "Coletiva Mulheres da Quebrada" situada no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte.

Em um primeiro momento, foram colocadas todas as participantes sentadas em um grande círculo, para que assim todas se olhassem, praticando a escuta ativa e em seguida foram trabalhadas duas grandes dinâmicas grupais. A primeira consistia em um tapete no chão, no centro do grande círculo, com diversos objetos, onde foi solicitado pelas facilitadoras

que todos as participantes pegassem um objeto ao qual se identificasse. Assim que todas pegaram, foi informado que cada uma deveria falar três palavras que remetesse ao objeto escolhido, sendo uma palavra para o coletivo, a segunda palavra para o individual e a terceira para o futuro. Foi um momento rico e de reflexão que contribuiu para que as mulheres praticarem a escuta, empatia e identificação com o grupo.

Já na segunda dinâmica, o grande grupo foi separado em sete pequenos grupos, onde foi distribuído para cada um canetas, pincéis, barbantes, cola, fita adesiva e uma folha de papel de 64x88 cm. Foi solicitado que os participantes de cada grupo em conjunto desenhassem uma árvore usando os materiais disponibilizados e em seguida cada membro escrevesse uma palavra que simbolizasse aquele momento. Ao final, a arte de cada grupo foi apresentada com uma intervenção pelas facilitadoras da importância do trabalho em grupo e como “o fazer” à “várias mãos” tem uma potência coletiva.

A temática trouxe várias possibilidades de trabalho para as oficinas, de modo que elas conseguiram trocar suas experiências e refletissem sobre a importância da escuta ativa, capital social e trabalho coletivo como fomento a segurança cidadã.

A seguir, serão apresentados alguns números em relação a participação do público no evento e algumas notícias veiculadas em canais de comunicação.

IV. PÚBLICO PRESENTE

No Quadro 1 consta a contabilização de pessoas presentes nos dias de realização do evento². Observa-se que o dia de maior público se refere ao primeiro dia do evento, 27 de novembro de 2024, com 224 pessoas. O segundo dia, 28 de novembro de 2024, obteve 186 participantes.

Presenças	27/11/2024	28/11/2024
	224	186
	55%	45%
Total de presentes	410	

Quadro 1 - Participantes do evento por dia

Quanto ao cargo do público participante no primeiro dia do evento, oficinas representam 46% do público, enquanto analistas 30% e pessoas da Supec, Instituto Elo e convidados, 24% (Quadro 2).

27 de novembro de 2024		
Tipo de público	N	%
Oficineiros de UPC do interior	32	14%
Oficineiros de UPC de Belo Horizonte e Região Metropolitana	71	32%
Analistas sociais de UPC do interior	16	7%
Analistas Sociais de UPC de Belo Horizonte e Região Metropolitana	52	23%
Participantes da Supec, Instituto Elo e demais convidados	53	24%
Total Geral	224	100%

Quadro 2 – Cargo referente às pessoas presentes (dia 1)

Quanto ao cargo dos profissionais que estiveram presentes no segundo dia de Seminário, 94 eram oficinas, 51%. Para além, 61 analistas, 33% e 31 participantes da Supec, Instituto Elo e convidados, 24%, também constaram presença.

28 de novembro de 2024		
Tipo de público	N	%
Oficineiros de UPC do interior	29	16%
Oficineiros de UPC de Belo Horizonte e Região Metropolitana	65	35%

² É possível que, como em alguns casos são de preenchimento manual por parte dos presentes, haja casos de *missings* ou casos de erro no preenchimento

Analistas sociais de UPC do interior	16	9%
Analistas Sociais de UPC de Belo Horizonte e Região Metropolitana	45	23%
Participantes da Supec, Instituto Elo e demais convidados	31	24%
Total Geral	186	100%

Quadro 3 - Cargo referente às pessoas presentes (dia 2)

V. NOTÍCIAS SOBRE O EVENTO

Neste tópico, destaca-se algumas notícias e publicações em redes sociais acerca do Seminário e atividades desenvolvidas no evento.

A seguir, confere-se a notícia publicizadas no site da Defensoria Pública de Minas Gerais acerca da participação da Defensora Pública Michelle Lopes Mascarenhas, coordenadora da Coordenadoria de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProC), da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) representando a instituição no primeiro dia do Seminário.



Defensora pública participa de seminário da Sejusc-MG sobre mediação de conflitos

Por Assessoria de Comunicação em 27 de novembro de 2024



Figura 1 – Notícia Assessoria de Comunicação da Defensoria Pública de Minas Gerais

Link: <https://defensoria.mg.def.br/defensora-publica-participa-de-seminario-da-sejusc-mg-sobre-mediacao-de-conflitos/>

O Seminário também foi divulgado em uma rede social do Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP-MG), em que foi elaborado um vídeo contando um pouco mais do evento.

Instagram

Entrar



Figura 2 – Vídeo na rede social da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais
 Link: <https://www.instagram.com/reel/DC7KallSYmW/?igsh=MXdjbzEwcWM5eXZjdW%3D%3D>

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Seminário, ocorrido nos dias 27 e 28 de novembro, buscou promover o aperfeiçoamento da atuação dosicineiros dos programas Mediação de Conflitos e Fica Vivo! e de outros vários profissionais da Política de Prevenção em temas relacionados à segurança cidadã, prevenção e enfrentamento às violências e criminalidade.

Os dois dias de evento contabilizaram mais de 410 participantes de 33 unidades de base territorial, demonstrando grande diversidade de cargos e funções, abrangência de público e de capilaridade. Os palestrantes trouxeram discussões relevantes, densas, qualificadas e, ao mesmo tempo, carregadas de empatia e direcionamentos práticos da atuação dosicineiros. Adicionalmente, durante o Seminário, foram definidos alguns encaminhamentos, incluindo a realização de capacitações com maior regularidade e a promoção de espaços destinados à discussão sobre os direitos dos profissionais envolvidos. Tal fato, somada a todos cuidados com a organização do evento, promoveu grande participação e interesse dosicineiros e, certamente, reverberará em uma melhor leitura das dinâmicas das violências e criminalidade nos territórios, na ampliação do alcance dos públicos atendidos pelos Programas e na qualificação do atendimento prestado a moradores das localidades onde estão inseridas às Unidades de Prevenção à Criminalidade.

Área Temática: Produtos	
Produto 3.1. - Desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade (Publicação do Edital)	
• 100% •	• Aprovado •
Descrição do Indicador	
<p>A Política de Prevenção Social à Criminalidade produz um volume significativo de dados de monitoramento e atendimento dos programas, perfil do público, acompanhamento de violências e dinâmica criminal nos territórios, dentre outros. Atualmente, a gestão e o monitoramento das ações desenvolvidas são realizados via planilhas do software Microsoft Excel, ferramenta que está aquém das tecnologias disponíveis hoje, impossibilitando ou dificultando análises mais complexas de público, inteligência e tomadas de decisões tempestivas, além de ser um formato mais vulnerável para armazenamento das informações do que um sistema devidamente protegido com tecnologias de segurança de dados.</p> <p>O desenvolvimento de um sistema de monitoramento, inteligência e gestão dos dados de execução da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade visa garantir maior efetividade na execução dos programas e intervenções da política pública, uma vez que as informações estarão em uma base integrada e online, possível de ser acessada em qualquer computador que possua internet, desde que o usuário possua as devidas permissões. Assim, será possível a gestão estratégica dos programas para planejamento de intervenções mais assertivas, bem como a tomada de decisões mais tempestivas, o cruzamento e análise dos dados mais refinados e a geração de informações que permitam a avaliação e qualificação das intervenções.</p> <p>Sendo assim, este produto tem como objetivo principal modernizar e qualificar o monitoramento da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade. Como objetivos específicos, tem-se:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Potencializar as ações de prevenção social à criminalidade através do uso de inteligência e monitoramento tempestivo das intervenções; 2. Melhorar as condições de trabalho dos profissionais da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, através da implementação de um sistema de monitoramento das ações dos programas; 3. Reduzir custos com aquisição e licenciamento de softwares proprietários; 4. Aumentar a segurança e garantir a integridade do banco de dados. <p>De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o uso de dados no serviço público tem potencial quase ilimitado para prover políticas públicas mais eficientes, efetivas e confiáveis (OCDE, 2019). Sabendo disso, propõe-se a contratação de empresa para o desenvolvimento de um sistema de processamento de transações (SPT) para coleta, processamento e armazenamento dados, no âmbito dos programas da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade, para utilização no monitoramento, acompanhamento e avaliação da execução da referida Política.</p> <p>A partir do uso do sistema para cadastro de usuários, atendimentos, encaminhamentos e outras intervenções, será possível um monitoramento quase diário dos indicadores de execução dos programas de prevenção. O sistema também deverá ter a funcionalidade de emitir relatórios a partir de filtros de seleção de informações, que poderão ser usados para a tempestiva tomada de decisão e melhoria da entrega do serviço público.</p> <p>Deverá ser garantida a integridade dos dados e critérios/credenciais de acesso para uso, permitindo a confidencialidade dos dados lançados, bem como em estrita observação à legislação pertinente e à sensibilidade dos dados coletados. Propõe-se, ainda, o desenvolvimento do sistema em módulos – um para cada programa da Política de Prevenção - com entregas periódicas e validação, pela OS e SUPEC, sempre que um módulo for finalizado. Propõe-se que as entregas sejam feitas conforme cronograma a ser construído e validado junto à SUPEC.</p> <p>O desenvolvimento do sistema deverá observar critérios de economicidade, eficiência, bem como a facilidade de acesso à interface e usabilidade pelos operadores da política pública. Reforça-se a necessidade de desenvolvimento e validação próximos à SUPEC e à OS, considerando a perspectiva dos operadores que farão o uso do sistema tanto no preenchimento das informações, quanto aqueles que farão leitura e uso analítico das mesmas.</p> <p>Espera-se que com a implementação do sistema a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade aprimore sua base de dados, tornando-a acessível, íntegra e segura, possibilitando melhor uso dos dados no monitoramento dos programas e na avaliação dos resultados alcançados. Ainda, espera-se maior agilidade no monitoramento (tempo real) e que as informações estejam facilmente disponíveis para a alta gestão.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Critério de aceitação: Pactuação do cronograma de execução e publicação do edital para seleção da empresa desenvolvedora.</p> <p>Fonte de comprovação: Ofício/e-mail da SUPEC informando aprovação das entregas conforme cronograma pactuado.</p> <p>Prazo: jan/24 a dez/24.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

Conforme pactuado no 9º Termo Aditivo ao CG 02/2019, foi pactuado um cronograma de execução do produto, cuja proposta foi enviada no dia 10/10/2024 pela OS e validada no dia 07/11/2024 pela OEP. Esse documento apresentou, além do cronograma, o histórico, os avanços e os desafios enfrentados ao longo da execução do produto até a publicação do Ato Convocatório. **No entendimento da OS, trata-se do produto maior complexidade de execução e importância da história da parceria.**

Conforme previsto, foi publicado no dia 11/12/2024 no site do Instituto Elo o Ato Convocatório para Contratação de empresa especializada para desenvolver/licenciar o Sistema Integrado de Gestão de Dados para os Programas da Política de Prevenção à Criminalidade.

Link de acesso: https://www.galaxcms.com.br/imgs_redactor/4793/files/ATO%20CONVOCATORIO%20n%20109-2024%20-%20Sistema%20Integrado%20de%20Gesto%20de%20Dados.pdf

Sobre a publicação do Edital, a partir dos estudos e de consultas a especialistas, optou-se pela contratação de uma solução tecnológica de BPMS (Business Process Management System). Isso significa que foi buscada uma solução que tem como ponto forte a garantia de requisitos mínimos de automação, controle, segurança, monitoramento e a melhoria contínua dos processos organizacionais dos seis Programas de Prevenção Social à Criminalidade (Ceapa, PrEsp, Fica Vivo!, Programa Mediação de Conflitos, Selo Prevenção e Programa de Prevenção e Enfrentamento à violência contra mulheres). Contudo, trata-se de uma ferramenta “pré-estruturada”, que apresenta limites no que se refere a capacidade de personalização e adaptação para atender aos objetivos dos programas e da Política. Isso significa que durante o desenvolvimento do sistema, poderá (ou não) haver algumas demandas e pedidos que não serão atendidos ou serão atendidos apenas parcialmente.

A possibilidade de uma solução totalmente customizada, que atenda a 100% das demandas, seria por meio da contratação do desenvolvimento de um sistema próprio, criado do zero e/ou com ferramentas específicas. Porém, embora seja a ideal, o nosso levantamento indicou que essa solução é demasiadamente cara e demorada. Estima-se só o desenvolvimento do programa Ceapa envolveria entre 4500 horas, à 6000 horas de trabalho da equipe de programação, o que custaria cerca 600 mil reais e levaria entre 5 a 8 meses para ficar pronta. Nesse contexto, a relação custo-benefício da solução BPMS se mostrou a mais razoável, dado que se verificam boas opções no mercado, além de apresentar custo e prazo de entrega relativamente menor que o desenvolvimento de um sistema próprio.

O prazo para recebimento das propostas se encerrou no dia 16/11, às 12h e não houve recebimento de três propostas válidas. Então, o ato foi prorrogado por mais cinco dias, conforme regulamento, e encerrado no dia 23/11/2024 às 12h com o recebimento de 02 propostas. A avaliação dos custos e da capacidade técnica de execução das proponentes, bem

como a capacidade de investimento do Contrato serão fundamentais para o início do desenvolvimento do projeto e do cumprimento dos prazos e escopo estabelecidos.

Área Temática: Produtos	
Produto 2.2 - Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência regional (Planejamento: 15ª RISP)	
• 100% •	• Aprovado •
Descrição do Indicador	
<p>O produto consiste na elaboração de 1 (um) diagnóstico de implantação de uma nova Unidade de Prevenção à Criminalidade - UPC Regional do Programa Selo Prevenção Minas. A implantação é definida por critérios técnicos segundo alógica das Regiões Integradas de Segurança Pública (RISP) em Minas Gerais.</p> <p>No primeiro momento de estruturação do Programa Selo Prevenção Minas, tem-se o desafio de conhecer mais profundamente os municípios que constituem a RISP que será a área de abrangência da UPC Regional. Esse diagnóstico deverá subsidiar o planejamento para execução dos eixos metodológicos do Programa nos municípios atendidos. Após a articulação institucional, contratação e capacitação da equipe, tem-se o início da execução do referido diagnóstico. O Diagnóstico de Implantação, portanto, tem como objetivos: Gerar elementos técnicos para a organização da atuação do Programa Selo Prevenção Minas na regional; Contribuir para a definição das metodologias do Programa que serão aplicadas, bem como as localidades e as prioridades; Mapear e elaborar uma leitura dos municípios situados na RISP, de acordo com suas características sociodemográficas, cenário de segurança pública e político-institucional; Conhecer e mapear a rede formal de serviços presente na região; Conhecer e mapear a rede informal presente na região, tais como associações representativas, grupos culturais, religiosos, movimentos sociais, ONG's; Orientar a elaboração de estratégias de comunicação e divulgação das ações do programa a serem executadas; Apresentar os resultados deste diagnóstico e propor a construção conjunta das ações do programa.</p> <p>Para o alcance dos objetivos propostos, o diagnóstico de implantação deve lançar mão de diversas estratégias e metodologias de pesquisa, observação e investigação. O Diagnóstico deve ser estruturado em 3 dimensões, a saber: Dimensão Sociodemográfica: tem como objetivos identificar as características populacionais da região; identificar e caracterizar os aspectos sociais que impactam na qualidade de vida e no acesso a direitos da população e identificar a dinâmica e a composição geral da economia local; Dimensão de Segurança Pública: tem como objetivos identificar os eventos criminais e de violências na região; qualificar e compreender a dinâmica de ocorrência desses eventos criminais, a partir da compreensão de fatores como localização e públicos envolvidos; identificar fatores de risco que favoreçam a ocorrência dos crimes analisados; Dimensão Política-Institucional: tem como objetivos adquirir conhecimento histórico da região; entender as organizações geográficas e sociais da Risp; realizar o levantamento de parcerias, instrumentos e normativas relacionadas à segurança cidadã presentes nos municípios da região e realizar a leitura do cenário político dos municípios da Risp. Cabe ressaltar que as diretrizes metodológicas mais detalhadas acerca deste Diagnóstico são emanadas pela Coordenação Estadual do Programa e constam no Documento Orientador da Implantação do Programa Selo Prevenção Minas - Regional. Ao final, o Diagnóstico deverá subsidiar o Plano de Ação do Programa na regional. O resultado final dessa etapa deverá ser entregue à SEJUSP/SUPEC para validação.</p> <p>Além do diagnóstico enviado em PDF, deverá ser disponibilizado um banco de dados em excel com um retrato de todos os municípios da RISP contendo os dados apresentados no diagnóstico. Tal banco de dados deverá conter, no mínimo, por município: população; RISP; município-sede; taxa de criminalidade violenta; taxas de vítimas de violência doméstica e familiar contra a mulher; taxas de homicídio; demais taxas das naturezas criminais que o diagnóstico apresentar; nome do prefeito/a atual; área territorial; índice de vulnerabilidade social.</p> <p>O resultado final deverá ser entregue à SEJUSP/SUPEC para validação, com antecedência de 15 dias ao prazo final estabelecido para o produto.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
Critério de aceitação: diagnóstico e banco de dados aprovados pela SEJUSP/SUPEC.	
Fonte de comprovação: e-mail ou ofício da SEJUSP/SUPEC de aprovação do diagnóstico e banco de dados.	
Prazo: 5 meses e 15 dias a partir da implantação da UPC prevista no produto 1.3.	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O Produto 2.2 - Diagnóstico de Implantação de UPC de abrangência regional (Planejamento: 15ª RISP) foi entregue pela OS no dia 29/11/ 2024 para apreciação da OEP e validado por esse Órgão no dia 20/12/24, conforme previsto no Programa de Trabalho do VIII Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 02/2019

O estudo teve como objetivo gerar elementos técnicos para a organização da atuação do Programa Selo Prevenção Minas na RISP 15; contribuir para a definição das metodologias do Programa que serão aplicadas, bem como as localidades e as prioridades; mapear e elaborar uma leitura dos municípios situados na RISP, de acordo com suas características sociodemográficas, cenário de segurança pública e político-institucional; conhecer e mapear a rede formal

de serviços presente na região; conhecer e mapear a rede informal presente na região, tais como associações representativas, grupos culturais, religiosos, movimentos sociais, ONG's; orientar a elaboração de estratégias de comunicação e divulgação das ações do programa a serem executadas; apresentar os resultados deste diagnóstico e propor a construção conjunta das ações do programa.

O diagnóstico contempla informações de três eixos trabalhados de forma articulada, isto é, tais eixos perpassam as análises de cada um dos 60 municípios que compõem a RISP 15. São eles:

Sociodemográfico: visa obter uma leitura da RISP 15, partindo das dimensões social, econômica e demográfica. A partir dos conhecimentos acerca do território, bem como das populações que nele habitam e das dinâmicas sociais nele presentes, o planejamento das intervenções do programa torna-se mais assertivo.

Segurança Pública: visa contribuir na compreensão de quais são os crimes que ocorrem com maior frequência, bem como suas características, constituindo investigação fundamental na construção de estratégias de atuação mais qualificadas. Tal assertiva está embasada no fato de a implantação do Programa Selo Prevenção Minas ter como um dos seus principais norteadores a dinâmica de crimes e violências de uma determinada região.

Organização política e institucional: diz respeito à forma como os municípios da RISP estão estruturados em termos de divisões geográficas, organização social e marcos regulatórios e legislativos. Além disso, diz respeito também ao cenário político da RISP, de modo a realizar uma leitura das forças políticas presentes na região.

Além dessa introdução e dos eixos listados, o Diagnóstico também contempla uma seção sobre as notas metodológicas, a qual apresenta o detalhamento das fontes de dados e os métodos utilizados na pesquisa, e, ao final, são apresentadas as considerações finais da pesquisa.

I. PERFIL REGIONAL: HISTÓRIA, DEMOGRAFIA E SEGURANÇA PÚBLICA

No presente tópico, é apresentado o perfil regional da RISP 15 a partir de informações geográficas, sociodemográficas e de segurança pública.

A seguir, confere-se a localização da RISP 15, em destaque, na circunscrição de Minas Gerais.

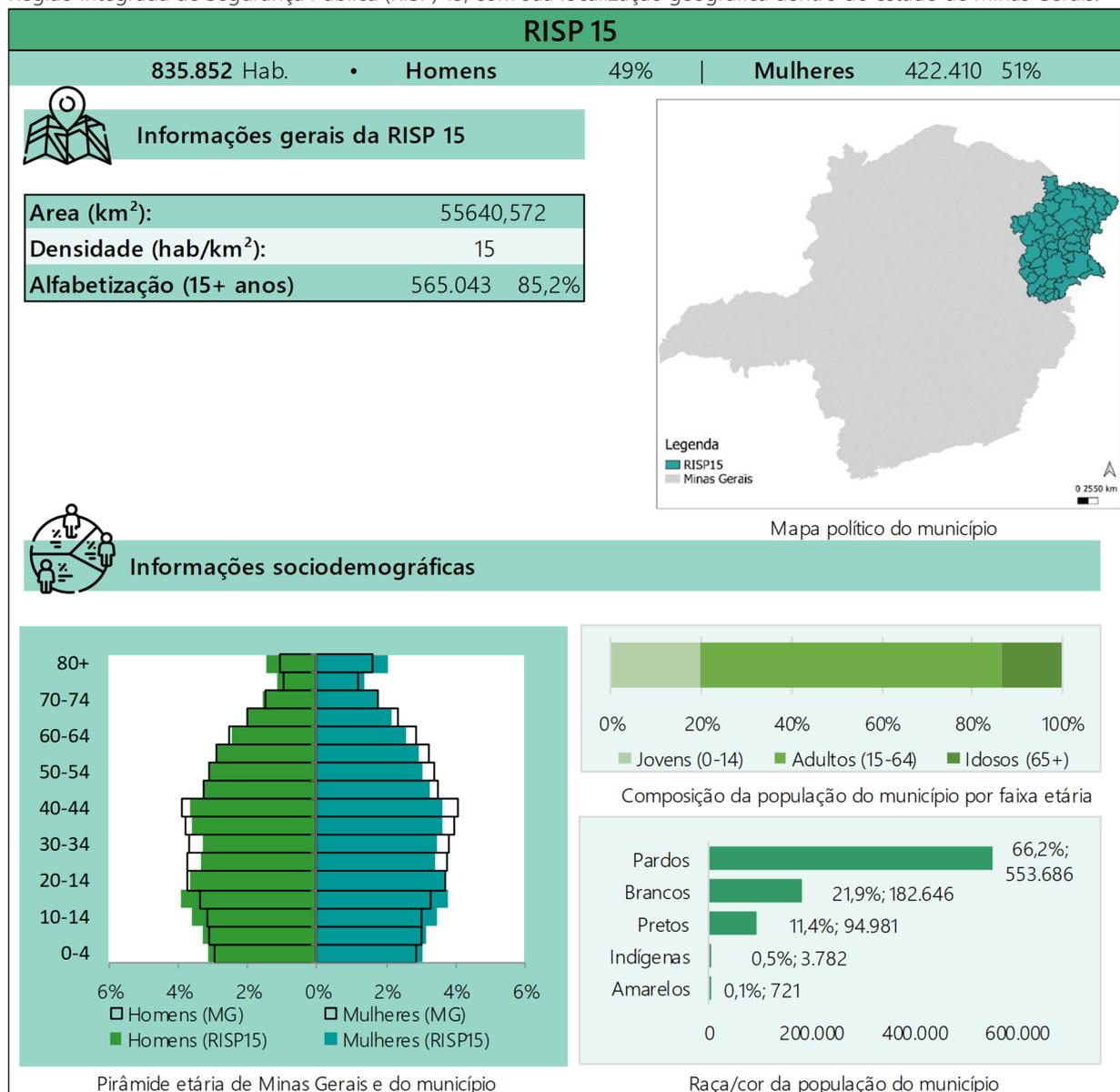


Figura 3 - Localização da RISP 15 em Minas Gerais

Fonte: Elaboração Própria

IV. PERFIL MUNICIPAL: HISTÓRIA, DEMOGRAFIA E SEGURANÇA PÚBLICA

No panorama apresentado a seguir, é possível observar dados detalhados sobre a composição sociodemográfica da Região Integrada de Segurança Pública (RISP) 15, com sua localização geográfica dentro do estado de Minas Gerais.



Extorsão	143	0%
Sequestro e cárcere privado	43	0%
Total Geral	92.112	100%
Violência doméstica	31.190	-
Feminicídio	92	-

O gráfico a seguir observa-se, para cada município, a distribuição percentual do número de ocorrências criminais segundo o tipo de crime e município de janeiro de 2019 a junho de 2024, indicando para cada município, qual tipo de crime tem mais incidência.

As ocorrências de crime de ameaça se destacam como o mais frequente na maioria dos municípios analisados. Em muitos deles, mais de 40% das ocorrências registradas correspondem a este tipo de crime. No município de Virgem da Lapa, observa-se que mais de 50% das ocorrências são de ameaça, evidenciando sua predominância. Em contrapartida, Cachoeira do Pajeú apresenta a menor distribuição percentual de crimes de ameaça, sendo notável pela expressiva concentração de ocorrências de roubo, que supera proporcionalmente os demais municípios ao longo do período analisado.

O crime de lesão corporal ocupa o segundo lugar em frequência, representando uma parcela significativa das ocorrências em diversos municípios. Em cidades como Salto da Divisa e Palmópolis, a incidência de lesão corporal é particularmente elevada, chegando a superar os registros de ameaça nesses locais.

Os crimes de agressão/vias de fato também merecem destaque. Em municípios como Nova Módica, esse tipo de crime apresenta alta incidência, ultrapassando os casos de lesão corporal, embora ainda fique abaixo do número de ocorrências de ameaça.

Por outro lado, crimes mais graves, como roubo, homicídio, estupro, extorsão e sequestro, apresentam frequência proporcionalmente menor e ocupam faixas mais estreitas no gráfico. Apesar disso, esses crimes estão presentes em diferentes municípios em proporções variáveis. Cachoeira do Pajeú, em particular, chama a atenção pela alta incidência de roubo, que supera até mesmo os registros de ameaça, o que constitui uma característica diferenciada na região.

Comparando os municípios segundo a incidência de crimes de determinados tipos, Cachoeira do Pajeú, por exemplo, tem a maior taxa em comparação aos demais municípios no que concerne ao crime de roubo. Campanário também denota umas das maiores taxas para ameaça, extorsão, lesão corporal e feminicídio. Divisópolis tem as menores taxas para todos os crimes, exceto para feminicídio, cuja taxa desponta como a maior da RISP 15.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse documento apresentou o Produto 2.2 - Diagnóstico de Implantação de Unidade de Prevenção a Criminalidade (UPC) de abrangência regional para a 15ª Região Integrada de Segurança Pública (RISP 15), partindo da relevância do contexto histórico e conjuntural da RISP para compreender a atual situação da região estudada. Foram propostas análises abrangendo diferentes aspectos como o perfil sociodemográfico e econômico dos 60 municípios circunscritos; o retrato da segurança pública, incluindo os tipos de crime mais comuns na região, além das principais características dos eventos; e os aspectos estruturais e de articulação institucional nos municípios.

Os resultados encontrados na seção referente ao perfil sociodemográfico dos municípios da RISP 15 delineiam o cenário em questão de modo a auxiliar a compreensão acerca de cada município tanto em aspecto absoluto quanto no que diz respeito ao seu panorama em relação aos demais integrantes da Região enfocada.

A RISP 15 contém uma população de 835.852 habitantes, sendo 51% de mulheres e 49% de homens. A maioria das pessoas se encontram em idade ativa, ou seja, tem entre 15 e 64 anos de idade. A composição racial é de 66,2% de pessoas que se autodeclararam pardas e 21,9% que se autodeclararam brancas. Sua área total é de 55640,572 km², densidade demográfica de 15 hab./km².

Dentre os municípios da RISP 15, pode-se destacar Teófilo Otoni, que é o segundo maior em extensão territorial, 3242,27 km², menor somente do que o município de Jequitinhonha. No entanto, é o que abriga maior população na região, com 137.418 habitantes, 16,4% de toda a RISP. Desses, 52,2% são mulheres e 47,8% são homens. Sua composição racial é de 61,3% que se autodeclararam pardos e 24,8% brancos. Tem o maior IDHM da região, 0,701 ao lado do município de Nanuque, e o segundo maior PIB per capita, R\$17.942,67, atrás apenas do município de Divisa Alegre. Além disso, o município tem a segunda maior proporção de residentes acima de 15 anos alfabetizados, 91%, atrás apenas do município de Fronteira, que tem 91,94%.

A dimensão de segurança pública analisou 8 tipos de crimes cometidos contra a pessoa, a vida e a dignidade sexual ocorridos entre janeiro de 2019 e junho de 2024 na região da RISP 15. Através de dados obtidos do sistema REDS fornecidos pelo Observatório de Segurança Pública da Secretaria de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP-MG) foi possível entender a dinâmica dos crimes de ameaça, estupro, homicídio consumado, homicídio tentado, lesão corporal, vias de fato, feminicídio e violência doméstica registrados na região pesquisada.

Os resultados obtidos demonstram que a maioria dos crimes ocorreram nas cidades de maior porte da região como Teófilo Otoni (cidade polo), Almenara, Nanuque e Novo Cruzeiro que responderam por cerca de 39% das ocorrências em números absolutos.

Os crimes de ameaça (47%), lesão corporal (26%) e vias de fato/agressão (18%) foram delitos de maior ocorrência na RISP 15 no período analisado. Os crimes mais graves como roubo, homicídio, estupro, extorsão e sequestro ocorreram com menor frequência, representando 8% do total de ocorrências.

A análise das informações acerca da estrutura e organização das políticas de segurança pública nos 60 municípios que compõem a RISP 15 revela aspectos significativos sobre a presença de estruturas institucionais, redes de discussão e protocolos formais, evidenciando desafios e oportunidades para o aprimoramento da atuação do Programa na região.

Em relação à existência de estruturas institucionais de segurança pública, os dados indicam uma cobertura ainda limitada no que tange à formalização do tema em algumas localidades. Apenas 5 municípios possuem a segurança pública vinculada formalmente a uma estrutura ou secretaria municipal, o que demonstra a necessidade de maior articulação e institucionalização das políticas públicas na área. Além disso, a escassez de Conselhos Municipais e Planos Municipais de Segurança Pública, com apenas 9 municípios apresentando Conselhos e 5 com Planos em andamento ou concluídos, aponta para uma lacuna na construção de estratégias locais de prevenção e enfrentamento da violência. A presença de Guardas Municipais é igualmente rara, o que limita a capacidade de atuação preventiva e de segurança nas ruas. O Diagnóstico formal da segurança pública, registrado apenas em dois municípios, também revela uma fragilidade na coleta e análise de dados fundamentais para o planejamento das ações de segurança.

Quanto às redes específicas de discussão de temáticas relacionadas à segurança pública, observa-se que, embora a maioria dos municípios não conte com redes formais, há uma tendência mais forte na criação de redes voltadas para questões de gênero, como a proteção de mulheres em situação de risco ou violência. No entanto, ainda é notável a ausência de redes voltadas para temas críticos como moradores em áreas de alta criminalidade, evidenciando uma lacuna no tratamento de questões que envolvem a violência em sua forma mais abrangente e estrutural.

Por fim, a análise dos protocolos ou fluxos formais de encaminhamento também revela desigualdade na implementação de procedimentos padronizados para lidar com as diversas populações em risco. Enquanto há uma presença considerável de protocolos voltados para egressos do sistema socioeducativo, apenas 3 municípios possuem protocolos relacionados a moradores de áreas com altas taxas de criminalidade e pessoas em cumprimento de alternativas penais, demonstrando que ainda há um longo caminho a ser percorrido para a integração efetiva dos serviços de segurança pública com outras áreas de intervenção e proteção social.

Esses resultados evidenciam a necessidade urgente de maior investimento na construção e fortalecimento das estruturas institucionais de segurança pública nos municípios da RISP 15. A falta de articulação entre as esferas municipais, estaduais e federais, além da escassez de redes e protocolos formais, coloca desafios significativos para a criação de um sistema de segurança pública integrado e eficiente. O Programa deve, portanto, considerar esses aspectos como áreas prioritárias para futuras intervenções, buscando promover o fortalecimento das capacidades locais, a integração das redes de apoio e a implementação de medidas mais eficazes e inclusivas no enfrentamento da violência e da criminalidade.

Por fim, entende-se a relevância do empreendimento de uma investigação como a proposta por este produto para a implantação de um programa de base regional na RISP 15. Nesse documento, buscou-se identificar prováveis vulnerabilidades no território, além de sistematizar as informações acerca da organização social e política, de potenciais parceiros do Programa, bem como contextualizar a sua área de abrangência, compreendendo as dimensões socioeconômica e de segurança pública de todo o território. Acredita-se que esse conjunto de informações, ainda que robusto, não seja um produto estanque e acabado, mas um ponto de partida importante para uma atuação efetiva na 15ª Região Integrada de Segurança Pública. Espera-se que o seu uso possa auxiliar na construção de um plano de ação qualificado com os municípios e no desenvolvimento das outras atividades a serem realizadas na região.

Área Temática: Produtos	
Produto 3.5 - Avaliação de impacto dos programas de abrangência territorial	
Repactuado	Status
Descrição do Indicador	
<p>Desenvolvida pelo Governo de Minas Gerais por meio da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SUPEC/SEJUSP-MG), a Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade é atualmente composta por seis (06) programas e tem como objetivo geral contribuir para prevenção e redução de violências e criminalidades incidentes sobre determinados territórios e grupos mais vulneráveis a esses fenômenos.</p> <p>Em atividade desde 2003, duas dessas intervenções são o Programa de Controle de Homicídios – “Fica Vivo!” e o Programa Mediação de Conflitos (PMC), que têm como objetivo, respectivamente, contribuir para a prevenção e redução de homicídios dolosos de adolescentes e jovens (12 a 24 anos), moradores das áreas de alta vulnerabilidade social e histórico de violência em Minas Gerais, e promover meios pacíficos de administração de conflitos em níveis interpessoais, comunitários e institucionais, que contribuam para minimizar, prevenir e/ou evitar que estes se desdobrem em situações de violências e criminalidade, a partir de atendimentos e da realização de oficinas. Ao longo de seus 20 anos de existência, os programas não apenas obtiveram resultados expressivos de redução de homicídios e enfrentamento a violências e criminalidades nos territórios onde atuam. O Fica Vivo, especialmente, se tornou metodologia de prevenção à violência referenciada em diversos estados brasileiros, tendo também conquistado prêmios nacionais e internacionais. Atualmente, o Fica Vivo e o PMC estão presentes em 32 territórios de 10 diferentes municípios de Minas Gerais.</p> <p>Em toda a trajetória desses programas um dos pilares da gestão sempre foi o acompanhamento de suas ações, processos e resultados, não só no âmbito dos ciclos anuais de planejamento governamental, mas também como insumo para seu desenvolvimento institucional. O Fica Vivo foi, por exemplo, o primeiro Programa da Política de Prevenção Social à Criminalidade a receber o apoio metodológico da Fundação João Pinheiro (FJP/MG) na construção de seu Marco Lógico (ferramenta de desenho e monitoramento da intervenção), seguido do PMC. Além disso, no ano de 2022, o Programa “Fica Vivo!” passou por uma avaliação de desenho desenvolvida pelo Núcleo de Estudos de Segurança Pública (NESP/FJP) e pelo Núcleo Integrado de Monitoramento e Avaliação (NIMA/FJP), no âmbito do Ciclo 2022 do Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas de Minas Gerais (SAPP-MG), instituído pelo Decreto n. 48.298 de 12/11/2021. Os resultados desta avaliação foram apresentados ao Governo do Estado no início de 2023.</p> <p>Neste momento, coloca-se diante da SUPEC/SEJUSP a oportunidade de submeter o Fica Vivo! e o PMC a uma avaliação de impacto. Além da maturidade institucional e metodológica alcançada pela política, o contexto de fortalecimento das avaliações realizadas pelo Governo de Minas Gerais por meio do SAPP/MG torna possível mensurar os impactos e a efetividade dos programas (custo/efetividade, ou benefício/custo) e, com isso, subsidiar eventuais reformulações e aperfeiçoamentos das intervenções. Avaliações de impacto são importantes ferramentas de gestão de políticas públicas porque permitem mensurar os efeitos que uma ação/projeto/política projeta sobre indicadores de interesse, isolando esses impactos de variáveis externas que possam afetá-los positiva ou negativamente. Uma avaliação de impacto dos programas de abrangência territorial poderia verificar, por exemplo, o quanto os programas são efetivamente capazes de prevenir/reduzir taxas de homicídios nos territórios onde atuam; ou ainda, qual o valor monetário médio a ser gasto para prevenir um homicídio (sua razão custo/efetividade); ou ainda qual sua razão benefício/custo.</p> <p>Diante da previsão de expansão dos Programas Fica Vivo e PMC para dois (02) novos territórios no ano de 2024, foi avaliado como recomendável que seja aproveitada esta janela de oportunidade para o planejamento da realização de uma avaliação de impacto, com a robustez metodológica que tal trabalho exige, instrumentalizando os gestores da política pública com informações estratégicas sobre prevenção à violência e criminalidade em Minas Gerais.</p> <p>O produto consiste na realização da pesquisa de impacto a partir da seleção da instituição mais capacitada para tal. A SUPEC/SEJUSP e a Fundação João Pinheiro, que possuem um termo de cooperação técnica estabelecido, atuarão subsidiando a OS com as diretrizes metodológicas e orientações específicas para subsidiar o processo de seleção de instituição para a execução da avaliação, bem como durante a própria avaliação, sempre respeitando critérios técnicos de qualidade e de confiabilidade das informações. Estima-se, portanto, que a avaliação envolva tanto o período anterior à implantação quanto o momento pós implantação da UPC.</p>	
Fonte de comprovação do indicador	
<p>Critério de Aceitação: Relatório parcial da Pesquisa de Avaliação de Impacto aprovado pela SEJUSP/SUPEC.</p> <p>Fonte de Comprovação: E-mail ou Ofício de aprovação da SEJUSP/SUPEC.</p> <p>Prazo: out/23 a dez/25.</p>	

Informações relevantes acerca da execução do indicador no período avaliatório

O VIII Termo Aditivo previa como produto a realização de Pesquisa de Avaliação de impacto dos programas de abrangência territorial, cabendo à OS a contratação de uma consultoria responsável pela coleta, sistematização e análise dos dados, sob a orientação técnica e metodológica da OS, OEP e da Fundação João Pinheiro (FJP/MG). **Tal produto teve o prazo dilatado para dezembro de 2025 no IX Termo Aditivo de modo que apresentaremos aqui apenas um status da sua execução.**

A execução do Produto passou por alguns atravessamentos operacionais já previstos inicialmente que levaram a necessidade de dilação do prazo, como atraso na implantação da UPC Estrela D'alva, necessidade de renovação do termo de cooperação técnica entre a OEP e a FJP e, sobretudo, pela incompatibilidade entre o tempo legal de vigência do Contrato (janeiro a dezembro de 2024) e o tempo metodologicamente necessário para a execução adequada da pesquisa (que é superior a 12 meses e não se inicia necessariamente em janeiro).

Ao longo do ano foi renovado o Termo de Parceria, discutidas as possibilidades de contratação e, em seguida, construído um projeto definindo os parâmetros teóricos e metodológicos da pesquisa. Tendo em mãos essas informações, a OS publicou o chamamento público para contratação de consultoria especializada para a realização do trabalho no dia 06/12 e, por ausência de propostas, prorrogou o prazo para o dia 12/12, às 12h. Assim, o certame finalizou com o recebimento de 2 propostas.

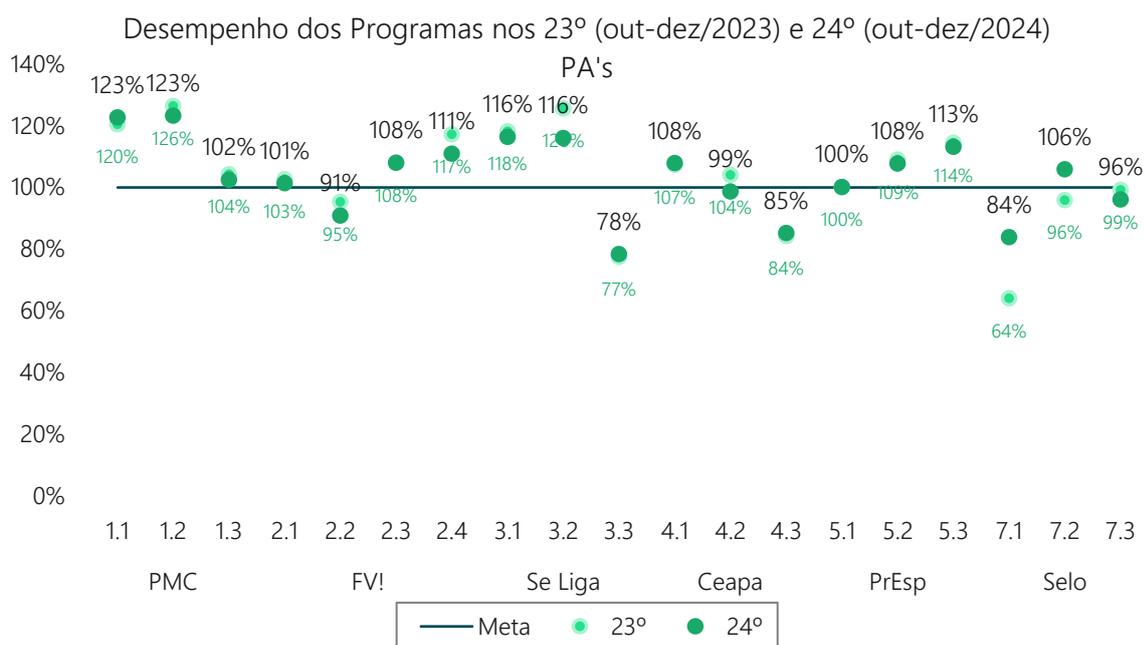
Link da publicação do chamamento público: <https://www.parceriaspublicas.institutoelo.org.br/compras-e-contratacoes>

 HOME O INSTITUTO ELO PARCERIAS PÚBLICAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES TRABALHE CONOSCO 	
<p style="text-align: center;">ATO CONVOCATÓRIO NOTA DE ESCLARECIMENTO 01 NOTA DE ESCLARECIMENTO 02 NOTA DE ESCLARECIMENTO 03</p> <p style="text-align: center;">PROCESSOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES EM ANDAMENTO</p> <p>Ato Convocatório 103/2024</p> <p>CONTRATO DE GESTÃO 008/2021 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMAS GERAIS NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO LINDÉIA MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE - MG PERÍODO DE INSCRIÇÃO: 19/11/2024 a 26/11/2024 INSCRIÇÃO PRORROGADA ATÉ: 06/12/2024 ATO CONVOCATÓRIO NOTA DE ESCLARECIMENTO 01 NOTA DE ESCLARECIMENTO 02</p> <p style="text-align: center;">PROCESSOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES EM ANDAMENTO</p>	<p style="text-align: center;">ATO CONVOCATÓRIO NOTA DE ESCLARECIMENTO 01 NOTA DE ESCLARECIMENTO 02 NOTA DE ESCLARECIMENTO 03</p> <p style="text-align: center;">PROCESSOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES EM ANDAMENTO</p> <p>Ato Convocatório 108/2024</p> <p>CONTRATO DE GESTÃO 002/2019 OBJETO: PESQUISA DE IMPACTO DOS PROGRAMAS "FICA VIVO!" e "MEDIÇÃO DE CONFLITOS" MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE E REGIÃO METROPOLITANA - MG PERÍODO DE INSCRIÇÃO: 06/12/2024 a 12/12/2024 PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE INSCRIÇÃO: ATÉ 18/12/2024 ÀS 12H00 ATO CONVOCATÓRIO ESCOPO DA PESQUISA CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO NOTA DE ESCLARECIMENTO - PRORROGAÇÃO DO PRAZO</p> <p style="text-align: center;">PROCESSOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDORES EM ANDAMENTO</p>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresentou os resultados do 24º Período Avaliatório (01 de outubro a 31 de dezembro de 2024), do Contrato e Gestão 002/2019. Ao todo, foram considerados 30 indicadores. Do total de indicadores, 21 tiveram suas metas alcançadas plenamente e outros 2 indicadores terão seus resultados mensurados após a entrega desse relatório. Ainda, importante destacar que, nos 7 casos em que a meta não foi alcançada, Indicadores 2.2, 3.3, 4.2, 4.3, 7.1, 7.3 e 9.1, nota-se que seus apresentaram uma média de cumprimento de 90%. Nesse trimestre houve a conclusão e entrega de quatro produtos importantes: Encontro de Formação e Capacitação de Oficineiros e Oficineiras dos programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos; Diagnóstico de Implantação do Programa Selo Prevenção, da UPC, de abrangência regional, de Teófilo Otoni (15ª RISP); Publicação do Edital para o Desenvolvimento do Sistema Integrado de Monitoramento da Política de Prevenção Social à Criminalidade e Publicação do Edital para realização da Pesquisa de Avaliação de impacto dos programas de abrangência territorial, em parceria com OS, e OEP e a Fundação João Pinheiro.

No Gráfico abaixo é possível comparar os resultados dos indicadores para o trimestre anterior (julho, agosto e setembro) do ano de 2024, condizente ao 23º PA, e do atual trimestre (outubro, novembro e dezembro), que diz respeito ao 24º PA. As medidas representadas correspondem ao percentual atingido da meta, de modo que estar abaixo de 100% significa pontuar que o indicador não atingiu a meta como se espera.



Nesse sentido, nota-se que 6 indicadores do presente PA não alcançaram 100% da medida estipulada. Enquanto isso, no trimestre anterior (23º), também contou com 6 indicadores abaixo da meta.

No que se refere especificamente aos programas, tem-se que todos os indicadores do PMC atingiram as respectivas metas, situação análoga ao trimestre passado em que todos os resultados do PMC também foram superiores a 100% das metas. Quanto ao Fica Vivo!, verifica-se, também, resultados muito positivos e semelhantes ao 23º PA: todos os indicadores do Programa alcançaram a meta, exceto o Indicador 2.2 que atingiu, dessa vez, 91% da meta. Os resultados relativos ao Programa Se Liga demarcaram altos percentuais alcançados referentes às metas do Indicador 3.1 e 3.2, ambos com 116% dos valores objetivados atingidos. O

Indicador 3.3 não alcançou 100% da meta, assim como no trimestre anterior, porém, com um salto menor, tendo atingido neste PA 97% da meta.

O programa Ceapa compôs 2 itens abaixo da meta, 4.2 e 4.3. Quanto ao PrEsp, observa-se percentuais semelhantes entre os dois períodos abordados, com todos os indicadores atingidos, sendo o 5.2 e 5.3 acima da meta. Os resultados do Programa Selo Prevenção são promissores uma vez que, diferentemente do PA anterior, atingiu um resultado superior a 100% da meta do indicador 7.2. Com relação aos outros dois indicadores, 7.1 e 7.3, que não 23º PA haviam atingido 94% e 99% da meta, no 24º PA, fizeram 84% e 96% das metas, respectivamente.

Ademais, há de se considerar a capacidade e empenho de todos os Programas para atingir patamares satisfatórios de atendimentos.

Findado o 24º Período Avaliatório, para além do desempenho de excelência em relação aos resultados das metas, é possível dizer que 2024 se estabelece como um ano de muito trabalho e desafios, trazendo na sua bagagem inovações processuais, administrativas e tecnológicas de alto impacto para Política de Prevenção à Criminalidade.

Um ponto de destaque toca a apropriação da gestão estrutural e do patrimônio das Unidades de Prevenção pela OS. É possível notar a aprimoramento da gestão patrimonial das UPCs, com a adoção de um Sistema de Gestão de Inventário Patrimonial com tecnologia RFID (sigla para "Radio Frequency Identification", significa "identificação por radiofrequência"). Essa tecnologia permitiu indicar os objetos como o bilhete único, com etiquetas equipadas com chips capazes de identificá-los, rastreá-los e registrar dados – garantindo maior agilidade e qualidade na gestão e controle dos mais de 7305 bens catalogados. Adicionalmente, observa-se a gestão de infraestrutura das 56 UPCs, garantindo o fornecimento contínuo de insumos e recursos necessários para o pleno funcionamento de todas as unidades. Foram realizadas diversas ações, como a modernização da infraestrutura, a aquisição de novos equipamentos e a implementação de um programa de manutenção preventiva, bem como a locação e transferência de algumas UPCs. Como resultado, as unidades operam com maior eficiência, proporcionando um ambiente de trabalho mais adequado aos colaboradores e um atendimento de qualidade à população.

Além disso, ressalta-se o investimento em espaços de formação, onde realizou-se várias capacitações qualificadas promovidas pela supervisão metodológica e da gestão com temas e palestrantes de alto renome nacional e internacional no campo da segurança pública voltadas para os profissionais da OS e OEP. Importante frisar, ainda, nesse contexto, o Encontro de Formação e Capacitação de Oficineiros e Oficineiras do PMC e Fica Vivo! e a confecção de documentos orientadores das funções e atividades estratégicas da Política, com a elaboração do Manual Orientador da Supervisão Metodológica e da Gestão e a elaboração do Manual de Procedimentos de Gestão Estrutural das Unidades de Prevenção à Criminalidade.

O ano também foi marcado pela expansão da atuação da Política, alcançando territórios longes da capital, como a região do Triângulo Mineiro (com a implantação do Se Liga em Uberlândia - 9ªRISP) e outras regiões até então desassistidas de forma direta pela Prevenção Estadual como o Vale do Jequinhonha e Mucuri (com a implantação do Selo Prevenção, em Teófilo Oton – 15ª RISP). Além disso, em 2024, foi sedimentado o caminho para a implantação de um novo Programa Estadual de Prevenção à Violência Contra a Mulher – o Proteja Minas.

Nota-se, também, um maior alcance do público, ao todo, **os programas realizaram mais de 308.756 atendimentos a população**, uma média de **25.730 atendimentos por mês**. Destaque para a expansão dos projetos voltados à população das áreas das Unidades de Prevenção territoriais, com uma significativa **expansão do número de oficinas implantadas do Fica Vivo**, saindo de 330 em janeiro de 2024 para 375 em dezembro, e **do PMC**, evoluindo de 24 em janeiro de 2024 para 46 em dezembro.

Contudo, em 2025, a Política de Prevenção precisará enfrentar alguns desafios históricos, sobretudo os que dizem respeito à modernização da gestão dos dados e informação dos Programas, visto que ainda são construídos e analisados a partir de ferramentas pouco adequadas e ultrapassadas, como documentos físicos e planilhas em Excel. Para tanto, estamos avançando rumo ao desenvolvimento de um Sistema Integrado de Dados da Política de Prevenção Social à Criminalidade, que encontra-se em processo de contratação da empresa desenvolvedora. Devido à sua complexidade e ao grau de investimento, tal produto apresenta-se, talvez, como um dos mais mais desafiadores e revolucionários da Política de Prevenção. Outro desafio diz respeito à padronização e gestão dos arquivos e documentos dos seis Programas, nas 56 UPCs. Uma frente de trabalho da OS tem se dedicado a essa tarefa apoiando na aquisição e substituição de armários e outros insumos, construindo protocolos e fluxos, capacitando equipes e monitorando a implantação desse processo, como já sinalizado nos relatórios anteriores. Trata-se de um processo longo e de monitoramento contínuo, cujo histórico de registros abarca mais de 20 anos da política de prevenção.

Olhar 2024 e analisar as transformações, erros e vitórias enche de aprendizado e orgulho os milhares de pessoas envolvidas na parceria Sejustp e IElo e motiva a todos e todas a seguirem resilientes para promoção de um serviço ainda melhor a população mineira em 2025.

COMPROVANTES DE REGULARIDADE FISCAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: INSTITUTO ELO
CNPJ: 07.514.913/0001-75

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:30:35 do dia 16/09/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/03/2025.

Código de controle da certidão: **509E.FEF0.7BD8.8679**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 07.514.913/0001-75

Certidão n°: 61850481/2024

Expedição: 09/09/2024, às 10:52:33

Validade: 08/03/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que INSTITUTO ELO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 07.514.913/0001-75, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 07.514.913/0001-75
Razão Social: INSTITUTO ELO
Endereço: R DOS GUAJAJARAS 40 SALA 1003 / CENTRO / BELO HORIZONTE / MG / 30180-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:08/01/2025 a 06/02/2025

Certificação Número: 2025010801521324524934

Informação obtida em 09/01/2025 15:35:02

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

**SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS****CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS****Negativa**CERTIDÃO EMITIDA EM:
09/01/2025CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
09/04/2025

NOME/NOME EMPRESARIAL: INSTITUTO ELO

INSCRIÇÃO ESTADUAL: 004582069.00-79

CNPJ/CPF: 07.514.913/0001-75

SITUAÇÃO: Ativo

LOGRADOURO: R DOS GUAJAJARAS

NÚMERO: 1570

COMPLEMENTO: SALA 301,

BAIRRO: BARRO PRETO

CEP: 30180099

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: BELO HORIZONTE

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000835919364



Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal de Fazenda
Subsecretaria da Receita Municipal

DOCUMENTO AUXILIAR DA CERTIDÃO DE QUITAÇÃO PLENA PESSOA JURÍDICA

REGISTROS DE ACESSO

Código de Controle: **AJEMKIIPPJ**

Documento/Certidão nº **29.551.421** Exercício: **2025**

Emissão em: **09/01/2025**

Requerimento em: **14:22:57**

Validade: **08/02/2025**

Nome: **INSTITUTO ELO**

CNPJ: **07.514.913.0001.75**

Ressalvando a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte o direito de cobrar débitos posteriormente apurados, a Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Dívida Ativa da Secretaria Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, certifica que o Contribuinte acima encontra-se regular com a Fazenda Pública Municipal, em relação aos Tributos, Multas e Precos inscritos ou não em dívida ativa.

DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

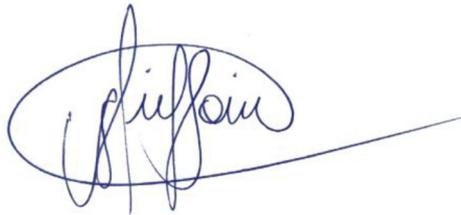
DOCUMENTO GRATUITO - <http://cndonline.siatu.pbh.gov.br>

Nos termos do Decreto 15.927/2015 este documento auxiliar é a representação gráfica da certidão de débitos e situação fiscal, não substituindo a certidão, que será obtida no Portal da PBH, por meio da autenticação dos registros de acesso deste documento.

DECLARAÇÃO DO DIRIGENTE DA OS

Declaro, para todos os fins, que são verídicas todas as informações contidas neste Relatório Gerencial de Resultados. Acrescento, ainda, que as fontes de comprovação dos indicadores e produtos estão organizadas e arquivadas junto ao Instituto Elo e podem ser consultadas a qualquer momento pela Comissão de Monitoramento, por representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública ou representantes de órgãos de controle e auditoria do Governo do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte, 09 de janeiro de 2025.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Gleiber', enclosed within a large, loopy oval shape. A long horizontal line extends from the right side of the signature.

Gleiber Gomes de Oliveira
Diretor Presidente
Instituto Elo

